

LUTAS POPULARES no Paraná

ANA INÊS SOUZA
JONAS JORGE DA SILVA
RICARDO PRESTES PAZELLO
Organizadores



Ana Inês Souza
Jonas Jorge da Silva
Ricardo Prestes Pazello
(organizadores)

LUTAS POPULARES NO PARANÁ



2017

Todos os direitos não estão reservados ©

Lutas populares no Paraná é resultado do curso de formação popular homônimo, ocorrido em Curitiba, no ano de 2015, como projeto de educação popular desenvolvido pelo Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, em parceria com o Centro de Promoção dos Agentes de Transformação - CEPAT.

Organização

Ana Inês Souza
Jonas Jorge da Silva
Ricardo Prestes Pazello

Diagramação e capa

Carlos Deitos Artes Gráficas - carlos@cdag.com.br
(sobre foto da Revolta dos Posseiros, a 10/10/1957, em Francisco Beltrão/PR)

Revisão

Gisele Carneiro

Realização

Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani

Apoio

Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS)

Conselho Editorial

Ana Lia Almeida (UFPB) • Angelo Aparecido Priori (UEM) • Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PUCPR) • Carlos-Magno Esteves Vasconcellos (UNICURITIBA) • Carolina Alves Vestena (UERJ) • Eduardo Faria Silva (UP) • Fernanda Keiko Ikuta (UNICENTRO) • Filipe Simão Pontes (UEPG) • Jorge Ramón Montenegro Gómez (UFPR) • José Ricardo Vargas de Faria (UFPR) • Luiz Otávio Ribas (UERJ) • Marco Alexandre de Souza Serra (PUC Maringá) • Marcel Soares de Souza (IPDMS) • Marilene Zazula Beatriz (UTFPR) • Moisés Alves Soares (UNISOCIESC) • Olegna de Souza Guedes (UEL) • Roberta Traspadini (UNILA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-fonte (CIP)

L973 Lutas populares no Paraná / Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva, Ricardo Prestes Pazello. – Curitiba : Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani ; Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2017. 238 p.

ISBN 978-85-67551-10-4

1. História do Paraná. 2. Movimentos sociais. 3. Lutas populares. I. Souza, Ana Inês. II. Silva, Jonas Jorge da. III. Pazello, Ricardo Prestes. IV. Título.

CDD 981.62

Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani

<http://santosmilani.blogspot.com.br> | centrosantosmilani@terra.com.br

Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS)

www.ipdms.org.br | ipdmscorreio@gmail.com

*Às lutadoras e lutadores do povo do Paraná
que sofreram o massacre do Centro Cívico,
no dia 29 de abril de 2015.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

INTRODUÇÃO: O CENTRO DE FORMAÇÃO MILTON SANTOS-
LORENZO MILANI E AS LUTAS POPULARES NO PARANÁ..... 17

Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva e Ricardo Prestes Pazello

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ..... 33

Éder da Silva Novak

LUTAS, RESISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DA TERRITORIALIZAÇÃO
NEGRA NO PARANÁ 61

Cassius Marcelus Cruz e Jefferson de Oliveira Salles

DA COLÔNIA CECÍLIA À GREVE GERAL DE 1917 75

Ricardo Prestes Pazello

CONTESTADO, A GUERRA QUE MANCHOU DE SANGUE OS SERTÕES
DO PARANÁ E DE SANTA CATARINA – 100 ANOS DEPOIS, O SILÊNCIO
E A INVISIBILIDADE SOBRE A LUTA CAMPONESA AINDA IMPERAM
NO BRASIL..... 99

Nilson Cesar Fraga

GUERRILHA DE PORECATU: O EVENTO FUNDADOR DO PARTIDO
COMUNISTA 129

Oswaldo Heller da Silva

1957: A REVOLTA DOS POSSEIROS 159

Iria Zanoni Gomes

MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E A LUTA
DO TRANSPORTE COLETIVO 185

Ana Inês Souza e Lafaiete Santos Neves

IDENTIDADES COLETIVAS, TERRITÓRIOS E “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS NO PARANÁ	203
--	-----

Roberto Martins de Souza

ANEXO	239
-------------	-----

PREFÁCIO

Flavio Luciano¹

*Aprendi que o problema
dos outros é igual ao meu.
Resolvê-lo todos juntos é política.
Resolvê-lo sozinhos é avareza.*

Lorenzo Milani

Luis Sepúlveda² conta que nos primeiros anos da década de 1970, muitas vezes se encontrou com o presidente chileno Salvador Allende. Uma vez, numa reunião, o presidente relatou que no ano 1932 o Chile viveu uma pequena revolução, que nenhum livro de história lembra, como se tivesse sido apagada: uma pequena revolução de doze dias que recebeu o nome de República Socialista do Chile, organizada por um oficial da Aeronáutica de nome Marmaduke Grove. Este homem, nestes doze dias, promulgou um conjunto de leis e formulou uma teoria segundo a qual o único verdadeiro objetivo do Chile era construir um país feliz. Naquela brevíssima revolução foi feito um grande esforço pedagógico para decidir quais são os elementos que se interpõem entre nós e a felicidade. Claro que logo chegaram as forças da reação e abateram o governo revolucionário.

-
- 1 Flavio Luciano nasceu na cidade de Cuneo, norte da Itália, no dia 11 de maio de 1959. Depois dos estudos de filosofia e teologia, tornou-se presbítero, no ano 1984, pela diocese de Cuneo. Iniciou o seu ministério numa pequena paróquia perto da cidade, San Rocco Castagnaretta, e em 1989 foi enviado pelo seu bispo para o Brasil, precisamente para o estado de Mato Grosso, cidade de Barra do Bugres, diocese de Cáceres. Permaneceu nesta diocese até 2002, trabalhando em Cáceres como reitor do seminário, em Nossa Senhora do Livramento e depois em Várzea Grande. Nesse período, foi presidente do Centro de Direitos Humanos João Bosco Burnier e acompanhou as CEBs do Mato Grosso. De 2003 até 2008, trabalhou um ano em São Paulo e depois na periferia de Curitiba – Paróquia São Pedro, Xaxim –, conseguindo uma licença em moral social com uma dissertação sobre a ética do cuidado numa economia solidária, pelo Centro Universitário Assunção. Nestes anos, acompanhou também as comunidades eclesiais de base da arquidiocese de Curitiba e os movimentos populares. Voltou à Itália em agosto do 2008 e agora é o responsável pela Pastoral Social e do Trabalho da Região Piemonte.
 - 2 Mujica José, Petri Carlo, Sepúlveda Luis, *Vivere per qualcosa*, 2017, Slow Food Editore, p. 94.

Também na Espanha, precisamente nas Astúrias, houve uma revolução no ano de 1934. O artigo 1º do documento principal da nascente “República Socialista Asturiana” dizia: “O fim natural do homem é a felicidade”. Foi Francisco Franco que, naquela época oficial do exército, reprimiu com sangue a experiência, mas naquele momento ficou marcado na consciência do povo o princípio de que a felicidade é um direito. É um direito promovê-la e combater tudo o que a impede ou a elimina.

No Brasil houve muitas destas tentativas de insurreição, na procura por liberdade, justiça, dignidade, e por isso felicidade, em diferentes regiões do país. Resgatar estas histórias é hoje, talvez, o trabalho político mais importante que se possa fazer, como faz este livro.

Como está muito bem relatado na introdução, o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, com sede em Curitiba (Brasil) e em Cuneo (Itália), é resultado de relações globais e solidárias entre o Norte e o Sul, em particular entre organizações sociais, movimentos, instituições de caráter público não governamental e intelectuais de ambos os países, que têm em comum a análise das transformações socioeconômicas que acontecem em todo o mundo e o empenho na busca de uma sociedade economicamente mais justa e solidária.

Esses organismos fazem parte também daquele vasto movimento “antiglobalização” que provocou o nascimento do Fórum Social Mundial, fonte de inspiração e motivação para se lidar em favor da justiça, da eliminação da pobreza, da defesa do ambiente, da solução dos conflitos e da procura da paz.

As duas sedes (Brasil e Itália), apesar de criarem caminhos diferentes, fiéis à própria história e ao contexto cultural e social, se mantiveram sempre unidos nos mesmos objetivos, entre os quais atuar para a formação sociopolítica de uma nova geração de militantes, reforçar as associações populares presentes nos dois territórios, favorecer iniciativas concretas para promover a superação da exclusão social.

Este livro apresenta um caminho interessante de formação do Centro Milton Santos-Lorenzo Milani em Curitiba, e comprova a qualidade do trabalho realizado nestes últimos anos. Professores competentes, também militantes, oferecem uma contribuição fundamental para recuperar uma história importante e pouco conhecida pelo povo paranaense.

É preciso destacar que as mesmas lideranças das organizações populares, desde o início, expressaram o desejo de conhecer tanto as conquistas como as

derrotas daqueles que, no passado, sofreram injustiças e lutaram pelas mudanças que se faziam necessárias.

O primeiro curso organizado pelo Centro no Brasil, precisamente no mês de julho de 2003, aconteceu na Casa do Trabalhador, em Curitiba, com a presença de membros das CEBs (comunidades eclesiais de base), de várias associações e, sobretudo, de militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Depois de uma tarde de reflexão sobre a conjuntura, dois militantes do MST assistiram, com outros companheiros de curso, ao jornal da tarde de uma TV do Paraná. Comentando uma reportagem sobre um conflito de terra que estava acontecendo perto de Foz do Iguaçu, os dois contam que se conheceram numa situação bem particular, quando estavam, um com a divisa militar e o fuzil na mão, diante do outro que segurava os braços dos filhos em frente ao barraco, construído às pressas depois de ter ocupado o terreno. Comentou o primeiro: *“eu tinha a cabeça feita pelos militares e não sabia de nada, mas quando deixei o exército me encontrei do outro lado sem querer, e graças aos companheiros de caminhada agora tenho a cabeça esclarecida e estou aqui para aprender mais e ajudar o meu povo. Precisamos todos de informação e formação, mesmo como precisamos de arroz e feijão para viver. Sem consciência não se vai pra nenhum lugar”*.

As Comunidades Eclesiais de Base, refletindo a realidade à luz da Bíblia, tiveram presença destacada dos seus membros nos cursos do Centro, sobretudo no começo das atividades, e neles cresceu a consciência de que o Deus da Vida formou o seu povo colocando nele uma profunda sede de justiça e de liberdade e a consciência de que o mundo novo vai brotar somente a partir de corações *sedentos de justiça e liberdade*. Quem lê estas histórias de lutas se depara com *homens e mulheres, de épocas e povos diferentes, todas e todos com sede de justiça e liberdade*, e por isso testemunhas qualificadas de como temos que enfrentar os problemas de hoje se também nós queremos *fazer valer as utopias de um mundo melhor para se viver*.

É preciso mais do que nunca, com muita força, conscientes de que a historiografia oficial esquece, na sua narração, a luta das organizações populares e dos seus protagonistas, resgatar e colocar diante dos olhos do mundo a beleza da caminhada dos pobres organizados.

Sem dúvida, hoje temos uma ajuda inesperada daquele Bispo de Roma que veio de longe e quis para si um nome muito significativo: Francisco. Graças

aos seus encontros com os líderes dos movimentos populares do mundo inteiro, Papa Francisco colocou em evidência a todos que têm olhos para ver uma realidade que os poderosos sempre esconderam: os pobres não só sofrem a injustiça mas também lutam contra ela!

Aqueles mulheres e aqueles homens com sede de justiça e de liberdade Papa Francisco os chama de “semeadores de mudança”, ou “poetas sociais”. Pessoas que querem ser protagonistas e por isso “*organizam-se, estudam, trabalham, exigem e sobretudo praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido*”³. Lutadoras e lutadores que “sobram” para o sistema que criou esta mesma crise socioecológica, que não somente têm nas mãos a solução para resolver os próprios problemas, mas o futuro mesmo da humanidade!

A luta pelos famosos 3T (*terra, teto e trabalho*) está presente em cada história do resgate do povo sofrido no Paraná, desde a resistência dos indígenas e dos posseiros até a luta por trabalho digno e pelo transporte público nos dias de hoje. Gritando pela vida que exige estes três direitos como direitos sagrados!

A todos nós que pretendemos ser chamados “cristãos” e nos tornamos fortes na doutrina social da Igreja, Papa Francisco lembrou que a opção pelos pobres não significa somente compartilhar com eles, mas reconhecê-los como *sujeitos sociais e políticos*. Temos o dever de promover a participação ativa deles em todos os âmbitos, acompanhando-os e deixando-os com liberdade de se mover e de se expressar.

Estas histórias convidam todos aqueles que estão na luta por uma sociedade fraterna e justa, não somente a lutar para os pobres, mas a lutar com os pobres contra as causas estruturais das desigualdades e injustiças, para – lembrando as palavras de Francisco – colocar a economia ao serviço dos povos, construir de verdade a paz e a justiça e defender com consciência e responsabilidade a Mãe Terra.

Talvez tenha sido no terceiro encontro com os movimentos populares – em outubro de 2016 – que o Papa Francisco fez um dos discursos mais importantes do seu magistério. Alertou sobre as dificuldades do momento histórico para “os semeadores da mudança”.

3 Discurso de Papa Francisco aos participantes do 3º encontro mundial dos movimentos populares: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html

Atrás de todas as lutas que os movimentos sociais de hoje tocam para frente existe “*um terrorismo de base que provém do controle global do dinheiro na terra, ameaçando a humanidade inteira. É deste terrorismo de base que se alimentam os terrorismos derivados, como o narcoterrorismo, o terrorismo de Estado e aquele que alguns erroneamente chamam terrorismo étnico ou religioso*”.⁴ Com lucidez, o Papa denunciou que esta tirania se sustenta explorando e alimentando os nossos medos. Aquele medo que é um bom negócio para os comerciantes de armas e da morte, mas que também debilita-nos, desestabiliza-nos, destrói as nossas defesas psicológicas e espirituais, anestesia-nos diante do sofrimento do próximo e, no final, torna-nos cruéis.

Lendo as histórias que este livro nos conta, reparamos o quanto isso foi verdade e continua hoje naquele populismo de tantos políticos na Europa, nas Americas e em outros continentes. A explosão da venda e da compra das armas no mundo inteiro, e os muros materiais, mentais e jurídicos que estão se construindo no interior e nas fronteiras dos países chamados “civilizados” atestam a verdade de tudo isso.

Quais são os desafios de hoje na caminhada dos movimentos sociais e dos que os acompanham? Nos capítulos finais deste livro recebemos muitos indícios, mas tendo em conta a realidade de violências e de desigualdades em todos os níveis das nossas sociedades, vamos destacar sobretudo dois.

O primeiro desafio é o de que o povo pobre do Paraná, através das suas lutas, nos convida a **não fugir do conflito**. Para construir a paz e a justiça, o conflito com as forças contrárias é inevitável e não pode ser ignorado ou dissimulado. Quem está bem com a vida sempre está tentado a fechar os olhos e a lavar as mãos diante dos problemas dos outros. Os fracassos de tantas lutas e os retrocessos que hoje experimentamos no âmbito dos direitos fazem com que o desânimo e a vontade de desistir no caminho tomem conta de nossas vidas. O desafio é assumir juntos e “*aceitar, suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo. «Felizes os pacificadores» (Mt 5, 9)*”.⁵

Mas isso nos leva a uma outra consideração importante. Temos que refletir sobre o “**conflito não-violento**”, quer dizer, sobre a **não-violência** como estilo de ação, de vida. Hoje em dia, a não-violência tem uma forte

4 Idem.

5 FRANCESCO, *Evangellii Gaudium*, p. 226.

dimensão teórica, do plano filosófico ao teórico, daquele ético ao religioso. As experiências construídas através de formas de luta e de transformação social, econômica e política, fundadas sobre a não-violência ativa – em muitos casos com final feliz –, se desenvolveram em várias partes do mundo, entrando plenamente na história contemporânea, e os movimentos sociais têm que levá-las a sério.

Francisco fala hoje de terceira guerra mundial “aos pedaços”. E nós assistimos atônitos a um cenário internacional que volta a se fundar sobre *um equilíbrio do medo* e sobre a absurda ideia de que *os armamentos nucleares mantenham o equilíbrio mundial*. Talvez, diante de tantos medos – medo de perder privilégios, do mundo que muda, de quem é diferente pela cor da pele, pela língua, pela religião, pelos costumes – que pedem proteção econômica, social e política, as saídas pacíficas são todas oportunidades para se experimentar e para se construir. Mas estamos convencidos de que não existem saídas verdadeiras sem passar pelo acolhimento, pelo respeito à vida e à dignidade de cada ser vivente, pela escolha decidida e corajosa da não-violência.⁶

O segundo desafio é retomar a reflexão sobre a “**política**”. Apesar de experiências recentes pouco positivas e da volta de regimes totalitários, isso não deve nos afastar de assumir os nossos compromissos para a construção do bem comum, através desta atividade, a reflexão, que certamente permanece nobre. A ação não-violenta para a mudança social, a luta contra os governos tirânicos e as democracias “formais” do ocidente que colocam em ação políticas econômicas contra os pobres e a Mãe Terra, tem que passar por processos democráticos e isso requer não ter medo de participar com força na vida política, dando a nossa contribuição para mudar também a prática e a organização dos partidos, lembrando “*a missão das organizações dos excluídos e tantas organizações de outros setores da sociedade, de ser chamados a revitalizar, a refundar as democracias que estão a atravessar uma verdadeira crise*”.⁷

6 Todavia, pensando as lutas de libertação narradas no livro, é justo e dever nosso lembrar que faz parte da doutrina da Igreja o uso da insurreição revolucionária em caso de “tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país”. (*Populorum Progressio* n. 31).

7 http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html

E, por fim, não esquecer que hoje em dia não se pode mais encarar os problemas sociais sem ter em conta as questões ambientais da Mãe Terra, que atingem todos os seres vivos, pois todos pertencem a este grande ecossistema. Não se dá justiça social sem ecojustiça (e vice-versa).

Gostaria de concluir dizendo que a missão geral de todos os movimentos sociais e de todas as organizações populares é fazer surgir e cultivar em “cada pessoa que mora neste planeta”⁸ o sentido profundo da **cura da casa comum com os seus moradores**, onde a luta pelos direitos de qualquer grupo social deve ser animada por uma espiritualidade holística – de cuidado – que se sustenta numa visão de “ecologia integral”.⁹ Visão que tem um *olhar* para integrar e unir saberes diferentes, tendo em vista uma práxis significativa e um *ouvido* capaz de escutar juntos o grito da terra e o grito dos pobres em todas as situações concretas. Uma perspectiva sustentada pela ciência contemporânea, que nos orienta a compreender a vida e a nos compreendermos, enquanto seres humanos, como elementos de uma rede de *relações ampliadas*. Um convite a caminhar juntos, a “ser” mais do que componentes de uma rede, mas “ser” a própria rede, que se faz a si mesma a cada momento. Compreender isso exige responsabilidade e compromisso com a nossa própria caminhada, com a caminhada de todos os seres vivos e a da Mãe Terra.

8 Papa Francisco, *Laudato Si'*, n. 3.

9 Papa Francisco, *Laudato Si'*, cap. IV.

INTRODUÇÃO: O CENTRO DE FORMAÇÃO MILTON SANTOS-LORENZO MILANI E AS LUTAS POPULARES NO PARANÁ

*Ana Inês Souza*¹

*Jonas Jorge da Silva*²

*Ricardo Prestes Pazello*³

A presente obra coletiva é fruto do esforço dos educadores populares do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, que em 2015 realizaram um curso aberto para a militância social do estado a respeito das Lutas Populares no Paraná. Nesta introdução, pretende-se apresentar, mesmo que em breves linhas, a história do Centro de Formação, as experimentações que o levaram a organizar tal curso, bem como as linhas gerais, expressas nos artigos aqui compilados, que caracterizaram os debates sobre tais lutas.

Os dez primeiros anos do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani (2003-2012)⁴

O Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani encontra seus **antecedentes** na fundação do Movimento Consulta Popular, em 1997, e suas formas de mobilização e expressão públicas, as Assembleias Populares.

-
- 1 Possui Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1986) e Mestrado em Educação pela UFPR (2003). Atualmente é Coordenadora Geral do Centro de Formação Milton Santos - Lorenzo Milani e membro do Conselho Fiscal do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) (Curitiba, PR).
 - 2 Possui Graduação e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, atualmente, é coordenador do CEPAT, Curitiba-PR, centro social jesuíta que há 27 anos trabalha com a formação político-cidadã e que também integra a coordenação do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani.
 - 3 Coordenador administrativo do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).
 - 4 Esta introdução geral à história do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, contou com a contribuição de um texto produzido, em 2005, por César Sanson, à época coordenador geral do Centro.

A Consulta Popular e as Assembleias Populares visavam romper com a lógica da centralidade na luta eleitoral, ampliando as formas de participação direta na vida do país, propondo-se a cumprir três tarefas:

1. Elaborar política e teoricamente uma alternativa ao país a partir das bases da sociedade, ou seja, um Projeto para o Brasil, construído de baixo para cima, envolvendo o maior número possível de pessoas;
2. Formar politicamente, organizar e articular lutadores e lutadoras do povo, militantes sociais que têm dedicado suas vidas à luta por justiça e liberdade;
3. Apoiar os movimentos sociais organizados, que buscam melhores condições de vida e trabalho para todos e todas.

O Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, portanto, se propõe a contribuir com as tarefas acima a partir de uma especificidade, a Formação Política.

Além disso, o Centro tem uma particularidade. Ele nasce internacional, em uma parceria com companheiros e companheiras da Itália que lá participam também de movimentos sociais e grupos comunitários de solidariedade aos povos do mundo, como por exemplo: a Comissão de Cultura da Diocese de Cúneo, a Escola da Paz de Boves e a Comunidade de Mambre.

Neste sentido, o Centro Milton Santos-Lorenzo Milani é inovador, porque deseja ser uma resposta à globalização do capital, excludente e predatória, articulando-se com outras forças do movimento social mundial.

São seus **objetivos**:

- Apostar na formação como um instrumento que auxilia para se elevar o nível da consciência das lideranças sociais;
- Superar o corporativismo e construir a solidariedade entre as lutas da classe trabalhadora;
- Fortalecer o calendário nacional unificado de lutas do movimento social brasileiro;
- Possibilitar um espaço de discussão das novas formas de lutas e de mobilização dos(as) trabalhadores(as) e de suas organizações, construindo um espaço de trocas de experiências que contribuam para que, de fato, os trabalhadores e as trabalhadoras sejam sujeitos(as) na construção de um projeto para o Brasil;

- Impulsionar a retomada do trabalho de base principalmente nos centros urbanos;
- Resgatar a mística, como um elemento central na construção de um projeto para o Brasil;
- Articular – por meio da formação e do intercâmbio – pessoas e movimentos que se opõem à globalização do capital.

Mas é de se perguntar: por que Milton Santos e Lorenzo Milani? Recuperar a importância de intelectuais que contribuíram para a compreensão da realidade dos povos, a começar pelos patronos do Centro, estimulando o estudo, a leitura, a formação, a busca incessante na compreensão das sociedades em que vivemos, é algo essencial.

Milton Santos, geógrafo brasileiro, negro, nascido na Bahia, exilado por 13 anos durante a ditadura militar contribuiu, a partir de seus estudos sobre o território, para a desmistificação do caráter ideológico da globalização, alertando que as saídas são locais, porém articuladas às questões globais. Foi um lutador, um defensor dos pobres, dos negros, dos sem-terra, das populações da periferia. Por seu turno, Lorenzo Milani foi um religioso que, mesmo tendo nascido em uma família da alta burguesia italiana, fez a opção pelos pobres. Perguntava-se como comunicar a revolução do evangelho sem se compreender que existe um tipo de pobreza que precisa ser combatida com força: a pobreza cultural. Fundou, então, a “Scuola di Barbiana”, uma experiência educativa para filhos de camponeses em uma região inóspita da Itália, estimulando todo um debate pedagógico naquele país, nos anos 1950 e 1960.

Sobre sua **institucionalidade**, o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani é formado por um Conselho Político Internacional e seus respectivos Conselhos Nacionais. No Brasil, o Conselho Político do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani foi composto por CEFURIA, CEPAT, Terra de Direitos, MST, CEBs, CPO e CPT.

O Centro iniciou, no Brasil, as suas atividades políticas no dia 3 de abril de 2003. A sua fundação institucional ocorreu no dia 24 de março de 2005. Na Itália, o Centro iniciou as suas atividades no dia 4 de outubro de 2003.

Como um balanço de suas atividades, no período que se estende da fundação política em 2003 e a sua institucionalização em 2005, o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani promoveu em seus dois primeiros anos as seguintes atividades:

- “Escola Regional de Formação de Lideranças” (Curso Realidade Brasileira): curso de cinco etapas de uma semana para lideranças de todo o estado do Paraná;
- “Escola Metropolitana de Formação de Lideranças” e “Grupo de Estudos sobre as Questões Urbanas”;
- Ciclos de debates: “Paraná. Um estado conservador?”; “O Império e a Paz”; “O Brasil que temos, o Brasil que queremos”; “O que acontece com a esquerda europeia?”;
- Intercâmbio de experiências Brasil-Itália, quando grupos de companheiros ligados ao Centro na Itália organizaram viagens ao Brasil para conhecer as experiências dos movimentos sociais daqui. Também, em várias ocasiões diferentes, companheiros(as) do Centro no Brasil viajaram à Itália para debater as experiências daqui e de lá, em encontros organizados pelas entidades parceiras do Centro na Itália.

Ao lado das conquistas alcançadas, o Centro teve também muitos desafios a enfrentar, pois sendo um processo de construção coletiva, contraditoriamente nele convivem sua potencialidade e sua fragilidade. Mesmo procurando primar pela qualidade dos conteúdos oferecidos, buscando os fundamentos que permitam apreender a realidade, não conseguiu se constituir em um espaço de reflexão regular acerca da concepção de formação popular. Além disso, o público participante das atividades sempre foi muito heterogêneo. O Centro não conseguiu destinar-se, sobretudo, às lideranças das organizações, não conseguindo impulsionar uma articulação mais consistente que se voltasse para a reflexão sobre os desafios do trabalho de conscientização, educação popular e mobilização no mundo urbano. Por fim, os conteúdos, os princípios metodológicos, as linhas de orientação e o público-alvo, precisam estar em constante revisão.

Uma das grandes dificuldades do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, ademais, sempre foi a captação de recursos para sustentar suas atividades. Estes foram seus **desafios pós-2005**. Em seus dez primeiros anos de existência contou com a colaboração quase exclusiva das entidades ligadas ao Centro na Itália e, eventualmente, com a aprovação de pequenos projetos junto às entidades de apoio, no Brasil e no exterior. Assim, um caminho adotado foi a busca de parceria para a realização de atividades conjuntas, destacando-se o CEFURIA, o CEPAT e a Rede de Educação Cidadã (RECID/Talher-PR).

Outro desafio foi garantir a participação dos(as) militantes dos movimentos sociais urbanos no “Curso Realidade Brasileira” (CRB) focado em seus pensadores, cujo programa era bastante extenso e intenso, exigindo uma semana integral, presencial, por semestre. Daí que, nas primeiras turmas, o Centro contou basicamente com a participação dos movimentos sociais do campo. Foi então reformulada a metodologia e o conteúdo do CRB, por meio de reuniões com o Conselho de entidades que o constituíam.

Sobre os desafios ligados à metodologia de formação para a base, buscou-se incorporar, gradativamente, as contribuições da educação popular, implantando um terceiro programa na grade de cursos, a “Oficina de Metodologia Freireana”, que, originalmente, era parte do “Curso Realidade Brasileira”, tendo Paulo Freire como um dos pensadores brasileiros ao lado de Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Milton Santos e outros.

Nos anos que se seguiram, entre 2005 até aproximadamente 2011, ainda que de forma intermitente, o programa de cursos, já reformulado, incluía os dois cursos originais – CRB, através de seus pensadores, e “Cidade e Projeto Popular” –, além da “Oficina de Metodologia Freireana” e um curso sobre a América Latina.

Nos últimos anos da primeira década do Centro, a modalidade foi reformulada de “curso de longa duração” para “seminários temáticos” que, embora tivessem relação entre si, não exigiam a obrigatoriedade de participação em todos os encontros. Assim, realizaram-se seminários temáticos ou ciclos de encontros sobre: “Desigualdade Social e Construção da Violência”; “Cidade, Juventude e Violência”; “Violência de Gênero”; “América Latina”; “Lutas do Povo Brasileiro”; e “A História que não foi contada”.

Grande parte da organização destes programas, mobilização e acompanhamento dos cursos foi, e continua sendo, realizada com trabalho voluntário mas, entre 2004 e 2010, aproximadamente, o Centro contou com uma secretaria operativa e uma pessoa contratada para as tarefas cotidianas. Esta secretaria operativa funcionou por alguns anos em uma sala junto ao CEPAT, no bairro Sítio Cercado, e, depois, em uma sala do CEFURIA, no centro da cidade. Atualmente, o Centro não conta mais com sede física, nem com pessoa contratada para tal finalidade, funcionando exclusivamente com trabalho voluntário, de militância social.

As experimentações do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani no último período (2012-2017)

A partir de 2012, o Centro passa por mais uma reestruturação. Após a assembleia de 16 de fevereiro daquele ano, na qual se cogitou da dissolução da entidade, um novo grupo de militantes da educação popular assumiu sua coordenação. O período seria caracterizado por experimentações em atividades formativas, as quais se desdobraram em cinco grandes linhas de atuação nos anos seguintes: 1) curso de formação para lideranças de várias comunidades de Curitiba e região; 2) trabalho de formação de base, em uma comunidade específica, a do Rio Bonito, em Curitiba; 3) organização de um curso para debater a formação do Brasil a partir de seus intérpretes clássicos, em parceria com uma rede de educação popular que, ao mesmo tempo, foi seu público preferencial; 4) organização de um curso aberto sobre as históricas lutas populares do Paraná; e 5) a organização de publicações sobre o conteúdo e experiência deste último curso, que o leitor tem agora em mãos.

Em 2012, após a assembleia de fevereiro, o novo grupo de militantes do Centro (que abrangeu pessoas participantes de organizações populares, como CEFURIA, Assembléia Popular, CEBs, CEPAT, CEBI, Jornal Brasil de Fato e Consulta Popular) começa a preparar atividades de formação política em parceria com o CEFURIA – Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo:

Após várias reuniões do coletivo do Centro com os educadores envolvidos no processo e o Conselho Gestor do PAA, foi elaborada uma proposta de Curso de Formação de Lideranças cujo eixo temático é a Soberania Alimentar e a Relação Campo-Cidade, entendidas a partir das desigualdades sociais existentes em nosso país. A atividade se constituiu de quatro encontros que, além do eixo temático já citado, inclui reflexões sobre as relações entre o Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais, Organização Popular, Movimentos Sociais, Trabalho e Desigualdades Sociais.⁵

O debate sobre a soberania alimentar, no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de seu conselho gestor, em Curitiba, com o qual atuava o CEFURIA, levou a um rico processo de reflexão e debate,

5 SOUZA, Ana Inês. Uma experiência em construção: inicia o curso de formação para lideranças do PAA. 2012. Disponível em: <http://santosmilani.blogspot.com.br/2012/09/uma-experiencia-em-construcao-inicia-o.html>

enfocando a relação entre campo e cidade que o tema evoca. Inevitavelmente, a inspiração veio de Milton Santos, para quem o espaço é constituído de nós e relações, ideias com as quais se torna mais fácil compreender o nexos que existe entre o alimento cultivado e produzido no meio rural e sua circulação e distribuição para o consumo no meio urbano. Ou, para usar a formulação límpida dos movimentos sociais do campo: “se o campo não faz roça, a cidade não almoça” e “se o campo não planta, a cidade não janta”.

Assim é que, entre 27 de agosto e 26 de novembro de 2012, sempre na última segunda-feira do mês, na Casa do Trabalhador, levou-se adiante a iniciativa de discutir o tema da **“Soberania alimentar, entre o campo e a cidade: curso de formação de lideranças do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) de Curitiba e Região Metropolitana”**. O programa geral do curso, com seus facilitadores, foi o seguinte:

27/08/2012 – PAA e soberania alimentar (Ana Inês Souza, Andréa de Barros)

24/09/2012 – Estado, sociedade e políticas públicas (Ricardo Prestes Pazello, Vanda de Assis)

29/10/2012 – Organização popular e movimentos sociais (Gustavo Erwin Kuss)

26/11/2012 – Trabalho e desigualdades sociais (Luzia do Rocio Pires Ramos)

É necessário ressaltar que a preparação do curso envolveu não só contato com os grupos do conselho gestor do PAA e do CEFURIA, mas também intensa atividade de autoformação, na qual se priorizou o debate sobre soberania alimentar, estado, movimentos sociais e trabalho.

Encerrado o curso e o ano de 2012, os integrantes do Centro de Formação avaliaram que a experiência foi rica, mas procuraram desdobrá-la de alguma maneira, de modo a que se pudesse dialogar com a base social alcançada pelo curso destinado às lideranças do PAA. Para tal intento, decide-se realizar uma experiência de trabalho de base com formação política, a partir das avaliações que se tornaram possíveis durante o curso de 2012. A este passo, chamou-se de **“Formação para lideranças do Rio Bonito (Curitiba)”**, tendo por objetivo realizar um acompanhamento mais direto com as lideranças de uma das comunidades. A região escolhida foi a do Rio Bonito (região sul de Curitiba, no bairro Campo de Santana) e as atividades realizadas entre 12 de março e 6 de agosto de 2013 envolveram debates sobre o papel da liderança, a comunidade como espaço de vida e o direito à cidade. Para este último, convidou-se o professor

José Ricardo Vargas de Faria, da UFPR e do Instituto Ambiens, que oportunizou as lideranças e os educadores entrarem em contato com o material do “jogo da cidade”, forma lúdica de se discutir as formas da desigualdade urbana e a articulação política para combatê-la.

Diante, porém, das limitações do Centro de Formação – a quase inexistência de recursos para assegurar a realização das atividades, a atuação voluntária de um corpo de militantes que tinha de conciliar suas atividades profissionais com a participação no trabalho de base e certa desmobilização, por conta de questões conjunturais, que acometeu a comunidade – há nova decisão coletiva por se modificar os rumos das propostas de formação, resgatando as experiências históricas que o Centro construiu, com a organização de cursos que permitissem refletir sobre nossa formação histórica, desde o ponto de vista dos que estão comprometidos com um Projeto Popular para o Brasil.

Nessa toada, o grupo de educadores populares entendeu que era o momento de se oferecer para a militância social de Curitiba e proximidades, um espaço para debater o Brasil. Talvez pressentindo as explosões das manifestações de rua de junho de 2013, enigma até hoje não resolvido pelo pensamento social crítico e de esquerda brasileiro, o Centro passa a, paralelamente às atividades do Rio Bonito, realizar ações de autoformação sobre os intérpretes clássicos do Brasil, entre fevereiro e junho. A inspiração imediata foi a “Série Realidade Brasileira”, lançada em 2012 pela Escola Nacional Florestan Fernandes, com seis vídeos e cartilhas sobre Madre Cristina, Paulo Freire, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Celso Furtado. Os materiais – que depois teriam novos volumes – têm o intuito de subsidiar o Curso Realidade Brasileira (CRB) que é organizado desde o início dos anos 2000 para debater um projeto de nação. De alguma forma, o CRB, fazendo parte da história do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, pôde ser revivido, com metodologia adequada às condições possíveis, no curso que passaria a ser organizado no segundo semestre daquele ano, intitulado **“Clássicos do Pensamento Brasileiro”**.

Antes da realização do curso, porém, o Centro de Formação realizou duas atividades importantes: uma roda de conversa sobre análise de conjuntura a respeito das jornadas de junho/julho, realizada na sede do Instituto de Filosofia da Libertação a 22 de julho de 2013, com César Sanson, professor da UFRN e antigo coordenador do Centro; e uma assembleia eleitoral, realizada na sede

do CEFURIA a 17 de setembro do mesmo ano, que reconduziu à coordenação do Centro o grupo que já havia assumido desde 2012, com Ana Inês Souza (coordenação geral), Jonas Jorge da Silva (coordenação financeira) e Ricardo Prestes Pazello (coordenação administrativa), além de Vanda de Assis, Andrea de Barros e Karen Albini como componentes do conselho fiscal.

Portanto, entre 28 de setembro de 2013 e 24 de agosto de 2014, o aludido curso aconteceu bimestralmente, durante finais de semana, em 6 encontros ocorridos na Casa do Trabalhador. Neste momento, a organização do curso foi compartilhada com a RECID – Rede de Educação Cidadã, que se interessou pela proposta formativa, indicando a seus educadores que delas participassem. A programação, com seus(uas) respectivos(as) assessores(as), foi a seguinte:

- 28-29/09/2013 – Caio Prado Júnior (Fernando Leitão da Rocha Júnior)
- 30/11-1º/12/2013 – Florestan Fernandes (Ricardo Prestes Pazello e Pedro Carrano)
- 22-23/02/2014 – Celso Furtado (Lafaiete Santos Neves)
- 26-27/04/2014 – Darcy Ribeiro (Luzia do Rocio Pires Ramos)
- 19-22//06/2014 – Paulo Freire (Antônio Fernando Gouvêa da Silva e Ana Inês Souza)
- 23-24/08/2014 – Milton Santos (Adilar Cigolini)

O êxito do curso foi evidente, apesar de alguns percalços esperados (como a dificuldade da manutenção dos inscritos durante as seis etapas, mesmo o curso sendo integralmente gratuito; outro senão foi o fato de o curso não ter abordado o pensamento de uma mulher brasileira, ainda que esta dificuldade tivesse sido enfrentada pelo coletivo, formado predominantemente por mulheres, sem se conseguir chegar a uma solução). No entanto, os integrantes do Centro, já em fins de 2014, propunham-se ao desafio de não repetir o mesmo curso para o período seguinte. Surge, então, a ideia de afunilar o debate sobre nossa formação histórica a partir do caso paranaense.

Para 2015, em parceria com o CEPAT, a proposta envidada foi a de debater as lutas populares do Paraná. O grande objetivo era subsidiar a militância social do estado e recuperar o imaginário de lutas locais, desfazendo a impressão de que a região não teve conflitos e resistências. Ao contrário, os estudos comprovavam que existiu uma epopeia de lutas e revoltas, algumas das quais foram, inclusive, vitoriosas em contexto armado.

Assim é que tem vez o curso “**Lutas populares no Paraná**”, realizado entre 28 de março e 28 de novembro de 2015. Sobre o curso se falará mais no próximo item. Aqui, vale apenas lembrar que, seguindo a metodologia das atividades anteriores, a organização do curso foi precedida de formação interna, na qual, entre 10 de setembro e 5 de novembro de 2014, projetou-se um conjunto de debates (introdução à história do Paraná, formação étnica, experiências anarquistas, Guerra do Contestado) que se refletiria no curso de 2015.

Com grande demanda e adesão, o curso sobre o Paraná revelou a lacuna da educação formal sobre o assunto mas também dos espaços de formação dos movimentos populares e sindicais. Levando em consideração esta questão é que a coordenação do Centro resolveu dedicar o final de seu mandato para a **organização de livro** com artigos que relatassem os episódios apresentados durante o curso. Convidados todos os assessores que debateram as lutas populares no Paraná, o ano de 2016 foi integralmente dedicado a isto, bem como o início de 2017, momento em que se redige a presente introdução. Os oito textos passaram por revisão e debate da coordenação do Centro, que concebeu mais esta ocasião como oportunidade de formação interna. A depender das condições que se desenhem, o Centro pretende “traduzir” os artigos científicos que compõem o livro e elaborar cartilhas que permitam difundir o conhecimento sobre essas lutas, a partir da educação popular – tal como propiciou a “Série História Social do Trabalho”, editada pelo CEFURIA, em seu trabalho de base e escolas de formação.

Por fim, há de se destacar que durante todo este período, o Centro de Formação não deixou de manter-se conectado com a parceria italiana que motivou sua criação. Portanto, é possível relatar que em abril de 2012, setembro de 2014 e fevereiro de 2017, foram realizadas atividades que permitiram os **encontros Brasil-Itália**, ou seja, de integrantes do Centro brasileiro e italiano. Afora o caso de 2014, que ocorreu na Itália com a presença de Ana Inês Souza, os demais se deram no Brasil, com a visita sempre marcante do padre Flávio Luciano, dentre outros valiosos companheiros daquele país.

Como se pode ver, o período de 2012 a 2017 foi bastante frutífero, forjando novas perspectivas para a formação política em Curitiba e revivendo o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani. A presente publicação, aliás, é a prova concreta disso.

O curso “Lutas populares no Paraná” (2015) e o presente livro

A historiografia oficial, aquela em que prevalece a visão de mundo das elites econômicas e políticas, raramente consegue lidar com as contradições provenientes dos movimentos de lutas e resistências daqueles que questionam e enfrentam uma estrutura social que condena os de baixo da pirâmide social ao flagelo, pobreza e, em muitas situações, ao extermínio. Nesse sentido, a chamada “história oficial” coloca na invisibilidade o protagonismo dos grupos e organizações populares, suas lutas e revoltas. Tem-se, assim, um verdadeiro enquadramento da memória.

Felizmente, sempre é possível reinterpretar o passado em função dos combates do presente e daqueles que se prevêem para o futuro. Se os “dominadores” procuram apresentar um discurso bem articulado, que camufla as contradições sociais, por sua vez, os “dominados”, mesmo reprimidos, procuram se opor à “memória oficial”, principalmente em momentos de crise.

É sob este prisma que nasceu a proposta do curso “Lutas Populares no Paraná”, uma vez que se percebe uma grande carência de referências do passado àqueles que, hoje, procuram resistir à tirania dos desmandos do poder econômico e político em solo paranaense. Se, como é sabido, no Paraná existe, sim, uma importante história de luta e resistência popular, por que não a visibilizar?

Foi com este intuito que nasceu a proposta do curso, fruto de uma parceria estratégica entre o Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani e o CEPAT, organizações que possuem uma longa história de atuação conjunta. Com esta iniciativa, buscou-se fortalecer as organizações, movimentos sociais e sujeitos a partir do estudo, memória e compreensão das principais lutas e resistências populares no Paraná, formando lideranças sociais para que possam ser multiplicadoras dos temas abordados.

O curso se deu em oito etapas, com encontros mensais, aos sábados, sempre das 8h às 18h, totalizando 68 horas de formação, de março a novembro de 2015. De um modo geral, 106 pessoas passaram pelo curso, com uma média de 45 pessoas por etapa. Os encontros ocorreram na Casa do Trabalhador, referência histórica para os movimentos populares, localizada no bairro Sítio Cercado, periferia de Curitiba, sendo notório que tal ambiente favoreceu o convívio e o estreitamento de laços entre os participantes, que neste mesmo local aproveitavam os momentos de refeição para a partilha e troca de experiências.

Todas as etapas foram fruto de um intenso trabalho de preparação prévia, com reuniões diversas e seleção de textos, vídeos e outros documentos a respeito dos temas abordados. Também houve uma criteriosa seleção dos assessores(as), grandes pesquisadores(as) ou reconhecidos militantes que dedicaram o seu tempo para preparar os conteúdos trabalhados. Também é preciso recordar toda a dedicação daqueles que voluntariamente contribuíram com a organização dos momentos de dinâmicas e místicas que antecediam e precediam a apresentação dos temas. Cabe também um agradecimento especial ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), responsável em certificar os participantes, por meio do registro da atividade como curso de extensão pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A sua programação esteve assim distribuída, quanto a datas e facilitadores:

28/03/2015 – Introdução crítica à história do Paraná (Angelo Aparecido Priori)

25/04/2015 – Lutas e resistências dos indígenas e negros no Paraná (Cassius Cruz e Éder Novak)

30/05/2015 – A Guerra do Contestado, 1912-1916 (Nilson Cesar Fraga)

27/06/2015 – A Revolta dos Posseiros, 1957 (Iria Zanoni Gomes)

29/08/2015 – A Guerrilha de Porecatu, 1947-1952 (Oswaldo Heller da Silva)

26/09/2015 – Povos e Comunidades tradicionais no Paraná (Roberto Martins Souza)

24/10/2015 – Da Colônia Cecília (1890-1894) à Greve Geral de 1917 em Curitiba (Ricardo Prestes Pazello)

28/11/2015 – Movimentos sociais na transição democrática (Ana Inês Souza e Lafaiete Santos Neves)

Para se ter uma ideia de como o curso se desdobrou cabe aqui um breve relato de suas etapas.

Falcatura e repressão foram duas palavras centrais na exposição do historiador Ângelo Priori, da Universidade Estadual de Maringá, durante a abertura do curso “Lutas Populares no Paraná”, no dia 28 de março, ao abordar o tema “Introdução crítica à história do Paraná”. Além da problemática fundiária, com a questão das grilagens em território paranaense, também foi enfatizada a marca da repressão aos movimentos sociais e à população mais pobre do estado.

A segunda etapa do curso, ocorrida no dia 25 de abril, com a temática “Lutas e resistências dos indígenas e negros no Paraná”, contou com a assessoria de Éder

da Silva Novak, membro e pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá, que discorreu sobre o tema que dá título a seu artigo, “Lutas e resistências dos povos indígenas no Paraná”. O segundo assessor foi Cassius Marcelus Cruz, estudioso da história e cultura africana e afro-brasileira, vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Extensão com Comunidades Tradicionais Afro-americanas do Centro de Estudos Rurais LAPA/CERES, da Universidade de Campinas, que abordou o tema da resistência negra em solo paranaense. No presente livro, Cruz escreve ao lado de Jefferson de Oliveira Salles, o artigo “Lutas, resistências e estratégias da territorialização negra no Paraná”. As duas contribuições evidenciaram que indígenas e negros jamais aceitaram passivamente a dominação e a submissão, ao contrário, é possível reconhecer as grandes estratégias de resistência daqueles que, vergonhosamente, foram forçados à escravidão e à espoliação.

“A Guerra do Contestado” foi o tema da terceira etapa do curso, que aconteceu no dia 30 de maio. Portando a bandeira dos camponeses insurreccionados e a foto do monge São João Maria, o assessor deste tema, Nilson Cesar Fraga, coordenador do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado – UEL e UFPR, destacou as principais facetas desse conflito e a violência gerada contra as populações pobres da região disputada entre o Paraná e Santa Catarina, debates inclusos em seu artigo “Contestado, a guerra que manchou de sangue os sertões do Paraná e de Santa Catarina: 100 anos depois, o silêncio e a invisibilidade sobre a luta camponesa, ainda imperam no Brasil”. Os caboclos que enfrentaram as forças do aparelho estatal não podem ser considerados os derrotados, mas, ao contrário, como frisou o assessor, são os “heróis de uma luta desigual”.

Despindo-se de qualquer floreio e convicta dos aprendizados que a vida lhe conferiu, da sua infância pobre às escolhas políticas que sua própria história a fez tomar, na quarta etapa do curso, realizada no dia 27 de junho, a socióloga Iria Zanoni, que viveu na região sudoeste do Paraná, mais que falar sobre, fez memória da “Revolta dos Posseiros”, tema que trabalhou a partir de seu próprio livro, pioneiro no assunto, intitulado “1957: A revolta dos Posseiros” (1986), publicado pela editora Criar, e que também nomeia seu artigo na presente coletânea. Nesse episódio, os colonos tiveram que decidir entre lutar pela vida de suas famílias e por suas terras ou retornar para seus lugares de origem. Felizmente, fizeram a primeira opção, em um processo de tomada de consciência, organização coletiva e expulsão das companhias de terras que os ameaçavam.

Já na sexta etapa do curso, no dia 29 de agosto, o assunto trabalhado foi a “Guerrilha de Porecatu”, considerada “o pontapé inicial da organização camponesa”, conforme salientou Osvaldo Heller da Silva, professor de sociologia rural da Universidade Federal do Paraná, que apresentou este importante capítulo da história de lutas populares no Paraná, fruto de sua tese de doutoramento já publicada em livro e da qual se extraiu um trecho para compor o livro – “Guerrilha de Porecatu: o evento fundador do Partido Comunista”. A Guerrilha de Porecatu trouxe para o cenário político novas reivindicações e forçou uma nova representação social do homem e da mulher do campo. Apesar de uma derrota no campo da luta armada, Porecatu é símbolo de uma vitória moral, pois é a semente da qual brotou muitas outras experiências de lutas nas quais camponeses e camponesas nunca mais deixaram de se ver como protagonistas de sua própria história.

Com a assessoria do professor Roberto Martins de Souza, do Instituto Federal do Paraná e pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais, no dia 26 de setembro, realizou-se a sétima etapa do curso, com o tema “Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná”. Foi muito importante compreender a realidade social desses grupos e suas estratégias de resistência, tendo em vista que, há pouco mais de uma década, no Paraná, pouco se ouvia falar das reivindicações e da luta dessas comunidades, que passaram a se organizar e lutar por seus direitos, buscando o reconhecimento do Estado para as suas demandas e defendendo o seu próprio modo de vida. Aqui, conta-se também com uma contribuição do assessor, o artigo “Identidades coletivas, territórios e “novos” movimentos sociais no Paraná”.

“Da Colônia Cecília à Greve Geral de 1917” foi o tema abordado na penúltima etapa do curso, ocorrida no dia 24 de outubro por Ricardo Prestes Pazello, que escreveu artigo homônimo. Membro da Coordenação do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani e professor de antropologia jurídica da Universidade Federal do Paraná, Pazello fez um exercício de correlação entre a experiência anarquista da Colônia Cecília (1890-1894), em Palmeira, e a Greve Geral de 1917, que também teve impactos em Curitiba. Os dois eventos podem ser lidos e interpretados no interior do que se pode considerar o ciclo anarquista de lutas populares no Brasil (1888-1922). A retomada desses dois episódios é fundamental para se desfazer a desertificação do imaginário sobre o Paraná.

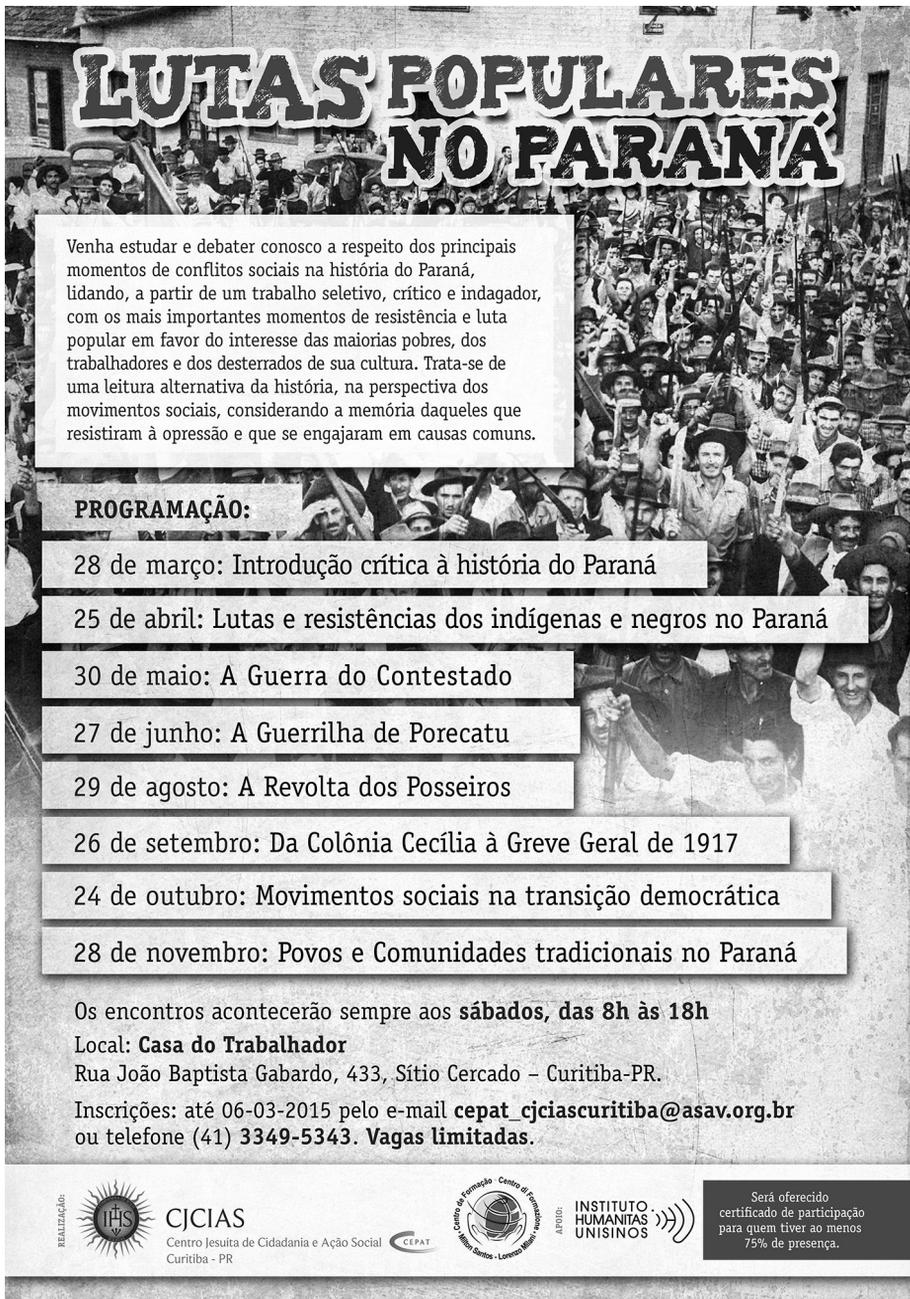
Por fim, na última etapa do curso, ocorrida no dia 28 de novembro, foi o momento de se ater ao tema “Movimentos sociais na transição democrática”,

com a assessoria do professor de economia da UFPR Lafaiete Santos Neves e da educadora popular Ana Inês Souza, da coordenação do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani. Por meio da construção de uma linha do tempo, contemplou-se as principais organizações e demandas populares nos anos antecedentes e posteriores à abertura democrática no Brasil e, de forma mais específica, analisou-se o movimento popular em Curitiba, com destaque para a importância das Comunidades Eclesiais de Base e o contexto de criação do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, além do movimento de luta pelo transporte coletivo na cidade. Ambos contribuem com o artigo denominado “Movimentos sociais na transição democrática e a luta do transporte coletivo”, escrito especialmente para o presente livro.

Assim, após tão intensos estudos, ficou ainda mais nítida a importância do resgate histórico de todas essas experiências de lutas populares. Ao final, muitos participantes expuseram a necessidade de novas edições desta proposta de formação, o que vem sendo avaliado e considerado para o cenário futuro de atuação do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani. Certamente, a experiência advinda de todas essas etapas de formação é uma importante base para se aperfeiçoar a proposta trabalhada, sempre no intuito de manter viva a memória daqueles que fizeram valer as utopias de um mundo melhor para se viver.

O Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani, por meio de seus coordenadores, espera que o livro ora apresentado a público sirva de contribuição, ainda que modesta, para o resgate do imaginário das lutas populares paranaenses e o estímulo para o aprofundamento dos estudos sobre esta importante história convenientemente esquecida pelos donos do poder e do saber. Vida longa às lutas populares no Paraná!

Curitiba, verão de 2017



LUTAS POPULARES NO PARANÁ

Venha estudar e debater conosco a respeito dos principais momentos de conflitos sociais na história do Paraná, lidando, a partir de um trabalho seletivo, crítico e indagador, com os mais importantes momentos de resistência e luta popular em favor do interesse das maiorias pobres, dos trabalhadores e dos desterrados de sua cultura. Trata-se de uma leitura alternativa da história, na perspectiva dos movimentos sociais, considerando a memória daqueles que resistiram à opressão e que se engajaram em causas comuns.

PROGRAMAÇÃO:

- 28 de março: Introdução crítica à história do Paraná
- 25 de abril: Lutas e resistências dos indígenas e negros no Paraná
- 30 de maio: A Guerra do Contestado
- 27 de junho: A Guerrilha de Porecatu
- 29 de agosto: A Revolta dos Posseiros
- 26 de setembro: Da Colônia Cecília à Greve Geral de 1917
- 24 de outubro: Movimentos sociais na transição democrática
- 28 de novembro: Povos e Comunidades tradicionais no Paraná

Os encontros acontecerão sempre aos **sábados, das 8h às 18h**
 Local: **Casa do Trabalhador**
 Rua João Baptista Gabardo, 433, Sítio Cercado – Curitiba-PR.
 Inscrições: até 06-03-2015 pelo e-mail cepat_cjciascuritiba@asav.org.br
 ou telefone (41) 3349-5343. **Vagas limitadas.**

REALIZAÇÃO:  **CJCIAS**
 Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social  CEPAT

APÓIO:  **INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS** 

Será oferecido certificado de participação para quem tiver ao menos 75% de presença.

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

Éder da Silva Novak¹

Introdução

A história do Brasil ensinada nas escolas, de uma forma geral, continua não abordando a participação dos povos indígenas no processo de formação deste país. Nos raros momentos da presença desta temática nos livros didáticos e nas salas de aula, a história indígena é caracterizada por uma série de mitos, que acabam reforçando os preconceitos e visões negativas em relação aos povos indígenas. Omitidos muitas vezes da nossa história ou tratados de forma romantizada ou vitimada, os indígenas não são considerados sujeitos históricos e suas histórias e culturas diferenciadas não são devidamente compreendidas.

Dessa forma, é preciso demonstrar que os povos indígenas constituem suas estratégias políticas para a defesa dos seus interesses, principalmente, no que tange aos seus territórios tradicionalmente ocupados. Tais atitudes são muitas vezes tratadas com descaso pelos órgãos indigenistas e interpretadas com uma série de estereótipos por grande parte da sociedade não indígena. Torna-se essencial entender o processo histórico de constituição de cada grupo indígena e seus territórios, revelando suas complexidades, interesses, divergências e conflitos, entendendo, assim, as reivindicações dos indígenas de forma mais pertinente que as descrições unilaterais, dicotômicas e polarizadas da atualidade.

O objetivo deste capítulo é demonstrar o protagonismo indígena na história do Paraná, sobretudo, nas primeiras seis décadas do período republicano, no qual concentram a maior parte dos estudos do autor deste texto. Entretanto, será descrito um breve histórico do processo de ocupação do território que veio a ser o Estado do Paraná, seus primeiros habitantes e a presença indígena

1 Professor do Colegiado de História na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Campus de Paranavaí); Doutorando em História Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM).

anteriormente à chegada dos europeus. Também uma descrição rápida das relações entre indígenas e não indígenas na Província do Guairá, durante a era colonial, e no período imperial, quando se constituiu a Província do Paraná. Uma atenção maior será dada às atividades da política de catequese na primeira década republicana e aos territórios reservados aos indígenas durante a primeira metade do século XX. Por fim, algumas considerações quanto à atualidade dos povos indígenas no Paraná.

Breve descrição da história indígena no Paraná: da chamada pré-história aos tempos imperiais

Pesquisas arqueológicas revelam a presença de habitantes em solo paranaense há pelo menos 9 mil anos. Estas primeiras populações foram denominadas pelos arqueólogos como Tradições, sendo reconhecidas e diferenciadas por seus artefatos que sobreviveram ao processo de decomposição e possibilitam certa compreensão da forma de vida e da história dos primeiros habitantes do território paranaense. Foram identificadas três Tradições: Umbu, Humaitá e Sambaqui. As descobertas arqueológicas revelam a existência das duas primeiras nos planaltos e interior do Estado, enquanto a última é encontrada na costa litorânea do Paraná.²

Há aproximadamente 2.500 anos estas terras paranaenses recebiam novos grupos vindos de distintas regiões. Destaque aos indígenas das etnias Guarani e Kaingang. Os primeiros oriundos dos rios Madeira e Guaporé, grandes afluentes do rio Amazonas, que há 3.000 anos iniciaram suas migrações rumo ao sul, ocupando os vales dos grandes rios da bacia hidrográfica do rio Uruguai, como o rio Paraná e seus afluentes Paranapanema, Ivaí, Piquiri, Iguaçu, entre outros. Já os Kaingang, simultaneamente, começaram seus deslocamentos saindo da bacia do rio Francisco, na zona central brasileira, em direção ao sul, atingindo os planaltos paranaenses nos vales dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu.

Portanto, estas duas etnias citadas já estão presentes no Paraná há mais de 25 séculos e devem ter incorporado ou destruído as populações denominadas de Tradições pelos arqueólogos. Pesquisas demonstram uma grande quantidade

2 Para maiores detalhes sobre as primeiras populações que habitaram o território paranaense ver: MOTA; NOELLI, 1999 e NOELLI, 1999-2000.

de sítios arqueológicos destes dois grupos indígenas por praticamente todo o Paraná, revelando a existência de uma alta densidade demográfica antes mesmo da chegada dos europeus. Além disso, evidenciam uma disputa territorial entre Guarani e Kaingang, que promoveram conflitos bélicos para o domínio das terras, num jogo de rivalidades e alianças, que ainda hoje pode ser percebido.³

A chegada dos europeus apresentou um novo contexto para os povos indígenas do Paraná. Naquele instante os Guarani ocupavam as terras litorâneas e também a maior parte dos vales dos rios Paraná e Paranapanema. Dessa forma, foram os primeiros a entrar em contato com espanhóis e portugueses, promovendo relações ora amistosas, ora conflituosas e até mesmo traições meticulosamente planejadas para garantir seus objetivos, como a defesa dos seus territórios. Em todo o século XVI dezenas de expedições foram organizadas pelos europeus para o reconhecimento da América, cruzando terras onde se constituiu a Província do Guairá. Muitas delas foram dizimadas pelos grupos indígenas como a de Aleixo Garcia, em 1525, e Pero Lobo, em 1531. Enquanto os Guarani traçavam suas relações com os europeus, os Kaingang protegiam seus territórios na parte centro-sul do Paraná, não permitindo o acesso das expedições, como narra o relato de Cabeza de Vaca, líder de uma numerosa expedição em 1541.

Ao final do século XVI, padres jesuítas iniciaram a organização das reduções, na tentativa de agrupar os indígenas e convertê-los à fé cristã. Por toda a Província do Guairá, aproximadamente 14 reduções foram instaladas, como a de Santo Inácio, nas margens do rio Paranapanema, que hoje dá o nome a uma cidade no mesmo local. Simultaneamente, os espanhóis instalavam cidades no Guairá, para ter controle da região, como Vila Rica do Espírito Santo, nas margens do rio Ivaí, hoje localizada na cidade de Fênix.

Disputas entre jesuítas e fazendeiros espanhóis eram muito comuns pelo controle da mão de obra indígena. No entanto, os indígenas também faziam sua leitura do contexto, buscando as reduções para obter brindes, ferramentas, vestimentas, alimentação e mesmo refúgio e proteção em caso de perseguições de grupos inimigos ou de fazendeiros que desejavam escravizá-los. Eram muito comuns as lamentações dos padres jesuítas, solicitando verbas às Coroas e a Roma, porque sem recursos os indígenas não ficavam nas reduções.

3 Mais informações sobre a história dos Kaingang e Guarani antes da chegada dos europeus ver: MOTA; NOVAK, 2008; MOTA; NOELLI, 1999 e NOELLI, 1999-2000.

Tal contexto sofreu novas alterações com a chegada dos bandeirantes paulistas que durante grande parte do século XVII buscaram aprisionar indígenas no Guairá e levar até São Paulo como mão de obra. Isto promoveu confrontos acirrados entre jesuítas e bandeirantes e entre estes e indígenas, que acabou resultando em inúmeras mortes, como a de Manuel Preto, ferido por flechas envenenadas. Ao final, as cidades espanholas e as reduções jesuítas foram destruídas pelos paulistas e os indígenas se dispersaram pelo Guairá ou acompanharam os padres para fundar os Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul (MOTA; NOVAK, 2008).

Durante o século XVIII, a descoberta do ouro nos vales do rio Tibagi, bem como novas expedições para expandir a colonização a mando da Coroa Portuguesa, como as organizadas por Afonso Botelho, nos campos de Guarapuava, promoveram conflitos sangrentos com os grupos indígenas, sobretudo, os Kaingang, que habitavam estas localidades.

Estas ações se intensificaram na primeira metade do século XIX com o avanço das fazendas na margem direita do rio Tibagi, com as do Barão de Antonina, e a conquista dos campos de Guarapuava, através das expedições de Diogo Pinto. Todas estas ações não ocorreram de forma pacífica, pois os grupos indígenas buscaram defender seus territórios frente à invasão dos colonizadores. A guerra de conquista⁴ das áreas habitadas pelos indígenas não ocorreu sem resistência, sem luta e sem ações estratégicas dos seus povos. Cada palmo de terra foi duramente conquistado através da força das armas, das instituições e das relações de poder, caracterizando uma renhida e sangrenta luta, na qual os indígenas atuaram enquanto sujeitos históricos.⁵

Durante o período provincial, buscou-se a constituição dos aldeamentos, novamente com o objetivo de agrupar os indígenas, facilitar o avanço das frentes colonizadoras e assegurar a paz entre colonos e indígenas no Paraná. Entregues à administração de ordens religiosas, como a dos Capuchinhos, a política de catequese nos aldeamentos não obteve grandes resultados, já que os indígenas permaneciam aldeados quando havia recursos suficientes para a aquisição de objetos em geral, ferramentas, brindes, alimentos, roupas e mesmo proteção dos ataques de grupos inimigos.⁶

4 Guerra de Conquista é um conceito de LIMA, 1995.

5 Para mais detalhes sobre as relações indígenas e não indígenas durante o período colonial no Paraná, ver: MOTA; NOVAK, 2008; MOTA, 2009 e MOTA, 1997.

6 Os aldeamentos indígenas do Paraná Provincial são bem aprofundados em MOTA, 2000.

Dessa forma, os conflitos entre indígenas e colonos eram constantes, pois os primeiros não aceitavam deixar seus territórios ocupados desde tempos imemoriais, e os segundos não abriam mão de expandir suas fazendas no coração das áreas habitadas pelos indígenas. Neste contexto, os indígenas entrecruzavam suas políticas, ora com ações amistosas, buscando obter os recursos dos aldeamentos, ora com estratégias conflituosas, em defesa dos seus territórios.

Ao final do período provincial, as frentes expansionistas caminhavam em direção a todo o território paranaense. Nas primeiras décadas republicanas, até meados do século XX, ocorreria mais uma etapa do processo de espoliação dos territórios indígenas, com o completo avanço das frentes colonizadoras e a transformação da natureza e da terra em mercadorias, atingindo significativamente a forma de vida, a história e a cultura dos povos indígenas no Paraná. Ao mesmo tempo, representou mais uma etapa da luta e resistência destes povos, que diante de contextos desfavoráveis, souberam lidar cotidianamente com os não indígenas, assegurando parte dos seus antigos territórios e constituindo-se enquanto populações diferenciadas entre si e dos não indígenas.

Os aldeamentos indígenas e a política de catequese no Paraná República (1889-1900)

A primeira década republicana foi marcada por todo um debate em torno da política indigenista: por um lado os influenciados pelo pensamento positivista, defendendo uma política protecionista, com mecanismos de transformação do indígena em trabalhador nacional; por outro lado representantes da igreja, monarquistas, que pregavam a continuidade do serviço de catequese e a conversão do indígena. O governo do Paraná, durante os primeiros anos da república, manteve a política de catequese, como tentativa de agrupar os indígenas em locais delimitados e “convertê-los à civilização”, no intuito de liberar terras para as frentes colonizadoras.⁷

Algumas tentativas de fundar novos aldeamentos indígenas acabaram fracassadas, como por exemplo, o aldeamento indígena de Catanduvas, no extremo oeste do estado, em março de 1891, entre Guarapuava e a colônia militar de Foz do Iguaçu, que não chegou sequer a sair do papel. Muitas divergências por

7 Para mais detalhes sobre a política indigenista no Paraná da Primeira República ver NOVAK, 2006.

detrás da política dos aldeamentos, que não apresentavam bons resultados e não atingiam os objetivos esperados pelo governo, já desde os tempos provinciais, recebendo duras críticas (Mota, 2000).

Entretanto, os aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara, instalados durante o Paraná Provincial, situados nas margens no rio Tibagi, continuaram suas atividades de catequização, dependendo de recursos públicos, para atender as demandas dos responsáveis pela administração dos aldeamentos e dos grupos indígenas ali instalados. Tais aldeamentos tiveram suas atividades encerradas apenas em julho de 1900. Conforme Novak (2006), enquanto os aldeamentos perduraram, os indígenas utilizaram destes locais para a obtenção de equipamentos, objetos, ferramentas, brindes, alimentos, bem como uma forma de refúgio e proteção, devido a embates com grupos rivais.

Contudo, não ficavam aldeados na escassez de recursos e voltavam a seus territórios de outrora quando não tinham mais interesses nas atividades dos aldeamentos. Dessa forma, trata-se de um contexto com múltiplos atores: governo, elites agrárias, imigrantes, colonos, indígenas, com objetivos diferentes e estratégias políticas próprias, no qual todos buscavam garantir suas vontades, traçando ações estratégicas a cada novo acontecimento.

Isto pode ser evidenciado em atos legais do governo do Paraná daquele momento, como o Decreto nº 5, de 4 de setembro de 1893, em que o vice-governador do Estado, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, cedeu um crédito extraordinário de dez contos de réis (10:000\$000) para atender as despesas com o serviço de catequese indígena nos aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara, considerado de grande utilidade pública.⁸

Estes créditos também foram citados no Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização, referente aos anos de 1893 e 1894.⁹ O serviço de catequese era algo ainda concreto no pensamento das autoridades do Paraná, mas que não pode ser definido apenas enquanto práticas religiosas e ensinamentos cristãos por um missionário aos grupos indígenas aldeados. A distribuição de brindes, ferramentas, alimentos, bem como o pagamento aos serviços prestados pelos aldeados, também faziam parte do serviço de catequese e se tratavam das reivindicações dos indígenas, uma vez que não atendidas, poderiam abandonar os aldeamentos.

8 Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Decreto nº 5, de 4 de setembro de 1893.

9 Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização desenvolvido pelo secretário João Baptista da Costa Carvalho Filho, apresentado ao governador do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, em 01 de outubro de 1894. p. 68-69.

Dessa forma, novos créditos foram abertos para atender as despesas com os aldeamentos, conforme a Lei nº. 125 de 22 de dezembro de 1894 e pelo orçamento previsto para o ano de 1895 que já definia uma verba de seis contos de réis (6:000\$000) para atender às necessidades com o serviço de catequese.¹⁰ Em 6 de fevereiro de 1896, a Lei nº. 183 concedeu nova verba de seis contos de réis (6:000\$000) aos aldeamentos de São Jerônimo (dirigido por João Ferreira de Miranda Mathilde) e São Pedro de Alcântara (diretor Julio Corrêa de Bittencourt, nomeado em 16 de julho de 1896, substituindo o falecido Frei Thimoteo de CastelNuevo).¹¹

Tabela 1

CATECHESE						
Lei n. 125 de 21 de dezembro de 1894 Art. 4.º parágrafo 6.º Verba = 6:000\$000						
Exercício 1895						
Data da requisição			n. do ofício	A quem mandou-se pagar	Natureza da despesa	Importância
dia	Mês	ano				
16	Outubro	1895	923	Abreu & Comp.	Fornecimento feito aos índios	338\$000
19	Novembro	1895	1025	João F. de Miranda Mathilde	Despesas aldeamento S. Jeronymo	1:110\$999
14	Dezembro	1895	1076	Zacarias C. C. do Amaral	Ferramentas e mantimentos aos índios de Guarapuava	80\$000
25	Fevereiro	1896	227	João F. de Miranda Mathilde	Despesas aldeamento S. Jeronymo	1:651\$665
21	Março	1896	317	João F. de Miranda Mathilde	Despesas aldeamento S. Jeronymo	965\$999
Somma						4:146\$663

10 Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização apresentado ao Governador do Paraná, Dr. Francisco Xavier da Silva, pelo Secretário João Baptista da Costa Carvalho Filho, em 28 de outubro de 1895, p. 48.

11 Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização apresentado ao Governador do Paraná, Dr. Francisco Xavier da Silva, pelo Secretário João Baptista da Costa Carvalho Filho, em 28 de outubro de 1896, p. 31.

Tabela 2

CATECHESE						
Lei n. 183 de 06 de fevereiro de 1896 Art. 4.º parágrafo 6.º Verba = 6:000\$000						
Exercício 1896						
Data da requisição			n. do ofício	A quem mandou-se pagar	Natureza da despesa	Importância
dia	Mês	ano				
28	Fevereiro	1896	228	João F. de Miranda Mathilde	Despesas aldeamento S. Jeronymo	365\$3233
03	Março	1896	242	João F. de Miranda Mathilde	Despesas aldeamento S. Jeronymo	60\$000
28	Abril	1896	489	Abreu & Comp.	Fornecimento feito aos índios	240\$700
30	Maior	1896	592	João F. de Miranda Mathilde	Despesas aldeamento S. Jeronymo	885\$999
07	Agosto	1896	862	Julio Corrêa de Bittencourt	Despesas aldeamento S. Pedro de Alcântara	1:602\$000
Somma						3:154\$032

Como se vê nas Tabelas 1 e 2, os indígenas mantinham a sua política em relação aos aldeamentos, recebendo parte dos recursos e objetos destinados ao serviço de catequese, como alimentos e ferramentas. Embora os dois aldeamentos existentes se situassem na comarca de Tibagi, também ocorria o fornecimento de mercadorias aos indígenas de Guarapuava. Isto demonstra que os Kaingang dos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri procuravam os aldeamentos como fonte de recursos ou de refúgio devido às rivalidades com outros grupos e voltavam para seus tradicionais territórios depois de obter o desejado ou fornecer os objetos aos seus parentes em áreas mais distantes.

O projeto de catequizaçãe e aldeamento estava presente até mesmo nas concessões de terras a particulares, como a que ocorreu próximo às margens do rio Paranapanema, na qual o governo estabeleceu uma área de um milhão de hectares ao Sr. Manoel de Miranda da Rosa, para este fixar 130 mil imigrantes no local. O mais interessante desta concessão está na cláusula vigésima quarta que orientava “a proceder às catechese e aldeamento, nos pontos convenientes e à escolha do governo, dentro da zona a colonizar, dos índios nella existentes, de modo a torná-los aptos para os trabalhos agrícolas e industriais”.¹² A resis-

12 Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Relatório da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e

tência dos povos indígenas, quanto a sair dos seus territórios, colocava algumas ressalvas ao projeto de colonização pretendido pelo governo.

E a destinação de recursos à política de catequização dos indígenas seguiu até o final da década de 1890. Em 1896, pela Lei n.º. 234 de 21 de dezembro, uma verba no total de seis contos de réis (6:000\$000). Em 1898, através da Lei n.º. 277, de sete de janeiro de 1898, destinando três contos de réis (3:000\$000). No decorrer de 1899 mais duas concessões de recursos: a primeira em 9 de maio de 1899, pela Lei n.º. 325, num total de três contos de réis (3:000\$000); e a segunda em 28 de março de 1899, através da Lei n.º. 296, um crédito suplementar de (1:699\$998).¹³

Tabela 3

CATECHESE						
Lei n. 234 de 21 de dezembro de 1896 Art. 4.º parágrafo 6.º Verba = 6:000\$000						
Exercício 1897						
Data da requisição			n. do ofício	A quem mandou-se pagar	Natureza da despesa	Importância
dia	Mês	anno				
30	Outubro	1897	675	Lobo & Cia	Diversos objetos aos índios	434\$600
9	Dezembro	1897	758	João F. de Miranda Mathilde	Vencimentos de abril a setembro como diretor de São Jerônimo	800\$000
9	Dezembro	1897	759	Julio Corrêa de Bittencourt	Vencimentos de janeiro a setembro como diretor de S. Pedro de Alcântara	900\$000
28	Dezembro	1897	797	J. Castilho G. Medeiros	Brindes aos índios	422\$600
11	Março	1898	152	João F. de Miranda Mathilde	Vencimentos de outubro a dezembro como diretor de S. Jerônimo	399\$998
30	Março	1898	193	Julio Corrêa de Bittencourt	Vencimentos de outubro a dezembro diretor de S. Pedro de Alcântara	300\$000
Somma						2:957\$498

Colonização apresentado ao governador em exercício, Dr. José Pereira Santos Andrade, pelo secretário Candido Ferreira de Abreu em 01 de setembro de 1896. p. 15-18.

13 Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Relatório da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização apresentado ao governador Dr. José Pereira Santos Andrade pelo secretário Candido Ferreira de Abreu em 31 de dezembro de 1899.

Tabela 4

CATECHESE						
Lei n. 277 de 07 de janeiro de 1898. Verba = 3:000\$000						
Exercício 1899						
Data da requisição			n. do ofício	A quem mandou-se pagar	Natureza da despesa	Importância
dia	Mês	anno				
29	Março	1899	99	Bento Taborda	Objeto aos índios	209\$050
1	Abril	1899	45	Manoel da Silva Teixeira	Alimentação aos índios	72\$000
29	Março	1899	96	Abreu & Cia	Objeto aos índios	910\$350
Somma						1:191\$350

Tabela 5

CATECHESE						
Lei n. 325 de 09 de maio de 1899. Verba = 3:000\$000						
Exercício 1899						
data da requisição			n. do ofício	A quem mandou-se pagar	Natureza da despesa	Importância
dia	Mês	anno				
5	Setembro	1899	402	Manoel da Silva Teixeira	Alimentação aos índios	18\$000
27	Novembro	1899	558	João Ferreira M. Mathilde	Ordenado como diretor de São Jerônimo	399\$999
11	Dezembro	1899		Manoel da Silva Teixeira	Alimentação aos índios	24\$500
Somma						442\$499

Obviamente, esta política de destinação de verbas ao serviço de catequese era uma estratégia de tentar agrupar os povos indígenas em determinadas áreas, facilitando o processo imigratório e de colonização, buscando evitar os conflitos entre indígenas e colonos. No entanto, não se pode ignorar a política e as ações dos grupos indígenas no Paraná. Como diz Balandier (1987), todas as sociedades humanas produzem políticas e assimilam as transformações de um novo contexto histórico.

Dessa forma, a interpretação da fonte documental é essencial para perceber os múltiplos atores envolvidos no processo histórico analisado. Ver o documento em todas as suas dimensões e suas intencionalidades, revelando toda a

sua complexidade. As verbas designadas aos aldeamentos indígenas não eram simplesmente para o pagamento dos salários aos seus diretores. Revela também uma parte da história tradicionalmente omitida: as estratégias políticas das populações indígenas em relação aos aldeamentos.

As tabelas apresentadas mostram o resumo das despesas dos aldeamentos e a designação dos custos ajudam a compreender esta questão. Os valores gastos para a compra de diferentes objetos, brindes, ferramentas, alimentos aos indígenas aldeados, reafirmam as ações estratégicas das populações indígenas que não desejavam abandonar seus costumes, mas se aproveitavam dos recursos investidos nos aldeamentos.

As verbas, portanto, não eram apenas para o pagamento dos vencimentos dos diretores dos aldeamentos. Os povos indígenas se articulavam para pressionar os administradores, exigindo os objetos, ferramentas, alimentos e mesmo recursos em dinheiro, em troca de algumas atividades realizadas nos aldeamentos. Assim, o agrupamento de indígenas nestes locais não pode ser tratado de forma unilateral, como uma imposição do Estado, mas, sim, analisado na perspectiva da “situação colonial”, apresentada por Balandier (1993), que destaca o jogo de reciprocidades e os interesses múltiplos em cada contexto histórico.

Com a política de catequese o governo estadual objetivava também diminuir os conflitos entre indígenas e colonos, buscando assegurar a política de imigração e o avanço da colonização. Entretanto, os conflitos ainda aconteciam, refletindo a política contraditória e equivocada utilizada pelo governo do Paraná ao tratar a questão indigenista, provocando indignação dos indígenas e ações violentas. Um exemplo desses conflitos, mesmo em áreas próximas aos aldeamentos, ocorreu no dia 07 de abril de 1891, quando um grupo de Kaingang atacou viajantes no caminho de São Jerônimo e um indígena foi morto. Para revidar a morte do companheiro, os Kaingang incendiaram o acampamento de colonos nas margens do rio Congonha. Conforme Novak (2006), os indígenas cruzavam suas políticas. Ora se apresentando nos aldeamentos, de maneira pacífica, para obter recursos e objetos, ora utilizando ainda os ataques como forma de defesa de seus territórios, provocando um clima de medo e de tensão nos representantes das frentes colonizadoras.

Com os resultados dos aldeamentos praticamente nulos, somados à existência ainda dos conflitos e toda uma pressão do contexto nacional, na qual o pensamento positivista influenciava uma nova forma de tratar a questão indígena, o governo do Paraná decidiu pelo encerramento das atividades de catequese nos

aldeamentos. Um novo caminho, de caráter assistencialista e humanista, começou a predominar nos assuntos relacionados à política indigenista. Neste contexto, em 1900, o governo do Paraná decidiu dispensar de vez os diretores dos aldeamentos indígenas, através do Decreto nº. 5, de 3 de julho de 1900, já que o orçamento não previa mais verbas ao serviço de catequese. A partir de então, a política indigenista se voltaria para a reserva de terras aos grupos indígenas.

Os territórios indígenas no Paraná (1900-1950)

A partir do advento da república e da extinção dos aldeamentos indígenas no Paraná, uma das estratégias adotada pelos grupos indígenas do Estado foi assegurar parte dos seus tradicionais territórios, apresentando às autoridades políticas paranaenses, solicitações de demarcação de suas terras. Com a intensificação da política de colonização no Paraná, as populações indígenas estabeleceram formas de garantir seus interesses, sobretudo, vinculados às questões territoriais, atuando enquanto sociedades políticas e sujeitos históricos.

Os representantes do Estado e das frentes colonizadoras promoveram suas estratégias para assegurar os avanços expansionistas, estabelecendo um novo processo de desterritorialização dos grupos indígenas no Paraná. No entanto, este contexto não deve ser caracterizado como uma via de mão única, na qual o poder colonizador impôs, sobre o colonizado, suas políticas e ações. Enfatiza-se, novamente, uma interpretação na perspectiva da “situação colonial”, de Balandier (1993), em que os personagens envolvidos desenvolveram suas estratégias, revelando-se em políticas ora de confrontação, ora de convergência, de subordinações intencionais e de relações de reciprocidades e de jogo de interesses.

No início do século XX, vários decretos reservaram terras aos indígenas, afirmando que estes haviam abandonado a forma “nômade” de sobrevivência e necessitavam de uma parcela de terras para se dedicarem a lavoura. Além disso, mostravam a existência de grupos indígenas espalhados por todo o Estado e que o ideal do governo era o seu agrupamento nas áreas reservadas, liberando extensões de terras para a colonização. Através de uma política indigenista laica e humanista, com ações de tutela aos índios, a perspectiva era a “civilização” dos indígenas, buscando impor a estes uma nova forma de vida, promovendo o abandono de suas práticas tradicionais de vida. A verdade é que tal integração

ao modo de vida da sociedade envolvente não aconteceu, tornando-se mais vontade do Estado, do que realidade.¹⁴

Mota (2000) demonstra que já durante o Paraná Provincial, lideranças indígenas buscavam contatos com os representantes da Província para a garantia dos seus territórios. As ações na fazenda São Jerônimo levaram à “doação” de terras aos índios pelo Barão de Antonina, ainda em 1859, na margem direita do rio Tibagi.¹⁵ O autor ainda enfatiza as reivindicações do grupo Kaingang liderado pelo cacique Francisco Luís Tigre Gacon, no final da década de 1870, exigindo do governo provincial uma área nas imediações de Guarapuava, culminando em uma Circular de 23 de dezembro de 1878 e pelo Ofício de 24 de dezembro do mesmo ano, reservando uma área aos indígenas na margem esquerda do rio Ivaí.¹⁶

Com o fim das atividades dos aldeamentos indígenas em 1900, o processo de reservas dos territórios aos indígenas se intensificou. Lembrando que a Constituição de 1891 atribuiu a responsabilidade aos Estados na tratativa da política indigenista. Neste contexto, em 5 de julho de 1900, o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, através do Decreto n.º. 6, reservou uma parcela de terras, no então município de Tibagi, aos índios Kaingang, na margem esquerda do rio Tibagi, “sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e a serra do Apucarana, no município de Tibagy” (PARANÁ, 1900).¹⁷ Esta área está representada no Mapa 1 e continha um total de 68.536 (ha).¹⁸

Em 31 de julho de 1901, através do Decreto n.º. 6, o governo do Paraná estabeleceu uma nova reserva de terras aos índios Kaingang, num total de 500 (ha), chefiados pelo cacique Jembrê, nas cabeceiras do rio das Cobras, no município de Guarapuava, com os seguintes limites: “A Este o rio das Cobras. A Oeste o rio União. Ao Sul a picada velha, que do Xagú vae á colonia da Fóz do Iguassú e ao Norte a picada nova que demanda a mesma colonia” (PARANÁ, 1901). Com limites não muito precisos nas cartas geográficas atuais, a área traçada continha 13.339 (ha), representada no Mapa 2.¹⁹

14 Mais detalhes em Tommasino (1995); Mota (2014).

15 Esta área resultou nas atuais Terras Indígenas Barão de Antonina e São Jerônimo, no município de São Jerônimo da Serra.

16 Trata-se da atual Terra Indígena Marrecas, situada nos municípios de Turvo e Guarapuava.

17 Refere-se a Terra Indígena Apucarantina, localizada no município de Tamarana.

18 Todos os Mapas foram colocados ao final do texto, para melhor ajustá-los conforme normas estabelecidas.

19 Trata-se da atual Terra Indígena Rio das Cobras, situada no município de Nova Laranjeiras.

Em 9 de setembro de 1901, através do Decreto n.º 8, o Estado do Paraná estabeleceu uma reserva de terras aos indígenas Kaingang dos caciques Pedro dos Santos e Paulino Arak-xó, na margem direita do rio Ivaí, no município de Guarapuava, com os limites “sitas entre o rio do Peixe, ou Ubásinho, desde a sua cabeceira até a sua fóz no rio Ivahy, este rio até a fóz do ribeirão do Jacaré, este á sua cabeceira e o cume da serra da Apucarana no municipio de Guarapuava” (PARANÁ, 1901). Esta área possuía 36.145 (ha) e está representada no Mapa 3.

No entanto, em 4 de maio de 1912, o cacique Paulino de Arak-xó encaminhou um requerimento ao governo do Estado, propondo a permuta de parte das terras da margem direita do rio Ivaí, com terras da margem esquerda. A proposta foi atendida pelo governo paranaense, conforme Decreto n.º 294, de 17 de abril de 1913.

Fica concedida permuta de reserva das terras ocupadas pelos índios ao mando do cacique Paulino Arak-xó, sitas entre os rios Ivahy, Peixe, Jacaré, Baile e uma linha que liga a cabeceira deste ultimo ribeirão ao rio Jacaré e que constituem parte daquele trata o Decreto N.º 8 de 9 de Setembro de 1901, pela reserva de terras devolutas fronteiriças, em área equivalente, situada na margem esquerda do rio Ivahy e compreendida entre os rios Barra Preta e Marrequinhas, ficando porém garantidas em sua plenitude, nesta ultima área, as posses ali existentes e que foram apoiadas em documentos legais (PARANÁ, 1913).

Assim, o grupo comandado pelo cacique Pedro dos Santos permaneceu do lado direito do rio Ivaí, com uma área de 19.205 (ha), situada entre os rios Peixe, Baile, Jacaré e a Serra do Apucarana. Já os chefiados pelo cacique Paulino de Arak-xó obtiveram uma área com 67.247 (ha), na margem esquerda do rio Ivaí, entre os rios Barra Preta e Marrequinha. Estas áreas estão representadas também no Mapa 3.

Entretanto, ocorreu uma série de conflitos entre indígenas e colonos nas proximidades da serra de Pitanga, na região do território obtido pelo grupo do cacique Paulino de Arak-xó. Jornais da época descreviam os acontecimentos – violência, assassinato, clima de guerra – que culminaram com a Guerra de Pitanga, em 1923.²⁰ Em 7 de fevereiro de 1924, na tentativa de amenizar o con-

20 Sobre os conflitos da Guerra de Pitanga ver Novak (2006); Mota e Novak (2008); e Eurich (2012).

flito, o governador do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, através do Decreto n°. 128, estabeleceu uma redução da área indígena:

As terras [...] abrangerão uma área de 36.000 hectares com as seguintes divisas: partindo das proximidades do Salto do Ubá no rio Ivahy, dividindo com as terras pertencentes aos sucessores do Cel. João Alberto Munhoz até as cabeceiras do arroio da Ariranha e d'ahi por uma linha secca com o rumo SE 23° 50° até encontrar o rio Marrequinha, por este abaixo até a sua confluencia do rio Ivahy, descendo este até as proximidades do salto do Ubá, onde foram iniciadas as respectivas linhas perimetricas (PARANÁ, 1924).

Embora o Decreto considerasse 36.000 (ha), os limites descritos permitiram a elaboração de uma área com 30.708 (ha), conforme Mapa 3.²¹

Em 2 de março de 1903, o governo do Paraná, através do Decreto n°. 64, estabeleceu uma reserva de terras na margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, no município de Palmas, atendendo uma solicitação dos índios Kaingang, sob a liderança do cacique Antonio Joaquim Cretan, com os seguintes limites: “a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado Grande á cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios, abaixo até ao Iguaçu que será a divisa norte” (PARANÁ, 1903). O Mapa 4 apresenta a área com extensão de 17.810 (ha).²²

Em 17 de agosto de 1915, conforme o Decreto n°. 591, o governador do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, reservou uma área aos índios Kaingang nas margens do rio Alonzo, um dos principais afluentes do rio Ivaí, nos toldos denominados Faxinalzinho, Palmital e Faxinal do Cambará, no município de Tibagi, totalizando uma área com 22.632 (ha), conforme Mapa 5.²³ O Decreto informava os seguintes limites:

Principiando na barra do rio do Rosario no rio Alonza, por este acima até a barra do arroio Bonito, por este acima até a primeira vertente acima da Pedra Branca, por esta vertente acima até a serra a procura de uma vertente que desagua ao lado esquerdo do arroio dos Poços, por este abaixo até o ribeirão das Formigas, e por este abaixo até o rio Barra Grande, por este acima até as cabeceiras, d'ahi pela divisa da fazenda da Apucarana até a cabeceira do rio Rosario e por este abaixo até a sua fôz onde começa (PARANÁ, 1915).

21 Estas áreas são as Terras Indígenas Ivaí, situadas no município de Manoel Ribas, e Faxinal, localizada em Cândido de Abreu, na margem esquerda e direita do rio Ivaí, respectivamente.

22 Refere-se à atual Terra Indígena Mangueirinha, situada nos municípios de Coronel Vivida, Chopinzinho e Mangueirinha.

23 Trata-se da atual Terra Indígena Queimadas, situada no município de Ortigueira.

Estas seis áreas reservadas aos indígenas nas primeiras décadas do século XX sofreriam uma nova iniciativa de espoliação, através do Acordo de 1949, analisado abaixo. Tais áreas não foram as únicas conquistadas pelos grupos indígenas no Paraná naquele contexto. São Jerônimo e Marrecas, ainda na Província, e outras áreas no chamado Norte Velho (Pinhalzinho e Laranjinha) e também na comarca de Palmas, divisa com Santa Catarina, além da regulamentação da área onde hoje é Mococa, foram reivindicações dos povos indígenas, regulamentadas pelo governo do Estado. E estes não eram os únicos locais com a presença dos indígenas no Paraná: no extremo oeste, com grupos Guarani; no noroeste, com os Xetá; bem como no leste e litoral, com também Guarani; são exemplos da luta contínua dos indígenas por seus territórios também na segunda metade do século XX, até o presente, como no caso Xetá.²⁴

Em virtude dos conflitos entre indígenas e colonos, intensificados com o aumento dos imigrantes e migrantes no Paraná, durante toda a primeira metade do século XX, as autoridades políticas buscaram concretizar seu desejo de liberar terras para o processo de colonização, reduzindo as áreas dos indígenas, sob a alegação de regularização dos territórios e proteção aos chamados “silvícolas”, demonstrando a ideia de tutela presente na política indigenista da época, caracterizada pelo pensamento assimilacionista e integracionista.²⁵

Em 12 de maio de 1949, firmou-se um acordo entre os governos do Estado do Paraná e da União, sendo publicado no Diário Oficial Federal nº. 114, em 18 de maio daquele ano. O objetivo era “a regularização das terras destinadas aos índios no território daquele Estado e a prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas” (BRASIL, 1949). O acordo contou com a participação do governador do Paraná, Moisés Lupion, e o Ministro da Agricultura, Daniel Serapião de Carvalho, como representante da União. O documento cita que as terras reservadas aos índios no Paraná se encontravam em situação irregular e necessitavam ser reestruturadas, para o estabelecimento definitivo dos indígenas e sua propriedade plena das terras.

24 Para mais detalhes sobre as reservas de terras no Paraná da Primeira República ver Novak (2006).

25 Sobre esta política indigenista ver Oliveira & Freire (2006).

A proposta era revogar o estabelecido pelos Decretos do início do século XX. A alegação, pelos agentes do Estado, da ocupação permanente dos territórios pelos indígenas, era uma forma de considerar as áreas adjacentes às sedes das aldeias como “terras devolutas”. Nesta perspectiva, ignoravam a forma de vida dos grupos indígenas, suas relações com o seu território, a caça, a pesca, a coleta de alimentos e que, além da área com suas moradias, também mantinham estreitas e tradicionais relações com áreas mais distantes, mas que na visão e no desejo dos representantes da sociedade envolvente tratava-se de terras desocupadas. Na verdade, grande parte das áreas, no momento do acordo, já estava ocupada por foreiros, sob proteção dos chefes dos postos indígenas, representantes do Serviço de Proteção ao Índios (SPI), que arrendavam as terras para aumentar a renda do posto, faziam contratos com serrarias para a extração da madeira, sobretudo o pinheiro, e outros recursos do interior das áreas indígenas.

O acordo abordava seis áreas indígenas: Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha. O critério para a reestruturação destas terras era demarcar 100 (ha) por família indígena de 5 pessoas e mais 500 (ha) para localização do Posto Indígena e suas dependências. Os aspectos tradicionais e culturais, presentes nas sociedades indígenas, como suas famílias extensas, suas relações com o território e suas formas distintas de vida não foram considerados. Pelas informações contidas no acordo foram definidos 20 hectares (ha) por pessoa. O Quadro 1 demonstra a quantidade de indígenas que vivia em cada área, considerando o cálculo e o tamanho das terras definidas pelo governo.

No entanto, o acordo de 1949 não se concretizou por completo. Algumas áreas não foram reestruturadas conforme o desejo do governo do Paraná, como demonstrado adiante. Além disso, antes de se afirmar que o acordo foi uma imposição do Estado e da União, colocando os indígenas como vítimas, é preciso entender os interesses despertados nas comunidades indígenas com a possibilidade de propriedade das terras, bem como demais propostas contidas no acordo, como a retirada dos intrusos das áreas definidas aos indígenas, reservando a estas terras completamente livres. Sem contar que ainda obrigava o Estado a criar toda uma estrutura nas terras indígenas, como escolas, enfermarias, galpões, casas, além da entrega de instrumentos e ferramentas agrícolas.

Quadro 1: Terras Indígenas conforme proposta do Acordo de 1949

Terras Indígenas	Tamanho da Área (ha)	Área (ha) do Posto Indígena	Número de Famílias	População Indígena	Média (ha) por Indígena
Apucarana	6.300	500	58	290	20
Faxinal	2.000	500	15	75	20
Ivaí	7.200	500	67	335	20
Mangueirinha	2.560	500	21	105	20
Queimadas	1.700	500	12	60	20
Rio das Cobras	3.870	500	34	170	20
TOTAL	23.630	3.000	207	1.035	-

Fonte: Brasil (1949)

Conforme análise de cada área indígena envolvida no processo de reestruturação proposto pelo acordo, os conflitos entre os indígenas e representantes da sociedade envolvente eram constantes. Os limites territoriais reservados aos índios no início do século XX não foram respeitados pelas frentes de expansão colonizadora, culminando na presença dos chamados intrusos no interior dos territórios indígenas, proporcionando as tensões e um clima de hostilidades. Neste contexto, a proposta de posse definitiva de parte de suas terras, livres dos intrusos, mais a estrutura citada, não poderia interessar aos grupos indígenas?

Assim, o acordo de 1949 deve ser interpretado no contexto do jogo de interesses entre os personagens envolvidos, ressaltando as estratégias políticas estabelecidas por todos os sujeitos participantes. Entender as ideias convergentes e divergentes que marcaram o processo de reestruturação de cada área indígena. Perceber que, se por um lado, a reestruturação ocorreu conforme planejado pelo Estado e União, como em Ivaí, Faxinal e Apucarantina; por outro lado, ela não se concretizou como desejavam as autoridades políticas, em Queimadas, Rio das Cobras e Mangueirinha. O processo histórico de constituição de cada Terra Indígena é essencial para entender as especificidades, convergências e divergências que caracterizaram as negociações durante a execução do acordo de 1949.

O Quadro 2 permite uma análise das Terras Indígenas envolvidas no acordo. A sua extensão no início do século XX, reservada pelos Decretos do governo do Paraná, a área proposta pelo Acordo em 1949, bem como a área e a população atual, além da média de hectares por indígena.

Quadro 2: Dados das Terras Indígenas citadas no acordo de 1949

Terra Indígena	Município	Área (ha) início século XX	Área (ha) proposta em 1949	Área (ha) Atual	População Indígena Atual	(Ha) atual por indígena
Apucarana	Tamarana	68.536	6.300	5.575	1.415	3,9
Faxinal	Cândido de Abreu	19.205	2.000	2.044	605	3,8
Ivaí	Pitanga , Manoel Ribas	67.247	7.200	7.306	1.687	4,3
Mangueirinha	Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha	17.810	2.560	16.376	1.475	11,1
Queimadas	Ortigueira	22.632	1.700	3.078	429	7,2
Rio das Cobras	Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras	13.339	3.870	18.682	2.264	8,3
TOTAL				53.061	7.875	Média: 6,4

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010); Site (www.funai.gov.br).

Como se observa, o processo de desterritorialização dos grupos indígenas foi mais intenso nas Terras Indígenas Apucarana, Faxinal e Ivaí. Estudos detalhados de cada área indígena envolvida no acordo de 1949 precisam ser realizados para entender as razões da redução territorial em algumas áreas e a não redução ou redução parcial em outras.²⁶ O importante é enfatizar a participação ativa dos grupos indígenas em todo este processo, articulando-se com os demais sujeitos envolvidos: representantes do SPI, políticos, colonos, membros das companhias de colonização, comerciantes, latifundiários, entre outros. A documentação do período revela sinais concretos desta atuação e da política indígena.

No entanto, não se pode negar o processo de empobrecimento cultural e material das populações indígenas, além da redução drástica de suas terras. Ao comparar as informações constantes nos Quadros 1 e 2 ficam evidentes as razões das dificuldades de sobrevivência das comunidades indígenas e sua luta constante na reivindicação por novas áreas demarcadas. A proposta do acordo de 1949 era atribuir em média 20 (ha) de terras para cada indígena. Mesmo nas áreas em que não se consolidou a proposta de redução territorial – como em Mangueirinha e Rio das Cobras –, a relação área/pessoa é muito inferior que o planejado em 1949, quando já não se considerava a forma tradicional e diferenciada de vida dos indígenas.

26 Os Mapas ao final do texto demonstram o processo de desterritorialização de cada Terra Indígena.

A situação se agrava nas Terras Indígenas onde ocorreu a redução proposta pelo acordo de 1949. O aumento demográfico nestas áreas nas últimas duas décadas, somado ao desgaste do solo, a diminuição dos recursos naturais, a ineficiência dos órgãos e das políticas indigenistas e o descaso geral do poder público, dificultam a sobrevivência das populações indígenas em suas terras. Diferentes alternativas são adotadas por estes grupos, que precisam buscar fora de suas terras condições mínimas de sobrevivência. Portanto, a presença dos indígenas, cada vez mais notada nos espaços urbanos, assim como nas universidades, deve ser entendida a partir deste novo contexto, como ações estratégicas de sujeitos históricos e sociedades políticas em defesa dos seus interesses e concretização dos seus objetivos.

Algumas considerações da atualidade

A segunda metade do século XX e os primeiros anos do XXI não deixaram de apresentar novas ameaças às Terras Indígenas por todo o Paraná. Nas décadas de 1950 e 1960, na região Noroeste do Estado, nos municípios de Umuarama, Icaraíma, Douradina, etc., ocorreu praticamente um genocídio da etnia Xetá. Conforme Silva (1998), estima-se que dos 1.500 a 2.000 Xetá existentes naquelas localidades não sobreviveram mais que uma dezena. Hoje, a grande maioria dos sobreviventes Xetá e seus descendentes vive na Terra Indígena São Jerônimo, à espera pela demarcação de sua área entre os municípios de Ivaté e o distrito da Serra dos Dourados.²⁷

Também as usinas hidrelétricas provocaram novas cenas de lutas dos grupos indígenas, como parte dos Guarani, que tiveram suas terras alagadas pelo lago de Itaipu e que ainda hoje reivindicam o atendimento das indenizações e das novas terras para sua sobrevivência. De forma semelhante, muitas Terras Indígenas foram comprometidas com as usinas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) por todo o Estado, como a recente Hidrelétrica de Mauá, no rio Tibagi. Conhecedores da legislação e cientes dos seus direitos, os povos indígenas se articulam para solicitar as indenizações devidas e os cuidados para a não ameaça de sua forma tradicional de vida. Isto ficou claro na negociação

27 Sobre a história dos Xetá ver o vídeo disponível no site: https://www.youtube.com/watch?v=_aUyib-tAl0 (Acesso em 09/03/2015). Também consultar as obras de SILVA, 1998 e MOTA, 2013.

entre a COPEL, Ministério Público e Comunidade Indígena do Apucarantina, que tratou dos valores devidos aos últimos pela construção da usina em território indígena, ainda nos fins dos anos 1940.

Ainda vale destacar todas as ações dos povos indígenas do Paraná com o objetivo de proteger suas terras e seus recursos, frente às tentativas de invasão dos fazendeiros, dos madeireiros, dos donos de portos de areia, de pedreiras, etc., que insistem em contrariar as normas e cometer novos esbulhos nas áreas ocupadas pelos indígenas. Há de ressaltar também a busca pela sobrevivência frente ao descaso dos órgãos indigenistas e do poder público federal, estadual e municipal. Além disso, a luta frente aos mandos e desmandos de latifundiários, que queimam os taquarais das áreas indígenas, poluem com agrotóxicos as minas d'água, jogam veneno com seus pulverizadores aéreos sobre as aldeias, interceptam caminhões pipa e de doações de roupas e alimentos para não cheguem até aos indígenas, sem contar os assassinatos, as ameaças, as perseguições, muitas vezes com apoio político e militar, que amedrontam e aterrorizam as comunidades indígenas de todo o Estado.

Estes são alguns dos motivos da comovente situação de miserabilidade existente nas Terras Indígenas do Paraná na atualidade. Entretanto, mais uma vez se destaca a política indígena que não se cansa de encontrar formas para superar todas as dificuldades apontadas e dar melhores condições de vida aos integrantes das comunidades indígenas do Estado. O papel dos caciques e demais lideranças foi destaque para a implementação do Vestibular Indígena no Paraná, que desde o começo deste século, já possibilitou o ingresso de dezenas de estudantes indígenas nas universidades públicas do Estado. Muitos já se formaram e vêm atuando junto à comunidade nas escolas, nos postos de saúde, nas áreas sociais, jurídicas, ambientais, etc.

Nas escolas das Terras Indígenas o bilinguismo e outras atividades no processo de letramento das crianças e adolescentes têm promovido o conhecimento e a celebração dos rituais e elementos culturais, com a participação dos mais velhos de cada comunidade, promovendo uma integração dos diferentes saberes.

A venda do artesanato constitui a mais importante fonte de renda dos grupos indígenas do Paraná, que precisam se deslocar para cidades distantes, para vender suas cestarias e adornos, tornando-se mais visíveis aos olhos da sociedade não indígena, sujeitando-se a todo tipo de preconceito e outras reações, devido à falta de conhecimento da história e cultura dos

povos indígenas. As roças coletivas e familiares nas Terras Indígenas, bem como os recursos dos programas sociais, como o trabalho como diaristas em fazendas vizinhas, usinas e comércio, complementam a renda das comunidades indígenas.

Conclusão

Como sujeitos históricos, os povos indígenas também estabeleceram suas estratégias frente à política indigenista, ora com ações pacíficas, quando os objetivos eram convergentes com a sociedade colonizadora, ora com atitudes conflituosas, quando as divergências prevaleciam. As duas abordagens mostram caminhos diferentes adotados pelos indígenas para a conquista dos seus interesses, mas caminhos que devem ser compreendidos dentro do conceito de “situação histórica”, proposto por Oliveira Filho (1998), no qual cada grupo modela suas ações dentro de um contexto histórico.

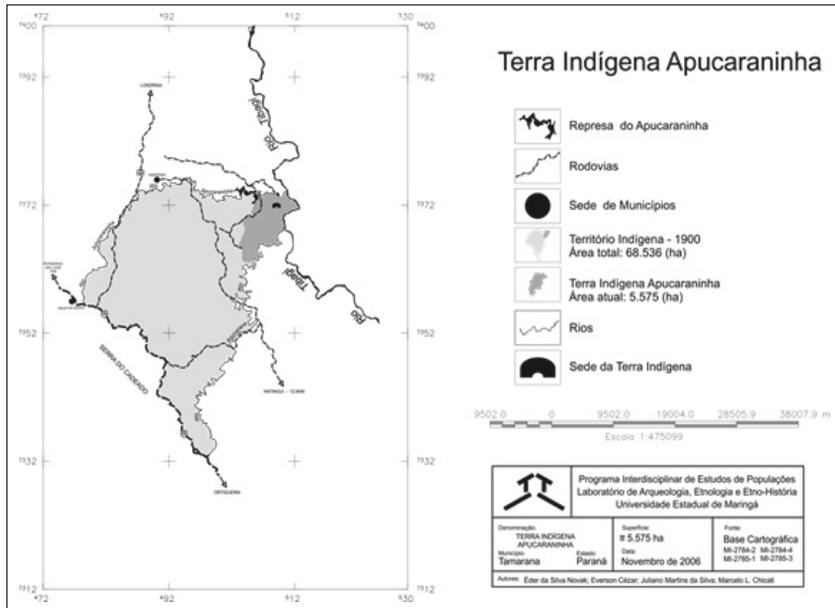
Conclui-se que não é adequada uma abordagem histórica de viés impositivo, como se fosse uma via de mão única, em que os representantes coloniais, através do poder político, mandassem e desmandassem nos indígenas. A verdade, como aponta Tommasino (1995), em relação aos aldeamentos, é que os grupos indígenas apenas utilizavam dos recursos investidos pelo serviço de catequese, mas não aceitavam se enquadrar no modo de vida do “branco” desejado pelos diretores dos aldeamentos. Vivendo em uma nova “situação histórica”, os indígenas estabeleceram políticas próprias para se relacionarem com a chamada sociedade envolvente.

Dessa forma, se a política indigenista não contemplava os interesses dos indígenas, estes não aceitavam tudo de forma passiva e impositiva sobre suas comunidades e seus territórios. Percebendo as transformações em cada contexto histórico, os povos indígenas elaboraram ações estratégicas na defesa dos seus interesses, sobretudo, de suas áreas ocupadas. Assim, frente a política indigenista, destacou-se a política indígena, como apontado no processo de reestruturação dos territórios indígenas, durante a primeira metade do século XX. Estas análises devem levar em conta a ideia de “situação colonial” (BALANDIER, 1993), na qual os jogos de interesses retratam o contexto de negociações, aproximações e conflitos, envolvendo os personagens de cada momento histórico. Se por um lado, o governo do Paraná desejava a liberação de

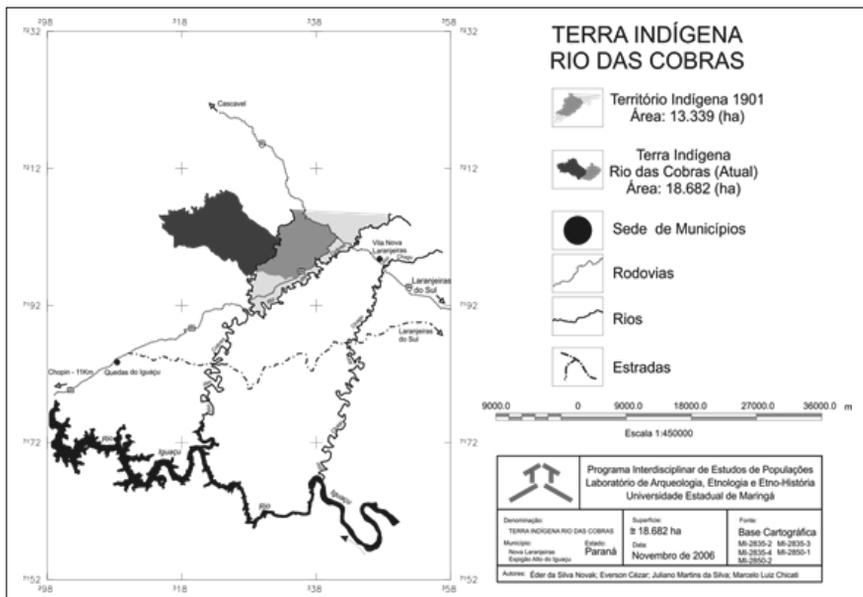
terras para as frentes de expansão colonizadora, por outro, os grupos indígenas, historicamente atuantes em defesa de seus territórios, seja através de políticas de alianças e reivindicações pacíficas, seja através de atos de violência e dura resistência, buscaram formas de agir frente ao novo contexto.

Isto não representa negar o empobrecimento cultural e a redução territorial drástica para grande parte da população indígena, que culminou em situações de miséria e grandes dificuldades para a sobrevivência em muitas terras indígenas do Estado. Todavia, foi mais um exemplo de que a política indigenista não pode ser tratada sem levar em conta a política indígena. Esta foi responsável pela manutenção de parte dos seus territórios tradicionais e por assegurar suas formas diferenciadas de vida.

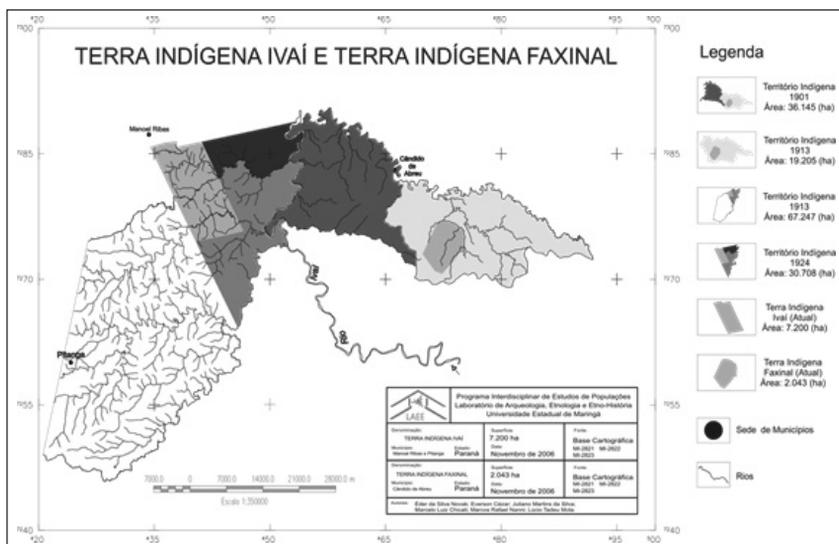
Mapa 1: A Desterritorialização dos Kaingang do Apucarantina



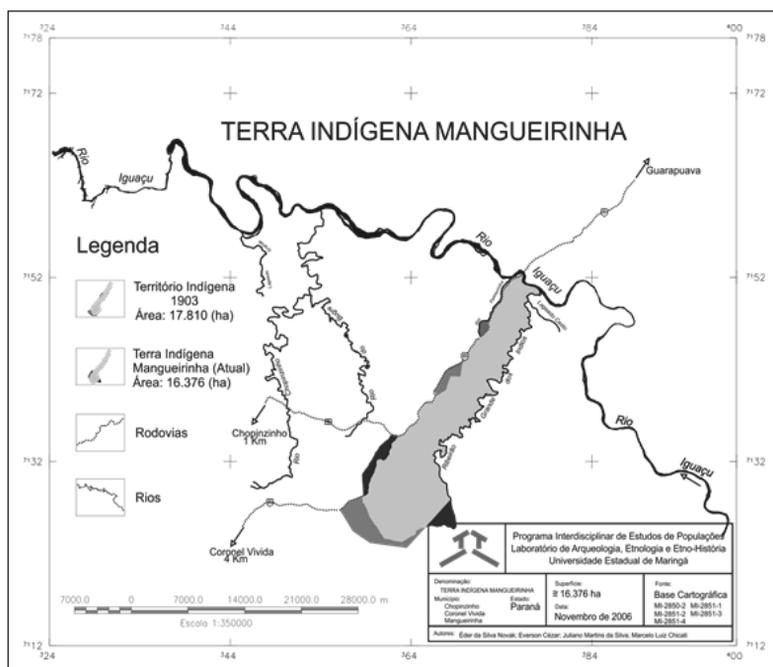
Mapa 2: Terra Indígena Rio das Cobras



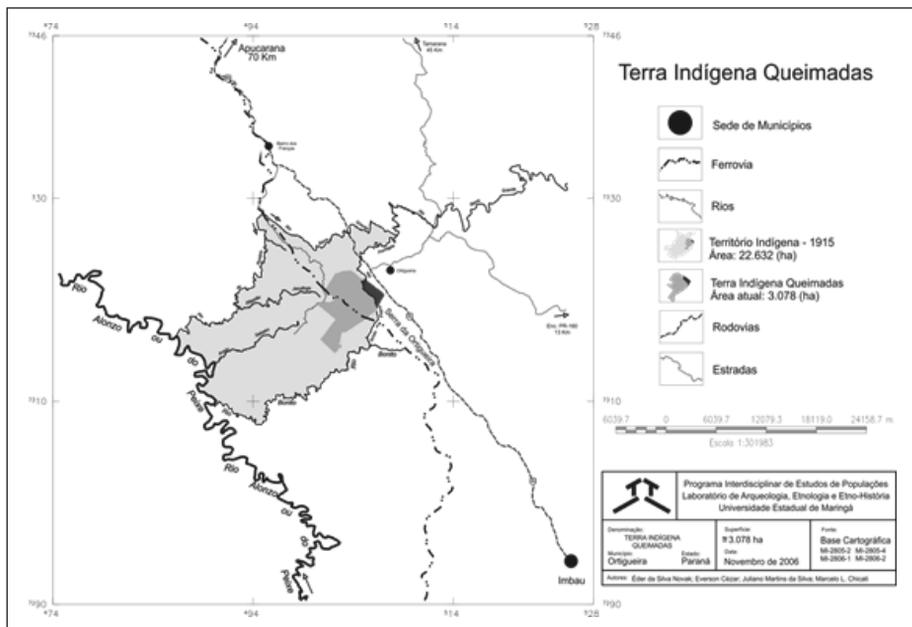
Mapa 3: O Processo de Desterritorialização das Terras Indígenas Ivaí e Faxinal



Mapa 4: Terra Indígena Mangueirinha



Mapa 5: Terra Indígena Queimadas



Referências²⁸

- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campos*, n. 3. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário, p. 107-131, 1993.
- BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. Lisboa, 1987.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Vozes: Petrópolis, 1995.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *Os Xetá no vale do rio Ivaí 1840 - 1920*. 1. ed. Maringá: Eduem, 2013.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Aos Quatro Ventos, Curitiba, 2000.
- MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do rio Tibagi/PR no início do século XX. In: *Antíteses*, v. 7, n. 13, 2014. pp. 358-391.
- MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. In: *Revista de História Regional*, Vol. 2 (1): 1997. p. 187-207.
- MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999. p. 5-19.
- MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. Os Kaingang do vale do rio Ivaí: histórias e relações interculturais. Eduem, Maringá, 2008.
- NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.
- NOVAK, Éder da Silva. *Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República – 1889 a*

28 Os Decretos e Requerimento citados estão presentes no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba. Já o acordo de 1949 encontra-se no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Uma cópia de toda esta documentação está presente no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá – Paraná, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Presença Indígena na Formação do Brasil*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Brasília, 2006.

SILVA, Carmem Lúcia da. *Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia: Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

LUTAS, RESISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DA TERRITORIALIZAÇÃO NEGRA NO PARANÁ

Cassius Marcelus Cruz¹
Jefferson de Oliveira Salles²

Introdução

O texto a seguir foi elaborado com a intenção de subsidiar a abordagem da temática de Lutas e Resistências dos Negros no Paraná e tem por finalidade contribuir para visualizar a variedade de estratégias adotadas por ex-escravizados e seus descendentes para conquistarem e consolidarem sua liberdade. Estratégias essas que possibilitaram formação de um *campesinato negro ou mestiço* (MARQUES, 2009) em territórios que representaram um enclave negro e caboclo no período escravocrata e posteriormente no contexto de implantação do capitalismo no campo paranaense. Sob essa chave de leitura acreditamos que tanto as ações que deram origem às comunidades remanescentes de quilombos quanto aquelas adotadas para manter seus territórios são expressões de luta e resistência da população negra paranaense.

Ainda que tomemos como referência um conjunto reduzido de casos, a opção por partir das experiências desses territórios justifica-se por compreendermos que suas trajetórias ancestrais e coletivas para constituir e consolidar uma base espacial para seus projetos de liberdade situam-se em

-
- 1 Possui graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), especialização em História e Cultura Africana e Afrobrasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná e IPAD (Instituto de Pesquisa da Afrodescendência) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas e pesquisador vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Extensão com Comunidades Tradicionais Afroamericanas do Centro de Estudos Rurais LAPA/CERES e ao Observatório de Conflitos Rurais em São Paulo.
 - 2 Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (2003), Especialista em Educação do Campo (UFPR 2007), mestre em sociologia (2013). Tem experiência na área de História, com ênfase na questão agrária e movimentos sociais do campo. Atualmente é assessor técnico Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná, onde atua no Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, Eixo Política Agrária e Memória, Verdade e Justiça.

campo mais abrangente das lutas populares no Paraná, sobretudo naquelas situações em que as populações camponesas elaboram formas de contraposição a seus antagonistas e envolvem-se em contextos de conflitos.

Fugas, Quilombos e Insurgências de escravizados no Vale do Ribeira-PR e Campos Gerais

A fuga e a formação de quilombos são predominantemente compreendidas como as expressões mais nítidas de resistência dos africanos escravizados nos períodos colonial e imperial no Brasil. No Paraná alguns dos quilombos que se formaram ao longo dos rios Ribeira de Iguape e Pardo remetem suas origens às fugas de escravizados das fazendas de Iporanga no século XIX.

Essas formas de insurgência à escravidão preocupavam a subdelegacia local, que remetendo-se ao Presidente de Província de São Paulo mencionava que:

Por informações dadas por alguns moradores do Rio Pardo do Districto desta freguesia que, nos sertões de mesmo rio distante d'esta vinte e cinco léguas mais ou menos, sertões que divisam com o da Província do Paraná, se achão aquilombados alguns escravos fugidos do Norte desta Província he de necessidade destruí-los pois que do contrario torna-se mais perigoso e graves prejuízos, consta mais que para ali tem se dirigido alguns criminosos que talvez estejam reunidos, e como esta subdelegacia querendo ver se pode batel-os e não podendo o fazer algum dispêndio não so pela distância como pelo perigo da viagem do Rio por ser caudaloso, embora os donos dos escravos tenham de pagar as despesas, não se podendo fazer por já ter acontecido com captura de alguns escravos nestam os donos leval-os para mandarem pagar e nunca mais se lembrão que he devido a não se poder conserval-os desta Freguezia por não offerecer segurança e ia por mais de huma vez tenho representado para remediar-se com esse melhoramento urgente que ate hoje tem sido esquecido. Tenho de fazer lembrar Vossa Excelência que com gente do lugar na pode fazer diligencia de tal natureza por ser perigoso e mesmo alguns avisão aos que se pretende capturar; Vossa Excelência a ter de mandar alguns permanentes para esse fim [...] (...). (Carta do Subdelegado de Polícia de Iporanga, 28 de Setembro de 1863 *apud* ITESP, 2000)

Conforme essas informações a configuração geográfica da região, pela distância em relação à sede da Freguesia e “pelo perigo da viagem do Rio por ser caudaloso” e que entrecorta “serras e vales encaixados” (FERNANDES, 2007, p.15), dificultava seu acesso e a tornava espaço propício para os escravizados fugidos estabelecerem-se. Entretanto, no que diz respeito às diligências de captura dos escravizados fugidos, não apenas a configuração geográfica, mas também a cumplicidade de alguns moradores da região, que avisavam os que se pretendiam capturar, dificultavam seu sucesso.

Essa cumplicidade indica a articulação de redes de relações sociais de proteção às comunidades que se formavam e poderiam contribuir para superar algumas das limitações dos povoamentos locais. Diante das dificuldades de colonização da região e de sua baixa densidade demográfica na época, a presença dos sujeitos que haviam se libertado da escravidão através da fuga podia se apresentar como um elemento potencial para o desenvolvimento de relações econômicas e sociais mais dinâmicas. Anos antes um outro ofício já caracterizava as dificuldades que se apresentavam para a colonização na região:

Do lado direito da Ribeira no Rio Pardo que desagua no rio da Ribeira acima da Freguesia de Iporanga, há também para o Centro muitas terras devolutas mas com circunstancias desfavoráveis a Colonização em todos os sentidos e muito especialmente porque tanto a navegação do dito rio, é sempre perigosa por causa das grandes e numerosas caxoeiras. [...] mais ou menos dois dias de navegação deste lugar [...] nos limites da Provincia do Paraná [...] as terras são muito próprias pra de todo gênero de plantação, com propriedade de estabelecer-se fazendas de criar (Ofício da Câmara Municipal de Xiririca *apud* Fernandes, 2007, p. 29)

A presença dos escravizados fugidos na região acabou potencializando a articulação da localidade com a economia regional, sobretudo no contexto de diversificação produtiva e de suas relações com outros mercados, sobretudo no que diz respeito à comercialização do arroz pois:

a capacidade do vale em fornecer arroz em quantidades propícias à comercialização com outros Estados era derivada não apenas dos latifúndios presentes na região, mas também da miríade de pequenos produtores negros instalados por conta própria no local a partir da decadência da mineração (ITESP, 2000, p. 106).

É dessa miríade de pequenos produtores negros que derivaram as comunidades que se autodeclararam remanescentes de quilombos nos municípios de Adrianópolis (João Surá, Porto Velho, São João, Córrego das Moças, Córrego do Franco, Três Canais, Praia do Peixe e Sete Barras) e Guaraqueçaba (Rio Verde e Batuva).

Nos Campos Gerais um dos casos conhecidos de insurgência que possibilitou a fuga de africanos escravizados e seus descendentes foi a Revolta da Fazenda Capão Alto da cidade de Castro. Tal fazenda, que desde meados do século XVIII era administrada pela Ordem do Carmo, passou por um processo de desagregação e reorganização no qual as terras foram abandonadas por membros da ordem e deixadas sob a administração de trabalhadores escravizados. Situação na qual formaram uma comunidade nessas **terras da santo**³ com normas internas de regulação e pertencimento.

Vivião elles em uma republica, cujo chefe supremo era a Santa, a quem ouvião e de quem recebião todas as manhãs com a benção as ordens do dia. Assim que amanhecia estravão todos os escravos na capella, prostravão-se com todo respeito e recolhimento diante da Imagem, resmungavão uma longa oração e depois iaõ sahindo um a um, osculando os pés da protectora e pedindo-lhe benção. Nomeavão entre si por eleição o *directore* segundo as ordens da padroeira.

Todo esse povo trabalhava e produzia muito. Criava muito gado e colhia muitos fructos da terra. Para as suas necessidades vendião em Castro o que dava o sufficiente, O mais pertencia á Santa N. Senhora do Carmo e era conservado com escrupuloso cuidado. E fala-se que entre os negros da fazenda não havia um ladrão sequer, um homem que não fosse honesto e morigerado (Gazeta Paranaense, Anno X, nº 218, Curitiba, 30-9-1886, p.1).

Estima-se que esses escravizados haviam permanecido sob essa condição entre meados do século XVIII até 1865, ano em que ocorreu seu processo de desterritorialização, quando os frades Carmelitas venderam o plantel da Santa para a firma *Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião*, que atuava no tráfico interno de escravos em um contexto em que, além dos efeitos da Lei Euzébio de Queiroz, as fazendas cafeeiras de São Paulo demandavam o aumento da mão de obra cativa nas plantações. Essa empresa dos “gaviões” provocou a revolta dos escravizados e teve repercussão na província, exigindo a atuação de força policial para reprimir os revoltosos:

3 Para uma leitura mais aprofundada do conceito de terras de santo ver ALMEIDA (2004).

Tendo-me comunicado o Delegado de polícia de Castro em 29 de Abril que os escravos dos Frades Carmelitas, pertencentes á fazenda dos mesmos naquello termo, se acmhavam em numero de tresentos, em estado de insurreição, nevgando-se formalmente a sevguir para S. Paulo conforme as ordens dos Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião., arrendatários dos mesmos sob pretexto de que eram livres, e se escravos, somente de Nossa Senhora do Carmo. [...] Em vista disto o Delegado foi á fazenda e ali enterrogando alguns escravos obteve como resposta – que estavam resolvidos a não seguir porque só eram escravos de Nossa Senhora, e que a mesma disposição estavam todos os seus companheiros; que se o Delegado mellhor quizesse saber chamasse á revista todos, que eles assim o declarariam.-observou o Delegado ao cabeça Firmino os inconvenientes dessa obstinação; respondeu-lhe – que eles tinham a cabeça no lugar. [...] Acresce que, nessa desobediência podéram haver o gérmem de uma futura insurreição, e cujo desenvolvimento cumpria matar ao nascer (Relatório do Presidente de Provincia Padua Fleury, 21-2-1865 *apud* MOREIRA, 1990, p. 49-50).

Segundo moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos Serra do Apon, apesar da repressão policial aos intentos dos rebelados, aqueles que fugiram conseguiram fugir da fazenda frente à ameaça de serem levados para São Paulo, formaram sua comunidade.

A resistência dos escravizados para manter-se nas terras de Capão Alto pode ser comparada a outras situações em que comunidades negras se opuseram a processos de expropriação de seus territórios

Resistência de Comunidades Negras e Quilombolas contra a expropriação de seus territórios.

Outras experiências de formação de territórios negros ocorreram além daquelas originadas por fugas de escravizados, dentre as quais podemos destacar as que envolveram doações de terras por fazendeiros na região centro-sul do Paraná na segunda metade do século XIX. Essas doações, que frequentemente aconteciam por meio de testamentos, eram acompanhadas de cláusulas condicionantes que tinham por objetivo a manutenção ou “produção de dependentes”, tal como definiu Chalhoub (1990). Sob essa perspectiva, os fazendeiros que não tinham filhos davam alforrias e doavam parte de seu patrimônio a seus escravizados com a condição de continuarem servindo suas

esposas até a morte. Em determinadas situações, quando essas se casavam novamente após a morte do primeiro marido, procuravam reativar a situação de escravidão dos alforriados. Houve também casos em que essas senhoras, que não tinham descendentes diretos, libertavam e destinavam terras em herança para seus cativos sob a condição de inalienabilidade da terra, como foi o caso da fazenda Santa Cruz no município de Ponta Grossa, como podemos constatar no seguinte inventário:

Francisco Antônio da Costa, primeiro tabelião Vitalício do Público Judicial e Notas, nesta cidade de Curityba e seu termo fls. 102. Certifico que reveu o Testamento com que faleceu Dona Maria Clara do Nascimento, passa extrair as verbas pedidas do theor seguinte:

“Declaro que possuo uma Fazenda na paragem denominada Santa Cruz, Distrito da Freguesia da Palmeira, da qual disponho da maneira seguinte: As casas, trastes da serventia, benfeitoria existentes na mesma Fazenda, deixo metade à minha escrava Rosa, e a seus filhos, e outra metade à minha escrava Ferina e a sua filha Joseoha e na falta destes e suas mães, com a condição de não venderem nem alienarem para deixarem a seus herdeiros. Deixo a minha escrava Fermina a quinta parte da metade dos Campos da Fazenda Santa Cruz, com a condição de não poder vender em sua vida e deixar para seus herdeiros, e assim mais lhe deixo vinte vaccas mansas, vinte e cinco éguas, um touro, quatro bestas mansas, seis cavallos mansos e um pasto e como a mesma seja falecida, ficam pertencendo a este legado tanto do Campo quanto do gado, e animaes a sua filha Joseoha. Deixo as outras quatro partes d metade dos ditos Campos de Santa Cruz, e todas as terras de plantas a todos os escravos libertos por mim e por meu falecido irmão Capitão Joaquim Gonçalves Guimarães, aqueles que vivos forem a tempo de meu falecimento com a condição de não poder vender nem alienar suas partes, para ficarem para seus herdeiros, ficará essa parte pertencendo aos outros, nesta deixa entraram, Joaquim e sua mulher Appolinária para desfrutarem depois que ficarem em plena liberdade. Nada mais consta em suas verbas acima que aqui extrahir dentre outras as quais me respondo. Curityba, sete de novembro de mil oitocentos e setenta e seis. (Inventário da Fazenda Santa Cruz *apud* WALDMMAN, 1992, p.13)

Apesar do direito adquirido por esses ex-escravizados, por diversas vezes tiveram que recorrer judicialmente para manterem seus direitos. Tal como ocorreu em 1855, quando Francisco de Paula Guimarães, sobrinho e testamenteiro de Dona Maria Clara, teve que interceder junto a Theófilo Ribeiro de Rezende,

vice-presidente da província do Paraná, diante do fato de o subdelegado de Polícia de Palmeira ter obrigado os libertos de Santa Cruz a trabalharem como jornaleiros na abertura da estrada de Palmeira a Palmas. Situação ainda mais explícita ocorreu quando, em 1914, o procurador da Comarca de Palmeira, Ottoni Ferreira Maciel, efetivou um processo de divisão e particularização do imóvel, tornando-o passível de alienação. A esse fato, os descendentes dos herdeiros de Maria Clara apelaram, conforme descrito no trecho abaixo:

A comunhão na posse e utilização da Fazenda Santa Cruz foi sempre o ideal de todos os sucessores dos primitivos legatários daquela vasta propriedade. A divisão foi o assalto engenhado, machiavelicamente contra a propriedade desses pretos, que hoje se vêem sem terras para trabalhar, porque o Sr. Ottoni Maciel as usurpou, ora em nome próprio, ora por meio do seu creado-mor Braz Rio Branco, que é o testa de ferro de todas as pretensões do referido Sr. Ottoni Maciel, que tem a habilidade de sempre “dar a umhada e esconder a unha (...). (Apelação do Dr. Raul Péricles Carneiro de Souza. 1914 apud WALDMANN, 1992, p. 14).

O caso acima citado demonstra um movimento em que os camponeses negros ativaram a justiça para tentar manter seus direitos. Esse processo de expropriação das terras da Fazenda Santa Cruz foi acompanhado do assassinato da liderança comunitária no campo de futebol da comunidade (WALDMANN, 1992) após essa começar a organização para contrapor-se a esse processo.

O caso mais conhecido de expropriação de terras de herdeiros no Paraná é o da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Originada da partilha de herança de D^a Balbina Francisca de Siqueira em 1860, que destinou 3.600 alqueires da Fazenda Capão Grande, nos campos de Guarapuava, para onze escravos, a comunidade teve parte de suas terras expropriadas por familiares da testamentária ainda no século XIX e o restante solapadas por empreendimentos que articulavam o fortalecimento dos projetos de colonização com as políticas de modernização conservadora do campo entre as décadas de 1960 e 1970.

É importante destacar que tanto esse caso quanto o da Fazenda Santa Cruz e o da Invernada Paiol de Telha, representantes do poder público (no caso Santa Cruz o procurador da Comarca e no do Paiol de Telha, o delegado da região) tiveram participação direta na expropriação do território em processos nos quais suas terras foram posteriormente destinadas à instalação de colônias de imigrantes europeus.

Durante o século XIX, escravizados, libertos e seus descendentes eram considerados no Paraná como *não morigerados* e, devido ao espírito de modernização que inspirava a elite agrária, deveriam ser substituídos no campo pelo morigerado imigrante europeu (PEREIRA, 1990, p. 132). Enquanto estratégia de *morigeração* do campo paranaense, o projeto de colonização europeia, que se iniciou no século XIX, intensificou-se no nascente século XX com políticas públicas de apoio à imigração. Além da destinação e reserva de terras aos colonos europeus, tal projeto adotou medidas de normatização do padrão de uso e ocupação da terra que desqualificaram outros modelos agrários pré-existentes, como as terras de uso comum de rocios e terras de herdeiros em que comunidades negras constituíram territórios desde meados do século XIX. Sob essa perspectiva, a marginalização social do campesinato negro paranaense encontra-se diretamente relacionada com o processo de colonização europeia do sul do país, como destaca Miriam Hartung (2005, p. 139-140):

a desconsideração para com os direitos dos descendentes dos escravos e libertos herdeiros encontra suas razões e ganha sentido no projeto imigrantista, o qual, simultaneamente, enalteceu o imigrante europeu – verdadeiro “arauto da civilização” – e depreciou o trabalhador “nacional” – índios, negros e mestiços.

Além dos casos de Santa Cruz e Paiol de Telha, tentativas de instalação de colônias de imigrantes europeus em territórios ocupados por famílias negras podem ser evidenciados nos quilombos que formaram-se nas terras de uso comum do rocio da Vila de Palmas (PR).

Circunscrita ao espaço originário dos povoamentos, a categoria Rocio⁴ referia-se, até meados do século XIX, às terras concedidas para o uso comum, nas quais se estabeleciam, sem custos, casas e pequenas áreas de produção. No referido contexto, em que a aquisição de terras se efetuava por meio de posse ou ocupação, a cobrança de impostos recaía sobre a produção.

Um dos exemplos da territorialização de camponeses negros no Rocio ocorreu em Palmas, onde atualmente existem três comunidades quilombolas.

4 “Muito embora o seu significado, em Portugal, parece ter evoluído com o processo de urbanização que se segue ao feudalismo, enquanto uma Praça, ou espécie de prado na Villa, ou Cidade [BLUTEAU, 1712], a prática, na América portuguesa, parece ainda relacionada às terras que se reservavam para o uso em comum dos habitantes da vila, seja para apascentar seu gado, plantar ou, como se fazia na Europa, buscar lenha para uso próprio.” (NADALIN, 2004, p. 175).

Segundo os relatos dos quilombolas dessa região, suas terras teriam sido doadas aos seus ancestrais durante o processo de abertura dos campos de Palmas na década de 1840. Como mencionamos anteriormente, as doações de terras por senhores articulavam-se às estratégias de produção de dependentes, principalmente na segunda metade do século XIX. Fato significativo para perceber o vínculo de interesses entre os fazendeiros e a população do Rocio ao final do século XIX pode ser percebido a partir das reações frente às tentativas da Intendência Municipal de Palmas de estabelecer uma colônia alemã no Rocio nos anos imediatamente posteriores à abolição, período marcado pelo aumento de solicitações de carta de foro no Rocio.

Após os trabalhos de uma comissão da Intendência Municipal para determinar a área a ser definida para estabelecer a colônia de alemães, o terreno indicado foi alvo de protesto por parte de Galdino Ferreira Ferrez e Tobias Bueno Ferreira – proprietário da fazenda Burro Branco – que se diziam possuidores de terras no Rocio. A resposta da Intendência nos fornece pistas para compreender as relações que se estabeleciam no Rocio durante o período, visto que se refere aos que protestaram contra a proposta de criação da colônia no local indicado como:

indivíduos a maior parte deles moradores de longe e poucos daqui; e os que habitam o rocio são indolentes, nem quintal fazem para plantar hortaliças o que incomoda eles é a intendência ter dado um parte do Rocio para servir uma colônia de alemães (PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, 1882-94, p. 57).

A presença de fazendeiros (moradores de longe) no registro de lançamentos do Rocio e de ancestrais quilombolas indica que eles usufruíam dos lotes registrados no Rocio, mas não os habitavam. Por outro lado, aqueles que habitavam o Rocio, os camponeses negros, eram considerados indolentes, e possivelmente eram eles que tratavam dos animais dos senhores, que lá eram criados soltos. É importante destacar nessa fonte a citação de Tobias Bueno Ferreira, que é considerado um dos ancestrais de uma das comunidades quilombolas de Palmas.

Tanto o caso acima mencionado quanto o da Fazenda Santa Cruz, possibilitam perceber que em determinadas situações os camponeses negros conseguiram colocar os conflitos que vivenciavam na esfera da controvérsia pública.

O processo de territorialização das comunidades remanescentes de quilombo em locais onde, no século XIX, existiam fazendas com mão-de-obra escravizada demonstra que os negros foram parte constitutiva da identidade cultural paranaense. Com o fim progressivo da escravidão e a crise do tropeirismo, os afrodescendentes continuaram as atividades costumeiras (plântio, criação de animais, colheita de erva-mate) sendo, muitos deles, produtores independentes (MAESTRI, 2005) em diversas comunidades negras ao longo do Caminho das Tropas e limites dos Campos Gerais. Estas comunidades estavam em ligação constante com a sociedade nacional e sofreram os impactos de todas as questões que afetaram o país, como bem demonstra o conflito do Contestado (que, no Paraná atingiu a região ocupada atualmente por Rio Negro, União da Vitória e Lapa; em Santa Catarina atingiu Curitiba e Campos Novos) que agregou “diferentes segmentos, posseiros e sitiados expulsos de suas terras, **comunidades negras** e caboclas do planalto, ervateiros, trabalhadores desempregados” (MACHADO, 2004, p. 65 – grifos nossos), configurando um “movimento rebelde [que] identificou, desde o início, a marginalização crescente dos caboclos e ‘gente de cor’, ao passo que cresciam os privilégios e estímulos à europeização do território” (MACHADO, 2004, p. 35).



Guerra com música, em Ouro Verde, 1917. Sertanejos, com suas armas, violão e sanfona, posam para Claro Jansson. Esta foto é uma das mais usadas em livros e publicações sobre o Contestado. Mas poucos dão o crédito para o seu autor. Imagem presente no livro Revelando o Contestado: imagens do mais sangrento conflito social do Brasil nas lentes do sueco Claro Jansson (1877-1954)

Fonte: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=149&evento=19>.

Nesta guerra civil – que tem por base a Lei de Terras de 1850 e a concessão de dezenas de milhares de alqueires de terra por parte do Estado ao capital norte-americano – as lideranças negras foram particularmente importantes, destacando-se entre elas o “*negro Olegário*” que chefiava um grupo guerrilheiro composto por 50 “antigos federalistas” (MACHADO, 2004, p. 275) e Adeodato (um dos líderes principais do Contestado e o último a ser derrotado) que, ao ser julgado, compôs uma grande quadra (verso popular), na qual destacamos o seguinte trecho onde afirma sua valentia e orgulho de seu pertencimento étnico:

Sô iguar a pica- pau
Que quarquémadera fura
Sô nas carta o Rei d’Espada
Desaforo não atura
Sô quem toro de briga
Por nadinha armo turra,
Nego bão da minha raça
Não tem chão que se apura.
(MACHADO, 2004, p. 319)

A presença afrodescendente na região conflagrada foi também captada por um general das forças legalistas, que afirmava serem seus ocupantes nada além de “*bandidos ou negros fugidos*” (TOTA, 1983, p. 55) – pensamento próximo ao do presidente de província que vetou a venda ou concessão de terras públicas aos “nacionais” na instalação de colônias no Paraná no final do século XIX (OLIVEIRA, 2001, p. 213-214), configurando um quadro marcado

por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, [no qual, historicamente] os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000, p. 335).

Nesse sentido, a visibilidade das experiências de acampesamento negro no Estado nos tem permitido conhecer suas estratégias de resistência que envolveram tanto o acionamento de redes de relações sociais locais em defesa de seus territórios – como no Vale do Ribeira e em Palmas – quanto a

judicialização – no caso de Santa Cruz – e a insurgência declarada contra sua expropriação – como nos casos da Revolta de Capão Alto e o envolvimento na Guerra do Contestado. Essas e outras estratégias adotadas pela população negra camponesa compõem, ao lado daquelas adotadas por indígenas, faxinalenses, pescadores artesanais, pequenos agricultores e trabalhadores urbanos, um amplo panorama das lutas populares no Paraná.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife: ANPUR, v. 6, n. 1, maio de 2004, p. 9-32. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/102/86>

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, R. C. [coord.]. **Relatório Antropológico**: Comunidade de Remanescentes de Quilombo João Surá. Curitiba: INCRA, 2007.

ITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. In: **Cadernos do ITESP**. São Paulo: ITESP, vol. 3, 2 ed. São Paulo: ITESP, 2000.

HARTUNG, Miriam F. Os limites da assessoria antropológica: o caso dos descendentes de escravos e libertos da Invernada Paiol de Telha - PR. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.) **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER/ABA, 2005, p.139-140.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Revista Etnográfica**. Vol IV, n. 2, nov/2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Livro de Relatórios e Correspondência da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1882-94** (Acervo da Biblioteca do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas-PR).

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das lideranças caboclas 1912-1916. Campinas: Ed. Unicamp. 2004.

MAESTRI, Mário. “A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa no Brasil”. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2005.

MARQUES, Leonardo. **Por aí e por muito longe**: dívidas, migrações e os libertos de 1888. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MOREIRA, Júlio Estrela. **Fontes para a história do Paraná**: cronistas séculos XIX e XX. Curitiba: SEEC, 1990.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

PEREIRA, Magnus R. M. **Fazendeiros, industriais e não-morigerados**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR/SCHLA/DEHIS, 1990.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WALDMANN, Isolde Maria. **Fazenda Santa Cruz dos Campos Gerais e a Imigração Russa 1792–1990**. Ponta Grossa: Editora Gráfica Planeta, 1992.

DA COLÔNIA CECÍLIA À GREVE GERAL DE 1917

Ricardo Prestes Pazello¹

Introdução

O processo de luta das classes populares tem vários ciclos na história do Brasil. Um dos mais importantes deles, até por ter inaugurado, entre nós, um conjunto de organizações da classe trabalhadora conscientemente de esquerda e crítico ao capitalismo, foi o ciclo anarquista. Antes dele, pode-se dizer que, grosso modo, as lutas populares se centraram no combate ao colonialismo (o que a historiografia oficial pinta com as cores do “independentismo” das elites locais, mas que, na verdade, tem sua força no enfrentamento dos povos indígenas, africanos e caboclos contra o sistema colonial de exploração e dominação) e ao antiescravidão (protagonizado pelo povo negro, e não pela nobreza, militares ou oligarquias pró-republicanismo).

Em fins do século XIX e início do século XX, o país assiste à chegada de ideologias proletárias, junto com as políticas de imigração forjadas pelas classes dominantes nacionais. Dentre tais ideologias, prevalecem as correntes do anarquismo, com importante incidência e impacto, primeiro, entre grupos de imigrantes estabelecidos em colônias rurais e, segundo, na incipiente classe operária dos núcleos urbanos que se desenvolviam.

1 Professor de Antropologia Jurídica na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Direito das Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR). Mestre em Filosofia e Teoria do Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGD/UFSC). Bacharel em Direito pela UFPR. Pesquisador do Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL/UFPR) e do grupo de pesquisa Direito, Sociedade e Cultura (FDV/ES). Pesquisador e conselheiro do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), do qual já foi Secretário Geral (2012-2016). Integrante da coordenação do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani (Santos-Milani) e do Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL). Conselheiro do Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo (CEFURIA), do qual já foi Coordenador Administrativo (2015-2017). Presidente do Conselho de Representantes da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná-Seção Sindical do ANDES-SN (CRAPUFPR), da qual já foi Diretor Jurídico (2013-2015). Coordenador do projeto de extensão popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, junto à UFPR. Colunista do blogue assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br

Internacionalmente, entretanto, com a vitória da revolução bolchevique na Rússia, em 1917, ocorre uma reacomodação dos ideários organizativos da esquerda mundo afora, que no Brasil se faz sentir com a fundação do Partido Comunista, em 1922, cuja existência vai dar vez a um novo ciclo das lutas populares no país. Este ciclo se encerra com a destruição física da militância e dilaceração organizativa dos agrupamentos, promovida pela ditadura de 1964. Foi preciso esperar a década de 1980 para reconhecer o nascimento de um novo ciclo, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, que teve seu ápice em 1989, quando foi derrotado nas eleições presidenciais para a candidatura que representava o neoliberalismo mais típico, e depois disso seguiu, até os dias de hoje, rumo a seu definhamento.

Portanto, neste texto, falaremos de dois episódios da luta popular paranaense que se enquadram em uma história mais ampla, que se refere aos vários ciclos de contestação havidos na história do Brasil. Tanto a experiência anarquista da Colônia Cecília, em fins do século XIX, quanto o fenômeno de adesão do proletariado curitibano à greve geral, de 1917, são capítulos de uma trajetória maior que diz respeito a todas as classes subalternizadas em um país como o nosso, marcado pela exploração do trabalho, pela opressão étnico-racial e pela dominação patriarcal. Pretendemos com o texto que segue que ele sirva de lembrança e reapropriação da história dos vencidos, no contexto do estado do Paraná, que tanto descarta de seu passado e que tão pouco conseguiu forjar uma identidade não conservadora, mais enraizada em torno das lutas populares.

A Colônia Cecília (1890-1894)

O primeiro passo mais significativo do ciclo anarquista no Brasil coincide com a produção de experiências comunitárias com base na ideologia e teoria do anarquismo europeu. A seguir, faremos uma breve síntese das condições históricas que possibilitaram o aparecimento da experiência anarquista no sul do Brasil, para, na sequência, apresentarmos o caso da Colônia Cecília, dentro do específico contexto paranaense.

O anarquismo comunitário no sul do Brasil

Em meio a um contexto migratório impulsionado pelas elites brasileiras do século XIX, intensificado no seu segundo meado, a recepção do anarquismo se dá pela difusão das interpretações a respeito da desigualdade social presentes em teóricos como, dentre outros, Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1937), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Mikhail Bakunin (1814-1876), Piotr Kropotkin (1842-1921), Errico Malatesta (1853-1932) e Nestor Makno (1888-1934).² Não é nosso intento, aqui, passar em revista o pensamento de cada um destes autores, o que excederia em muito os propósitos do presente artigo; basta apontar para o fato de que todos são críticos acerbos da sociedade baseada na propriedade privada, na autoridade do estado e na criação de um imaginário clerical.

É bom lembrar que as políticas de imigração europeia têm dois sentidos muito marcantes. De um lado, trata-se da vinda de europeus que, em muitos casos, saíam de seus países por razões sociais e política. Regra geral, trata-se de camponeses e operários empobrecidos. Não raro, porém, também traziam consigo a marca da perseguição política, ou de outra natureza, contra suas ideias e posições ante a sociedade desigual.

De outro lado, o estímulo à chegada de imigrantes estrangeiros fazia parte de uma estratégia recolonizadora do território nacional, que se baseava na ideia do “branqueamento” do país. Tal ideário renovava o sistema social racista brasileiro, tendo por pressuposto o estabelecimento de um contingente de trabalhadores nacionais que, por sua cultura e cor, pudesse enraizar o emprego de mão-de-obra assalariada (o que, na visão das elites racistas brasileiras, não era possível de se conseguir com o trabalho de indígenas e afrodescendentes).

Assim é que, de contrabando, aportam no Brasil propostas políticas como as do anarquismo, escondidas nas bagagens dos pauperizados imigrantes europeus trazidos pelas políticas públicas racistas ao país.

Já no fim do primeiro meado do século XIX, tem-se notícia da realização de experimento de índole anarquista no sul do Brasil. Ainda estamos pendentes de estudos que consigam dar uma visão de totalidade a respeito destas

2 Sobre a recepção do anarquismo no Brasil, ver CHACON, 1965, p. 297 e seguintes; e KONDER, 2009, p. 123 e seg. Quanto à importância de algum desses autores anarquistas clássicos citados, no contexto do anarquismo de Curitiba, conferir VALENTE, 1997, p. 23 e seg.

experiências,³ mas podemos dizer que três casos são exemplares,⁴ os quais se delineiam exatamente no espaço de tempo que antecede a hegemonia comunista no país, a partir da década de 1920. Os três casos são os seguintes: o Falanstério do Saí, entre 1841 e 1843, em Santa Catarina; a Colônia Cecília, entre 1890 e 1894, no Paraná; e a Comunidade Livre de Erebangó, a partir de 1911, no Rio Grande do Sul.

O Falanstério do Saí foi uma iniciativa baseada nas teses de Fourier. Na península do Saí, em São Francisco do Sul, cidade litorânea do estado de Santa Catarina, cerca de 217 pessoas viveram a tentativa de uma experiência utópica, conduzidas pelo idealismo do homeopata Benoit Jules Mure. O ponto de partida é a organização em falanstério, proposta por Fourier, célula na qual se desenvolveria a livre associação que levaria a uma comunidade harmônica, ultrapassadas as desigualdades da “civilização”. Na prática, o falanstério ganhou o contorno jurídico de uma sociedade por ações (THIAGO, 1995, p. 29), pautando por princípios produtivos do capital, do trabalho e do talento, dando materialidade a uma proposta de colônia industrial construída por imigrantes franceses. No entanto, a experiência acabou por se frustrar, devido a divergências internas, que incluíram problemas quanto à aquisição de terras junto ao governo brasileiro e discordâncias quanto ao regimento interno, mas fundamentalmente oposição de cunho político-ideológico, devido à existência de uma corrente de membros do falanstério que defendiam ideias baseadas em Saint-Simon.

Outra grande experiência se deu no Rio Grande do Sul, conhecida como Comunidade Livre de Erebangó, localizada no hoje município de mesmo nome, mas que à época integrou a cidade de Getúlio Vargas, no noroeste gaúcho. Vinte famílias ucranianas vêm ao Brasil com a promessa de terra farta e fértil, no ano de 1909, e ao chegarem foram instaladas em condições precárias em São Paulo. O protesto dos ucranianos de formação libertária faz com que lhes sejam concedidas terras ao sul do país, iniciando-se, assim, a experiência de Erebangó. A comunidade não enfrentou dificuldades menores que as vividas na colônia paulista, por falta de infraestrutura e fome mesmo, o que exigiu o trabalho coletivo e solidário, vivenciado

3 Há algum tempo, temos nos interessado em sintetizá-las didaticamente, reunindo a bibliografia a respeito, como pode ser verificado em PAZELLO, 2010.

4 Ressalvemos que, no Paraná, pelo menos outro caso se deu a conhecer, a Colônia Agrícola Thereza Cristina, no vale do Rio Ivaí. Ver FERNANDES, 2006.

notadamente a partir de 1911, como destacam os poucos relatos a respeito, dentre os quais se encontram os de Elias Ilitchenco (ver RODRIGUES, 1986) e Maurício Tragtenberg (1998). Logo começam a ter acesso a jornais libertários de trabalhadores russos, provenientes de Argentina e Uruguai, e passam a se corresponder com a Federação Operária Russa Sul-Americana, que os editava. A partir daí, a convicção no anarquismo, especialmente o de Nestor Makno, passa a informar sua organização comunitária e permite sua difusão, corporificada na criação de suas primeiras associações de trabalhadores, de inspiração anarquista, que vão influenciar as gerações futuras de trabalhadores na região e em todo o país.

Por fim, falta falar sobre a Colônia Cecília. Dessa vez, não serão franceses ou ucranianos os seus protagonistas, mas sim imigrantes italianos que se instalam no interior do Paraná, capitaneados pelo intelectual anarquista Giovanni Rossi, em fins do século XIX. Antes, porém, de adentrarmos na especificidade dessa história, vale a pena proceder a uma breve contextualização a respeito do Paraná da época, indicando algumas questões sociais e políticas importantes.

Situação social e política do Paraná no final do século XIX

Por volta de 1890, o Paraná contava com 250 mil habitantes, em um contexto marcado pelas heranças coloniais/imperiais da estrutura econômica, social e política do Brasil. O caso paranaense, assim como de várias outras regiões do país, apresenta três características importantes para se compreender a inusitada presença de colônias anarquistas entre nós: em primeiro lugar, a questão econômica, fundada na produção ervateira e madeireira de tipo latifundiário; em segundo, o problema social da crise de abastecimento gerada por uma economia agrícola, mas que não se pautava pela produção de alimentos para sua população (que à época, como hoje, era abastecida pela assim chamada agricultura familiar); e, por último, a dimensão política, em que se opta por dar andamento a uma política de colonização baseada na força de trabalho estrangeira, especialmente europeia, mas não só, o que carrega consigo os traços estruturais do sistema racista do qual o Brasil era legatário, pois, abolida a escravização, não resulta existente nenhuma política de justiça social em prol da população negra agora livre.

É curioso notar que este período, no Paraná, chegou a ser chamado de “linismo” (WACHOWICZ, 2001, p. 149), em referência a Adolfo Lamenha Lins, presidente da província do Paraná entre 1875 e 1877, quem funda pelo menos sete colônias nos arredores de Curitiba, consolidando um tipo de política migratória para o estado e, ao mesmo tempo, busca enfrentar o problema do abastecimento.

As primeiras colônias dessa nova leva migratória datam do primeiro meado do século XX – como nos casos de alemães, na Colônia de Rio Negro, em 1829; de franceses, na Colônia Tereza Cristina, em 1847; de suíços e alemães, na Colônia Superagüi, de 1852; e de ingleses, na Colônia Assungui, de 1858 – mas sua intensificação como política de colonização parece se dar mesmo como linismo, entre 1865 e 1876. São dessa época as colônias de Orleans, Tomás Coelho, Santo Inácio, Riviera, Dom Pedro, Dom Augusto, Lamenha e Santa Cândida, muitas das quais se tornariam futuros bairros da cidade de Curitiba (conferir WACHOWICZ, 2001, p. 145 e seguintes; STECA; FLORES, 2002, p. 25 e seg.; LAZIER, 2003, p. 89 e seg.; PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012, p. 35 e seg.).

Posteriormente a esta política, a história estadual relata algumas outras iniciativas de colonização, envolvendo trabalhadores estrangeiros italianos, alemães, poloneses, ucranianos, dentre outros, como nos casos das colônias de Barão de Taunay, Cristina e Alice, fundadas em 1886, bem como a de Prudentópolis, fundada em 1894.⁵ Como estas e tantas outras, também a Colônia Cecília é gestada no início da década de 1890, e inicia-se o grande experimento anarquista comunitário que o Paraná conheceu, e sobre o qual faremos um breve relato a seguir.

O experimento científico anarquista da Colônia Cecília

Em 1890, saem de Gênova seis pioneiros em busca de um lugar na América do Sul para dar vida a seu experimento, o qual eles denominavam “colônia socialista”. Segundo alguns relatos, dentro da razoavelmente grande bibliografia⁶

5 Para uma lista de mais fôlego, indicando mais de 70 colônias e mais de 80 núcleos coloniais (nas quais se dividiam algumas colônias), ver o quadro contido em BALHANA, 1969, p. 164-167.

6 Da significativa bibliografia produzida sobre a Colônia Cecília, gostaríamos de mencionar, para além dos textos citados ao longo do presente ensaio, as obras de SOUZA, 1970; e KUPPER, 1993.

e filmografia existente sobre o assunto, o caminho rumo ao Brasil se deveu a um inusitado encontro entre o maestro Carlos Gomes e o idealizador do experimento anarquista, o italiano Giovanni Rossi (1856-1946). No propósito de dar vida a uma “utopia futurista”, distinguida por um “sonho de igualdade” (VICENTINI; SANCHES NETO, 2000, p. 14), Rossi teria se encantado com os relatos do maestro cuja recomendação o levou a travar contato com representantes oficiais do império brasileiro. O episódio não é certo e está envolto em muitas névoas, mas a reprodução da anedota confere um teor ainda mais nobremente idealista para o caso. Viajando para o Brasil, o destino inicial dos pioneiros era Porto Alegre, mas o mal-estar de alguns fez com que parassem antes e descessem no porto de Paranaguá, no mesmo ano de 1890. Adentrando o território paranaense, entraram em contato os pioneiros com a Inspetoria de Terras e Colonização e logo escolheriam a região de Palmeira para ficarem.

Uma ideia os conduzia e quem a expressa é a pena do próprio Giovanni Rossi, em relato histórico preservado para posteridade: “procurar, nas solidões americanas, um pedaço de terra para o cultivo – logo eles, sem nenhuma experiência e desprovidos de tudo – com o intuito de provar, para si mesmos e para os outros, se e como um grupo viveria sem leis e sem donos” (ROSSI, 2000, p. 64). Em mira, portanto, um ideal utópico, que se transfigurava em “sonho de justiça”, mas, de braços dados com a utopia, a vontade de um experimento histórico, a realização deste ideal mesmo.

Rossi se orgulha de narrar tal experimento do seguinte modo: “não dispúnhamos de nenhuma organização social, nem de regulamentos ou chefes” (ROSSI, 2000, p. 65). Estavam, assim, imbuídos de seu espírito libertário e dele não gostariam de se apartar de forma alguma. É claro, sua não-organização social devia ser mediada por afazeres de comum acordo e, obviamente, muitas controvérsias. Mesmo porque cento e cinquenta pessoas vieram a residir lá a partir de 1891, chegados da Itália. E este grande número de pessoas inviabilizou o sucesso inicial da colônia. A fome e as necessidades não podiam ser satisfeitas. De qualquer forma, houve um grande esforço por parte de seus integrantes trabalhadores para consolidarem a mínima infraestrutura da colônia.

Nesse tempo, houve um desvio do ideário organizacional dos anarquistas italianos. Nas palavras de Rossi, “prevaleceu um sistema grotesco de referendums, obrigando as pessoas a perderem muito tempo em assembleias ociosas, das quais resultavam tão-somente promessas não cumpridas, ambições mal dissimuladas e mexericos ridículos”. Era o tempo do assembleísmo, com o qual

os colonos só romperam quando esvaziaram a própria colônia refundando-a a partir de sete famílias. Assim, acabou-se o horizonte segundo o qual a colônia, “por não ter a consciência anarquista que podia salvá-la, estava destinada a morrer”. De acordo com o relato pessoal de Rossi, “sem a ditadura e o parlamentarismo, cada um encontrou facilmente a maneira de matar a fome, e o entusiasmado grupo de rapazes também conseguiu arranjar comida, que lhes trouxe de volta as forças” (ROSSI, 2000, p. 68).

O “imaginário socializante”, para usar as palavras de Beatriz Lolla (1999, p. 5 e seguintes), dos colonos passava por rejeitar qualquer tipo de organização, no que esteve sempre presente forte teor emocional. Sem pactos, sem formas, sem qualificações, o renovado grupo de anarquistas podia seguir seu caminho rumo à comprovação de que aquela experiência poderia ser, indutivamente, copiada por toda a sociedade. Eis a avaliação de Rossi:

a organização desse grupo continuava sendo comunista, mas era também verdadeira e singelamente anarquista.

Tomaram todo o cuidado para que ninguém assumisse a qualidade de representante do grupo perante os fornecedores, fazendo com que todos fossem conhecidos e considerados igualmente responsáveis e combatendo energeticamente as tentativas individuais de exercer influência no interior do grupo. Dessa forma, as qualificações de feitor, diretor, dono, que na sociedade burguesa são cobiçadas, no grupo anarquista eram apelidos injuriosos que todos buscavam não merecer. Por uma reação natural ao formalismo estéril e funesto do período passado, o grupo não quis ter qualquer tipo de organização. Não foi estipulado nenhum pacto, nem verbal nem escrito. Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhum encargo social, nenhuma delegação de poderes, nenhuma norma fixa de vida ou de trabalho. Uma voz qualquer acordava os outros; as necessidades técnicas do trabalho, visíveis a todos, nos chamavam à obra, à qual nos entregávamos ora divididos, ora reunidos; a fome nos chamava à mesa; o sono, ao descanso (ROSSI, 2000, p. 69).

O testemunho passional de Rossi está tomado por um otimismo que contrasta com o fato histórico de que, já em 1894, a colônia estivesse extinta. Ainda assim, devemos dizer que novas famílias se juntaram ao grupo inicial e ao final de 1892 a colônia juntava sessenta e quatro habitantes. Todos anarquistas – ao menos é o que supõem os relatos de Rossi e seus intérpretes – e impregnados de um forte “espírito de contradição” que os fazia discutir muito, mas sem qualquer tipo de violência.

No excerto destacado acima, percebemos também uma aparente contradição: Rossi fala em inexistência de organização, mas, ao mesmo tempo, afirma uma “organização” comunista do seu coletivo. É interessante explorar esta ambiguidade que se desdobra em dois fenômenos os quais podem ser encontrados no discurso do anarquista italiano. A ideia de organização aparece, ao mesmo tempo, como modo de vida comunista e anarquista, mas também como fato histórico disciplinar e contratual. Portanto, a categoria de análise “organização” pode ser confundida com a silhueta histórica de um tipo específico de “organização” hierárquica, fazendo-nos pensar se não é também o discurso da não-organização uma forma de “organização” (como categoria e não como fato histórico).

Tal ordem de questionamentos deriva de outro trecho de *Giovanni Rossi*, para quem

os habitantes da Cecília viveram livres de toda e qualquer lei e autoridade. Com efeito, as sanções legais do país em que vivemos não exerceram nenhuma influência sobre nós. Se, por ocasião dos atritos da nossa vida experimental, desgraçadamente tivesse ocorrido um delito, ninguém o teria denunciado e todos teriam ajudado a apagar os fatos, e assim será até o momento em que os legisladores deste país, tendo compreendido a importância científica deste nosso grupo experimental, lhe concedam uma imunidade jurídica mais ampla. No que diz respeito às relações internas, a autoridade não vige sob nenhuma forma. Não há leis nem regulamentos nem estatutos nem pactos livres; não há supremacia das maiorias nem comícios populares nem órgãos de governo ou de administração; quando muito, há influências, energeticamente combatidas, decorrentes de relações de parentesco ou de maior capacidade. Fora isso, iniciativa pessoal livre, acordo voluntário, ação – em partes iguais – do espírito crítico e da tolerância.

Nessas condições, cada um se acostuma facilmente a salvaguardar seu direito, sem que este dependa da benevolência de outros. E isso é o essencial (ROSSI, 2000, p. 84).

Faz-se-nos interessante assinalar este aspecto que joga uma luz diferenciada sobre a experiência histórica da Colônia Cecília. Para além de um experimento de utópicos anarquistas, idealistas, loucos ou seja lá o que for, adquiriu a feição de ser um grupamento que ousou autoproclamar-se independente do estado, não reivindicando suas leis e autoridades. É claro que esta afirmação deve ser complementada com a advertência de que o entendimento dos anarquistas

sobre o que significava a inexistência de “influência” das “sanções legais” sobre eles se restringia ao momento posterior a sua fixação nas terras de Palmeira e que o reconhecimento de sua autonomia também não representa uma espécie de “sanção legal” por omissão, por assim dizer. Daí ser conveniente a Rossi não acentuar o fato de que adquiriu as terras (ainda que não lhes tenham sido doadas pelo imperador Pedro II, como se tem divulgado equivocadamente) “ao preço de L 15 (quinze liras) por hectare, pagável em prestações” (MELLO NETO, 1998, p. 106), o que sem dúvida nenhuma imprescinde de atuação efetiva (e não só mera influência) das “sanções legais” das leis brasileiras. Mas é óbvio que, em boa medida, esta dimensão ocultada se justifica, pois a preocupação era com a constituição coletiva da colônia após as condições necessárias terem sido conquistadas.

Apontadas todas essas ressalvas, é preciso concordar com a interpretação de que “nem todos os imigrantes que aportaram no Paraná e aqui construíram suas Colônias serviram aos interesses do Governo e obedeceram a suas diretrizes”, afinal de contas a Cecília mostrou-se como experiência eloquente de uma tentativa de fazer germinar, “no seio da sociedade burguesa, uma outra ordem social” (VALENTE, 1997, p. 75). Esta não adequação à política colonizatória brasileira é importante para ressaltar o aspecto de rebeldia que caracterizava este anarquismo.

Assim é que o trabalho não possuía regulação, sendo seu móvel principal o voluntariado, entrecortado pelo bom senso e pelo medo da crítica proveniente dos demais.

A vida em comum, portanto, era o seu guia e se expressava em liberdade e igualdade, cuja materialização tinha de superar as condições materiais inegavelmente miseráveis com as quais conviviam, ficando alerta de que “nós temos de criar tudo com o nosso trabalho, ao passo que na vida burguesa se usufrui abundantemente do trabalho acumulado pelas gerações passadas, sob a forma de capital, de confortos privados, de serviços públicos e assim por diante” (ROSSI, 2000, p. 75).

Aqui, fica evidente que Rossi já manejava o pensamento crítico do movimento operário europeu e sua crítica feroz ao capital. No entanto, para além de tudo isso, apostava na transformação da vida moral dos colonos. Mas depunham contra esta mudança não só as condições adversas da pobreza, como também a manutenção da família, do machismo e da monogamia. Este é um capítulo especial, que mereceria um trabalho todo à parte só para descrever a busca

pelo “amor livre”, vivenciado por Rossi (ou Cárdias), Eleda e Aníbal. Pautados pelas liberdades corporais, construíram (ainda que como exceção dentro da colônia) uma “liberdade de amar”, a qual se consubstanciou em um verdadeiro princípio, um “direito à plena liberdade de amar” (ROSSI, 2000, p. 115).

Mas os pioneiros anarquistas não eram ingênuos a ponto de acharem que seu objetivo era o de fabricar o modelo da futura sociedade, nem tampouco que estariam antecipando o porvir. Seu objetivo, podemos dizer sem medo, era um experimento científico, comprovando que era possível dar corpo e vida para o novo, para aquilo que todos diziam ser impossível de se realizar.

Seus princípios econômicos e políticos fundamentais apareceram, então, como a não existência de organização, mas de um ideário anarquista e comunista. A propriedade era comum, os “produtos da atividade coletiva” eram distribuídos “conforme as necessidades gerais” e seu desejo era o de “alcançar um bem-estar coletivo”. Por isso é central destacar seu “imaginário socializante”, não só de Rossi, mas de todos os colonos anarquistas italianos instalados na Cecília.

Por fim, cabe-nos indicar o contraponto deste imaginário, trazendo a lume a crítica ao estado efetuada pelos próprios anarquistas colonos, concretizada na pena de Rossi (uma vez que seu texto foi aprovado por toda a comunidade):

Encontramo-nos diante da manifestação política do privilégio econômico, quer dizer, encontramo-nos diante do Estado opressor, absorvedor e invasor, de sua ordem hierárquica, de suas maquinações jurídicas monstruosas e da estrutura compacta das suas punições injustas. Quanto mais viva, exuberante e expansiva sentimos em nós a ânsia de liberdade de nossos sentimentos e de nossas ações, tanto mais sentimos pesar sobre nosso peito, asfixiante, o princípio da autoridade em todas as suas manifestações. O movimento socialista moderno contrapõe ao Estado a anarquia, mas o proletariado conservador responde que o homem não saberia viver honestamente se a lei não pairasse sobre ele como uma injunção permanente, como uma eterna ameaça. Por isso é conveniente para a propaganda procurar saber pela experiência como seria a convivência dos homens baseada unicamente em pactos livres (ROSSI, 2000, p. 81).

Daí o intento de Rossi e seus companheiros em levar a cabo uma experiência histórica, comprovando a possibilidade prática da anarquia, ou seja, da rejeição material à heterogestão e da lei como “injunção permanente”. Daí também sua crítica ao estado e ao direito de monstruosas maquinações – que se corporifica, inclusive, na tomada de partido de vários de seus integrantes na

revolução federalista, acolhendo a oposição maragata entre os moradores. Daí sua labuta por anular a organização social e construir um modo de vida baseado em princípios econômicos e políticos anarquistas.

Com base no notável relato de Rossi, podemos apreender algo do que foi a Colônia Cecília, que teve entre seus membros a família Gattai – avós da escritora Zélia Gattai – ou Egídio Cini – que tem sobrenome que daria bastante fama à fabricação de bebidas no Paraná (BACH, 2011). O curto tempo de existência da colônia segue igual paradigma das demais experiências deste tipo no Brasil. No entanto, seu imaginário socializante permaneceu e a razoável documentação a respeito o comprova.

Com a dispersão dos anarquistas da Cecília, o ciclo anarquista vai ganhar corpo no estado do Paraná agora nos núcleos urbanos, mormente em Curitiba. Mais de vinte anos após o definhamento do experimento, o anarquismo volta a ressoar com seu imaginário socializante, no contexto das grandes greves que tomaram o país em 1917, tendo havido toda uma gestação que incluiu, de alguma maneira, os colonos de Palmeira, agora juntamente a outros imigrantes e seus descendentes, com ideário de contestação à ordem.

Greve Geral de 1917

Se as colônias de libertários foram o experimento comunitário do ciclo anarquista no Brasil, este mesmo ciclo irá gerar sua vertente massiva com o desenvolvimento de greves operárias, talvez seu mais importante contributo para nossa história de lutas populares. Apesar de não se poder fazer uma ligação direta entre as experiências comunais e o movimento grevista, até porque este último foi mais amplo que aquelas, também é pouco coerente invisibilizar sua relação. Além de haver relatos de que vários dos integrantes da Colônia Cecília, no caso paranaense, participaram do movimento anarquista nas cidades (ARAÚJO; CARDOSO, 1986, p. 26; STECA; FLORES, 2002, p. 35), em torno de reivindicações proletárias, a ocorrência de ambos os fenômenos no Brasil se deve a um mesmo conjunto de fatores.

Considerando estes pressupostos, buscaremos apresentar, sinteticamente, a importância da greve geral de 1917, protagonizada pelo movimento operário decisivamente constituído no seio do ciclo anarquista, enfocando os acontecimentos havidos em julho daquele ano, na cidade de Curitiba.

2.1. Contexto social de Curitiba

O início do século XX encontra a capital paranaense, Curitiba, com cerca de 50 mil habitantes. Nos próximos vinte anos, a população da cidade cresceria para quase 80 mil, tendo crescido 60% em número de habitantes. Além de confirmar a média de alto crescimento populacional (PADIS, 2006, p. 245), a situação revela a consolidação de um núcleo urbano que convivia com uma industrialização, ainda que incipiente, importante para as características socioeconômicas do Paraná.

Tendo Curitiba se tornado um importante entreposto e centro comercial para as atividades econômicas do estado, ali se estabelece uma relevante população urbana que sofre com os impactos de contínuas crises econômicas, as mudanças políticas em nível nacional e a influência das ideologias provenientes dos movimentos migratórios estrangeiros – sejam elas anarquistas, socialistas, -sindicalistas ou suas mesclas.

O crescimento populacional junto à industrialização incipiente e as ideologias de esquerda possibilitam que Curitiba assista à criação, entre 1890 e 1920, de 21 jornais operários, 47 organizações associativas, 2 partidos, 2 congressos operários e 20 greves, das quais a mais relevante é a que adere ao movimento grevista geral brasileiro, em 1917.

Sobre cada uma destas iniciativas populares haveria de se realizar um estudo à parte, o que demonstra o quão longe estamos de ter valorizada esta história dos “de baixo” em nossa cidade e estado. Não temos, porém, condição de dar conta de tal intento aqui, por vários motivos. Como exemplo significativo de pesquisa realizada a este respeito, podemos mencionar as comemorações de 1º de maio que, desde 1906, se dão entre os trabalhadores curitibanos. Delas participaram tanto anarquistas egressos da Colônia Cecília, quanto inúmeras organizações e sua militância. Em 1906, a Federação Operária Paranaense é fundada no contexto do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado entre 15 e 20 de abril no Rio de Janeiro, e promove os festejos do dia de luta pela primeira vez na cidade. A partir de 1907, novas entidades vão sendo fundadas ou começam a participar das comemorações, como é o caso da Liga dos Sapateiros, fundada em 1890; da Liga Operária 1º de Maio, fundada em 1908; da Sociedade Protetora dos Operários, existente desde 1883 e que a partir de 1909 passa a abrigar, em seus salões, o baile comemorativo; e do Centro Socialista do Paraná, fundado em 1916, também no dia 1º de maio. Há registro

de muitas outras organizações na literatura que investiga o assunto, como por exemplo: União Central dos Operários, Sociedade dos Condutores de Veículos, Sociedade Beneficente dos Barriqueiros da Água Verde, Centro Gráfico Paranaense, Associação Curitibana dos Empregados do Comércio, Sociedade Giuseppe Garibaldi, Sociedade Recreativa e Beneficente de Operários Alemães, União dos Gráficos Paranaenses, Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva-Mate, Centro dos Tipógrafos Paranaenses, dentre outras (ARAÚJO; CARDOSO, 1986, p. 27-35; STECA; FLORES, 2002, p. 37). Somemos a estas as sociedades beneficentes e clubes sociais negros, legados do ciclo de lutas abolicionistas, e teremos um importante caldo associativo das classes populares, em Curitiba, no início do século XX.

Assim, há registros de que, já em 1913, o dia 1º de maio propiciou “grande manifestação popular contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade” (ARAÚJO; CARDOSO, 1986, p. 31) em plena Praça Tiradentes e resultou, inclusive, na formação de uma comissão de operários para negociação com as autoridades, tendo por intuito reivindicar a baixa dos preços dos alimentos.

Portanto, estavam dadas as condições objetivas para que as manifestações operárias adquirissem formatos mais incisivos, resultando na grande paralisação de 1917, a qual acompanha a movimentação nacional. A seguir, procuraremos esboçar os motivos nacionais que desembocaram na greve geral, para, depois, apresentar os eventos ocorridos na capital paranaense.

A greve geral estoura em São Paulo

No início de julho de 1917, é deflagrada a greve de operários da indústria têxtil, em São Paulo. O contexto na capital paulista, como de resto em todo o Brasil, era de grave carestia, acrescida de intensificação da exploração do trabalho no incipiente setor industrial nacional. A guerra iniciada no centro do capitalismo mundial, em 1914, impactou as condições laborais de modo a que a nascente indústria brasileira passa a exportar suas manufaturas, sobrevalorizando os preços dos produtos e aumentando a necessidade do trabalho em condições tecnológicas desfavoráveis (BIONDI, 2015).

A 8 de julho, os trabalhadores têxteis convocam uma assembleia geral, a qual delibera pela formação de um comitê de greve. No dia seguinte, em face de suas manifestações de rua, os grevistas entram em forte e contínuo

enfrentamento com a polícia. O resultado é a existência de vários feridos e a morte, a 10 de julho, do sapateiro de origem espanhola José Iniguez Martinez, jovem de 21 anos, que tinha convicções anarquistas.

No dia 11 de julho, ocorre o cortejo fúnebre do sapateiro assassinado e a ele se seguem decisivas ações dos grevistas, capitaneadas pela tática mais utilizada pelo movimento anarquista – a da ação direta. Atos violentos de depredação ocasionam a reação mais violenta ainda da polícia que, no dia 13 de julho, provoca a morte de uma criança e um pedreiro. O impacto das mobilizações e a sensibilização em face dos acontecimentos foi tamanho que a greve alcança a casa das 100 mil adesões do operariado paulista (ver LOPREATO, p. 221).

Além de seu forte impacto em São Paulo junto à classe trabalhadora, a greve ganha solidariedade do proletariado de outras cidades e regiões do país. Como um rastilho de pólvora, especialmente após as mortes acontecidas nas paralisações paulistanas, dá-se uma greve de solidariedade Brasil afora, que tem por fermento as condições objetivas também de carestia e exploração do trabalho que assolavam a classe trabalhadora em cada localidade específica.

Assim é que se tem notícia de deflagração de greves, após o estopim de São Paulo e incentivada por uma significativa rede de contatos entre os vários órgãos da imprensa operária da época, em cidades como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém, Cuiabá e cidades do interior, especialmente de São Paulo (ver DIAS, 1977, p. 290 e seguintes; KHOURY, 1981; FONSECA; GALEB, 1996, p. 35; BODEA, 1978; LOPREATO, 2000; ADDOR, 2002; SILVA, 2003, p. 233; BACH, 2011, p. 956 e seg.). É neste contexto que Curitiba também adentra ao movimento grevista, configurando-se em mais um dos pólos de reivindicações e ação direta que caracterizou a greve geral de 1917.

Em São Paulo, um acordo põe fim ao movimento de massas que marcou aquele ano. As tratativas datam de 16 de julho. Mas isto não impediu a continuidade do movimento paredista nas demais cidades e tampouco freou a organização operária, que faria greves até pelo menos 1920 (tendo em 1919, um novo ápice também caracterizado por muitos como greve geral), mesmo sofrendo com a dura repressão do estado em comunhão com a burguesia de então.

Feitas estas breves considerações a respeito da fagulha paulista que gerou a explosão da greve por todo o Brasil, finalizaremos nossa apresentação passando, em linhas bastantes gerais, como se deu o movimento grevista de 1917 em Curitiba.

A greve de 1917 em Curitiba

Em clima de bastante tensão, movidos por “solidariedade e longa pauta de reivindicações” (ARAÚJO; CARDOSO, 1986, p. 39), o operariado curitibano – mas também há notícias de que pelo menos até Ponta Grossa e Antonina o movimento também se estendeu – integra-se à greve, que “foi liderada pelos anarquistas que conseguiram adesão jamais vista no Brasil” (ARAÚJO; CARDOSO, 1986, p. 36). Dentre as categorias catalogadas como aderentes ao movimento constam ferroviários, tipógrafos, telefonistas, padeiros e boleiros, bem como trabalhadores de fábricas de cerveja, de pregos e de fósforos.

Com passeatas, conferências e teatros, germinados desde os atos de 1º de maio, logo a greve em Curitiba se desdobra para a ação direta, cuja adoção caracterizava o movimento anarquista em momentos de auge nos enfrentamentos.

Construindo uma cronologia dos acontecimentos na capital paranaense, podemos dizer, a partir das pesquisas realizadas sobre o assunto, que o período de sua realização vai de 14 de julho, quando a movimentação paredista é anunciada nos jornais locais, até dia 23 de julho, quando a greve se encerra por conta das medidas repressivas das autoridades estatais.

Segundo um dos poucos estudos integralmente dedicados à greve de 1917 em Curitiba, a mobilização se deu, em primeiro lugar, em solidariedade aos grevistas de São Paulo, em razão da divulgação dos acontecimentos na imprensa operária, mas também burguesa local - o exemplo da notícia divulgada no “Diário da Tarde”, a 14 de julho, é o mais citado. Junto a isto, a situação de “penúria e carestia” (FONSECA; GALEB, 1996, p. 37), que também alcançava a classe trabalhadora de Curitiba, ajudou a realizar a mobilização.

Após as propaladas notícias se difundirem entre os dirigentes operários, realiza-se uma assembleia geral de entidades a 15 de julho, cuja deliberação é realizar um grande ato público no dia 18, em solidariedade para com o proletariado paulistano. O palco do comício foi a Praça Tiradentes que, segundo relatos, ficou repleta, em uma noite de quarta-feira (CARNEIRO, 1965, p. 153). O resultado da grande manifestação foi a realização de uma assembleia organizativa na Sociedade Protetora dos Boleiros a qual, por sua vez, decidiu que “iria ser deflagrada a greve geral dos trabalhadores curitibanos, que se estenderia até que os patrões aceitassem a lista de reivindicações” (FONSECA; GALEB, 1996, p. 38), portanto, por tempo indeterminado. Ao nível da capacidade organizativa do movimento grevista e suas lideranças – a maior parte

delas constituída por anarquistas – os desdobramentos da mobilização mostram maturidade e experiência em termos de luta social e popular. A realização de greves não só não era novidade em Curitiba – apesar de que, no caso de 1917, seu caráter massivo foi um diferencial – como também os trabalhadores envolvidos demonstravam grande capacidade organizativa, convocando manifestações, realizando assembleias e assumindo posição quanto ao que reivindicar. Esta é a lista de pontos que o movimento de 1917 reivindicava, em Curitiba:

1. A greve deve ser declarada hoje. Dirige-se a todos os operários para evitar que eles continuem a trabalhar;
2. Jornada de oito horas;
3. Abolição completa das multas;
4. Impedimento de crianças menores de 14 anos no trabalho;
5. Impedimento de moças de menos de 21 anos;
6. Os que ganharem por dia terão tabela mínima de 5\$mmm;
7. Os por hora a 800;
8. Abolição dos trabalhos noturnos excetuando-se os necessários, não trabalhando mais de seis horas;
9. O patrão não pode dispensar o empregado sem prévio aviso de 18 dias, dando e cada dia uma hora de folga pra procurar trabalho;
10. A responsabilidade dos patrões nos acidentados;
11. A extinção das taxas beneficentes obrigatórias como as do bonde e da estrada de ferro;
12. A redução dos impostos para os carroceiros;
13. As oito horas são compreendidas das 7 às 11, tendo duas horas de descanso, e depois da 1 hora às 5;
14. A redução dos preços dos gêneros alimentícios;
15. Exigir a baixa imediata da farinha de trigo e do açúcar;
16. Diminuição dos preços de aluguel da casa;
17. Exigir do governo fiscalização dos gêneros alimentícios;
18. Abolição dos trabalhos por peça;
19. Higiene nas fábricas;
20. Reintegração dos grevistas nos seus primitivos lugares, uma vez cessada a greve, sob pena do movimento paredista continuar (“Diário da Tarde”, de 19 de julho de 1917, extraído de FONSECA; GALEB, 1996, p. 39).

A greve se inicia, de fato, na manhã de 19 de julho, com piquetes, paralisação do transporte coletivo, passeatas e comissão de mobilização nas fábricas e a utilização das táticas de ação direta: a ocupação da usina de eletricidade para realizar um apagão na cidade. E os grevistas conseguiram-no, por cerca de 2

horas: “cerca de mil operários invadiram a usina, deixando os trinta soldados inertes”, de modo que, já lá dentro, “liberaram o vapor das máquinas e a cidade ficou às escuras, até aproximadamente às 19:40 horas” (FONSECA; GALEB, 1996, p. 42). Como consequência desta e de outras ações diretas (impedimento e desengate de trens), os primeiros confrontos com a polícia tiveram vez. Há relatos de um tiroteio em que se feriram quatro pessoas (um operário e três policiais) e de investida de cavalaria sobre os grevistas nas ruas.

No dia 20 de julho, as lideranças dos movimentos começam a ser recebidas por autoridades para negociarem sua pauta de reivindicações. Os principais interlocutores, por parte dos trabalhadores, foram Bortolo Scarmagnan, Adolpho Silveira e Octavio Prado; por parte do estado, o chefe de polícia Lindolpho Pessoa.

A prática da ação direta continua, com os grevistas impedindo fornecimento de pão e carne, apedrejamento de policiais, trilhos de trem arrancados e danificação de pontes. Diante da situação de impasse e acirramento dos ânimos por parte do operariado, a burguesia curitibana se reúne na sede da Associação Comercial e tira a diretriz de que o movimento de greve deve ser reprimido, já que prefigura obra de maus elementos, os anarquistas.

O recrudescimento policial – proibindo inclusive reuniões dos trabalhadores e prendendo manifestantes – gerou hesitação das lideranças que se posicionavam contrariamente à ação direta dos grevistas e, no dia 21, é convocada nova assembleia geral, com autorização da polícia. Nela, o debate foi em torno de um arrefecimento da ação direta, para que, realizando acordo com a força policial, os presos pudessem ser soltos.

A partir daí, os dois lados do conflito – no fundo, as duas classes em atrito – constituem comissões de negociação, bem como criam formas de organização para enfrentar a batalha. Do lado dos trabalhadores, a comissão de greve passa a ser composta por oito lideranças: além das três mais destacadas, Bortolo Scarmagnan, Adolpho Silveira e Octavio Prado, também Lino Motta, Caetano Grassi, Thomaz Camilli, Manoel de Oliveira e Sá e Amaro Sant’Anna. Por sua vez, do lado da elite dirigente, a maçonaria hegemoniza a comissão de negociação, constituída por Hugo Simas, Petit Carneiro, Pânphilo Assunção e Lopes Neto. Ambos os lados se reuniram no dia seguinte, com poucos resultados efetivos.

A sequência da história representa o auge da ação direta no movimento grevista. Segue o relato que sintetiza o ocorrido, no dia 22 de julho (após a inócua reunião da comissão):

Na capital, verificou-se um rápido enfrentamento entre a polícia e um grupo de grevistas que tentavam um piquete impedindo a saída do trem para o litoral. No alto do Bigorrião, vários postes telefônicos foram derrubados (e houve um princípio de incêndio). Outro grupo arrancou a ponte sobre o Rio Barigüi e sobre o Rio Belém, cortando deste modo a ligação com o matadouro. Houve tentativa de arrancar os trilhos da Via Férrea, tendo sido impedidos pela ação policial. Uma bomba foi arremessada contra um bonde elétrico que transitava com passageiros. Um popular foi preso conduzindo uma bomba de dinamite ainda intacta. Os telefones da cidade encontravam-se quase todos mudos. Padeiros, verdureiros, leiteiros e demais negociantes de gêneros que vinham das colônias foram assaltados pela massa, impedindo o abastecimento da cidade. O aqueduto do Cajuru foi danificado, impedindo a cidade de ser servida de água. Não havia mais condições para uma tregua. (FONSECA; GALEB, 1996, p. 49)

Após a rebelião popular, a repressão policial foi a mais dura até então, com muitas prisões e violência. No entanto, o alvo a partir daí passa a ser o das “lideranças anarquistas, apontadas como responsáveis pelos rumos tomados pela greve” (FONSECA; GALEB, 1996, p. 50), a tal ponto que as principais direções do movimento – como Scarmagnan, Silveira e Prado – foram presas e desapareceram.⁷ O dia da repressão, 23 de julho, foi o último da greve, pois a partir do dia seguinte, a cidade voltou a sua normalidade.

Desse modo, a greve geral de 1917 impacta profundamente a organização da classe trabalhadora, em Curitiba, e passa a constituir ponto fundamental para o imaginário de lutas populares do estado do Paraná. Após seus eventos, o ciclo anarquista ainda assiste ao surgimento de novas organizações e ações grevistas, como as havidas nos anos de 1919 e 1920, muitas delas vitoriosas, se não total ao menos parcialmente,⁸ até que, com a fundação, em 1919, e hegemonização da União Operária do Paraná – entidade de perfil sindical, mas na qual não prevalece mais o ideário anarquista, dotando-se de “caráter colaboracionista, mais próximo dos patrões” (FONSECA; GALEB, 1996, p. 82) – o ciclo político contestador pautado pelo anarquismo e suas variantes passa a se esgotar, começando a abrir espaço para um novo ciclo nas esquerdas brasileiras, profundamente impactadas pela fundação do PCB e pela Coluna Prestes.

7 A propósito, há indicação de que contra as lideranças houve instauração de processos-crimes (nº 1477 e 1581) e Luiz Napoleão Lopes atuou como seu advogado (FABRIS, 2014, p. 11).

8 Há dados de quatro greves em Curitiba, em 1919, com três delas vitoriosas; e quatro greves, em 1920, com pelo menos uma delas parcialmente vitoriosa; além de greves em Ponta Grossa, Rio Negro e Colombo, no mesmo período (ARAÚJO; CARDOSO, 1986, p. 40-41).

Considerações finais

O ciclo anarquista no Brasil não deixou de se fazer sentir também no Paraná. Em seu seio, gestou dois tipos de experiências libertárias que merecem ser resgatadas e compreendidas pelos lutadores populares da região, como contribuição para o mosaico de lutas nacional que se presenciou à época. De um lado, tivemos a utopia – no sentido próprio da palavra – de fazer um mundo novo em uma colônia experimental de caráter socialista e libertário. Os adeptos do sonho de Giovanni Rossi marcaram profundamente a história dessa modalidade de lutas, servindo de grande referência para as classes populares.

De outro lado, tivemos a rebeldia dos grandes protestos e das greves massivas, em um tempo em que sequer se imaginava a proporção numérica que iria chegar a ter a população brasileira. A greve geral de 1917 fica como exemplo de protesto contra condições indignas de vida e trabalho e permite desacreditar em mitos de passividade e conservadorismo da classe trabalhadora curitibana.

Portanto, utopia e rebeldia são o seu legado. De uma experiência a outra, da colônia rural utopista ao ciclo de greves urbanas, o fio da história se desenrola pela mão dos anarquistas, que deixam esta imensa contribuição para a história de lutas populares no Paraná. Ademais disso, são a prova histórica do amadurecimento do movimento dos trabalhadores em sociedades organizadas sob o registro – ainda que em condições geopoliticamente periféricas – do capitalismo. Como dizia Engels (2010, p. 247 e seguintes), em 1845, uma das características que distingue o movimento operário é o de produzir rebeldes, que muitas vezes apelam para o crime a fim de confrontar a ordem, mas conforme vão amadurecendo, organizam-se com propósitos de terem sua liberdade associativa até conseguirem construir seus movimentos de greves, a partir do que há condições objetivas e subjetivas para constituir um fortalecido movimento operário que pretenda transformar estruturalmente a sociedade, transformação que dá um caráter socialista a seus horizontes utópicos. Em nossa história de lutas populares, o ciclo anarquista representou este salto qualitativo e serve de testemunho para se compreender a formação das esquerdas brasileiras e suas formas organizativas. É a este legado que devemos retornar sempre que, desanimados com as inevitáveis derrotas do presente, o futuro pareça impossível de se construir.

Referências

- ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. *1º de maio: cem anos de solidariedade e luta – 1886-1986*. Curitiba: Beija-Flor, 1986.
- BACH, Arnaldo Monteiro. *Colônia Cecília*. Ponta Grossa: Do Autor, 2011.
- BALHANA, Altiva Pilatti. “Imigração e colonização”. Em: EL-KHATIB, Faissal (coord. geral). *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, vol. I, 1969, p. 156-184.
- BIONDI, Luigi. “Greve geral de 1917 em São Paulo”. Em: ABREU, Alzira Alves de (coord. geral). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GREVE%20GERAL%20DE%201917%20EM%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>> Acesso em 28 jan. 2017.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- CARNEIRO, Newton. *Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense*. Curitiba: Do Autor, 1965.
- CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FABRIS, Pamela Beltramin. “*Nós, os selvagens, não reverenciamos os simboloskaiserianos*”: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História, 2014.
- FERNANDES, Josué Corrêa. *Saga da esperança: socialismo utópico à beira do Ivaí*. 2 ed. rev. e ampl. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Mauricio. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília: uma experiência anarquista*. São Paulo: FTD, 1993.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LOLLA, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX: baseado no escrito de 1895 do anarquista italiano Giovanni Rossi (Cárdias)*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LOPREATO, Christina Roquette. “As jornadas de julho – São Paulo 1917”. Em: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida (orgs.). *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: Marco Zero; ANPUH, 1992, p. 201-225.

_____. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

MELLO NETO, Candido de. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi (de Poggio al Mare à Colônia Cecília)*. 2 ed. Ponta Grossa: UEPG, 1998.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 2 ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Três experiências anarquistas no sul do Brasil: histórias de um modo de vida comunitário esquecido”. Em: *Captura críptica: direito, política, atualidade – Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, n. 3, vol. 1, julho-dezembro de 2010, p. 259-288.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÃNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: EDUEM, 2012.

RODRIGUES, Edgar. “A comunidade livre de Erebangó (imigrantes libertários russos no sul do Brasil)”. Em: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 29-37.

ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: UNICAMP, 2003.

SOUZA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: EDUEL, 2002.

THIAGO, Raquel S. *Fourier: utopia e esperança na Península do Saí*. Blumenau: FURB; Florianópolis: UFSC, 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. “Memorial”. Em: *Educação e sociedade*. Campinas: Cedes, ano XIX, n. 65, dezembro de 1998, p. 7-20.

VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920*. Londrina: UEL, 1997.

VICENTINI, Marzia Terenzi; SANCHES NETO, Miguel. “Introdução”. Em: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 11-16.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

CONTESTADO, A GUERRA QUE MANCHOU DE SANGUE OS SERTÕES DO PARANÁ E DE SANTA CATARINA – 100 ANOS DEPOIS, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE SOBRE A LUTA CAMPONESA AINDA IMPERAM NO BRASIL

Nilson Cesar Fraga¹

Os Estados de Santa Catharina e do Paraná (...) inspirados no amor, à paz da República e na harmonia, confiança e amizade que os devem unir, como membros da mesma Pátria, (...) no sentido de pôrem termo, por meio de um accôrdo, à questão de limites em que há longos anos estão empenhados (...). (Accordo assignado entre os Estados do Paraná e Santa Catharina para solução da questão de limites. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1916, p. 1).

Dentre as lutas populares ocorridas no Sul do Brasil, deve haver um destaque maior para a Guerra do Contestado, ocorrida nos sertões do Paraná, numa área de disputa político-jurídico-territorial com Santa Catarina pelos mesmos sertões. Tal guerra civil sertaneja se caracteriza como um episódio complexo,

1 Pesquisador do CNPq/PQ. Possui Graduação em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1997), Graduação em Geografia (Bacharel) pela Universidade Estadual de Maringá (1999), Mestrado em Geografia (Análise Ambiental e Desenvolvimento Regional) pela Universidade Estadual de Maringá (2000) e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006). Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL (Mestrado e Doutorado). Diretor de Planejamento da Pró-Reitoria de Extensão da UEL. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR (Mestrado e Doutorado), desde 2007. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR-RO). Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Diretor-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Londrina/PR nas Gestões 2011-2012, 2013-2015 e 2016-2017. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito - GEOTMAC-DGEO-UEL e Coordenador do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado - OCGC-UEL-UFPR. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase na relação sociedade e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia, Geografia Política, Geografia Regional, Território e Cultura, Território e Conflito. Estuda as guerras da formação territorial paranaense desde 2011, com ênfase para a Guerra do Contestado, Guerra de Porecatu, Levantes dos Posseiros do Sudoeste e Chacina de Pitanga. Pesquisador da Região e da Guerra do Contestado, desde 1994.

pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, ambiental, cultural e religiosa.

Assim, a epígrafe que abre esse capítulo permite entender que, por mais de cem anos, o Contestado segue silenciado, silenciado pelas palavras fraudulentas da primeira página do documento do acordo de limites. Afinal, a Guerra do Contestado foi maior do que o acordo das oligarquias republicanas, catarinenses e paranaenses que findaram décadas de indefinição sobre terras em disputa, que eram caboclas, pois aquele era um território caboclo antes de tudo.

No tocante aos problemas territoriais, esses são antigos e se arrastaram a partir de 1680. Quando os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata, começaram os conflitos mais sérios entre Portugal e Espanha sobre a posse de terras localizadas na região Sul do Brasil. Os portugueses não queriam abrir mão do território por eles ocupado fora da linha de Tordesilhas, especialmente no denominado Continente de São Pedro e no interior dos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná (THOMÉ, 1993).

Os soberanos de Portugal e da Espanha nunca conseguiam estabelecer os limites. Depois do Tratado de Tordesilhas firmou-se o Tratado de Madrid (1750) e inicia-se a demarcação das fronteiras por comissões especiais nomeadas pelos monarcas dos dois países. Além da problemática luso-espanhola, acima referida, teve-se uma questão interna de limites que vai envolver, de um lado, o atual Estado de Santa Catarina, e de outro, o Estado do Paraná. Questão esta, antecedida ainda por outra relativa aos limites que envolviam São Paulo e Santa Catarina, cuja disputa se estendia desde o período colonial, até a emancipação do Paraná, já no Brasil Imperial.

Quando se desmembrou de São Paulo em 1853, o Paraná herdou um problema de limites que vinha se arrastando desde os tempos do Brasil colonial. Para os paranaenses, a nova província limitava-se ao sul, pelos rios Pelotas e Uruguai. Para os catarinenses, o Paraná terminava nos rios Negro e Iguazu.

Os catarinenses argumentavam que, com a criação da Ouvidoria da Ilha de Santa Catarina em 1749, os limites com a capitania de São Paulo se davam “pela barra austral do Rio São Francisco, pelo Cubatão do mesmo rio e pelo Rio Negro que se mete no Grande de Curitiba” (THOMÉ, 2003).

As controvérsias começaram em 1767 quando o governo paulista fundou Lages em área que os catarinenses consideravam deles. Somente em 1820 Lages foi incorporada a Santa Catarina, mas o que não significou solução para as questões de limites (FRAGA, 2006).

Em 1838 *foram descobertos* os Campos das Palmas que os paulistas invadem e exploram, pois estas terras eram catarinenses por direito naquele momento histórico. Também a partir deste fato se desenvolve a discussão entre os presidentes das províncias de São Paulo e de Santa Catarina que, a partir de 1853 com a criação da província do Paraná, desmembrada de São Paulo, passa a ser a parte interessada nas questões de limites (FRAGA, 2010).

As discussões no âmbito administrativo não tiveram resultados até o advento da república. Embora a constituição de 1891 determinasse que as disputas em torno de divisas fossem resolvidas politicamente, Santa Catarina buscou uma solução judicial para o problema, movendo ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Defendida pelo conselheiro Silva Mafra, Santa Catarina reivindicou a posse da área situada ao sul dos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguazu, ou seja, invocou o direito de possuir limites naturais. O Paraná constituiu o conselheiro Joaquim da Costa Barradas como defensor (THOMÉ, 1992). O Supremo Tribunal Federal decidiu, em acórdão de 06 de julho de 1904, que toda a área ao sul do Rio Iguazu era catarinense. O Paraná não se conformou, embargando a decisão.

Em 1909, o STF recusou os embargos paranaenses e deu mais uma vez ganho de causa a Santa Catarina, defendida pelo futuro presidente da República, Epitácio Pessoa. Rui Barbosa defendeu os interesses do Paraná. Diante de novos embargos interpostos pelo Paraná, que contratou o jurista Inglês de Souza, o STF em julho de 1910, pela terceira vez, manteve o acórdão (FRAGA, 2005).

Cabia, daí por diante, a fase de execução da sentença. Com o falecimento do Conselheiro Mafra, a peleja pelo estado de Santa Catarina passou a ser exercida pelo Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, que requereu a expedição do mandato executório que o juiz federal, Seccional do Paraná, deixou de cumprir, enviando ao Supremo uma carta testemunhável, que resulta, a 04 de janeiro de 1913, no seu julgamento (THOMÉ, 1989).

Entretanto, já se incendiara o estopim nos campos do Irani – A Guerra e o Genocídio nas terras contestadas haviam iniciado, proporcionando quatro anos de intensas lutas entres os caboclos, os soldados do Exército, das Polícias do Paraná e de Santa Catarina, incluindo milhares de jagunços, mercenários contratados para exterminar a população cabocla. E naquele momento, do lado paranaense, a imprensa incitava os ânimos, o bairrismo se exaltava e se usavam argumentos como criminalidade no território catarinense do Contestado (FRAGA, 2009).

Como a situação ficou agravada pela Guerra do Contestado, o presidente da República, Wenceslau Braz, interveio na questão. Chamou os governadores em busca de uma solução e nomeou um comandante da Marinha para servir de emissário entre os dois governos. O presidente propôs a divisão do território contestado, num ato que passou sobre as decisões da Suprema Corte de Justiça. No dia 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites pelo presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt. O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses “cederam” Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina (FRAGA, 2011a).

O acordo foi aprovado pelas respectivas Assembleias Legislativas. O Congresso Nacional aprovou os atos e a demarcação dos limites foi procedida por uma comissão militar (THOMÉ, 2003).

A guerra civil camponesa do Contestado deve ser separada da questão de limites entre os dois estados, mesmo que tenham ocorrido no mesmo tempo e sobre o mesmo território. A guerra camponesa envolve uma série de elementos, notadamente, ligados ao mundo vivido caboclo, que inclui suas terras, suas casas, suas famílias e a subsistência advinda do interior da floresta de araucárias e dos campos regionais que, já no final do século XIX, foram entregues ao capital estrangeiro, por meio de concessão aos capitalistas que construiriam a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Um dos motivos que levou o governo imperial a construir uma estrada de ferro que cortasse o “interior” paranaense/catariense era a necessidade de preenchê-lo, para garantir a integração entre o Brasil do Sul e o Brasil do Centro-Leste. Um outro motivo era o de fixar imigrantes nas terras devolutas dos campos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e nos sertões do Paraná e de São Paulo – mas há que se considerar que tais terras devolutas eram, na realidade, habitadas por milhares de caboclos, cujos territórios foram destruídos pela companhia estrangeira e, suas terras, entregues para imigrantes europeus (SACHET, 1997a).

Em 1888 a primeira equipe do Engenheiro João Teixeira Soares escolheu o traçado, ligado em São Paulo e Rio Grande do Sul, atravessando a região entre os rios Iguaçu e Uruguai. Todas as regiões onde fatalmente seriam assentados os trilhos eram administradas pela província do Paraná. A linha original

com 599 quilômetros (1904-1905) foi aberta ao tráfego (THOMÉ, 1992). Nessa mesma época o então Ministro da Viação e Obras públicas, o catarinense Lauro Muller, promoveu a vinda ao Brasil do famoso empreendedor estadunidense Percival Farquhar², que fundou a Brazil Railway, empresa que tomou posse do controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no trecho entre União da Vitória (Paraná naquela época) e Marcelino Ramos (RS), levou dois anos, atravessando de Norte a Sul a região contestada, percorrendo o Vale do Rio do Peixe, no meio-oeste catarinense.

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalentes a uma superfície de quinze quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subversão quilométrica, o traçado se desdobrava em exagerada sinuosidade. Desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furta-se de pequenas obras de arte. A princípio foram empregados quatro mil trabalhadores; porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu cerca de oito mil. Eram contratados principalmente no Rio e em Pernambuco. (...) Esses antigos trabalhadores, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores (QUEIROZ, 1996).

Objetivando rapidamente colonizar as terras que havia obtido em pagamento pela construção da estrada de ferro, a Brazil Railway, em 1911, tratou de colocar para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras e que não possuíam títulos de propriedade. Tal iniciativa, bem como a própria concessão feita à companhia, contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. Mas o governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa, o que não foi de estranhar, pois Affonso Camargo, vice-presidente do Estado, era advogado da

2 O norte-americano Percival Farquhar era dono de dezenas de empresas nos Estados Unidos e de outras tantas espalhadas pelo mundo, principalmente na América Latina. Engenheiro, já no final do século XIX chefiava duas importantes empresas que controlavam os serviços de bondes de Nova York. Seu grande sonho era controlar todo o sistema ferroviário da América Latina. Após grandes compras e conquistas, em 1913, devido a aplicações malsucedidas na Bolsa de Valores de Nova York, perdeu tudo e teve de vender as empresas para pagar seus credores. (AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994, p.10.)

Brazil Railway. Aos posseiros que ousavam se opor às medidas de despejo, a Brazil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados, que, violentamente, expulsavam os caboclos das suas cascas e terras (FRAGA, 2016a).

Com o intuito de explorar as terras obtidas às margens da estrada de ferro, a Brazil Railway criou, em 1911, uma nova companhia a ela subordinada: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. A Brazil Railway construiu, também, a Estrada de Ferro entre União da Vitória (PR) e São Francisco do Sul (SC), para descer e exportar a madeira beneficiada pela Lumber. Para atender às conveniências políticas das elites do Paraná, por caminho mais longo, as tábuas seguiam também pelo porto de Paranaguá.

No que se refere ao papel da madeira nos interesses sobre as terras caboclas do Contestado, há que se considerar que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) abriu perspectivas para a comercialização da Araucária angustifolia. Os preços da madeira subiram no mercado internacional. Tal fato havia sido razão para o estabelecimento de serrarias por parte da empresa que construiu a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em Calmon e Três Barras - as notáveis serrarias da Lumber Company. Após a Guerra do Contestado, quando os caboclos já haviam sido expulsos com suas famílias da região do Contestado, os empresários que vão se dedicar aos negócios de colonização também são madeireiros, assim as terras adquiridas do governo, primeiro eram exploradas em seus recursos florestais e, depois, vendidas em lotes aos colonos (THOMÉ, 1995).

Assim que foi criada, a Lumber tratou de comprar 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo de Canoinhas. Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, por meio dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras. Affonso de Camargo, vice-presidente do Paraná, foi, conforme ele próprio admitiu em discurso na Assembleia Legislativa, o intermediário desses negócios (QUEIROZ, 1966).

Como mencionado, foi montada uma grande serraria em Três Barras (SC) e uma outra menor em Calmon (SC), à margem da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em volta da primeira formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 04 de julho, via-se flutuar por toda parte a bandeira dos Estados Unidos da América. A Lumber tornou-se a maior companhia madeireira da América do Sul nos anos seguintes, isso se estendeu até o escasseamento da madeira. Arrebatado diante de tanta madeira, Farquhar se esquece de colonizar as terras recebidas dentro da faixa que acompanha a Estrada de Ferro São

Paulo-Rio Grande, e decide expulsar todos os posseiros que, há dezenas de anos, vivem na região, que lhes servia de morada e sustento³.

Terminada a construção da Estrada de Ferro, Percival Farquhar tem pressa em encher os vagões de carga com alimentos produzidos nas terras dos posseiros e com a madeira serrada dos pinheirais, para entregá-la no porto de São Francisco. Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a Lumber organiza uma força paramilitar mais ágil que a Justiça Brasileira.

Intensamente armado, o grupo vasculha os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e até matar o povo caboclo que habitava secularmente aquelas terras. De ambos os lados pessoas morrem, outras sobrevivem, mas isso é apenas o começo do que ainda está para surgir, pois tais fatores seriam os responsáveis pela guerra civil cabocla – a Guerra do Contestado. A posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperam milhares de braços caídos que não têm para onde balançar, pessoas sem um lugar para morar e nem de algo para se sustentar, pois a floresta intercalada com campos oferecia ao mundo caboclo, alimento e proteção, de onde extraía a madeira para suas casas e ranchos para os animais, erva mate para beber o chimarrão e vender a produção para negociantes erva-teiros, pinhão para alimentar a si e a família, ao mesmo tempo que engordava os porcos e, nos campos, criava o gado, os cavalos e as mulas, além de farta quantidade de ervas que lhes serviam de remédio. Mas, a destruição desse mundo lento caboclo que se encontrava intimamente ligado ao mundo capitalista da sua época, lançariam as primeiras faíscas de um incêndio que iria durar quatro anos em guerra civil (FRAGA, 2016b).

A fé e a resistência dos caboclos: três monges fundidos num santo

Os expulsos daquele que é, hoje, o alto vale do Rio do Peixe e do Planalto Norte catarinense pela Lumber, os desempregados da Estrada de Ferro, bem como os desagregados dos campos de Lages e de Curitiba começaram a formar uma ameaçadora trindade que vai ferver as águas do rio, consumir pinheirais e reduzir a pó fazendas e fazendeiros, caboclos e turmeiros desempregados (SACHET, 1997b). Só a fé cabocla explicaria seu papel de resistência

3 Fala de um pequeno agricultor que ocupou terras inexploradas e as cultiva por muitos anos, adquirindo por isso o direito de posse sobre elas, embora sem dispor dos documentos legais de propriedade. AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994, p.07.

contra a república, os estados federados e os mercenários contratados pelos coronéis para matá-los. Essa fé cabocla estava ligada ao catolicismo rústico do sertão, fortemente influenciada pelos ensinamentos deixados nas passagens dos monges eremitas do Contestado – é a fé inabalável em São João Maria que fará o caboclo e a cabocla lutarem até o fim da Guerra do Contestado. Os monges, mais do que estarem presentes na determinação cabocla, são a base atual de entendimento da cultura e identidade cabocla do Contestado.

Nos últimos duzentos anos, centenas de movimentos messiânicos aconteceram não apenas no Brasil, mas em diversos lugares das américas e de outros pontos do mundo. Alguns foram acanhados, outros alcançaram destaque por envolver gente marginalizada, descontente e inábil, que com vulto, concentraram-se em figuras carismáticas como os monges que passaram pelo Contestado, ficando marcados nas mentes caboclas, por João Maria e José Maria, que eram três e cujos três são um só na fé cabocla – São João Maria.

Para que um movimento social seja caracterizado como messiânico, deve-se levar em conta as propostas básicas da crença popular na volta do Messias. Nesse sentido, há que se considerar que o Contestado foi também um movimento messiânico, cujos responsáveis por tal caracterização foram os monges que deixaram, por onde passaram, sagrados registros no Sul. Esses espaços sagrados estão amalgamados até hoje nos três estados do Sul, mas também em São Paulo, Mato Grosso do Sul e em outros lugares. Eram profetas, curandeiros, santos, conselheiros que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade (THOMÉ, 1992).

O primeiro que se tem relatos de passagem pelo Contestado, estando ainda no imaginário dos habitantes da região Sul do país, foi João Maria de Agostini, um peregrino de cabelos e barba longos, olhar manso, típico de alguém que almejava a solidão e o isolamento. Foi simples, bom e justo, mas severo consigo mesmo, repartindo com o próximo o único bem que possuía: sua fé (CABRAL, 1960). Mas há um contrassenso que surpreende todos que estudam ou procuram entender a vida de João Maria: esse “santo” não foi um homem, foram dois que confundiram e entrelaçaram suas vidas para se tornarem apenas um santo da fé cabocla.

Conforme aponta Oswaldo Cabral (1960, p. 108), João Maria de Agostini era italiano, nascido em 1801 e não se tem muitos registros do seu passado, nem de quando chegou ao Brasil. O que se sabe é que esteve no Pará, viajou para o Rio de Janeiro por volta de 1844 e depois para São Paulo, até passar pelo Sul do país. Conta-se que era solteiro, eremita, de estatura baixa, cor clara. Sobre sua passagem por São Paulo, o que se tem são relatos orais, visto que era um

homem voltado à solidão. Descreve-se que o eremita andou fixando cruzes por onde passava e, numa determinada região, chegou ao número de 14 cruzes fixadas, como uma via-sacra. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, João Maria também ergueu cruzes na mesma quantidade com o intuito de estimular a adoração ao símbolo da fé cristã. De vez em quando participava da Santa Missa e aproveitava, depois da reza, para dirigir umas palavras aos que ali se encontravam. Nenhuma inovação tentou introduzir e não impunha nada do que pregava, simplesmente aconselhava.

Sua passagem pelo Sul foi registrada no Paraná (Lapa e Rio Negro), Santa Catarina (Lages) e Rio Grande do Sul (Santa Maria). Hoje é sabido que, com a configuração de centenas de municípios, ele teria passado por dezenas de cidades nos três estados sulistas. Há registros de sua passagem por Londrina até União da Vitória, de Porto União até Lages e de Lagoa Vermelha até Santa Maria (FRAGA, 2013a).

Sobre o que se sabe e o que se diz desse Monge, acredita-se ser mais importante as questões relacionadas às suas atividades e às doutrinas que pregava ao povo caboclo nos sertões por onde andava. Para se ter uma ideia de sua importância, citamos um trecho de Oswaldo Cabral, retirado de um depoimento de Felicíssimo, que assistiu as pregações do Monge no Campestre (RS):

a sua longa barba e o hábito atraíram os simples que o tomavam por um novo messias. Fazia prédicas ao povo todos os dias. Dizendo-se inspirado por Deus, atraiu ao lugar uma multidão de crentes que o adoravam.[...]. Descobrimo uma vertente abundante dentro do mato, na fralda do monte, fez dela a base do seu poder misterioso, de seus milagres. Fez abrir uma picada do lado oposto ao em que estava a vertente, pelo morro acima, fazendo desta via dolorosa o seu calvário, colocando em pequenas distâncias grandes cruzes de madeira toscamente trabalhadas, em número de 17. No alto do morro, em um planalto, construiu a chamada capela de Santo Antão, onde em altar bem preparado, jazia a bonita imagem do Santo. [...] Junto à primeira cruz, ao entrar-se na picada, depois do sol posto, quando desciam as primeiras sombras da noite, era o povo, que já contava com cerca de 200 pessoas, chamando à oração com o sinal de um tiro de pistola. Ajoelhados todos em frente àquele símbolo da religião cristã, rezavam o terço, depois do qual, quando se achava presente o Monge, havia a prática do mesmo, aconselhando ao povo a prática de todas as virtudes cristãs; que, com fé, pedissem a Deus e à Mãe Santíssima o termo de seus males, com a aplicação daquela água milagrosa de que estava fazendo uso (CABRAL, 1960, p. 119).

A força da fé que envolve esse espaço sagrado de São João Maria, atraía visitantes e romeiros que por ali passavam e armavam suas barracas numa fraternidade. Os doentes que se chegavam eram de todos os tipos, uns procuravam a cura, outros apenas um alívio para suas enfermidades. Eram pessoas que vinham de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Uruguai e da Argentina buscando a cura nas águas milagrosas do Campestre.

Assim, abre-se uma nova fase à existência de João Maria, visto que antes era tido apenas como ermitão, solitário, que vagava pelas estradas. Agora estabelece uma capela, onde afluem diversas pessoas de distantes lugares em busca do conforto de suas palavras. E o que prega é o testemunho, a palavra do evangelho, a doutrina da Igreja⁴, a submissão dos apóstolos. Não é um João Batista, mas procura ser um apóstolo humilde, que não ameaça, mas aconselha, que não se rebelar, mas se humilha, que não comanda, mas serve.

Diante de tudo isso, a exaltação religiosa do povo aos seus “milagres” fez com que regressasse a São Paulo, deixando um documento escrito aos devotos e peregrinos, que ao Campestre retornavam, de como deveriam proceder as rezas, festas e devoções. João Maria havia se retirado para São Paulo, ou fugido, pois soube que havia sido dada uma ordem para prendê-lo, ordem vinda da suposição do presidente do Rio Grande do Sul, Soares de Andreia, de que aquela multidão de sofredores viesse a tornar-se um foco de fanáticos perigosos. Apesar desta “fuga”, João Maria foi preso em São Paulo e deportado para o Rio de Janeiro, findando assim sua passagem pelo Rio Grande do Sul. Não se sabe quanto tempo ficou no Rio de Janeiro, o que se sabe é que por volta de 1850⁵, valendo-se dos caminhos dos tropeiros, João Maria se instala nas proximidades da cidade da Lapa (PR). Ali encontra repouso numa grutinha junto de um filete de água cristalina, à qual aconselhava junto com rezas, como no Campestre, para as enfermidades e moléstias. E como não poderia ser diferente, também na Lapa, acorrem ao Monge pessoas esperançosas de milagres, vindas de todas as partes. Das pessoas que a ele vinham não aceitava nada, e o que lhe davam em excesso, de imediato distribuía aos pobres.

4 Um fato que ajuda a comprovar que João Maria está de acordo com o que a Igreja ensina é a festa que ele intitula a Santo Antão, celebrada pela Igreja no dia 17 de janeiro, que ele tão piedosamente e respeitosamente pede ao povo de Campestre que celebre e continue celebrando neste mesmo dia. (CABRAL, Oswaldo R. **João Maria** – Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. 26).

5 Existem controvérsias a respeito desta data, pois o próprio CABRAL (op. cit.) apresenta narrativas de moradores da região que teriam visto o monge por volta de 1845.

Por volta de 1851, o Monge atinge Rio Negro (PR) e Mafra (SC) em busca de um novo refúgio mais tranquilo e menos exposto. Recusava a hospedagem oferecida pelos moradores e, como ali não havia gruta, abrigou-se sob as árvores. Ali também aconselhou e fez suas práticas (CABRAL, 1960). O tempo em que o Monge esteve em Mafra não se sabe ao certo, tampouco os caminhos que tenha tomado. O que temos são relatos incertos sobre muitos pontos da vida deste contemplativo e emblemático personagem.

Depois de algumas aparições em Lages, João Maria teria retornado a São Paulo, onde viveu mais algum tempo meditando, rezando, até que, em 1870 desapareceu para sempre. Hoje, por meio de estudos mais aprofundados, sabe-se que o mesmo esteve na Argentina e de lá peregrinou por diversos países, estando, inclusive, na América Anglo Saxônica. Onde e quando teria morrido, não se sabe ao certo, assim como suas rotas pelo sertão do Brasil. Sabe-se apenas que por aí passou, sem ter feito qualquer coisa de mal, pelo contrário, pregou o bem, distribuiu o pouco que tinha e ganhava. Há indícios de que teria morrido nos Estados Unidos da América. Na fé cabocla, entretanto, teria transcendido no Morro do Taió, no contraforte da Serra Acima catarinense, com o vale do Itajaí. Interessante mencionar que não há registro que ateste que ele tenha se rebelado, mesmo contra aqueles que o tratavam com rudeza. Vivia interiormente e evangelicamente. Como relata Aloísio de Almeida, sacerdote e escritor, citado por Oswaldo Cabral (1960, p. 143): *João Maria de Agostini foi um eremita à maneira dos antigos, que viviam em grande penitência, raro desciam aos povoados e nunca faziam as funções reservadas aos clérigos ordenados.*

No que concerne ao segundo Monge, que surgiu na Serra Acima entre o Iguaçu e o Uruguai, tem-se informações seguras, a partir da revolta rio-grandense de 1893, que surgiu junto aos soldados maragatos no vale do rio do Peixe. Quem relata esta informação é Ângelo Dourado⁶, em seu livro “Voluntários do Martírio”, falando sobre a retirada das tropas revolucionárias de 1893 de volta ao Rio Grande do Sul, após transporem o rio do Peixe:

pela manhã o seguimos chegando à tarde numa pequena aldeia de fabricantes de erva-mate. Aqui começaram os domínios de um célebre monge que tem percorrido toda a região missioneira, plantando cruzeiros em frente

6 Ângelo Dourado foi um cronista do movimento revolucionário, além de comentarista político e dedicado médico, conforme menciona CABRAL, Oswaldo R. **João Maria** – Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 148)

das casas designando árvores, que diz serem sagradas, onde os crentes habitantes desta região vão em certas noites rezar, levando cada qual um rolo de cera que acendem ali.[...]. O monge é um tipo especial que convém ser conhecido. Caminha só por esses sertões, nada conduz, nada pede. Se chega a uma casa, dão-lhe de comer, ele só aceita o que é mais frugal e em pequena quantidade; não dorme dentro de casas, a não ser nas noites de chuva torrencial. Conversa com os moradores sem ostentação, sem impostura, sua conversa é calma, como quem fala para si só, porém todos o ouvem, todos lhe obedecem; sua figura é humilde, porém todos o respeitam e estimam. Nunca diz aonde vai, nem quando. Anoi-tece, e não amanhece; raramente porém, passa por um lugar mas de uma vez, quer chova, quer os rios estejam transbordando vai-se.[...]. O monge é moço ainda, figura simpática, ascética. Onde ele passa acompanham-no descobertos. Traz consigo uma bandeira branca com a figura de uma pomba vermelha no centro (GORNISKI, 1999, p. 27).

Pelos relatos de Ângelo Dourado pode-se dizer que aquele monge não era João Maria de Agostini. Em todo meio século anterior, nem uma só vez o João Maria fora visto carregando uma bandeira, fazendo profecias nem manifestando preferências políticas. Mas não bastasse isso, pudesse ao advento da república ter-lhe transtornado as ideias, em qualquer suposição não poderia ser, aos noventa e três anos, *homem ainda moço*, quando já aos 43 anos trazia grisalhos o cabelo e a barba. Mas não se pode duvidar que na região entre os rios do Peixe e Uruguai, fosse em território gaúcho, paranaense ou catarinense, todas essas imensas regiões sertanejas eram zonas de alcance do Monge, ou seja, de São João Maria.

Outro depoimento sobre o Monge, apresenta-se descrito por Cleto da Silva quando, em 1896, teria o Monge passado por União da Vitória:

é um ancião de estatura regular, alourado, tendo sotaque espanhol. João Maria diz andar cumprindo uma promessa, pelo que peregrinava há muito tempo, porém que brevemente tê-la-á terminado. Aconselha aos sertanejos que plantem bastante. Não gosta de ser acompanhado por grupos. Carrega a tira-colo um saco de algodão e, dentro dele, uma barraca pequena e uma panelinha. Traz consigo um crucifixo e outras pequenas imagens de santos. Costuma pousar à beira dos caminhos, procurando local de boa água (...) O profeta não aceita dinheiro; contenta-se quando lhe oferecem alguma verdura, um pedaço de queijo ou um pouco de leite. Pouco se demora nas localidades. Aconselha a que tenha o povo bastante crença em Deus e que trabalhe para desviar

as tentações. João Maria, o pacífico monge, tão popular nos sertões do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás, aconselhou aos moradores de União da Vitória a que plantassem uma cruz no morro mais alto da cidade, que é o chamado Morro da Cruz (SILVA, 1933).

Numa passagem por Lages, se tem o encontro do Monge João Maria e o Frei Rogério Neuhaus, franciscano de origem alemã, que relata outros aspectos interessantes e que comprovam que esse Monge não era mesmo João Maria de Agostini. Durante o “bate-boca”, que por sinal foi pouco amigável, a certa altura João Maria exclama:

- A minha reza vale tanto quanto uma missa!
- Impossível! – replicou frei Rogério – nem as orações de Nossa Senhora têm o valor de uma missa, pois nesta Jesus Cristo vem descendo sobre o altar”.
- Respondeu João Maria, apontando para sua caixinha:
- Para aqui também vem (ZINZIG, 1934, p. 156).

Durante esse encontro, que se realizou em 1897, o Monge e o sacerdote discutiram ainda sobre o fim do mundo, tendo alegado o primeiro que as suas crenças se baseavam na Sagrada Escritura, da qual ele possuía um exemplar - que seria “da boa, e não a dos protestantes” -, mas que não a trazia consigo, porque era pesada. Acusou um outro franciscano, companheiro de Neuhaus, de ter ordenado matar os bugres. Defendeu a sua prática de batizar. Demonstrou que o povo que o cercava queria remédios. Resistiu a acender ao convite de assistir à missa que no dia seguinte rezaria Neuhaus, mas terminou comparecendo com o cajado na mão e o cachimbo na boca, acompanhado pelo povo. Recusou a confessar-se, prometendo vagamente que um dia o faria, mas nunca o fez (CABRAL, 1960).

O nome desse segundo Monge chamado de João Maria, era Atanás Marcaf. Tinha sotaque estrangeiro e era provavelmente de origem Síria. A todos dizia que estava cumprindo uma penitência. Quando Neuhaus lhe perguntou quem lhe dera a missão de ensinar ao povo, e de onde viera, assim descreveu ele próprio a sua origem:

– *Eu nasci no mar, criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho percebendo nele claramente que devia caminhar pelo mundo durante quatorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente* (ZINZIG, 1934).

No Campestre, a pedido do primeiro Monge, a festa de Santo Antão continuava a ser realizada anualmente, com grande afluência do povo. A devoção de Santo Antão continuava firme como tinha instituído o João Maria de Agostini. Acredita-se que o segundo Monge, João Maria, teria feito o seu aprendizado no Campestre, ouvindo o que de Agostini se dizia, tomando conhecimento de seus hábitos e, finalmente, adotando a personalidade do antigo Monge, tomando sobre si a missão de prosseguir nos passos de Agostini. Porém, não era contemplativo como o Agostini, ao contrário, sendo mais moço, era homem de ação e entrou a palmilhar os sertões de Santa Catarina e do Paraná, como as campinas gaúchas por onde a fama de seu antecessor já se estendera, fama esta que foi passada de monge a monge (FRAGA, 2011c, p. 126).

As ações do segundo Monge no Sul do Brasil despontaram durante a Guerra Civil, que ficou conhecida como Revolução Federalista (1893-1895). O Monge foi mais atuante nesse período inicial da República, quando crescia o poder dos latifundiários e dos grupos políticos locais, submetendo duramente a população rural do país ao mandonismo dos coronéis. Desamparados, sem terem a quem recorrer, os pobres sertanejos viam nesse Monge o consolo para seus males e acabavam seguindo seus conselhos, que para esta gente servia muito mais do que remédios ou bênçãos dos poucos padres existentes na região.

Não há dúvidas de que alguns dos costumes do segundo Monge eram análogos aos do primeiro. Não aceitava dinheiro, não se agasalhava sob o teto e para dentro das paredes das casas, preferindo a copada das árvores. Não se recusava a falar ao povo que o cercava. Entretanto a sua medicina era a mais pobre possível; quando não aconselhava as imersões nas águas frias das fontes junto às quais pousava, para os males maiores indicava sempre as infusões de vassourinha do campo, até hoje conhecida no planalto por *erva ou vassourinha de São João Maria* (CABRAL, 1960, p. 163).

Este João Maria desapareceu nos primeiros anos do século XX, por volta de 1908. Há relatos de que havia morrido no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; outros, que a sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Mas os verdadeiros crédulos, que eram a quase totalidade dos sertanejos da região do Contestado, acreditavam que ele apenas havia se retirado: *o grande santo, o São João do Evangelho, não pode morrer. Ele se retirou apenas, para provar os seus fiéis, vivendo por prazo indeterminado, encantado no morro Taió, até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem* (PAUWELS, citado por QUEIROZ, 1966, p. 49).

O terceiro Monge, José Maria de Santo Agostinho, teria surgido no Contestado por volta de 1911, no município catarinense de Campos Novos. Apareceu como um *curandeiro de ervas*, exatamente no mesmo local onde, pouco antes, se dizia ter reaparecido o Monge João Maria. Apresentava-se oficialmente como José Maria de Santo Agostinho. Era um caboclo de cabelos lisos e compridos e barba espessa, portanto tinha o biótipo regional sertanejo. Vestia-se de brim barato e, como um caboclo qualquer, costumava andar descalço. Às vezes usava tamancos com meias grossas que lhe prendiam a boca das calças. Tinha dentes manchados de nicotina, devido ao cachimbo que frequentemente pitava (MONTEIRO, 1974).

Usava um boné de pele de jaguatirica adornado de penacho e fitas, muito parecido com o do velho João Maria. Quando lhe perguntavam se era parente do Monge João Maria, ele não dizia sim nem não, deixando no ar a ligação com a figura tão lembrada naquela região. Muitas vezes era identificado como irmão do antigo Monge e se calava, pois isso tornava-o mais procurado e querido pelos sertanejos (AFONSO, 1994).

Seu nome, de fato, era Miguel Lucena de Boaventura, como se descobriu mais tarde. Apareceu para continuar a pregação do Monge que deixou grande fama no Contestado, reiniciando o apostolado deste. A historiografia diz ser ex-soldado do Exército, de onde foi desertor, ou da força Policial do Paraná. Conforme contam outros, não possuía, ele, a mesma constituição mística dos monges que o antecederam. Era menos rigoroso nos seus hábitos, não apreciava o isolamento, não se recolhia para colocar-se em contato com o criador, não se mortificava, nem fazia penitências (CABRAL, 1950, p. 180).

Duas notícias fizeram com que sua fama se espalhasse. Primeiro, falou-se que tinha ressuscitado uma jovem - talvez vítima de catalepsia, doença na qual a pessoa fica temporariamente paralisada, como se tivesse morta. Mais tarde, disseram que fez sarar a esposa do coronel Francisco de Almeida, que sofria de mal que se acreditava incurável. O rico proprietário ficou tão agradecido ao Monge que lhe ofereceu em recompensa muitas terras e grande quantidade de ouro. Para espanto geral, José Maria recusou tudo isso. Passou então a ser considerado um homem santo, que vivia apenas para curar e ajudar os mais necessitados (LUZ, 1952). O coronel Francisco de Almeida foi mais longe. Decidiu dar guarida ao Monge, recebendo também em sua fazenda, em Curitiba, todos aqueles que fossem à procura de auxílio e conforto junto a José Maria. A quantidade de pessoas que a partir de então se dirigiu à fazenda era tão grande que o coronel tinha de mandar matar um boi por dia para alimentar toda aquela gente.

O arraial Quadro Santo e Os Doze Pares de França

O número de pessoas que acorriam a José Maria aumentava cada vez mais. Depois de algum tempo, José Maria resolveu sair da sede da fazenda e ir para um local mais afastado, levando consigo todas as pessoas que estavam ali à espera. Nesse lugar, conhecido como Taquaruçu, também nas terras do coronel Francisco de Almeida, ele formou um arraial onde montou uma “clínica” e uma farmácia de ervas, a Farmácia do Povo. Para lá iam todos os que o procuravam pedindo conselhos e receitas, que eram passadas como receitas médicas, escritas em papel e entregues sempre acompanhadas de orações. O atendimento era gratuito, mas quando o doente tinha recursos, pagava uma taxa de dois mil réis. O dinheiro era aplicado na expansão da própria farmácia (AFONSO, 1994, p. 13).

Oswaldo Cabral menciona existir uma fotografia de José Maria onde apresenta o Monge como um homem bem nutrido, de pernas sólidas, sentado, tendo um facão entre os joelhos. A barba cerrada, o olhar vivo, o nariz largo, de ventas grandes, um pouco achatado, tendo mais o aspecto de um homem do Nordeste do que das regiões sulinas (CABRAL, 1960, p. 193).

José Maria esteve durante quase um mês em Taquaruçu, nesse arraial, ao qual deu o nome de Quadro Santo, organizou um grupo dirigente, de caráter político-religioso, denominado por ele de *Os Doze Pares de França*. Era uma alusão aos doze cavaleiros que acompanhavam o Imperador Carlos Magno, na Idade Média, segundo o livro História de Carlos Magno e os doze pares de França, que carregava consigo e que lia sempre para seus seguidores. Contava histórias de feitos heróicos e transmitia mensagens religiosas em que o bem sempre vencia o mal. Nessa ocasião, José Maria proclamou a Monarquia Celeste e coroou imperador Manoel Alves da Assunção Rocha, um fazendeiro analfabeto e muito rico. Essa monarquia seria administrada pelo Monge de acordo com as tradições da cavalaria medieval. No Quadro Santo todos seriam irmãos, a propriedade era comum e o comércio proibido totalmente, sob pena de morte. Todos fariam parte de uma grande irmandade – a irmandade cabocla do Contestado (AFONSO, 1994, p. 15).

Esses fatos são pouco conhecidos e cercados de dúvidas. É difícil comprovar a maior parte do que se falou sobre a ação de José Maria e sua Monarquia Celeste em Taquaruçu. O certo é que o Coronel Chiquinho de Albuquerque – preocupado com o ajuntamento de Taquaruçu e temendo o crescimento político do coronel Henriquinho, seu opositor – telegrafou ao governador de Santa

Catarina, comunicando que “fanáticos” haviam proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu.

Reunidos no Taquaruçu, o Monge dirige-os. Perseguidos, comanda-os. Atacados, morre com eles na luta. Derrama seu sangue pela causa, boa ou má, que era de todos. O local em que caiu é conhecido. O seu corpo é recolhido e guardado à espera de uma ressurreição que não acontece, mas, cuja espera, durou mais de quatro anos. Em seu nome, sob o seu signo, à sombra de sua bandeira, por quatro anos sustentam, depois, uma luta desigual e cruenta – a Guerra do Contestado. Morrem fanaticamente abraçados às metralhadoras que os ceifam, ou atirando-se nos entreveros, corpo a corpo. Conseguem vitórias capazes de incutir no seu ânimo e no seu raciocínio simplório a certeza de que uma proteção sobrenatural os cobria. Deixam uma descendência que recolhe a história sangrenta da luta e admiráveis prodígios acontecidos. No entanto, não canonizam o sacrificado. Não elevam ao altar da sua crença o mártir, o testemunho de sangue do seu chefe. Não o entronizam no seu coração, nem glorificam a sua memória – antes, voltam-se todos para a simplicidade pacífica de João Maria, da sua palavra amiga e do seu gesto manso (CABRAL, 1960, p. 195). Isso, por certo, parecer resumir o Contestado em Guerra, mas também o Contestado pós-Guerra, cujo povo caboclo, dilacerado, se retira de cena, se esconde nos matos, no miolo impenetrável do Contestado. Mais de cem anos se passaram da guerra de genocídio, da guerra de extermínio de um povo, cujo único desejo era continuar vivendo sobre suas terras ancestrais – sua guerra foi em busca da felicidade, não de uma felicidade vulgar, mas de uma felicidade plena, da vida em sociedade e em irmandade.

Guerra do Contestado: genocídio dos caboclos insurgentes

A guerra civil cabocla do Contestado teve início em 1912 e, oficialmente, se estendeu até 1916. Mas esta periodização só considera o que ocorreu em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, cuja centralidade seria, apenas, a questão dos limites entre os estados. Mesmo assim, a Guerra do Contestado registrou os fatos mais sangrentos da sua história, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio conhecido por Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento

messiânico de grandes proporções (FRAGA, 2013b). Uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais e uma questão de limites interestaduais.

Concomitantemente, a região do Contestado reuniu no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, posseiros, tentando se manter em terras devolutas, que não eram devolutas, pois pelas leis da época já lhe pertenciam. Estes grupos incluíam, os ditos fanatizados por promessas messiânicas e oportunistas de toda hora, que surgiram na região ou atuaram de fora para dentro, que viam na agitação, a ocasião para exercerem pressões políticas sobre os limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná ou lucrar, vendendo armas e outros produtos para o povo de uma região conflagrada. Por isso, é dito que nem todos os sertanejos catarinenses eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos, e nem todos os fanáticos eram jagunços (THOMÉ, 1997).

Os camponeses de Santa Catarina e do Paraná formavam o bravo *Exército Encantado de São João Maria*, unindo sob a cruz verde da bandeira branca da libertação, quase 10 mil pessoas armadas – homens, velhos, crianças e mulheres –, no qual se divisavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam; centenas de ex-trabalhadores da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda criminosos, ex-presidiários e foragidos da justiça. Todos juntos atacavam e se defendiam. Tiveram a ousadia respondida à bala. Lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes – o genocídio, marca indelével da Guerra do Contestado (FRAGA, 2011b).

O efetivo revoltoso foi combatido por forças da nascente república, que eram integradas pelos regimentos de Segurança de Santa Catarina e do Paraná; Esquadrões da Guarda Nacional, divididos em Piquetes de Cavalaria, e grande parte do Exército Brasileiro, que empregou tropas de infantaria, da cavalaria, da engenharia e da artilharia. A inferioridade numérica dos militares era compensada pelo melhor aparelhamento bélico, pois utilizavam canhões, metralhadoras, bombas, espadas e fuzis, contra facões de pau, velhas espingardas, mosquetões e revólveres dos sertanejos (MONTEIRO, 1974). Os caboclos e as

caboclas em guerra se defendiam como podiam. Usavam os recursos advindos da base físico-geográfica regional, faziam emboscadas, lutavam frente a frente com os legalistas, dentre eles, milhares de mercenários contratados pelos coronéis de fazendas para matá-los. Ao final de quatro anos, sucumbiram ao poder dos canhões e metralhadoras da República, mas não derrotados. São heróis de uma guerra desigual. Venceram moral e eticamente a República que chamavam de “república do diabo”.

As forças militares que estiveram no Contestado *para impor a ordem à lei, e afugentar bandos de fanáticos* achavam que tinham uma tarefa fácil, mas defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por gente hábil, destemida, idealista, conhecedora do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram em pesadelos as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de quase dez mil sepulturas é que as tropas legais se convenceram terem estado diante de um inimigo não inferior, e que a vitória final aconteceu porque a astúcia dos camponeses não resistiu ao poderio bélico e à inteligência e persistência militar (DERENGOSKI, 1981). O tal *bando de fanáticos* era na verdade toda uma população cabocla, instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada a lutar, mais do que os soldados, pois a impetuosidade, a valentia e a bravura corriam no sangue de suas veias desde há muitos anos.

A história da Guerra Civil Cabocla do Contestado registra seu início com as primeiras escaramuças de Demétrio Ramos, em 1905, e as de Aleixo Gonçalves de Lima, em 1909, no Vale do Iguaçu, em terras com jurisdição reclamada pelos dois estados litigantes. Além do particular combate do Irani (SC), em 1912, todas as ações marciais do evento se registraram a Leste do rio do Peixe, em área Contestada, mas na maior parte administrada por Santa Catarina, tendo por limite ao Sul, os Campos de Curitiba e Campos Novos, e a Leste as escarpas da Serra Geral.

Em agosto de 1912, o Monge José Maria se instalou em Taquaruçu, fundando o Quadro Santo que incomodou as autoridades de Curitiba. O governo catarinense enviou praças ao mesmo tempo em que invocou auxílio do Exército para garantir a ordem. Pela localidade do Herval, o Monge, seus 12 Pares de França e mais alguns seguidores, cruzaram o rio do Peixe, saindo de Taquaruçu e entrando no território então administrado pelo Paraná, nos Campos do Irani, em outubro. O governo paranaense considerou esta passagem uma invasão, e enviou forças policiais contra o grupo (CABRAL, 1960). O combate ocorreu

em Banhado Grande, a 22 de outubro, quando morreram, tanto o Monge José Maria, como o Capitão João Gualberto, chefe da polícia paranaense. Em seguida, o Exército enviou à área uma Coluna de soldados do Exército Nacional, a qual, diante da dispersão dos caboclos, foi dissolvida, em novembro de 1912 (SILVA, 20140).

A agitação passou a ter foros de cruel e sangrenta guerra civil a partir do segundo semestre de 1913, quando a *ressurreição* de José Maria se concretizou na mente da família de Euzébio Ferreira dos Santos, que voltou a Taquaruçu para formar um novo Quadro Santo, em reduto que logo atraiu milhares de camponeses, mais uma vez ameaçando o *sistema feudal* implantado pelo coronelismo da época. A pedido do Governo de Santa Catarina, o Ministro da Guerra embarcou tropas para agirem de acordo com a polícia barriga-verde que, em 22 de dezembro empreenderam marcha pelo sertão, com dificuldades, pois os moradores da zona se recusaram a prestar ajuda, receosos de vingança. O combate se deu a 29 de dezembro, quando as forças legais foram derrotadas pelos caboclos, pagando com o sangue por um ataque mal planejado. (SILVEIRA, 2014).

Em janeiro de 1914, tentou-se pacificamente dissuadir mais uma vez os camponeses, sem resultados positivos. Inclusive, agora bradavam por desforra diante do assassinato do Comandante Praxedes, ocorrido em Curitiba, quando tentava reaver contrabando de armas destinadas a Taquaruçu. O Exército formou nova coluna de 750 homens, e concentrado no Espinho, atacou o reduto a 8 de fevereiro, incendiando casas e dispersando os caboclos à bala, concluindo a operação em 10 deste mês. A maior parte dos camponeses, entretanto, havia fugido ao cerco na noite chuvosa do dia 8, rumo a Caraguatá, ao Norte, já sob o comando de uma valente menina - Maria Rosa⁷.

O comandante desta coluna, Tenente-Coronel Alleluia Pires, deu parte de doente em Rio Caçador, sendo substituído em 24 de fevereiro, pelo Coronel José Freire Gameiro. Este, sabendo do reajuntamento em Caraguatá, reconstituiu a coluna e rumou para a nova concentração sertaneja. Subestimando o poderio do adversário, atacou no dia 9 de março e foi derrotado depois de sangrenta luta,

7 Maria Rosa era uma adolescente de 15 anos, loura, de cabelos crespos, pálida, alegre, de extraordinária vivacidade. Não sabia ler nem escrever, mas falava com desembaraço. Usava um vestido branco, enfeitado onde fitas azuis e verdes e de penas de pássaros. Era ela quem nas procissões marchava à frente. Permanecia horas trancada num quarto escuro, do qual saía para transmitir as ordens que dizia receber diretamente de José Maria. AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994, p. 23.

na qual os camponeses adotaram a tática de guerrilhas, ainda desconhecida pelos soldados. Diante deste insucesso, assumiu o comando o general Carlos de Mesquita (com experiência na Campanha de Canudos, na Bahia), que instalou o comando da 2ª *Brigada Estratégica*, em Calmon, a 16 de abril, com efetivos totalizando 1.700 homens (GRAGA, 2012).

Das lideranças da Guerra do Contestado, Maria Rosa aparece em destaque, comandante suprema do reduto de Caraguatá. Vendo a movimentação, e bastante temerosa, ordenou a retirada de seu pessoal para outros redutos menores, mais seguros, em Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros. Nesta altura, os sertanejos contavam com mais de 3.000 homens do *Exército Encantado* com armas brancas, mais 200 homens do *Exército de Cavalaria* armados de winchesters e mausers, os 24 homens da guarda dos Pares de França, 25 homens do *Piquete da Avançada*, cerca de 2.000 mulheres com mais de 17 anos em condições de lutar, e mais 500 crianças aptas a auxiliar as forças na retaguarda. De 13 a 29 de maio de 1914, o General Mesquita efetuou ações contra Caraguatá (dia 13) e contra Santo Antônio (de 16 a 18), quando os caboclos, *mais espertos*, evitaram o confronto direto e simularam dispersar. A missão foi dada por encerrada, ficando o Capitão Matos Costa ao comando do destacamento de guarda e policiamento (LUDKA, 2014).

De julho de 1914 em diante, as forças de Matos Costa patrulhavam a região, na tentativa maior de convencer os sertanejos a entregar as armas, sem emprego de violência. Mas numerosos grupos de caboclos, que não haviam debandado, e sim se espalhado em outros redutos, passaram a saquear propriedades, deixando em sobressalto os habitantes da região. O controle fugia dos primeiros líderes rebeldes. Novos chefes apontavam frentes e piquetes. Para arrebatar gado e alistar adeptos, as abordagens começavam a ser cada vez mais freqüentes. No final de agosto de 1914, em pleno inverno, diante das seguidas ofensivas caboclas, o Ministério da Guerra nomeou o General Setembrino de Carvalho, como novo comandante da XI Região Militar, em Curitiba, com a missão específica de atuar com mais rigidez na área do Contestado, dando final às perigosas investidas dos grupos revoltosos (SCHÜLLER, 1994).

A 5 de setembro, os rebeldes atacaram Calmon, incendiando os enormes depósitos da madeireira Lumber. No dia 6, destruíram a localidade de São João e a estação de Nova Galícia, na estrada de ferro. No mesmo dia, atacaram em São João o trem especial que conduzia um efetivo comandado por Matos Costa,

matando inclusive o comandante, fato que colocou em polvorosa a população das margens do Iguaçu (SCHÜLLER, 1994).

O general Setembrino entrou em cena a 12 de setembro de 1914, quando assumiu, em Curitiba, e a 18, quando constituiu o *Quartel General das Forças em Operações na XI Região Militar*, expedindo já no dia seguinte a Ordem-do-Dia-Especial, - *Para Methodizar as Operações de Guerra Contra os Fanáticos do Paraná e de Santa Catarina* -, ao mesmo tempo em que os sertanejos desfechavam sangrentos ataques. À vila de Curitiba, no dia 26; à serraria Lumber, em Três Barras, no dia 29; ao povoado de Corisco, em Canoinhas, no dia 8; em Rio das Antas, a 2 de novembro; e a diversas fazendas da região. Foi a partir desse momento, de grandes derrotas das tropas legalistas, que o General Setembrino *lembrou* da aviação, aventando a possibilidade de contar com seu concurso para missões de reconhecimento, diante das dificuldades que a cavalaria encontrava nas explorações, e também para incursões de bombardeios. Com a chegada dos pilotos Tenente Ricardo Kirk e Ernesto Darlolti, dos aviões e equipamentos, com a construção dos campos de aviação, o *debut* do emprego de aeroplanos em operações de guerra no Brasil e nas Américas, estava mais próximo (FRAGA, 2011b).

Em outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 homens constituindo as forças regulares com 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis, contratados, *divididos em quatro poderosas colunas* - Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul, de comando não designado, atuando em Campos Novos, Passa-Dois e Curitiba; e a Linha Leste, guarnecendo Papanduva e Itaiópolis. A Tática Militar foi cercar os camponeses numa região menor, e nela ir penetrando, ainda que lentamente, descobrindo e exterminando os revoltosos, esgotados os últimos apelos de rendição. Até o final do ano, os combates sucederam-se diariamente em toda a zona de guerra. Aos poucos, o cerco foi sendo apertado. Quando sitiados, sertanejos começaram a sentir falta de alimentos e de munições, e ainda, com doenças e sem condições físicas, muitos se renderam às tropas federais, diante da promessa de anistia e titulação de terras (QUEIROZ, 1957).

Tendo cercado os caboclos no vale de Santa Maria, em reduto que se estendia por 15 quilômetros em meio à floresta e alcançando diversas guardas

avançadas, a 8 de fevereiro as forças militares empreenderam o primeiro grande ataque, sem, no entanto, obter resultados; ao contrário, sofreram numerosas baixas em seus quadros. A construção dos campos de pouso (aviação) na Estação de Rio Caçador e nas Perdizes (na Fazenda Claudiano) eram as grandes esperanças do Exército para que o emprego dos aeroplanos se tornasse realidade (THOMÉ, 1986).

Com o acidente sofrido por Kirk, em União da Vitória a 25 de fevereiro, o General Setembrino determinou nova ofensiva, já descartando o emprego da aviação, marcada para começar no dia 1º de março. No dia seguinte, pelo Sul do reduto, as forças do Coronel Estillac Leal começaram a atacar. Foram dias e mais dias de suor e sangue nos sertões do Contestado. Pelo Norte, somente no final de março o destacamento comandado pelo Capitão Potyguara conseguiu tomar o reduto do Timbó, destruindo quase meia centena de ranchos. Cruzando o rio do mesmo nome, a 1º de abril atacou o reduto de Caçador, onde foram incendiadas mais de 400 casas de tábuas e sapé. Seguindo pelo rio Caçador Grande, as tropas marcharam rumo ao famoso, extenso e quase inexpugnável arraial de Santa Maria. Somente a 3 de abril as tropas de Potyguara entraram no reduto, quase sendo massacradas, não fosse o socorro das forças do Coronel Estillac Leal e dos vaqueanos de Fabricio Vieira, que também haviam rompido as defesas na outra ponta. Ali, as lutas terminaram na manhã do dia 5, quando 6.000 casas foram incendiadas, depois de mortos aproximadamente 600 camponeses, fora mulheres e crianças, que não foram contabilizados (FRAGA, 2015).

O Exército dissolveu a Divisão, mas deixou no Contestado alguns destacamentos menores, juntamente com policiais do Regimento de Segurança de Santa Catarina, sob o comando do Capitão Vieira da Rosa. As lutas não terminaram com a retirada dos efetivos militares. A seguir, novos redutos apareceram (ainda que menores do que os anteriores), prontamente combatidos pelas forças. Os combates foram reduzindo de ímpeto gradativamente, até terminarem em dezembro de 1915. Nessa época, registrou-se a fase mais sangrenta do triste episódio, quando as forças policiais, em nome da lei e para impor a ordem a qualquer custo, *limparam* a região abaixo de Santa Maria, quando os caboclos remanescentes dos redutos, foram caçados em Butiá Verde, Liberata, Campo da Dúvida, Perdiz Grande, Taboão, Bahia, Perdizinhas, Fazenda Roseira, Campina Velha e outros locais da região plaltina do Contestado (THOMÉ, 1983).

As bandeiras brancas de cruz verde, não mais tremulavam no sertão; as canções e as rezas dos fanáticos não mais ecoavam nas pradarias; nas matas, não mais se ouviam os silvos das balas das espingardas jagunças; os coágulos de sangue caboclo derramado, não mais mancham os solos e tornavam rubras as águas. A guerra civil nos sertões catarinense começava a ser passado”. (Parágrafo final do livro: “Guerra Civil em Caçador”, de Nilson Thomé).

No dia 20 de outubro de 1916, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em ato solene, foi assinado o *Acordo de Limites* pelos governadores de Santa Catarina e do Paraná e pelo presidente da República, colocando, enfim, *ponto final*, sobre os limites entre os estados litigantes.

A Guerra do Contestado, em si, foi definidora dos territórios atuais dos estados sul brasileiros de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir o território denominado *região do Contestado catarinense e sul paranaense*, onde, conforme Eduardo Galeano, verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano pois, o genocídio de milhares de camponeses pobres, foi sua principal marca (GALEANO, 1986).

Mas a guerra civil ainda não terminara. Havia milhares de caboclos e caboclas sobreviventes, perambulando pela Serra Acima. Os doze meses seguintes ao acordo de limites, entraram para a história, como o *açougue*, ou seja, será mais um ano de guerra, na realidade de caça e morte dos que sobreviveram aos quatro anos de guerra. Na verdade, *açougue* começara antes. Ele, de fato, se estendeu de 1915 até 1917, período de extermínio da população cabocla, fazendo do Contestado, um genocídio, um crime de guerra que pesa sobre a República brasileira.

Nos cinquenta anos da Guerra do Contestado, Osny Duarte Pereira brindou o Brasil com um belo texto reflexivo sobre essa guerra de extermínio ocorrida em solo brasileiro, questionando sobre: *como explicar que gente tão humilde, tão pobre, tão ignorante, tão primitiva tenha enfrentado forças tão poderosas e durante quase quatro anos sua resistência e seu protesto? Resistência e protesto que, sabiam, teria fim e que não poderia prevalecer, nem lhes garantir uma vitória. As páginas de audácia, coragem, malícia, habilidade, sangue-frio, fraternidade, destemor aos obstáculos, improvisação nas vicissitudes, transformando o frágil em forte, o rígido em flexível, preparando suas próprias armas, instituindo seus hospitais de sangue, sua disciplina na guerrilha, sua organização de retaguarda e de abastecimento, enfim, toda a estrutura de uma*

nação em guerra. Tudo isso desperta a curiosidade, o espírito de pesquisa, a investigação mesma. Ele conclui dignificando a bravura cabocla - entretanto, esses sertanejos escreveram uma verdadeira epopéia (PEREIRA, 1966).

Mas tem-se que ir além da epopéia, agora que já se passaram 100 anos da Guerra do Contestado. Mais de um século depois e, concluindo, não deve haver dúvida de que o crime de genocídio cometido contra a população cabocla do Contestado, no sertão de Santa Catarina e do Paraná, foi de lesa humanidade, e, portanto, imprescritível. Desta feita, a luta, agora inclui justiça e indenização por parte do Estado, pois, no mínimo, eles foram expulsos de suas terras ancestrais (Nilson Cesar Fraga, numa plantação de sonhos, Londrina, na primavera de 2013).

A Guerra do Contestado é uma mancha de sangue sobre a reputação republicana brasileira.

Referências

- AFONSO, E. J. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994.
- CABRAL, O. R. **João Maria** – Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- DERENGOSKI, P. R. **A Saga do Contestado, as Primeiras Fagulhas de um Grande Incêndio**. Jornal O Estado: Florianópolis, 10.05.1981.
- FRAGA, N. C. (org.). **Contestado**, o território silenciado. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.
- FRAGA, N. C. **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012.
- FRAGA, N. C. **Contestado**: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005. p. 228-255.
- FRAGA, N. C. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.
- FRAGA, N. C. **Território e silêncio**. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (org.). Territórios e Fronteiras: (Re)Arranjos e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011a.
- FRAGA, N. C. **Territórios Paranaenses**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011b.
- FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido - “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. 2ª. ed. Blumenau, SC: Editora Hemisfério Sul, 2015.
- FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.
- FRAGA, N. C.; CABIANCA, A. G.; SILVA, E. P. **Terra encantada dos encantados de São João Maria**: espaço sagrado, cultura popular e a fé no Monge João Maria de Jesus, em Água Morna, Curiúva, PR. In: I Simpósio de Geografia

‘Novos Rumos para os Estudos Geográficos’ e IX Semana de Geografia da UENP, 2013, Cornélio Procópio, PR. Anais do ISG e IXSG da UENP. Cornélio Procópio, PR: UENP, 2013a. v. 1. p. 1-13.

FRAGA, N. C.; FLORENTINO, B. A. **“Mistérios na mata” e relíquias ligadas a Guerra do Contestado**: o desvendar da passagem do Monge João Maria de Jesus pelo território do norte paranaense no século XIX e XX - apontamentos iniciais. In: XXVII Semana de Geografia da UEL. VIII Encontro de Ensino. IX Mostra de Estágios do Curso de Licenciatura em Geografia. I Mostra de Dissertações de Mestrado., 2011, Londrina, PR. Anais da SemaGeo 2011c. Londrina, PR: Ed da UEL, 2011. p. 1-26.

FRAGA, N. C.; KLUEGER, U. A. **Formação territorial paranaense**: uma análise espacial e temporal. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Territórios Paranaenses. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011, p. 283-302.

FRAGA, N. C.; LUDKA, V. M. **100 Anos da Guerra do Contestado**, a Maior Guerra Camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-N-Fraga.pdf>>. Acesso em: julho de 2016a.

FRAGA, N. C.; MENDONÇA, F. A. **As Redes Viárias e Urbanas na região do Contestado (PR-SC)**: elementos para a compreensão do desenvolvimento regional. In: Valdir Roque Dallabrida. (Org.). Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. 1 ed. São Paulo, SP: LiberArs, 2013, v. 1, p. 87-110.

FRAGA, N. C.; SILVEIRA, H. M. O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada. **Caderno de Geografia**, v. 26, 2016b, p. 237-254.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GORNISKI, A. **Monge – Vida, Milagres, Histórias, Lendas e Orações**.Lapa: Editora Gráfica Nossa Senhora Aparecida Ltda, 1999.

LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. **O território-rede e o desenvolvimento regional nas cidades locais da Região do Contestado**. In: VII Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2014, Maringá, PR. Anais do VII

Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2014. p. 118-142.

LUZ, A. A. **Os fanáticos** - crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos: contribuição para o estudo da antropologia, sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina. Florianópolis: Edição do autor, 1952.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1974.

PEREIRA, O. D. **O cinquentenário da guerra sertaneja do Contestado**, Paraná-Santa Catarina. Revista Civilização Brasileira, ano 1, n. 9-10, set./nov. 1966, p. 235-246.

QUEIROZ, M. I. P. **La Guerre Sainte au Brésil: le Mouvement Messianique du “Contestado”**. São Paulo: Boletim de Sociologia, FFCL da USP, n. 187, 1957.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social** – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SACHET, S. **Fogo no Planalto**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1997a.

SACHET, C.; SACHET, S. **Santa Catarina 100 anos de História** – do povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Século Catarinense, 1997b, vol 1.

SCHÜLLER, D. **Império Caboclo**. Florianópolis: UFSC/FCC, Porto Alegre: Movimentos, 1994.

SILVA, C. **Apontamentos Históricos de União da Vitória (1768-1933)**. União da Vitória, PR: ed. do autor, 1933.

SILVA, L. F. B.; FRAGA, N. C.; GALLINARI, T. S. **Por uma Geografia do Contestado nos Livros Didáticos de Geografia**: a secular Guerra Camponesa do Contestado, no Sul do Brasil - o silêncio e a invisibilidade em sala de aula. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória, ES. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santos, 2014.

SILVEIRA, H. M.; FRAGA, N. C. **O Santo (de bronze) do povo do Contestado**: do espaço sagrado para o perímetro urbano - uma leitura sobre a figura de São João Maria, em Porto União da Vitória (SC/PR). In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória, ES. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santos, 2014. p. 1-10.

THOMÉ, N. **A Aviação Militar no Contestado** – Réquiem para Kirk. Caçador (SC): Fearpe, 1986.

THOMÉ, N. **As Duras Frentes de Luta desta Terra Contestada**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1989.

THOMÉ, N. **Ciclo da Madeira, História da Indústria Madeireira no Contestado**. Caçador: Universal, 1995.

THOMÉ, N. **PR e SC Disputam Território**. Curitiba: Gazeta do Povo, Suplemento, 2003.

THOMÉ, N. **Rio Branco e o Contestado – Questão de Limites Brasil-Argentina**. Caçador: UnC, 1993.

THOMÉ, N. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: UnC, 1992.

THOMÉ, N. **São João Maria na História do Contestado**. Caçador (SC): UnC, 1997.

THOMÉ, N. **Trem de Ferro** – História da Ferrovia do Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 2 ed. 1983.

ZINZIG, F. P. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis: Oficina da Editora Vozes, 1934.

GUERRILHA DE PORECATU: O EVENTO FUNDADOR DO PARTIDO COMUNISTA¹

Oswaldo Heller da Silva²

Um conflito em gestação

Do final dos anos 40 até o início dos anos 50, o até então pacato município de Porecatu e seus arredores foram sacudidos por violentos conflitos sociais. Afrontavam-se, de um lado, as forças policiais dos estados do Paraná e de São Paulo, que apoiavam jagunços, fazendeiros e grileiros; e de outro, posseiros, secundados por militantes comunistas. As hostilidades começaram quando o governo paranaense doou a grandes proprietários, terras que já estavam ocupadas por posseiros. Alguns camponeses, encorajados pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB), resistiram a essa decisão governamental. Dos enfrentamentos resultaram mortos e feridos. Com razão, o jornalista Pedro Felismino observou que esses combates, apesar da amnésia da historiografia a seu respeito, traduzem uma importante fase da colonização recente do norte do Paraná, constituindo-se num conflito armado sem precedentes na história do estado (MARTINS, 1986, p. 73-74; FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985).

A guerrilha de Porecatu inaugurou uma seqüência de lutas sociais que explodiram em diferentes áreas rurais brasileiras ao longo da década de 50. Esses conflitos no norte do Paraná, sendo eventos de repercussão nacional, certamente foram tomados como referência ou como exemplo – a ser seguido ou não – por vários outros, em outros pontos do país.

1 O presente artigo integra o capítulo 1 do livro de SILVA (2006) e foi reproduzido com a autorização do autor.

2 Educador colaborador voluntário na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). Desde 1994, professor associado do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFRP). Atuou desde 1996 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Doutorado e Mestrado) e é membro do Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná (CERU-PR), da mesma universidade. Graduado em Ciências Sociais pela UFRGS em 1982 e doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - Paris, França, em 1993. Realizou Pós-Doutorado na Universidade de Paris X, em 2005. Atua na área de Sociologia, com ênfase em movimentos sociais no campo, memórias camponesas e povos e comunidades tradicionais, particularmente faxinalenses do Paraná. Atualmente interessado em temáticas latino-americanas, povos originários e culturas indígenas, agroecologia e software livre.

O PCB escolheu Porecatu para testar, na prática, sua virada ultraesquerdista, expressa no Manifesto de Agosto de 1950. Mediante palavras de ordem de enfrentamento direto ao aparelho de Estado e aos grupos dominantes, os comunistas lançaram um balão de ensaio de luta de guerrilha rural. Provavelmente inspirados nas táticas de guerrilha, utilizadas por Mao Tsé-Tung, o Partidão, pela primeira vez no Brasil, preparou e empurrou os camponeses ao combate aberto contra seus “inimigos de classe”.

Bancando o aprendiz de feiticeiro, o PCB, até então confinado ao espaço urbano, conseguiu penetrar nos sertões do norte do Paraná. Ao protagonizar o movimento armado de Porecatu, o Partido ensaiou a constituição de organizações rurais com características sindicais: as ligas camponesas do Paraná. De uma forma inédita, um ator político tentava enquadrar o campesinato desse estado. Essas organizações proto-sindicais, criadas pelos comunistas em diferentes pontos do território nacional, mais tarde transmitiriam a sua herança às famosas ligas camponesas do Nordeste e, em que pese a forte oposição e repressão encontradas, as sementes da organização partidária comunista e da organização sindical germinaram nesse solo fértil.

A ortodoxia marxista estabelece uma ligação de causalidade entre mobilização e organização. Se é verdade que Porecatu constitui-se numa confirmação dessa abordagem, igualmente encontram-se numerosos contra-exemplos, mesmo no Paraná, onde lutas sociais não deram origem a nenhuma forma de organização. Constituindo os primeiros organismos de representação do campesinato paranaense, os comunistas assentaram a pedra fundamental para a edificação de um campo sindical no meio rural, até então inexistente. Esse campo viria a ser constituído em torno da luta pelo monopólio da representação das camadas populares da lavoura. Seria em relação a esse objeto de disputa que se desenhariam as posições antagonistas, nas quais se afrontariam comunistas e camponeses, de um lado, e fazendeiros e jagunços, de outro.

Não obstante, o conflito de Porecatu, malgrado seu significado social – enquanto movimento de resistência camponesa – e seu sentido político – enquanto enfrentamento armado ao Estado – continua ainda à margem da historiografia oficial. Porém, investigando-se o imaginário social, percebe-se bem que a guerrilha do setentrião do Paraná ainda está presente na memória das pessoas, em particular dos seus protagonistas. Trata-se portanto de, a partir desse imaginário e da documentação disponível, buscar reconstruir a

memória coletiva.³ Assim, neste capítulo esperamos poder contribuir, mesmo que modestamente, ao esclarecimento desse importante episódio da luta camponesa no Brasil e do papel aí desempenhado pelo PCB.

O Ponto de Partida do Conflito

As terras disputadas na região dos municípios de Jaguapitã e de Porecatu faziam parte de uma concessão muito antiga, que o governo do estado do Paraná havia feito em favor da Companhia Colonizadora Alves de Almeida & Irmãos, sem que nenhuma obra de colonização tivesse sido efetivamente realizada. Por volta de 1942, o governador Manoel Ribas anulou essa concessão, loteando as terras para vendê-las a preços módicos para lavradores. Na realidade, os poderes públicos lançaram uma campanha, cujo objetivo era atrair mão-de-obra de outros estados, visando ao desmatamento e à colonização de aproximadamente 120.000 hectares de terras da União. Em consequência, lavradores vindos de vários lugares, tanto aqueles que compraram seus lotes, como aqueles que simplesmente os ocuparam, foram atraídos para a região.

Esses agricultores pensavam possuir legitimamente a área que exploravam e pela qual tinham pago impostos, ainda mais considerando que eles tinham sido os “primeiros homens que haviam chegado ao sertão”. Foram, portanto, muitos a estabelecerem suas posses, sem terem o sentimento de serem invasores. Mas o estado do Paraná não lhes concedeu título de propriedade. Nelson Galvão, ex-militante comunista, forneceu alguns elementos sobre a origem geográfica desses homens e mulheres considerados como posseiros:

Quando a ferrovia Sorocabana entrou no vale do Paranapanema, chegou com milhares e milhares de homens... trabalhando para a sua construção, nos anos 20... Este pessoal, uma vez terminado o serviço, acabou ficando na região, era gente de origem camponesa... formando povoados... atravessando o rio Paranapanema e... instalando-se... no Paraná e constituindo umas posses... à beira do rio... Aí as famílias foram aumentando, avançaram mais... avançaram mais.⁴

3 A propósito do papel social da memória coletiva, consultar HALBWACHS (1968).

4 “Bastava aos interessados escolher o lote, requerê-lo depois à Comissão mista de terras, derrubar a mata, plantar, produzir, pagar os impostos e viver na área no mínimo por seis anos, quando então poderia requerer o título definitivo de propriedade” (FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985; GALVÃO, Entrevista n° 61).

Essa política do governo atraiu uma multidão de pessoas para o Norte do Paraná. No início, as terras eram abundantes, os lavradores podiam instalar-se, cultivar suas roças, alguns chegaram até a prosperar.⁵ Porém, tais facilidades não duraram muito. Os anos passaram sem que o governo legalizasse as terras dos posseiros. A insatisfação aumentou e cresceu ainda mais sob a pressão de acontecimentos mais amplos.

O aumento dos preços do café no mercado internacional, o descobrimento das qualidades fito-edáficas excepcionais das terras setentrionais do Paraná, “superiores a qualquer região do país”, acabaram por desencadear um afluxo de posseiros, vindos de todos os confins do Brasil, seduzidos pelo novo Eldorado. Mas provocaram, paralelamente, a corrida para a região de fazendeiros, de proprietários de terras e de especuladores de todo o tipo. Os lavradores eram muitas vezes acusados de terem montado uma verdadeira “indústria da invasão”, que teria transformado os posseiros em profissionais da invasão:

Malandros vindos de outros Estados entram em fazendas, arbitrariamente e ali se localizam. Alguns fazendo plantações, outros simples choupanas, com o objetivo de, mais tarde, obter grossa indenização. Uma vez indenizados pelos proprietários, saem e vão intrusar outras fazendas, constituindo, assim, verdadeiro comércio ilícito e altamente lucrativo com a “intrusão”.⁶

Estavam, portanto, reunidas as condições favoráveis para a eclosão de um conflito fundiário. À primeira vista, a luta social teria surgido das diferenças de interesses entre posseiros e fazendeiros. Entretanto, não se pode resumir a uma disputa pela terra entre camponeses e grandes proprietários, ainda que esse seja o centro do problema. O conflito deu-se em torno de questões bem mais complexas: de um lado, os posseiros, empurrados por militantes e instâncias do PCB, que desejavam se envolver no caso; de outro lado, os fazendeiros,

5 “A família do velho ‘espanhol’ José Billar foi uma das primeiras a chegar na região de Porecatu, em 1942... Durante cinco anos, os Billar cortaram aproximadamente 40 alqueires de floresta virgem, construíram cabanas, plantaram mais de 20 mil pés de café, construíram um chiqueiro que abrigava 800 porcos e prepararam uma bela plantação de milho, arroz e feijão para o consumo próprio, eles se casaram e tiveram filhos” (FOLHA DE LONDRINA, 24.07.1985; O CRUZEIRO, 14.06.1951; GAZETA DO POVO, 24.06.1951; WESTPHALEN, 1968, p. 48).

6 “Na verdade, muitos destes ocupantes de terra instalavam-se nelas de boa fé, mas muitos outros as ocupavam de caso pensado” (ASSY, 10.01.1951; DIÁRIO DA TARDE, 22.06.1951; ARRUDA, 26.08.1951; DIÁRIO DA TARDE, 22.06.1951).

circundados por jagunços e pistoleiros, pelo aparelho do Estado – governo Federal, os sucessivos governos estaduais, as autoridades locais e os militares – todos, em graus diferentes, tinham vontade ou necessidade de intervir. Por fim, o último protagonista do conflito: a imprensa – na maioria das vezes pronta a servir aos grupos dominantes – que desempenhou muito mais um papel na formação da opinião, do que na informação ao público. Cada um desses agentes tinha interesses econômicos imediatos e projetos políticos a longo prazo.⁷

Assim, essa região de terras roxas, de clima e relevo favoráveis à agricultura, dotada de uma exuberante floresta, chamou a atenção de populações de origens sociais e geográficas diversas. E a ausência de qualquer política fundiária séria por parte do governo teve como resultado a ocupação caótica e desordenada do espaço. Aliada a isso, a paixão pelo lucro, seja econômico, político, ou simbólico, que animava diferentes agentes sociais, só contribuiu para a exacerbação das hostilidades.⁸

Nessa atmosfera política tensa, conforme será visto, o Partido Comunista foi que melhor compreendeu as peculiaridades da situação. Efetivamente, soube transformar um conflito fundiário, banal nos sertões brasileiros, numa experiência ímpar de guerrilha rural. Com esse propósito, o Partido tomou todas as disposições necessárias a intervenções rápidas e eficazes, tornando-se o agente mais ativo ao longo dos acontecimentos.⁹

No que diz respeito à localização geográfica, o conflito eclodiu no perímetro formado pelos municípios de Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, situados na região central do norte do Paraná, limítrofe ao estado de São Paulo. O epicentro da revolta situou-se em Porecatu, na área do “grilo” conhecida por Barra do Tibagi. A área media aproximadamente 4.000 hectares

7 Pode-se perguntar quantos combatentes envolve uma dada luta social. É verdade que existem sempre os atores (segundo o conceito de Berger) principais, que são no mínimo em número de dois. Mas seria demasiado simplista resumir o conflito às ações de dois contendores. Mas será que esses atores, mesmo nos combates mais fratricidas, não tecem também relações de convivência, ou mesmo de cumplicidade? Será que não existiriam regras, normas – não escritas evidentemente – que todos os beligerantes devem respeitar, para o proveito do conflito em si, enquanto espetáculo que se desenvolve? Será que em determinados momentos, os agentes não estariam muito mais interessados na existência do espetáculo enquanto tal, do que no seu resultado? (BERGER & LUCKMANN, 1989).

8 A isso, o promotor de Porecatu acrescentava um fator cultural: tratava-se de uma “terra sem tradição, que não tem uma sociedade constituída em virtude do assombroso ecletismo do elemento humano local” (O CRUZEIRO, 09.12.1950).

9 Segundo a polícia, “a agitação comunista se serviu de uma situação complexa de mal-estar e de intolerância”, criando “um clima de insurreição e de subversão da ordem” (SANTOS, 02.07.1951).

e era delimitada pelos rios Paranapanema, Centenário, Ribeirão do Tenente e a rodovia Porecatu-Centenário do Sul.¹⁰

Em 1944, já tendo respondido às exigências do governo, os lavradores perderam a paciência pelo mutismo oficial. A fim de solucionar o problema comum – a ausência de medidas concretas para a obtenção do título de propriedade – eles resolveram se unir. Em Porecatu e em Guaraci, mais de 500 famílias de posseiros reuniram-se e, segundo as diretivas do Partido Comunista do Brasil, elegeram seus representantes. Já era perceptível “a ingerência ainda um pouco tímida” do PCB, sobretudo dos simpatizantes de Jaguapitã, nessas primeiras tentativas de mobilização dos lavradores. Entre os porta-vozes escolhidos, somente um não chegou a tornar-se membro do Partidão.¹¹ Nomeando representantes, os posseiros procuravam ultrapassar a condição de posseiro isolado, disperso e atomizado, para alcançar o nível de grupo concreto, de grupo político que deseja ser ouvido.

Desde o início, os posseiros dotaram-se de mediadores influentes. Assim, um de seus representantes foi para o Rio de Janeiro, então capital do país, a fim de solicitar a intervenção favorável do Presidente da República. Infelizmente para eles, essa ação não obteve resultado imediato (FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985).

Em 1945, o destino dos posseiros tornou-se ainda mais aleatório: Manoel Ribas foi substituído por Moysés Lupion. Até então, os lavradores tinham como garantia apenas a palavra de Manoel Ribas e os documentos – pouco confiáveis – de demanda do título de propriedade à Comissão Mista de Terras.¹² Mas, com o novo governador, os posseiros já não estavam certos de que o compromisso assumido por Manoel Ribas seria respeitado, ainda mais considerando-se que Moysés Lupion pertencia a uma tendência política diferente daquela de seu antecessor. O primeiro era do PSD e o segundo da UDN, ambos partidos conservadores.

Além disso, à medida que o interesse sobre o território aumentava, os preços das terras subiam e o mercado do setor se aquecia favorecendo a agiotagem

10 Situado a 700 quilômetros de Curitiba, o município de Porecatu totalizava, na época, em torno de 20.000 almas e dispunha de apenas uma via de acesso, ligando-o à cidade de Londrina (DOPS-PR, 14.06.1951; LOPES, 1982).

11 Os representantes dos posseiros eleitos foram: Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha, José Billar e Manoel Marques da Cunha (FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985).

12 Órgão do governo do Estado encarregado dos assuntos fundiários.

e a corrupção. Segundo comentários da época, o governador Moysés Lupion teria vendido “até o quinto andar” das terras do Paraná, e alguns funcionários teriam transformado o Departamento de Terras e Colonização em autêntico “balcão para enriquecimento pessoal” (DIÁRIO DA TARDE, 21.06.1951). Assim, os grupos que “viviam à sombra do governo” tinham o poder de mudar a geografia, falsificando mapas e documentos. Essas elites demandavam grandes extensões de terras devolutas, porém, já ocupadas, desmatadas e exploradas por posseiros, que aguardavam o título de propriedade. Ora, as plantações mantidas pelos lavradores atiçavam “a cupidez do pessoal da Rua Quinze”, a avenida dos negócios da capital, Curitiba. O posseiro Izidro Garcia descreveu a desapropriação que sofreu:

Eu era proprietário do lote 17... com 66 alqueires. Cheguei ali no dia 1º de setembro de 1942. Há um ano e oito meses o senhor José Climácio, com a proteção do governo Lupion, tomou o lote 17 e entregou-me o 19. Ora, acontece que este lote 19 era imaginário, ele media 22 alqueires e ficava sobre meu próprio terreno. Pois bem, agora também esses 22 alqueires esse sujeito me tirou.¹³

Não esperando mais pela “ação imparcial” do governo do Estado, os posseiros pegaram em armas “para defender o seu direito”. Inevitavelmente, os conflitos começaram. Segundo Manoel Jacinto – liderança do PCB em Londrina – desde 1945 o município de Guaraci foi a sede das primeiras lutas pela posse das terras e o lugar da organização inicial dos posseiros, cujo objetivo era combater a desapropriação, permanecendo nos lotes de terra. Durante muitos dias, 1.500 posseiros armados reuniram-se para reivindicar a legalização de suas posses. Eles conseguiram, com muitas dificuldades, reunir os lavradores para conhecer a opinião de cada um e saber se eles queriam ou não permanecer nas terras: “a maioria queria, e surgiu a luta” (WESTPHALEN, 1968, p. 36; FOLHA DE LONDRINA, 26.07.1985).

Por sua vez, desde 1946, as 1.500 famílias de lavradores do município de Jaguapitã, que ocupavam terras devolutas ou privadas, “viviam em estado de

13 Segundo o deputado da UDN, Artur Santos, “uma oligarquia de novos ricos nasceu, da noite para o dia, por causa das transações irregulares, nas quais o estado tinha entregado a flor de seu patrimônio territorial, a preços irrisórios”. José Patrocínio, antigo chefe do PSD em Centenário do Sul, recebeu em torno de 8 a 10 lotes, que ele vendeu aos poucos (DIÁRIO DA TARDE, 22.06 e 06.07.1951; O CRUZEIRO, 14.06.1951; GAZETA DO POVO, 24.06.1951; FARAH, 1976:19-21, NASCIMENTO, 1962:124-125).

alerta”, em função de disputas fundiárias e, sobretudo, do comportamento do governo do Estado. Muitos viram “suas posses devastadas em favor dos grandes proprietários e outros foram desapropriados com violência” (WESTPHALEN, 1968, p. 33).

Um dos conflitos mais graves, que marcou o início dos acontecimentos, deu-se na posse dos Billar. Até aquele dia, a família Billar pagava regularmente os impostos, confiando na palavra das autoridades, esperando a regularização de seu direito à propriedade. Eles viviam “no reino de Deus”, como dizia Antônia Billar, a “mãezona” do grupo. Mas, num dia de 1947, a polícia de Porecatu chegou para visitá-los:

Chefiados pelo capitão Eusébio... eram doze homens. Eles bateram nas nossas filhas, espancaram nossos filhos - e prenderam eles em Porecatu. Meu velho foi chamado alguns dias mais tarde pelo juiz Luiz Carlos Valente... Aí falaram que, se ele quisesse ver seus filhos livres – e isto foi dito com a ameaça dos fuzis –, devia assinar uma declaração de renúncia às terras em troca de CR\$ 18.000”... Mas o proprietário não quis pagar. Foi quando o José disse, então, que naquelas condições, só sairia dali morto. E ficamos na terra.¹⁴

A polícia utilizou um tratamento parecido para Lázaro Bueno de Camargo, conhecido por “Lazão” e Francisco Lourenço Figueredo, conhecido por “Quiabo”.¹⁵

Depois de terem todas as suas tentativas de conciliação frustradas e devido às agressões sofridas, os posseiros reagiram. Dias mais tarde, os Billar, armados de escopetas, impediram os trabalhadores contratados pelos fazendeiros de desmatar a sua posse. Em seguida, essas iniciativas se tornaram corriqueiras e, aos poucos, foram se formando bandos armados, resistindo no interior de suas posses.¹⁶

14 A posse dos Billar se situava na fazenda Tabapuã, pertencente aos Lunardelli, depois a Jerônimo Inácio da Costa (BILLAR, 14.06.1951).

15 Lazão tinha sua posse na fazenda Centenário, pertencente a Néccar Accorsi. O mesmo comandante Euzébio de Carvalho que, a pedido de Antonio Angelo, proprietário da fazenda Palmeira, invadiu a posse de Quiabo. Ele foi preso e torturado durante todo o dia (FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985).

16 Para o médico e prefeito de Porecatu, “os primórdios dessa agitação se deve à ação de Hilário Gonçalves Padilha... de Zé Billar, Lazão e Quiabo... em torno dos quais foram se reunindo não só intrusos, como toda a sorte de aventureiros” (NINNO, 26.08.1951).

Os comunistas no centro da batalha

Naquela época, o Partido Comunista tinha uma penetração limitada nos rincões do Paraná setentrional, como em todo o resto do interior do país. Havia militantes isolados em Porecatu; alguns comitês locais nos municípios de Jaguapitã, Centenário, Porecatu, Arapongas, Rolândia, Cambé, Ibiporã, Cambará, Sertanópolis, Marrecas, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Apucarana; um Comitê Regional em Londrina e um outro, de âmbito estadual, em Curitiba. Esses organismos do Partido eram sempre dirigidos por pessoas do meio urbano, ainda que houvesse militantes camponeses. Por exemplo, em 1951, em Rolândia, a polícia arrolou nove membros do Comitê Municipal, dentre os quais, somente um vaqueiro era oriundo do meio rural.¹⁷

Mais um aspecto interessante da presença do PCB nessa região é o de se saber qual a concepção de Comunismo que a população local tinha, em particular os posseiros. Por exemplo, Antônia Billar defendia-se das acusações levantadas contra o marido: “é uma mentira! José nunca foi um comunista, graças a Deus”. Por sua vez, na delegacia de polícia, um dos posseiros se justificava, dizendo que “nunca tinha sido comunista, nem político de espécie alguma” (VERONE, 26.08.1951). Ainda que se tomem em consideração as circunstâncias dos testemunhos – fornecidos a um jornalista e a um policial, em pleno conflito – a preocupação de não ser considerado comunista é evidente. Mas essa preocupação, por ela mesma, é reveladora de uma ideologia anticomunista já presente na população e, talvez, mesmo entre os camponeses envolvidos na luta.¹⁸

As relações iniciais entre posseiros e comunistas foram estabelecidas por meio de conversas, inicialmente ocasionais, com os militantes de Jaguapitã. Aos poucos, esses laços se fortaleceram e o líder comunista local, o farmacêutico Miguel Gajardoni, trocou a sua farmácia, situada na cidade, por 10 alqueires

17 Em 1948, a polícia conhecia somente três comunistas em Porecatu: um mecânico, um electricista e um filho de comerciante. Na direção do Comitê do Paraná estavam o advogado Vieira Neto, a vereadora de Curitiba Maria Olimpia Carneiro Mochel, o “doutor” Otavio Joaquim Mochel e o professor da Faculdade de Medicina Otavio Silveira. Arapongas aparentemente tinha uma base camponesa considerável, com 32 lavradores entre os 55 militantes identificados pela polícia (LOPES, 12.05.1948; DOPS-PR, 06.06.1951).

18 “Nunca fomos sequer contra o governo, porque achamos que o povo deve obedecer aos que mandam... lutamos pelos direitos, lutamos pela terra que conquistamos com o suor do nosso rosto... não somos bandidos, nem assassinos, nem políticos”, dizia a senhora Billar. Além disso, ela se referia ao chefe do Escritório de Terras de Londrina como “doutor” Odilon. Esse testemunho revela uma certa dose de confiança e mesmo de veneração em relação ao Direito, às instituições estatais e às autoridades constituídas. Por fim, nos dois depoimentos constata-se um certo descaso pela figura do político (O CRUZEIRO, 14.06.1951).

de mata virgem, à beira do Ribeirão do Tenente, “a fim de poder agir ao lado dos posseiros”, sem que o Partido tivesse determinado qualquer intervenção.¹⁹

Em 1947, segundo Manoel Jacinto, o PCB foi contactado pelos posseiros. Fato que deixa subentendido que foram os camponeses que tomaram a iniciativa de ir à procura do Partido, e não o contrário. Em seguida, o Comitê Municipal do PCB de Londrina e a Comissão Executiva do Paraná – por intermédio de Manoel Jacinto, enviado ao local – tomaram conhecimento da situação dos lavradores, sem no entanto intervir diretamente no conflito.²⁰ Até aí, a ação dos comunistas resumia-se a fraca participação de alguns militantes locais.

No mês de outubro de 1948, os representantes dos posseiros de Porecatu viajaram para o Rio de Janeiro, onde encontraram Pedro Pomar, dirigente nacional do Partidão, “que era o amigo do povo e defendia os interesses dos trabalhadores”. Lá redigiram um documento para o governo Federal. Pela segunda vez, os representantes dos lavradores tinham recorrido à ajuda das autoridades federais. Visivelmente, estavam procurando mediadores competentes; eles lutavam ao mesmo tempo contra o isolamento e queriam que a sua causa fosse conhecida em todo o país: “virar notícia” se possível. Da mesma forma, essa era a maneira de mostrar a seus companheiros que eles atuavam em favor de todos e, portanto, mereciam a sua confiança. Mas os contatos com o governo Federal não deram bons resultados. Entretanto, a direção do PCB deu-lhes uma carta de apresentação endereçada a José Rodrigues Vieira Neto, ex-deputado comunista, advogado residente em Curitiba. Nessa cidade, os porta-vozes dos posseiros ganharam o apoio formal do Partido no Paraná.²¹ Assim, tais viagens foram úteis para estabelecer relações mais estreitas entre lideranças dos posseiros e aquelas do PCB, nas esferas nacional e estadual.

Em consequência desses contatos preliminares, o Partidão tomou a decisão de atuar mais efetivamente em apoio aos lavradores que resistiam no norte do Paraná. Mais que isso, como “direção revolucionária das massas”, o Partido Comunista visou tomar a frente da mobilização. Não se tratava, portanto, de

19 Angelo, Miguel, Elias e Mercedes Gajardoni faziam parte dos comunistas de Jaguapitã (DOPS-PR, 06.06.195; FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985).

20 Manoel Jacinto preparou um relatório detalhado para o Partido e sugeriu o engajamento direto do PCB no conflito. Testemunho de Hilário Padilha Pinha (FOLHA DE LONDRINA, 23 e 26.07.1985).

21 Herculano Barros, Hilário Padilha e José Billar foram ao Rio de Janeiro. De lá o primeiro voltou diretamente a Porecatu, enquanto os outros dois foram a Curitiba. José Rodrigues Vieira Neto foi eleito deputado estadual pelo PCB do Paraná em 1947 (BARROS, 26.08.1951; CHILCOTE, 1982, p. 296).

levar-lhes um apoio desinteressado, desempenhando um papel secundário. Os comunistas queriam liderar a ação.

Num ambiente político hostil às esquerdas e largamente dominado pelos conservadores, os comunistas eram socialmente definidos como malvistas, indesejáveis e intrusos. No entanto, apesar de toda a discriminação contra a ideologia anticomunista em gestação, parece que os posseiros se demonstraram receptivos ao apoio do Partidão. Esses lavradores encontravam-se numa situação de desconfiança em relação às autoridades públicas, de marginalização política perante as instituições tradicionais e de desesperança em relação ao futuro. Naquele momento, os militantes comunistas apareceram como os portadores de uma possibilidade de mudança, de esperança em um futuro próspero. Contestando a ordem estabelecida e os dogmas oficiais, opondo uma representação do mundo social contrária à representação instituída, os militantes se apresentavam como os “profetas” anunciadores de uma nova ordem.²²

O envio de representantes do PCB à região do conflito se tornou cada vez mais freqüente:

Aos poucos, esses emissários foram conduzindo a questão para o lado do comunismo, trazendo sempre jornais e boletins e pregando a necessidade... de se unirem em defesa do solo, que pertencia a quem nele trabalhava, procurando sempre fazer uma campanha de indisposição dos trabalhadores contra os fazendeiros, até que um deles propôs que se unissem todos em bandos armados, para tomarem conta do solo à força, resistindo até ao governo, se possível fosse.²³

Até aquele momento, os posseiros realizavam ações violentas, como uma horda de rebeldes, contra fazendeiros, jagunços e mesmo contra a polícia. Utilizavam as únicas armas de que dispunham – seus instrumentos de trabalho – de forma mais ou menos instintiva, como meio de autodefesa ou de resposta às agressões sofridas. Não havia nem decisão coletiva, nem constituição de comandos disciplinados e coordenados. Porém, a partir de então, os posseiros contaram com a participação sistemática e organizada do PCB. Mais do que contar com a participação, eles deveriam aceitar a direção do Partido.

22 Sobre o papel dos profetas no campo político, ver: BOURDIEU (1974, p. 73; e 1981, p. 14).

23 Nos sábados ou domingos os comunistas se encontravam na casa de Hilário Padilha, onde reuniões de posseiros eram organizadas, geralmente precedidas de um jogo de futebol. Uma destas emissárias era Maria Olímpia, vereadora de Curitiba (PAREDES, 20.09.1949; BARROS. 26.08.1951).

Em novembro de 1948, após algumas reuniões e discussões, o Partidão propôs a constituição de bandos armados, “para tomarem a terra à força” e resistir ao governo, “se possível fosse”. Dessa forma foi adotada a luta armada, e aqueles lavradores do norte do Paraná tornaram-se camponeses rebeldes, preparados, armados e organizados pelo Partido. Essa decisão audaz era surpreendente por parte do PCB, cujo exercício político fora relativamente moderado até então. No entanto, essa escolha não era nada mais do que uma consequência prática da virada à esquerda conduzida pelos comunistas, para combater o “governo de traição nacional”, num contexto de guerra fria.²⁴ A partir desse momento, organizaram-se dois grupos: de um lado o grupo de pressão política, formado pelos posseiros, e constituindo a base do movimento que, em geral, não se envolvia diretamente na luta armada; por outro lado, havia o “núcleo duro”, isto é, o bando dos rebeldes, composto por militantes comunistas e camponeses armados. A ação do PCB ampliou-se, mobilizando as estruturas do Partido na região e no Estado e, mais tarde, conforme será visto, em escala nacional.

A Preparação dos Rebeldes para o Combate

Uma das primeiras medidas dos rebeldes foi constituir duas equipes para realizar ações táticas. Essas equipes eram compostas por 12 homens, em média, liderados por Hilário Gonçalves Padilha Filho, cujo apelido era Itagiba, e por Arildo Gajardone, conhecido por Strogoff. Um sinal revelador da liderança comunista do movimento é que, desde a constituição dos grupos, os dois chefes já tinham um *status* de quadros do Partido. Os grupos estavam divididos em acampamentos de tipo militar, instalados na mata. Graças à experiência adquirida no exército por parte de alguns de seus membros e à própria estrutura rígida do PCB, o bando de rebeldes apresentava disciplina de ação e estrutura hierarquizada militarmente, agindo de forma centralizada e com tendência autoritária. Tudo era feito dentro de “uma rígida disciplina”.²⁵

24 Para mais informações sobre a linha política do PCB, ver o tópico SILVA (2006, p. 32 e seguintes), BARROS (26.08.1951), FOLHA DE LONDRINA (16.07.1985).

25 Um acampamento estava situado dentro da posse de José Billar, no lado direito do rio Centenário, e outro no lote de Hilário Padilha, quase na junção do Arroio do Tenente com o rio Paranapanema (MELLO, 26.08.1951; FOLHA DE LONDRINA, 26.07.1985).

Experiência inédita no Brasil, os comunistas locais tinham no começo bem pouco conhecimento nesse gênero de atividade. Manoel Jacinto interrogava-se: “mas como lutar, se eu não conheço nada disso e os demais menos ainda?” (FOLHA DE LONDRINA, 26.07.1985). No entanto, à medida que os comunistas tomaram a liderança do movimento, este adquiriu mais consistência política, ideológica, tática e mesmo física. Algumas sessões de treinamento foram organizadas.

Os posseiros foram submetidos a uma dura preparação física. Eram obrigados a marchar “durante um dia e uma noite”, cerca de 80 km, quando estavam cercados pela polícia. Algumas sessões de tiro foram também praticadas. Pode-se dizer que os camponeses comandados pelo Partidão estavam bem armados. No início, cada novo adepto trazia o seu material de caça, geralmente uma espingarda Winchester. Mais tarde, à medida que o movimento se organizava, os camponeses recebiam diretamente armas de qualidade bem superior fornecidas pelo PCB de Londrina, de Curitiba e mesmo de Presidente Prudente, no estado de São Paulo.²⁶

Durante um ano, os militantes do Partidão efetuaram um levantamento topográfico da região. Apesar das dificuldades que enfrentaram, souberam identificar “os pontos estratégicos, que podiam servir de quartel-general”, “os locais que podiam oferecer uma resistência à polícia e aos jagunços” e “as trilhas secretas que permitiam a ligação entre os QG”. De fato, José Ortiz, membro do Partido, especialista em armas, chegou a Porecatu com o único objetivo de cumprir esta missão: organizar o sistema de defesa e os acampamentos (FOLHA DE LONDRINA, 16 e 26.07.1985).

Graças ainda à habilidade de Ortiz, foi instalado um sistema eficaz de informação e comunicação entre os rebeldes no sertão e os militantes e os organismos do Partido na cidade. Era “o SNI da pequena Coréia”, constituído por antigos posseiros, já idosos, que não despertavam suspeitas da polícia. Discretamente, nos bares, eles “fumavam o seu palheiro, tomavam a sua pinga e escutavam, atentos, todas as conversas. E depois, eles passavam as informações”.

26 Anita, esposa de Manoel Jacinto, explicava: “quando a luta armada foi iniciada, minha casa estava cheia de armas... Mané e Ernesto Gonçalves... traziam as armas no meu quarto, trancavam as janelas e ficavam lá para se reunir”. Uma das informações mais difíceis de obter junto aos comunistas se refere à origem precisa das armas. Possivelmente as ligações que mantinha o PCB com algumas facções militares, graças ao prestígio de Prestes, contribuiu para o abastecimento logístico dos rebeldes (FOLHA DE LONDRINA, 27.07.1985; A TARDE, 22.06.1951; MARQUES JR, 10.12.1950; FOLHA DE LONDRINA, 26.07.1985; CHILCOTE, 1982, p. 34).

Dessa forma, o grupo rebelde sabia sempre o que acontecia em Porecatu, em Londrina e nos demais lugares: as reações dos fazendeiros, as decisões do governo, os movimentos das tropas e ainda as novas ordens dos dirigentes. O grupo era também constantemente abastecido em medicamentos, alimentos, armas, roupas e informado sobre as notícias na imprensa e, sem dúvida, sobre a propaganda do Partido.²⁷

Londrina: A Base Logística

O apoio essencial dos rebeldes encontrava-se em Londrina, uma espécie de viveiro econômico e político do Paraná setentrional, cidade onde o Partidão apresentava um enraizamento importante, sobretudo na classe média urbana. Graças ao prestígio do médico Newton Câmara, o Partido tinha conquistado respeitabilidade tanto no setor médico quanto entre as elites locais. “Conhecido, reconhecido e proclamado” como o chefe do PCB dessa região, Newton Câmara era considerado por toda a imprensa como “o responsável principal dos graves acontecimentos”. Além do que, o trabalho de apoio jurídico, prestado pelo advogado Flávio Ribeiro, oferecia-lhe um acesso privilegiado junto aos trabalhadores. Redator do *Jornal do Povo*, o advogado organizava reuniões com os lavradores simpatizantes do Partido. Nessa época, o Partido difundia a sua doutrina por meio do seu jornal local, “O Momento” – sendo que o seu secretário era o discreto Nelson Galvão – e por meio de jornais comunistas vindos do resto do país. Igualmente discreto, o jornalista João Saldanha foi empregado, em Londrina, na sede local do semanário “Hoje”, editado pelo PCB de São Paulo. Mais que isso, Saldanha era o “homem de ligação” entre o norte do Paraná e o Comitê Central do Partidão. Enfim, os comunistas contavam com a tribuna da Câmara de Vereadores, na pessoa de Manoel Jacinto, eleito em 1947 pelo Partido Trabalhista Nacional.²⁸ Estando na clandestinidade, o PCB tinha

27 O contato dos estafetas – como eram conhecidos – acontecia geralmente na Estrada das Bananeiras. Para isso, eles utilizavam códigos, assoviavam, imitavam passarinhos. Alberto Manoel, “um cara não muito inteligente e mais ou menos irresponsável”, era o estafeta encarregado da entrega do material na casa do Strogoff. Mas, a polícia conhecia alguns desses estafetas: “Manoel Messias, pessoa de idade avançada, é um dos distribuidores de material comunista na zona,... apesar dele dar uma de ignorante, é um indivíduo esperto, freqüentando assiduamente o bar do Garcia” (FOLHA DE LONDRINA, 26.07.1985; DOPS-PR, 14.06.1951; MELLO, 26.08.1951).

28 Aqui o uso do termo “trabalhista” não tem nada a ver com o trabalhismo inglês. No Brasil, “trabalhista”

adotado a estratégia política de alçar seus quadros em cargos públicos, por meio de um outro partido, um partido legal. Assim, o Partido Comunista conseguiu infiltrar-se de tal forma no PTN local, que o Comitê Municipal deste era quase que uma réplica do Comitê Regional daquele.

Apesar de suas características marcadamente urbanas, nessa época o PCB de Londrina exercia uma intensa atividade de propaganda no meio rural. A partir desse trabalho obstinado, o Partido pôde tomar contato com os posseiros de Porecatu desde o início da luta. Então, aos poucos, as ligações se fortaleceram, e o Comitê Regional tornou-se o principal fornecedor logístico e político dos combatentes na mata. Em Londrina, o jornal “O Momento” era editado, assim como todos os panfletos e impressos necessários para os rebeldes. Aí moravam e chegavam “todas as figuras de proa”, os “cabeças” do Partido, como os famosos Agildo Barata e Gregório Bezerra, que segundo algumas fontes, estavam presentes no teatro das operações. De Londrina saíam também alguns “emis-sários”, como Manoel Jacinto, rumo à região insurgida. No outro sentido, os dirigentes dos posseiros vinham à cidade, para garantir a ligação. Anita Correia declarou que ‘Mané’ era “muito dedicado” porque ele

passava meses seguidos enfiado no mato... às vezes, voltava de madrugada, com até 10 posseiros prá gente alojar e dar comida.. Ele não falava muito sobre a situação... só dizia que a coisa estava feia, que era pra gente se preparar porque ele podia ser morto em combate”.²⁹

Ainda em Londrina, os comunistas fundaram um comitê de apoio aos rebeldes de Porecatu, muito ativo, cuja maioria parecia constituída de profissionais liberais, “de doutores”. O único operário era Manoel Jacinto. O Comitê promovia a coleta de alimentos, roupas, remédios e fundos para os “resistentes”. Em Londrina, foram organizados comícios de solidariedade e a propaganda era feita especialmente por meio de pichações (LIGA CAMPONESA DE CENTENÁRIO.

designa uma pretensa ligação com os trabalhadores. O “trabalhismo” à brasileira foi inaugurado por Getúlio Vargas com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945, que pretendia ser o partido do “povo”, das “massas” (O DIA, 21.06.1951; ROCHA, 26.08.1951; Delegacia de Polícia de Rolândia, 30.06.1948; GALVÃO, Entrevista n° 61; FOLHA DE LONDRINA; 25.07.1985).

29 Segundo a polícia, os rebeldes recebiam “armas, comida, munições, etc. dos Jeeps, que eram vistos constantemente, de noite, deslocando-se em direção aos locais onde se encontravam os bandos” (DIÁRIO DA TARDE, 27.06.1951; FORTUNATO, 04.06.1951; GALVÃO, Entrevista n° 61; A TARDE, 13.06.1951; ROCHA, 26.08.1951; SANTOS, 02.07.1951; FOLHA DE LONDRINA, 27.07.1985; DOPS-PR, 05.06.1951; MELLO, 26.08.1951).

s/d.; BLUME, 16.11.1950; FOLHA DE LONDRINA, 27.07.1985).

A força política, responsável pelo impulso da luta de resistência dos posseiros foi, indubitavelmente, o Partido Comunista do Brasil, sobre o qual apoiava-se também o movimento de apoio em Londrina e em outros lugares. Parece que em todo lugar onde havia assistência aos rebeldes do norte do Paraná, havia a presença do Partido. Alguns exemplos: o discurso no Rio de Janeiro, do deputado comunista Carlos Marighella, pedia um “rigoroso inquérito administrativo”, a fim de esclarecer as causas da violência no norte do Paraná; a carta da Federação das Mulheres do Paraná, controlada pelo PCB, endereçada ao governador do Estado exigindo a retirada imediata das tropas da polícia e “da jagunçada”; o manifesto de um grupo de moradores do estado de Santa Catarina, protestando contra “o ato covarde” e “selvagem” praticado pelos policiais contra os posseiros; ou ainda o abaixo-assinado dos camponeses de Alta Paulista (SP), enviado ao governador Lupion, solidarizando-se com “os irmãos posseiros de Porecatu”. Por meio dessa rede de apoio aos camponeses de Porecatu, a cidade de Londrina transformou-se no centro nervoso e irradiador da implantação do Partido Comunista no Estado do Paraná, tornando-se mais importante, desse ponto de vista, do que a capital, Curitiba. Como escreveu um jornalista, Londrina tornou-se a “matriz da crença vermelha” (SOUZA & MOCHEL, 05.12.1950; FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985; TRIBUNA DO POVO, 24.03.1951; ANGELO, s/d.).

Os Comunistas endurecem sua Posição

Na região do conflito, à medida em que a luta tomava um aspecto mais abrangente, os rebeldes executavam operações sempre mais espetaculares, do tipo comando. A proibição do trabalho agrícola era uma tática que utilizaram amplamente. Impediam, sob ameaça das armas, toda atividade agrícola nas fazendas, como o plantio, o desmatamento, a capina, a colheita etc. Dessa forma queriam mostrar sua força e organização, amedrontar os proprietários fundiários e seus jagunços e, enfim, fazerem-se ouvir. Na realidade, com o passar dos meses, o medo e o terror tornavam-se uma prática claramente utilizadas pelos rebeldes para ao mesmo tempo desorientar, paralisar e infligir derrotas ao adversário e então ganhar cada vez mais a confiança dos posseiros. Em agosto de 1947, em consequência de uma ação desse gênero, ocorreu um violento combate em Guaraci, cujo saldo foram

quatro mortos e incontáveis feridos (FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985).

Impedindo o trabalho e bloqueando as estradas, José Ortiz, o especialista do Partido, concebeu a “limpeza” da região, expulsando os fazendeiros, os jagunços e mesmo os trabalhadores que não estavam dispostos a colaborar. A rodovia “Paralelo 38” foi facilmente controlada. Foram erguidas várias barreiras com troncos de árvores. Somente os caminhões saindo com as mudanças dos fazendeiros, dos grileiros e dos administradores podiam circular. Em 1950, a suspensão dos trabalhos foi imposta ostensivamente pelos rebeldes. A partir do mês de maio, a situação tornou-se insustentável. No dia 6 de maio, alguns empregados da fazenda de Clemente Vilela Arruda, no porto de Itaparica, foram “violentamente atacados” por um importante bando armado. O trabalhador Patrício Severo morreu e mais dois ficaram feridos.³⁰

Apesar de seguidamente fadadas ao fracasso, ao lado desses enfrentamentos violentos, havia também tentativas de ações pacíficas. Em janeiro de 1949, mais de trinta posseiros encaminharam uma queixa na justiça contra o Delegado de Terras do norte do Paraná, por “abuso de poder”. Dois meses mais tarde, o governador Moysés Lupion tratou de acalmar os conflitos negociando “acordos”, especialmente com as lideranças dos rebeldes. Ele pensava que, satisfazendo os dirigentes, ganharia a confiança do conjunto dos posseiros. Mas o resultado não foi muito encorajador. Somente um posseiro, Herculano de Barros, aceitou os termos do “acordo” e abandonou os resistentes, tornando-se assim proprietário e, por conseguinte, porta-voz dos fazendeiros.³¹

Em 1950, a direção nacional do PCB lançou o “Manifesto de Agosto”, aliás, muito controverso, e com isso deu uma brusca guinada política à esquerda. Pregando a constituição de um “exército popular de libertação nacional”, esse “programa revolucionário” conclamava “todos os trabalhadores da cidade e da lavoura, braçais e intelectuais, homens e mulheres à ação e à luta”, para constituir uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” (ver CARONE, 1982, p. 108-112).

Ainda que o Manifesto tratasse do conjunto da atividade nacional do Partido, também abordava os problemas enfrentados pelos comunistas e camponeses no

30 “Paralelo 38” é a denominação popular da estrada entre Porecatu e Centenário do Sul. 38 é uma referência ao revólver de calibre 38 (ARRUDA, 26.08.1951; FOLHA DE LONDRINA, 16.07.1985).

31 Odilon Borges de Carvalho, nomeado inspetor de terra para fechar os “acordos”, conseguiu apenas um “sucesso mínimo”: Hilário Padilha recebeu 40 alqueires em Paranavai; José Billar não conseguiu chegar a um acordo; Lázaro de Camargo continuou na sua posse, já que o proprietário da fazenda Centenário não pagou os 25 mil contos prometidos como indenização. (FOLHA DE LONDRINA, 16.07.1985).

norte do Paraná. Havia algumas questões específicas: a luta pela apropriação das terras, os contratos de arrendamento, os empréstimos bancários e o preço dos produtos agrícolas; algumas questões táticas: as alianças potenciais e as estratégias para alcançá-las; enfim, algumas questões político-teóricas: os limites e o objetivo da luta. Evidentemente, o Manifesto foi objeto de duras críticas por parte das elites, começando pela grande imprensa: “afronta ao nosso regime”, “atentado à soberania nacional”.

Seria um exagero dizer que os combates do norte do Paraná tenham provocado a aparição do Manifesto. Mas pode-se, no mínimo, falar de influência. A partir da publicação do documento, foi evidente que o Partido adotou em Porecatu uma linha de ação mais agressiva, mesmo extremista. Esse radicalismo dos comunistas fez-se sentir nas suas ações e igualmente na sua propaganda diária, nas quais justificavam a utilização da força, “se necessário” (CÂMARA & CORREIA. s/d.).

Respondendo positivamente ao Manifesto de Agosto, os camponeses liderados pelo PCB intensificaram suas ações beligerantes. Assim, invadiram a fazenda Centenário, expulsando o administrador, sua família e demais empregados. À medida em que ganhavam mais confiança, os rebeldes passavam à ofensiva mais ampla. O objetivo era controlar a região. Daí a implementação de uma tática de ação bem peculiar e original por parte dos posseiros. Um dos chefes rebeldes, Strogoff,

cercou a sede da fazenda e, acompanhado apenas de Hilarinho e Lazão, todos armados, apresentou-se dizendo que no mato havia mais de 150 homens aguardando ordem para atacar. Invariavelmente Strogoff ordenava a seus homens, bem espalhados, que atirassem para o alto seguidamente, o que de fato dava a impressão de serem dezenas de combatentes... bastava três homens surgirem num descampado para intimidar até mesmo 60 trabalhadores...

Fazendo isso, espalhou-se no Paraná o boato de que “mais de duzentos posseiros estavam armados e organizados, prontos para expulsar todos os fazendeiros, grileiros e jagunços da região (FOLHA DE LONDRINA, 16.07.1985; ARRUDA, 26.08.1951).

Cenas de violência sucederam-se até o dia 10 de outubro de 1950, quando aconteceu o mais grave enfrentamento. As tropas militares, comandadas pelo tenente Paredes, chegaram para despejar os posseiros da fazenda Palmeira. Como resultado de três violentos combates, houve seis mortos – quatro posseiros,

um garoto de 14 anos e um jagunço, guia da tropa militar – e entre seis e oito feridos, alguns muito gravemente. Depois desse dia, as forças policiais começaram a ter medo de entrar nas posses. Nos povoados, como o Vila Progresso, os rebeldes podiam até passear pelas ruas, “indiferentes”, sem risco de enfrentar os militares. Como consequência, mais de vinte soldados desertaram, inclusive o tenente João André Paredes. Uns “covardes”, segundo os rebeldes.³² Paralelamente, os jagunços começaram a abandonar a região, sobretudo após a eliminação do impiedoso José Celestino, lendário pistoleiro contratado pelos Lunardelli.³³

O moral das tropas militares estava muito baixo. Eles tinham medo dos posseiros “armados até os dentes”. A densidade das matas à beira das estradas os assustava. A violência dos combates e principalmente o contato constante com a morte – testemunhando a morte dos colegas – aterrorizavam os soldados menos experientes. O soldado Bugrão descrevia a sua angústia:

soubemos que muitos soldados tinham sido mortos em conflito com posseiros. E posseiro não usa farda. Portanto, tínhamos que estar atentos e desconfiar de todo mundo... O cabo Freitas foi morto e esquartejado. Fizeram barbaridades com ele... Decidiram de acabar com ele na base do facão... foi preciso colocar os pedaços do corpo num saco... Era um sufoco... Qualquer um, nesta situação, chega a envelhecer, né?³⁴

Segundo um chefe da polícia, a situação na região estava “séria e fora de controle” – isto é, o controle estava nas mãos dos rebeldes. Em Centenário do Sul, a polícia teve que libertar um preso; seus companheiros haviam dado um ultimato, ameaçando destruir a delegacia. Em Porecatu, o delegado foi exonerado porque se recusava a executar o reconhecimento do cadáver do administrador

32 João Billar conta: “Os soldados tinham medo porque eles não enxergavam dentro das matas e eles podiam receber um tiro de qualquer direção”. Um policial relatava em tom aterrorizado, que Hilário Padilha “dizia que em pouco tempo ele seria o homem mais respeitado pela polícia, e que ele exterminaria todo policial que tentasse impedi-lo na sua empreitada” (ARRUDA, 26.08.1951; VERONE, 26.08.1951; FOLHA DE LONDRINA, 23 e 24.07.1985; MARQUES JR., 10.12.1950).

33 João Saldanha descreveu o episódio: “Descobrimos que Celestino tinha uma amante perto de Curiúva”. Depois de três meses de observação, um dia de madrugada, quando ele saía da casa dela foi fuzilado. “Penduramos seu corpo num cruzamento” e “pintamos no seu corpo a inscrição: ‘Abaixo os jagunços’” (FOLHA DE LONDRINA, 26.07.1985).

34 Quanto aos comunistas, segundo suas fontes, eles sofreram menos perdas humanas que os militares (FOLHA DE LONDRINA, 21 e 23.07.1985).

de uma fazenda no lote 14. Em Londrina, a ausência de repressão contra os “vigariistas e punguistas” permitiu a instalação de um “abrigo para criminosos”. Em suma, naquela cidade a polícia política e social não existia (ROCHA 14.06.1951).

Os comunistas por sua vez reforçavam suas posições. Em dezembro de 1950, o Comitê Central, no Rio de Janeiro, quis estudar a situação mais de perto. Enviou Celso Cabral de Mello, quadro do PCB, para o norte do Paraná, a fim de preparar um relatório sobre a questão. Em 15 dias ele coletou os dados para o Comitê Central. Em consequência, a direção do Partido decidiu intervir diretamente e para tanto enviou de novo “o homem do CC”³⁵ – como foi chamado pelos posseiros – para a região. Segundo João Saldanha, a decisão de enviá-lo ao Paraná veio de Luís Carlos Prestes, que na época “representava uma tendência esquerdista no seio do Comitê Central”. No dia 20 de fevereiro de 1951, depois do carnaval, Celso Mello voltou a Porecatu, mas dessa vez, de forma definitiva, a fim de tomar o comando geral das operações. Paralelamente a suas tarefas de direção, dava cursos de guerrilha, de autodefesa, sobre explosivos e ainda garantia a ligação entre a cidade e o campo (MELLO, 26.08.1951; FOLHA DE LONDRINA, 23.07.1985).

Essa medida foi percebida, por muitos dirigentes comunistas locais, como uma ingerência externa. Mesmo que se admita que Celso Mello teve “uma grande ascendência sobre todo o pessoal na mata”, mais tarde ele foi duramente criticado pelos comunistas de então. Manoel Jacinto expressou suas queixas:

Ele abandonava sua tarefa lá no mato e vinha para os prostíbulos em Londrina, gastar todo o dinheiro adquirido com tanto sacrifício. Ele se julgava acima de todos nós..., me chamava de caboclo provinciano... violou os estatutos segundo os quais ninguém poderia sair do acampamento. Com isso, alguns elementos saíam dos Q.Gs. para beber pinga... Houve então um desmoroamento, um relaxamento, uma indisciplina imposta por este elemento do Comitê Central... (No Rio), eles achavam que nós, crioulos da região, os pernas de pau, não éramos capazes de nada, por isso mandaram aquele sujeito que era o “tal”, completamente ignorante no trato com os camponeses e que aqui fez a sua lei, indispondo-se, inclusive, contra nós, que tínhamos outras intenções na luta (FOLHA DE LONDRINA, 23 e 27.07.1985).

35 Celso Mello tinha sido eleito no Comitê Central do PCB em 1946 (MELLO, 26.08.1951; FOLHA DE LONDRINA, 25.07.1985; CHILCOTE, 1982).

Esse ressentimento dos líderes do movimento intensificou-se quando o “capitão Carlos” – como ele foi alcunhado – tentou aplicar à letra o Manifesto, até então pouco difundido entre os posseiros. Seguindo essa linha, Carlos tentou organizar um assalto a banco, o que aborreceu alguns comunistas. Ele cometeu a falta, segundo as acusações de Manoel Jacinto, de transformar um grupo de “simples e humildes” posseiros que queriam apenas suas terras em “meros bandidos e marginais”. O objetivo já não era simplesmente conquistar a terra, mas buscar a tomada do poder político (FOLHA DE LONDRINA, 14 e 27.07.1985).

Apesar das querelas entre comunistas, o “capitão” conseguiu dar um ritmo novo à ação dos camponeses rebeldes. Assim, a proibição do trabalho, as invasões das fazendas, as ameaças, os métodos de persuasão e as demais táticas mais ou menos violentas multiplicaram-se consideravelmente.

No dia 28 de dezembro de 1950, por exemplo, José Verone – posseiro, transformado em informante e guia da polícia – foi ameaçado e obrigado a deixar sua posse, que pertencera, antes, a quatro posseiros mortos pela polícia. Tratava-se, claramente, de um ajuste de contas. No dia 13 de fevereiro, os rebeldes dirigidos por Carlos expulsaram alguns trabalhadores da fazenda Centenário. Na manhã seguinte, fizeram o mesmo no estaleiro do porto de Itaparica. Eles bloquearam e impediram toda circulação de veículos pela estrada “Paralelo 38”, atacando um caminhão cheio de soldados. Muitos militares ali morreram, juntamente com “alguns caboclos que os conduziam” (VERONE, 26.08.1951; FOLHA DE LONDRINA, 18.07.1985; ROCHA, 14.06.1951).

Mais confiantes e também mais eficazes, os insurgentes seguiam em suas ações. Causavam o pânico entre os fazendeiros e seus parceiros, e também entre os que pretendiam permanecer “neutros”. Eles também recrutavam novos adeptos. Assim seguiram nas invasões de propriedades, seguidas pelas interdições do trabalho, seqüestros e ameaças. Os resistentes davam também provas de imaginação para aterrorizar os inimigos e seus aliados. Por exemplo, ao anoitecer atiravam contra baldes para amedrontar os moradores das fazendas. Segundo o filho de um administrador, eles eram “espertos para intimidar, assustar e expulsar” os adversários.³⁶

36 Dias 23 e 26 de maio, invasão da fazenda Palmeira. Dia 27, duas outras operações, no canteiro do porto de Itaparica e no “Paralelo 38”. Dia 28 de maio, ataque à fazenda Tabapuá e em seguida incêndio da casa principal. Proibições de trabalho nas posses de Quiabo, Zé Billar e Floriano. O recurso ao medo e ao terror como estratégia política data da noite dos tempos. “O terror”, durante a Revolução Francesa, é um exemplo clássico (ARRUDA. 24.05.1951; FOLHA DE LONDRINA, 19.07.1985; MELLO. 26.08.1951).

Como mais uma forma de pressão sobre os proprietários das terras, eclodiram greves rurais, animadas pelos comunistas. Da mesma forma que os trabalhadores reivindicavam melhores salários e a posse de um pedaço de terra, eles se solidarizavam com os posseiros rebeldes.³⁷

A última invenção dos rebeldes para espalhar o pânico entre as elites e seus aliados, foi a preparação de uma “lista negra” – porém, nunca divulgada – contendo o nome dos que seriam executados de maneira sumária. Essa prática de “limpeza” da área, aos poucos estimulou o êxodo das famílias empregadas nas fazendas, provocando a falta de mão-de-obra. Por conseguinte, o prestígio dos rebeldes aumentou junto aos posseiros.³⁸

As Representações dos Rebeldes

O combate levado a cabo pelos rebeldes não se limitava somente à luta armada. Menos aparente, mas igualmente fundamental para o bom desenvolvimento do conflito, a batalha, ao mesmo tempo ideológica e política, era decisiva. Ela determinava a visão do conflito em si e, por isso, dos agentes nele envolvidos. Nessa “luta de classificação”, cada agente procurava impor a sua representação do mundo como a única legítima, portanto válida para a sociedade como um todo (ACCARDO e CORCUFF, 1986, p. 156 e 160).

Assim, o Partido Comunista e seus rebeldes tratavam de construir uma imagem negativa de seus adversários. Os fazendeiros eram definidos como “ladrões de terras”, “empregadores de assassinos”, “grileiros”, “tubarões” e “tatuíras”. O governador Moysés Lupion, considerado um demagogo não passava do “Governador promessa”. Quanto ao governo Federal do general Eurico Gaspar Dutra, esse era qualificado de “maldita ditadura policial que nos oprime”.

Da mesma maneira, os comunistas produziam a sua própria imagem e a do campesinato. Os latifundiários, os grileiros, os “jagunços malucos”, a polícia e o juiz, todos trabalhavam em conjunto para expulsar “os trabalhadores” da

37 Greves nas fazendas Santa Lina, Santa Maria, Santa Terezinha, Flama, Quem Sabe, Palmeira, Valparaiso e Centenário (FOLHA DE LONDRINA, 18.07.1985; GAZETA DO POVO, 24.06.1951; ARRUDA, 26.08.1951; LIGA CAMPONEZA DE CENTENÁRIO, s/d.; ITAGIBA, 23.04.1951).

38 Os fazendeiros A. Magalhães, Guilherme Miler e Clemente Vilela Arruda, e o jagunço Fuad Nacle, estavam na lista negra (O CRUZEIRO, 14.06.1951; VERONE, 26.08.1951; BARROS, 26.08.1951; DOPS-PR, 05.06.1951).

sua posse, sem que estes pudessem apelar a alguém. Mas “felizmente” os comunistas apareceram, os únicos lutando para “os interesses dos trabalhadores” (TRIBUNA DO POVO, 20.08.1949; BARROS, 26.08.1951). Os posseiros, então explorados por todo mundo, tiveram a grande sorte de encontrar o PCB.

A partir dessas prenoções maniqueístas, os comunistas elaboraram a sua plataforma de reivindicações. Por um lado, tratava-se de pedir o que “era possível reivindicar”, o que era plausível de ser reivindicado, e o que podia ser considerado como razoável. Por outro lado, o Partidão, pela sua condição de recém-chegado ao campo político local, então numa posição oposta àquela dos dominantes, devia formular as demandas julgadas por seus adversários como extremas, absurdas, até mesmo “profanas”. Assim, num abaixo-assinado intitulado “Pela reintegração imediata das posses a seus primeiros ocupantes”, mais conhecido com o nome de “Os sete pontos”, foi enviado aos governos do Estado e da República. Concebido em abril de 1951, o documento resumia os princípios pelos quais lutavam os rebeldes comandados pelos comunistas: restituição imediata das posses e dos seus títulos “a seus primeiros ocupantes” e “doação das terras griladas e devolutas aos camponeses pobres”; justa indenização dos posseiros por todos os prejuízos causados pela “polícia e jagunços, mandados pelos fazendeiros e o governo”; anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseiros; remoção dos policiais e prisão dos jagunços; “punição dos assassinos” e de seus mandantes; eleição de uma comissão de posseiros para a Seção de Terras; reconhecimento do direito dos “trabalhadores rurais” se organizarem. Esses “sete pontos” foram bem aceitos pelos lavradores e 1.500 deles os subscreveram (ACCARDO e CORCUFF, 1986, p. 65; CARDOSO, s/d.; ALVES, 26.08.1951).

Ter aliados era uma das estratégias para fortalecer as suas próprias representações. Assim, os rebeldes – mais exatamente os comunistas – tratavam de conquistar a simpatia de outros grupos sociais do campo, considerados como parceiros potenciais. Com esse objetivo, eles requeriam em favor dos “colonos e os peões”, quer dizer, dos assalariados, uma melhor remuneração para a manutenção dos cafezais e o pagamento de férias; e para a população em geral, defendiam a “paz, a liberdade” e a “luta anti-imperialista”, tomando posição contra a guerra da Coréia (ITAGIBA, 18.04.1951; CÂMARA e CORREA, s/d.).

Ter mais adeptos era também uma estratégia para aumentar os seus efeitos, para multiplicar o número dos “crentes” nos seus discursos, multiplicando o número dos que “fazem crer”. Assim, desenvolveu-se uma paciente operação

de proselitismo, visando ao mesmo tempo conquistar novos militantes e simpatizantes e neutralizar os opositores. Na beira das estradas foram colocadas mesas e cadeiras, onde os rebeldes provocavam discussões com os ocupantes dos veículos que passavam.

Algumas ações de comando também foram utilizadas para atrair novos adeptos. No dia 23 de maio de 1951, às 6 horas da manhã, em Água Tupi, começava o trabalho de desmatamento quando os “homens foram cercados por um numeroso grupo armado”. Esses “elementos” tentavam convencê-los a aderir ao bando, e diziam que ao fazê-lo, “todos receberiam terras”. E aqueles que insistissem em trabalhar para os fazendeiros “seriam eliminados”. Uma cena parecida acontecida no dia 26 na fazenda Centenário foi contada por um capataz:

os 36 trabalhadores foram “surpreendidos por intrusos... um capitão do exército” comandava. Ele “mandou ficarmos em forma e passou a discursar instigando”... que “nós deveríamos deixar os fazendeiros e se reunirmos a eles... para o nosso próprio bem... que o governo de Getúlio Vargas saberia nos recompensar” (ASSY, 10.01.1951; BAVIA, 26.08.1951; VIANA e SOUZA, 26.05.1951).

Mesmo as forças policiais não escapavam ao assédio político dos comunistas. Segundo Hilário Pinha, teria sido possível começar “uma discussão política” com os soldados e um “diálogo com os policiais... nos intervalos das lutas” (FOLHA DE LONDRINA, 23.07.1985).

Paralelamente, estava sendo efetuado todo um esforço para reforçar a doutrina do Partido entre os membros dos grupos rebeldes. Não obstante o analfabetismo geral, os acampamentos dispunham de uma caixa cheia de jornais e folhetos que à noite eram “lidos para o conjunto” dos posseiros (VERONE, 26.08.1951).

Esse foi portanto o trabalho de persuasão ideológica posto em obra pelos militantes do PCB. Os resultados não demoraram a chegar e no dia 25 de fevereiro de 1951, o clã dos Billar aderiu à luta armada. Essa adesão foi de fato negociada. Em troca disso, os comunistas deveriam convencer os trabalhadores a fazer a manutenção dos 18.000 pés de café dos Billar. Manoel Jacinto criticou essa negociação, expondo que os novos adeptos acabavam marginalizados nas decisões, “por desconfiança e sectarismo”. O grupo dirigente comunista era muito restrito, os demais foram simplesmente “manobrados” (FOLHA DE LONDRINA, 18 e 26.07.1985).

Porecatu marca o ancoramento do PCB – e da esquerda, num sentido mais amplo – no Paraná rural. Segundo um militante, o Partido, que era fraco, com “menos de mil filiados”, aumentou o “seu prestígio” graças ao conflito (FOLHA DE LONDRINA, 23.07.1985). Se é verdade que a grande maioria dos membros do grupo armado deixaram a organização, a influência política dos comunistas espalhou-se pela região; influência que daria frutos mais tarde com a campanha de sindicalização agrícola. Mas o Partidão saberia, sobretudo, guardar o seu QG de operações: Londrina, a base de abastecimento dos rebeldes manteve-se intacta. Graças às suas ligações pessoais, profissionais e políticas com os círculos do poder local, os comunistas puderam, com uma facilidade ainda maior, retomar a militância. Londrina tornou-se o centro nervoso do PCB no Estado, onde se fundou o primeiro sindicato do campesinato paranaense e onde os quadros principais do Partido seriam formados.

Enfim, Porecatu ficou igualmente marcada como a primeira e única tentativa de guerrilha camponesa que foi levada a cabo no território nacional pelo Partido Comunista durante toda sua existência. A região tinha sido escolhida pela direção comunista como um lugar privilegiado para a “fecundação do embrião revolucionário” (FOLHA DE LONDRINA, 14.07.1985). Segundo o “Manifesto de Agosto”, a revolução seria iminente. Em Porecatu, tomou-se a decisão de pôr à prova a “fibra revolucionária” do campesinato brasileiro. Em seguida e em conseqüência dos acontecimentos, o Partido aplicou uma nova orientação política, dessa vez rumo ao centro. O Manifesto foi abandonado, o “capitão Carlos” desapareceu e o PCB procuraria constituir sindicatos bem mais dóceis, enquadrados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

A guerrilha de Porecatu fica portanto como um momento forte da história social do Paraná assim como uma fase maior da história do Partido Comunista do Brasil neste Estado, apesar de todos os esquecimentos oficiais e oficiosos, da direita e da esquerda. O fim do movimento dos rebeldes, ligado ao desaparecimento das ligas camponesas (ver SILVA, 2006, p. 100 e seguintes) coroa um primeiro capítulo. Primeiro capítulo de um processo, até aqui um pouco abrupto, duro e ingênuo ao mesmo tempo, de construção de um novo campo político: o espaço das formas de representação do campesinato paranaense.

Referências

a) Bibliografia

ACCARDO, Alain e CORCUFF, Philippe. *La sociologie de Bourdieu*. 2ª ed. Bordeaux, Le Mascaret, 1986.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *La construction sociale de la réalité*. 2ª ed. Paris, Meridiens Klincksieck, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. “La représentation politique. Eléments pour une théorie do champ politique.” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. (36-37) fev-mar: p. 3-24, 1981.

CARONE, Edgard. *O PCB: 1943-1964*. São Paulo: DIFEL, vol. II, 1982.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro - conflito e integração - 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

FARAH, Elias. “A história do Paraná e a história do norte”. *Panorama*. 26(240): p. 19-21, 1976.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. 2ª ed. Paris, Presses universitaires de France, 1968.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. *Pioneiros do capital. A colonização do norte novo do Paraná*. São Paulo, USP (dissertação de mestrado), 1982.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

NASCIMENTO, Noel. O camponês no norte do Paraná. *Revista Brasiliense*. (41): p. 124-125, mai-juin 1962.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

WESTPHALEN, Cecília Maria e outros. “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. (7), 1968.

b) Documentos

ALVES, Miguel Roque. 26.08.1951. 6a. Testemunha. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná - Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

ANGELO, Augusto e outros. s/d. Abaixo-assinado ao governador do Paraná. (ADOPS)

ARRUDA, Clemente Vilela de. 24.05.1951. Telegrama ao governador do Paraná. Porecatu. (ADOPS)

_____. 26.08.1951. 2a. Testemunha. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná - Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

ASSY, Del. Walfredo de Miranda. 10.01.1951. Relatório. Curitiba. (ADOPS).

BARROS, Herculano Alves de. 26.08.1951. 1a. Testemunha. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná - Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

BAVIA, Afonso. 26.08.1951. 5a. Testemunha. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná - Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

BILLAR, Antonia. Testemunho. 14.06.1951.

BLUME, Arlindo. 16.11.1950. Ofício 168/50. Curitiba. (ADOPS)

CÂMARA, Newton e CORREA, Manoel Jacinto. s/d. Ao povo de Londrina. Panfleto.

CARDOSO, Sebastião Ribeiro e outros. s/d. Pela entrega imediata das posses aos primeiros ocupantes. Abaixo-assinado. Porecatu. (ADOPS)

DELEGACIA DE POLÍCIA DE ROLÂNDIA. 30.06.1948. Auto de declarações de Segundo Gonçalves. Rolândia. (ADOPS).

DOPS-PR. 05.06.1951. Auto de declarações. Curitiba. (ADOPS)

_____. 06.06.1951. Relação dos comitês municipais e seus dirigentes no norte do Estado. Curitiba.

_____. 14.06.1951. Observações preliminares procedidas no norte do Paraná. Curitiba. (ADOPS).

FORTUNATO, Gregório. 04.06.1951. Ofício ao Secretário de Segurança do Paraná. Rio de Janeiro. (ADOPS)

GALVÃO, Nelson - ex-militante comunista de Londrina. Entrevista nº 61.

ITAGIBA. 18.04.1951. Abaixo as resoluções da conferência dos Ministros em Washington!

Contra a miséria, a viuvez a orfandade, lutemos contra a guerra! (panfleto)

_____. 23.04.1951. Aos posseantes, colonos e peões de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas! (panfleto)

LIGA CAMPONESA DE CENTENÁRIO. s/d. A todos os colonos e volantes! (panfleto)

_____. s/d. A todos os colonos e volantes! Posseantes, arrendatarios e sitiantes! (panfleto)

LOPES, Cel. João Batista. 12.05.1948. Relação dos elementos comunistas, residentes nesta

cidade. Porecatu. (ADOPS)

MARQUES JR., José. 10.12.1950. Relatório reservado ao DOPS. Curitiba. (ADOPS)

MELLO, Celso Cabral de. 26.08.1951. Auto de Qualificação e Interrogatório. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná – Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

NINNO, Dr. Angelo. 26.08.1951. 4ª Testemunha. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná - Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

PAREDES, Ten. João Andre Dias. 20.09.1949. Ofício 185. Porecatu.

ROCHA, Eduardo Lousada. 14.06.1951. Observações preliminares em torno da policia civil do Paraná. São Paulo. (ADOPS)

SANTOS, Del. Celso Nicolau. 02.07.1951. Relatório do Inquérito relativo aos acontecimentos de Porecatu. Londrina. (ADOPS)

SOUZA, Ana Ferreira e MOCHEL, M. 05.12.1950. Carta ao governador do Paraná. Curitiba. (ADOPS)

VERONE, Mario. 26.08.1951. Termo de Declarações. In: LOUSADA ROCHA, Del. Eduardo. Relatório ao Chefe da Polícia do Paraná - Inquérito de Porecatu. São Paulo. (ADOPS)

VIANA, Eliezer Gomes e SOUZA, A. 26.05.1951. Carta à delegacia de polícia. Porecatu. (ADOPS)

c) Jornais e periódicos

A Tarde

Diário da Tarde

Folha De Londrina

Gazeta Do Povo

O Cruzeiro

O Dia

Tribuna do Povo

1957: A REVOLTA DOS POSSEIROS

Iria Zanoni Gomes¹

A história do Brasil tem sido apresentada oficialmente como feita de conciliações e de revoluções sem sangue. Até nos orgulhamos disso como se fosse um grande fato. Mas essa é a história oficial, até recentemente predominante em todos os níveis de ensino do nosso país.

Nos últimos anos, tem acontecido uma recuperação de uma história que ficou na sombra por séculos. São as histórias dos vencidos, ou de vencedores, mas que não tinham visibilidade: as várias lutas pela terra em diferentes regiões do país: lutas operárias, lutas indígenas, dos quilombolas, e outras.

Em 1957, no Sudoeste do Paraná, a revolta dos posseiros que ocupavam a região foi um dos exemplos dessas lutas. Acoçados pelas companhias de terra (Citla, Comercial e Apucarana), que contavam com o aval do então governador do estado, além da cumplicidade da polícia e de um exército de jagunços, os colonos souberam resistir, articulando-se com outros setores, formando uma rede de ações políticas organizadas e conscientes que culminaram na tomada e no controle efetivo de várias cidades da região, na expulsão das companhias de terra e, posteriormente, o título de propriedade de suas terras.

A Revolta de 1957 mostrou como um segmento social descobre sua força e, a partir disso, se organiza para fazer valer seus interesses, usando dos recursos de que dispõe naquele momento. Mostrou, ainda, que os movimentos rurais no Brasil não eram apenas os messiânicos, e que não tinham como destino o fracasso.

No dia 10 de outubro de 1957, cerca de 6.000 colonos tomaram a sede do município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. Vinham em caminhões, carroças, de cavalo ou a pé. Todos armados. Com foices, velhos revólveres, espingardas de caça, enxadas e pedaços de pau. Concentraram-se na

1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1973), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Ciências Área de Concentração Sociologia pela Universidade de São Paulo (1995). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais rurais, desenvolvimento socioambiental, ciência, consciência e paradigmas.

Praça da Matriz, onde numa casa de esquina ficava a sede da estação de rádio local, transformada em centro de operações. A delegacia e a sede da prefeitura foram tomadas, o prefeito e o delegado fugiram. O Juiz de Direito foi colocado em prisão domiciliar e o Promotor Público ficou sob a custódia do Exército até receber autorização para sair da cidade.

Numa reação em cadeia, outros municípios foram tomados. Em Pato Branco, já no dia 9 de outubro foi constituída uma comissão de representantes de todas as facções políticas, denominada pela imprensa de Junta Governativa. Os colonos foram chamados para a cidade, cujos pontos estratégicos foram guarnecidos: as principais vias de acesso, pontes, instituições públicas, estação de rádio etc.

Ainda no dia 10, o Chefe de Polícia do Estado deslocou-se para a região com a incumbência de acalmar os revoltosos e fechar os escritórios das companhias de terra responsáveis pelo clima de tensão na região. Passou por Pato Branco e seguiu para Francisco Beltrão, onde foi detido pelos revoltosos até concordar com todas as suas reivindicações, entre as quais a destituição do delegado de polícia.

Em Francisco Beltrão, a evacuação dos jagunços e funcionários das companhias foi feita pelo Exército. Após a evacuação, no dia 11 pela manhã os colonos invadiram os escritórios das companhias destruindo tudo o que havia dentro. Móveis foram jogados pelas janelas e os papéis e notas promissórias, que haviam sido assinados por coação, foram espalhados pela avenida principal da cidade, rasgados, pisoteados.

A ocupação do sudoeste

O Sudoeste do Paraná é uma região que foi ocupada, de fato, a partir da década de 40, dentro do processo de expansão da fronteira agrícola e a partir do deslocamento de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As transformações ocorridas nessa época, na agricultura e indústria gaúchas, geraram um intenso processo migratório, que se deslocou para o Sudoeste paranaense, reproduzindo ali uma agricultura mercantilizada com base na pequena produção familiar, porque nesta região ainda existiam “terras livres”.

A estruturação dessa economia contou, de um lado, com o incentivo oficial, através do assentamento de colonos realizado pela Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO – e, de outro, por um longo período de luta pela

terra, cujos personagens principais foram os colonos que se confrontaram com as companhias de terra, que na década de 1950 passaram a atuar na região. As companhias imobiliárias chegam à região no início da década de 1950, e vão lutar com o pequeno produtor pelo domínio da terra. Elas não querem a terra para produzir, mas para explorar a madeira.

Ao se estabelecer na região, as companhias contestam o direito do colono sobre a terra, de forma violenta, arbitrária e ilegal. Esse fato intensifica a luta pela terra, fazendo eclodir um movimento de resistência dos colonos, conhecido como a Revolta de 1957. Esse movimento foi fundamental na época para a consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná.

Historicamente, a ocupação do Sudoeste do Paraná aconteceu em duas fases: a primeira, antes de 1940, de **ocupação extensiva** da terra, que se caracterizou por uma “economia cabocla”, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e pela criação de suínos; e, a segunda, de **ocupação intensiva**, foi quando se deu o efetivo processo de ocupação da região, que iniciou na década de 1940, intensificando-se na de 1950, com a vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus, que haviam colonizado as “regiões antigas” do Rio Grande do Sul. Estabelecem-se na região de forma espontânea, pela ocupação pura e simples de terras devolutas ou pela compra da posse do “caboclo”, e também através da colonização dirigida, principalmente através da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, criada em 12/05/1943, pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto n.º 12.417, dentro da estratégia de expansão da fronteira agrícola, a chamada “Marcha para Oeste”.

A CANGO foi decisiva na colonização do Sudoeste do Paraná e sua criação respondeu, em parte, à reivindicação por lotes de terra de reservistas ex-agricultores, mas prioritariamente, atendia ao propósito da “(...) política de assentar os pequenos produtores sem terra e (...) atingia os objetivos estratégicos de povoamento da fronteira, (...)”. Embora sua criação tenha decorrido de uma medida ditatorial e conservadora, a análise da sua atuação mostra que foi extremamente democrática. Nos primeiros anos ela dava terra ao agricultor, bem como ajuda técnica, assistência social e infraestrutura, abrindo estradas, construindo pontes, escolas, contratando professores. Isto até 1957.

Segundo Walter A. Pécoits, uma das lideranças do Movimento de 1957 na cidade de Francisco Beltrão, na colônia agrícola, “(...) o agricultor (...) chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça (...) uma média de 10 a 20 alqueires por

agricultor (...) mediam a gleba e, conforme o colono vinha chegando, eles o colocavam na terra que escolhera e aceitara receber. Como às vezes chovia e acumulava o serviço, a CANGO criou um núcleo em Santa Rosa, a 07 ou 08 quilômetros daqui, e fez casas para que o agricultor morasse nelas até ser transportado para a casa construída no lote rural que havia recebido.” Instalou uma serraria neste núcleo para a construção definitiva das casas dos colonos, mas só eram serrados “(...) os pinheiros velhos, os caídos, (...) o pinheiro que estava doente, derrubado por tempestade.” A preocupação com a reserva florestal fez com que a CANGO nunca localizasse o agricultor debaixo de pinhal.

O sistema de pequena propriedade, sem ônus para o agricultor, com infraestrutura e assistência de saúde e educação, aliado a uma forte propaganda no estado do Rio Grande do Sul, atraiu, em poucos anos, milhares de famílias para a região. O crescimento da população aconteceu junto com o crescimento das condições acima descritas, o que permitiu que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado.

No início, os colonos produziram quase que exclusivamente para sua subsistência. Mas, bem rápido foram criadas as condições para a produção de alimentos para o mercado. A infraestrutura dada pela CANGO - em sementes, ferramentas, casa, assistência médico-hospitalar, educacional etc. - permitiu o acesso aos meios de produção que vinham de fora da unidade produtiva, do próprio mercado. As consequências foram a disseminação das relações mercantis, a desagregação da “economia cabocla”, e a instalação de uma economia na qual “o dinheiro e a mercadoria começavam a tomar conta da vida dos homens”. Produziam-se as mesmas mercadorias da economia anterior, mas agora com outras técnicas, com instrumentos de trabalho adquiridos no mercado, onde os pequenos produtores colocam seu produto.

Na década de 1950, com a intensificação do processo migratório, começam a se disseminar na região comunidades rurais, que vão surgindo a partir da constituição de pequenos centros comerciais onde os produtores vendem sua produção e compram os produtos industrializados que consomem.

Relação comerciante/colono

A forte “tradição parcelar e de economia mercantil”, que caracterizava os colonos que vieram para o Sudoeste do Paraná, integrou também comerciantes

no processo migratório. Este fato criou uma relação que se pode chamar de “compadrio”, entre agricultores e comerciantes, uma identidade econômica - produzir em abundância para comercializar em abundância -, mas também uma identidade étnica, cultural e familiar.

Muitos agentes comerciais, que dominavam o processo de comercialização no Sudoeste na década de 1950, tiveram participação direta nos acontecimentos que levaram ao levante de 1957. São eles: os bodegueiros, localizados próximos ao produtor; os atacadistas-expedidores-distribuidores localizados nas cidades, que abasteciam os bodegueiros ou diretamente, o produtor com produtos manufaturados, sendo responsáveis também pela expedição da produção agrícola para fora da região; os caminhoneiros, principalmente os do local; e os comerciantes viajantes, normalmente sócios de uma firma exclusivamente distribuidora. O bodegueiro tinha uma relação direta com os produtores da comunidade rural na qual estava instalado, enquanto o raio de ação do atacadista cobria muitas vezes vários municípios. O atacadista vendia aos produtores tudo o que o bodegueiro vendia, mas fornecia também tecidos, confecções, calçados, artigos de armarinho e alguns bens de consumo durável (máquinas de costura, fogões etc.). Era também quem levava a produção agrícola para fora da região, tendo uma “posição central no processo de integração da região ao Mercado Nacional”. O produtor mantinha, ainda, relação direta com o caminhoneiro autônomo, ou vinculado a um comerciante, que passava recolhendo a pequena safra de cada agricultor. Também essa relação de dava com o comerciante exclusivamente distribuidor, que usava viajantes pelo interior do município, ou mesmo da região, para ampliar a freguesia, principalmente os numerosos pequenos comerciantes espalhados pelo interior, e os próprios colonos. Por exemplo: Jácomo Trento e Otávio Bertinato, que participaram do levante dos colonos em Pato Branco, eram sócios viajantes da Casa Rádio Técnica Sonora Ltda., de Pato Branco.

O que unia bodegueiros, atacadistas e comerciantes exclusivamente distribuidores era que todos dependiam de que o colono produzisse cada vez mais para o mercado, pois somente como **produtor mercantil** é que o colono se transforma em consumidor dos produtos oferecidos por estes agentes comerciais. Este fato permite também que a relação entre comerciantes e colonos apareça como se fosse de igual para igual. Estes são elementos fundamentais, embora não únicos, para se entender a participação dos comerciantes na Revolta de 1957: “(...) enquanto não houvesse paz na região os agricultores não

poderiam produzir em abundância e as atividades comerciais ficariam estagnadas.” A atuação das companhias na região prejudicava a todos, não só a produção agrícola, mas também o comércio. E, neste sentido, o inimigo era comum, possibilitando a união de todos contra ele.

A luta pela terra: uma questão legal e uma questão moral

A questão da posse da terra no Sudoeste do Paraná vem desde o Império e tem como ponto de referência “(...) a política de concessões de grandes lotes de terras, adotada pelo governo brasileiro como complementação de pagamento aos trabalhos realizados por empresas construtoras de ferrovias.” Essas concessões têm início em 1889 quando D. Pedro II, através do Decreto nº 10.432, de 10 de novembro, concede ao Engenheiro João Teixeira Soares “[...] uma área de terras devolutas e nacionais equivalente a 9 km para cada lado da linha, na extensão total das estradas construídas,” em troca da construção da estrada de ferro Itararé-Uruguay, e dois ramais. Em 1890, o governo provisório da República manteve, com algumas alterações, o Decreto Imperial de 1889; e, em 1891 o governo transfere as mesmas concessões à Companhia União Industrial. Em 1893 as transfere à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do grupo Brasil Railway Company, que é quem realmente constrói a Estrada de Ferro Itararé-Uruguay, e o ramal Jaguariaíva (Paraná) - Ourinhos (São Paulo). Esta companhia, porém, só **recebe parte** das terras concedidas. Coube ao Estado do Paraná fazer a demarcação e a titulação das áreas concedidas, tendo em vista que pela Constituição da República de 1891 as **terras devolutas e nacionais** passaram ao domínio dos Estados.

Tendo havido dúvidas por parte dos governos do Paraná e Santa Catarina quanto ao direito da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande no tocante ao “resto não recebido”, em maio de 1908 o Ministério da Viação julgou procedente o direito da Companhia e, em setembro de 1917, ao se lavar entre ela e o Estado do Paraná o contrato para a construção do ramal de Guarapuava, o Governo do Paraná reconhece o direito da São Paulo-Rio Grande, “(...) a uma área certa decorrente de seu direito líquido, adquirido da União, em virtude de concessões e serviços anteriores, ou seja, do restante da construção da Itararé-Uruguay e Jaguariaíva-Ourinhos, área calculada em 2.100.000 hectares.”

Em razão desse contrato, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande recebeu tituladas, em 01/10/1920, as glebas Santa Maria, Silva Jardim, Riosinho e **Missões**, num total de 514.355 hectares. No entanto, em 23 de setembro do mesmo ano, essa Companhia transfere à Braviaco – Cia. Brasileira de Viação e Comércio – a concessão da construção do ramal Guarapuava-Foz do Iguaçu, bem como o direito às terras que lhe seriam repassadas em troca de tal obra, ressaltando, porém, as glebas que já lhe haviam sido tituladas, entre elas, a gleba **Missões**. No entanto, as terras da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Brasil Railway Company, através dos Decretos-Leis n.º 2.073 de 08/03/40 e n.º 2.436 de 22/07/40, foram incorporadas ao patrimônio da União, o que dá início a uma disputa entre o Estado do Paraná e o Governo Federal em torno da posse das áreas concedidas à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, especificamente a Gleba **Missões**.

O Estado do Paraná passa a contestar o domínio da União sobre a referida gleba, usando como argumento o Decreto Estadual n.º 300, de 03/11/1930, que declarara caducos e rescindidos os títulos que expedira àquela companhia, entrando com um processo de embargo contra a União. A questão estava *sub-júdice* quando em 12/05/1943, pelo Decreto 12.417, o Governo Federal cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, cujos limites não estavam definidos no Decreto, localizando-a, no entanto, na Gleba **Missões**, o que vai gerar uma disputa judicial, que quando realizei este estudo ainda não havia sido resolvida. Para entendê-la é necessário voltar ao século XIX.

A disputa judicial da gleba missões

No final do século XIX, José Rupp obteve do Governo de Santa Catarina um contrato de arrendamento de terras consideradas devolutas para explorar ervais e matas. Essas terras, no entanto, já pertenciam, por decreto, à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Essa companhia requereu judicialmente mandado de manutenção de posse. A medida judicial foi concedida e, mais tarde, cassada. Em função da primeira medida, a companhia apreendeu quantidades de madeira e de erva-mate, de José Rupp. Tentando reaver a erva-mate e a madeira, José Rupp entrou com uma ação de indenização e a companhia foi condenada a pagar Cr\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil cruzeiros), acrescidos de juros de mora e custos. Mesmo não tendo transitado

em julgado, a sentença passou a ser executada, sem a intimação regular das partes (art. 165 e 197, do Código do Processo Civil). Assim, José Rupp obteve a penhora de várias glebas que haviam pertencido à São Paulo-Rio Grande e que, a partir de 1940, estavam incorporadas à União, entre elas as glebas **Missões e Chopim**. Tomando conhecimento do fato, a União Federal “ofereceu embargos de terceiro senhor e possuidor, alegando, entre outros fundamentos, o da impenhorabilidade daquelas glebas, por constituírem propriedade sua”, tendo em vista a incorporação feita em 1940 dos bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Nesse ínterim, em 26/06/1950, José Rupp vende seus direitos à Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – (CITLA) que, em 01/07/1950, obtém a titulação da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

A escritura de dação em pagamento, assinada em 17/11/1950, abrangeu uma área de 198.000 alqueires, incluindo a faixa de fronteira com Argentina, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, diversas propriedades particulares, inclusive uma área de 27.775 hectares vendida em 22/05/1950, pela Superintendência, à firma Pinho e Terras Ltda., as posses de agricultores acolhidos pela CANGO, em número aproximado de 3.000 famílias, e as sedes distritais e dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. É importante ressaltar que a irregularidade da transação não se revestiu apenas de questões legais, mas também de questões morais. Não foi sem sentido que políticos de oposição, UDN e PTB, chamaram o acordo de “a maior bandalheira da República.”

Inconformada com a imoralidade do acordo, “a União Federal, desde logo, tomou providências judiciais cabíveis, em defesa de seus interesses, dentre elas, um protesto judicial e um pedido de cancelamento de registro e transcrição imobiliários da escritura de dação.” Apesar de serem tomadas todas as medidas cabíveis, somente em janeiro de 1953, o Tribunal Federal de Recursos dá ganho de causa à União e anula a escritura de dação em pagamento e sua transcrição no Registro de Imóveis de Palmas e Clevelândia. Porém, quando isso ocorreu, a CITLA já havia se instalado na região, à revelia do prosseguimento da disputa judicial, e iniciado a venda das terras aos colonos ali instalados, o que criou uma situação de inquietamento social e “as condições que determinaram, pelas contradições de interesses de classes, a luta de posseiros (...) pela garantia e efetivação de seu pleno domínio sobre a terra.”

A análise desse processo mostra que o levante de 1957, do qual os colonos saíram vitoriosos, não foi um ato casual, resultado apenas da ação violenta das

companhias contra os colonos, no decorrer deste ano. O movimento teve uma longa gestação, que iniciou quando a CITLA se instalou na região em 1951. E para entender o desenvolvimento dessa gestação há que se ir além das condições estruturais que a determinaram. É necessário que se perceba **“os elementos subjetivos da vontade política, da experiência acumulada da luta, do aprendizado da união, de busca de formas de expressão dos próprios interesses.”** As condições estruturais podem ser as mesmas em diferentes lugares e os movimentos que emergem a partir delas ser totalmente diferentes ou em alguns casos nem chegar a existir. Por isso julgo que o início do movimento de 1957 se localiza em 1951. Neste ano, podem ser encontrados os primeiros embriões de organização, a primeira tentativa de aglutinação de diferentes grupos em torno de um problema comum.

A primeira reação dos moradores da região aconteceu em 1951, por meio de uma assembleia realizada na Vila Marrecas, atual sede do município de Francisco Beltrão, da qual participou um número significativo de pessoas, que no decorrer dos acontecimentos foi definindo posições e se aliando efetivamente aos colonos ou às companhias. É a partir deste fato que se pode acompanhar **o modo como a população vai elaborando e exprimindo seus interesses coletivos, de que forma lutou para fazer valer esses interesses, como foi se integrando ao processo político e à correlação de forças sociais.** Enfim, **com quem se aliou e contra quem se opôs.**

Instalação da CITLA na região

A CITLA instala-se na região em 1951 e tem pouco tempo para desenvolver suas atividades. Bento Munhoz da Rocha, governador do Estado do Paraná no período 1951-1955, julgou conveniente que se aguardasse a decisão judicial sobre a escritura de dação em pagamento a favor da CITLA. Através da portaria n.º 419, de 02/06/1952, proibiu o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, **“Sisas”**, de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopim. Porém, sendo esta portaria de meados de 1952, a companhia teve um ano e alguns meses de liberdade total de atuação, tempo suficiente para iniciar a comercialização das terras e gerar o clima de inquietação social responsável pelas primeiras reações dos moradores da região. Embora suas atividades estivessem restritas durante os anos do governo Bento, a CITLA usou de algumas estratégias

para marcar sua presença, e mesmo fazer crer a todos que era proprietária daquelas terras, principalmente a partir de 1955, como reunir-se com seus correligionários na região, fazer festa e anunciar vitória da ação na justiça. Ou, ainda, ganhar tempo com os processos pendentes na justiça. “Seus dirigentes tinham certeza de que o sucessor do governador Bento seria do PSD. Reassumindo este partido (...) a situação iria modificar-se, a favor da CITLA.” E, embora a questão estivesse *sub-júdice* e os cartórios não pudessem expedir documentos sem o recolhimento das *Sisas* pelas coletorias estaduais, tentava essa companhia vender “[...] terras de todo tamanho a interessados particulares,” através de instrumento particular de compra e venda que também devia ser registrado em cartório. “[...] os tabeliões, amigos da Imobiliária”, registravam a transação.

Nesta primeira fase, as ações da CITLA atingiram diretamente as atividades da CANGO: os problemas criados pela companhia foram tantos que, a partir de 1951, a CANGO teve suas atividades praticamente paralisadas. De um lado, as verbas orçamentárias tornaram-se cada vez mais reduzidas; e, de outro, embora a CANGO tivesse a posse efetiva das terras, a CITLA não deixou de contestar essa posse usando todos os meios a seu alcance: cartas, ofícios e medidas judiciais, inclusive contra a pessoa do administrador da CANGO na época, Glauco Olinger.

Analisando os fatos, deduz-se que a CANGO, embora não tivesse sua área de atuação delimitada pelo Decreto de sua criação, impedia efetivamente a implantação do projeto da CITLA de especulação imobiliária e de exploração da madeira, à medida que tinha a posse efetiva da terra, já havia alocado um número significativo de colonos, e outros tantos haviam se instalado espontaneamente, o que significava que grande parte da área com pinheiros – que era o que interessava à companhia – já havia sido ocupada. Além da CANGO, a CITLA encontrou mais dois problemas: de um lado, a terra ocupada e, de outro, seu título contestado juridicamente. Se não houvesse estes três empecilhos, provavelmente ela teria se tornado dona de toda aquela área já que tinha o aparelho de Estado do seu lado, fato que permitiu que agisse como agiu, inclusive paralisando o projeto de colonização iniciado pela CANGO. E só não fez mais porque, como já referido, os moradores da região começaram a articular-se para se defender de suas investidas.

Em setembro de 1951, quase um ano antes do governador Bento Munhoz da Rocha baixar a portaria que impedia o recolhimento das *Sisas*, através de um abaixo-assinado, colonos, comerciantes, industriais, profissionais liberais,

ocupantes de terras no povoado de Marrecas, em assembleia geral constituem uma COMISSÃO PERMANENTE para a defesa de seus direitos em relação ao litígio em torno das terras. Essa comissão era composta de 20 elementos e tinha várias atribuições: contato com as autoridades governamentais, defesa das pessoas prejudicadas por medidas injustas tomadas pelas companhias ou pelas autoridades constituídas, entendimento com os “legítimos proprietários” da Gleba, organização de subcomissões para promover entendimentos necessários etc. E, em 15 de outubro do mesmo ano, a COMISSÃO PERMANENTE designa uma subcomissão formada pelos senhores Jahyr de Freitas, Irineu Montemezzo e Angélico Penso, que, sob a presidência do primeiro, deve dirigir-se à capital da República para tratar de assuntos ligados à questão da legalidade das terras e à atuação, na região, das companhias “PINHO E TERRAS” e “Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.-CITLA”. A subcomissão levou ainda, em mãos, um ofício ao Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, no qual a Inspetoria de Polícia solicitava esclarecimentos sobre a atuação na região de um elemento que dizia ter sido designado pela Superintendência para fiscalizar as terras pertencentes ao órgão, e o fato de o mesmo se encontrar desaparecido desde o dia 01/09, data de criação da COMISSÃO PERMANENTE.

Essas primeiras medidas, tomadas pela população, nos dão algumas indicações interessantes para se entender o posterior desenrolar dos acontecimentos. Em primeiro lugar, o documento de criação da COMISSÃO PERMANENTE foi assinado por 250 pessoas, tanto da área rural, como da sede do povoado. Eram pessoas diretamente interessadas na propriedade da terra para nela trabalhar, mas havia também comerciantes, industriais e profissionais liberais. Em segundo, a comissão era composta basicamente de comerciantes. Os únicos profissionais liberais, que dela participaram, foram o médico Rubens Martins de Oliveira e o funcionário da CANGO o sr. Jahyr de Freitas. Importante reter este fato porque no momento da tomada das cidades, os comerciantes e profissionais liberais terão uma participação significativa, principalmente nas negociações. Em terceiro, tanto as pessoas que participaram da assembleia, quanto as que faziam parte da comissão, não pertenciam a um único partido político. E, por último, uma avaliação das atribuições da comissão deixa bem claro que essa primeira tentativa de organização para enfrentar a situação inquietante que a população da região estava vivendo tinha um caráter eminentemente reivindicatório e institucional. Buscava-se a solução dos problemas pelas vias legais.

Reconhecia-se a autoridade do Estado, e esperava-se que o Governo tomasse “medidas concretas e eficazes que viessem a ser favoráveis aos seus interesses.”

A ineficiência dessa forma de resistência, característica desses primeiros anos, fica evidente quando a CANGO, em 31/12/1953, recebe um ofício do Diretor da Divisão de Terras e Colonização suspendendo a colocação de novos colonos na Colônia Agrícola. Mesmo que parcial, a paralisação da colonização pela CANGO mostra que a “[...] situação de indefinição jurídico-legal, sobre a legitimidade da posse ou domínio daquelas terras, criava o espaço e as condições que permitiam a atuação especulativa da Companhia de terras” – a CITLA.

Embora até 1956 a CITLA tenha se mantido mais ou menos quieta, no fim do governo Bento, e, principalmente no início do segundo governo de Moysés Lupion, sua ação torna-se mais contundente. Agora, com dois novos personagens: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda., concessionárias da CITLA, que introduzem novos métodos de coerção contra os colonos. Inicia-se uma nova fase onde a violência se torna o pão de cada dia, onde impera não a lei da justiça e do direito, mas a “lei do demônio”, onde quem tem a força tem o domínio da situação.

É importante ressaltar que na primeira fase de atuação da CITLA – 1951 a 1955 – a forma de reação dos moradores foi estritamente reivindicatória, mas nem por isso deixou de assumir importância. Penso que essa primeira reação constitui um embrião de organização, que com o desenrolar dos acontecimentos, transforma-se numa consciência política capaz de mudar a forma de resistência. Essa consciência manifestou-se concretamente no ano de 1957 quando se agravou a luta pela terra na região e os colonos, objeto da ação expropriadora das companhias, perceberam que a via legal era totalmente ineficiente, o que os levou a utilizar outras formas de resistência, que num primeiro momento foram localizadas e de pequenos grupos e, posteriormente, transformaram-se na grande resistência coletiva: a tomada das cidades.

1957 O avanço das companhias

Com a reeleição de Moysés Lupion, em 1955, a CITLA retoma a venda dos lotes de terra, agora de forma mais ofensiva. De um lado, porque um dos primeiros atos do governador foi revogar a ordem do governo anterior de proibição do recolhimento das “Sisas”. E, de outro, porque com a entrada das duas

companhias na região – Comercial e Apucarana - há uma nova divisão da área de atuação: a CITLA fica quase exclusivamente com a sede de Francisco Beltrão; a Comercial com grande parte do interior de Francisco Beltrão e com as áreas de Verê e Dois Vizinhos; e, a Apucarana com áreas nos municípios de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste, região de fronteira com a Argentina. Inicia-se uma nova fase na história da luta pela terra na região, onde a especulação imobiliária passa a comandar o processo violento de expropriação e espoliação de que são vítimas os posseiros ali instalados. Posseiros, porque não são somente os colonos que detêm a posse da terra, mas as pessoas das sedes urbanas, que também são vítimas da especulação imobiliária das companhias de terra.

Inicialmente, as companhias fizeram uma intensa campanha através das emissoras de rádio de Pato Branco e Francisco Beltrão. Os colonos eram convidados a se dirigir aos escritórios das companhias para regularizar sua situação e assinar “os contratos de compra e venda com os **legítimos** proprietários das terras.” Nos primeiros contatos com os colonos, as companhias tentaram facilitar a forma de pagamento, fosse parcelando, fosse propondo receber em produtos agrícolas ou em suínos. É o início do impasse para os colonos. Não que eles se negassem a pagar a terra. Pelo contrário, o colono queria ser proprietário de sua terra. A sua insegurança era decorrente do fato de que a legalidade do título de propriedade da CITLA estava em questão. Contando com o apoio significativo do governo estadual, diretamente ou através das instituições administrativas da Justiça e da Segurança, as companhias passaram a intimidar os colonos, tentando forçá-los a assinar compromisso de compra e venda das terras que ocupavam. Como a maioria dos colonos não concordasse, o uso da violência física - espancamentos, saques, mortes – tornou-se a forma mais comum de pressão, com o intuito de fazer o colono assinar o contrato, ou de expulsá-lo da terra para que a mesma pudesse ser comercializada. Para isso, as companhias passaram a usar um novo elemento, até então desconhecido na região: os “jagunços”. Trazidos normalmente de fora da região, como assalariados das companhias, os jagunços deveriam desempenhar a função de “corretores”. Na realidade, constituíam-se numa força parapolicial que contava com o apoio e a atuação da polícia estadual. Os “jagunços” eram assalariados e executavam ordens. E as ordens eram para que obtivessem o maior lucro possível com a venda das terras, e no menor tempo possível, tendo em vista a situação política favorável às companhias. Passaram, então, a percorrer as propriedades, sempre em grupos de mais de três elementos, obrigando os colonos a assinar

os contratos, dos quais eram excluídos os pinheiros e as madeiras de lei. Duas ressalvas: a primeira é que legalizar as terras não significava ter o registro das mesmas. Pelo contrário, assinar contrato era normalmente assinar uma folha em branco na qual o colono não sabia o que iria constar. E, a segunda, é que o colono não se recusava a comprar a terra; mas queria pagar a quem de direito. E as companhias, pela forma de agir, na prática provavam que não tinham esse direito. Além disso, conforme Jácomo Trento, liderança de Pato Branco, as companhias não davam recibo em troca do pagamento que recebiam. Os recibos eram muitas vezes feitos em qualquer papel, não eram assinados pelos responsáveis da companhia e nem tinham carimbo. Quem assinava era o próprio jagunço. E não com o seu nome, mas com o apelido: Maringá, Chapéu de Couro, Lapa, Quarenta e Quatro etc. E mais, o processo espoliador das companhias não se restringia aos colonos que trabalhavam na terra. Atingia também outras atividades como a madeireira, e até o livre trânsito pela região. Quem tivesse serraria deveria pagar uma percentagem, em madeira, para a companhia. O mesmo acontecia com os motoristas de táxi, que para fazer corridas no interior deviam pagar pedágio.

Como se pode observar, a forma de atuação das companhias disseminou na região a **violência institucionalizada**. Já não estava mais em jogo apenas o domínio sobre a terra, mas o direito à vida, à liberdade, à segurança. A lei do direito estava morta. Imperava “a lei do cão”. O capital, representado pelas companhias de terra, avançava, arrasando os que tentavam impedir seu avanço. E isso não atingia somente os colonos, mas todos os moradores da região. Neste momento, tomar posição passou a ser uma exigência que extrapolava a questão legal da terra, porque à medida que a violência aumentava, lutar contra as companhias já não era mais “uma questão de direito legal, mas uma questão moral”. Estava em jogo a recuperação da dignidade. A dignidade que só a cidadania pode dar. Unir-se e resistir foi, portanto, uma consequência inevitável.

Da violência à resistência

À medida que a ação expropriadora das companhias foi se tornando mais violenta, configuraram-se, ainda que de forma precária, as condições de resistência dos colonos. A última tentativa coletiva de se conseguir uma solução pela via legal, um abaixo-assinado que o vereador da localidade do Verê, Pedrinho

Barbeiro, deveria levar ao Presidente da República, havia fracassado. Em meados de maio de 1957, Pedrinho foi assassinado pelos jagunços das companhias e seu assassinato repercutiu de forma significativa em toda a região.

A partir deste fato, não só os colonos, mas os demais moradores da região perceberam que opinar ou tomar qualquer atitude que representasse represália às companhias significava correr risco de vida. E se matar tinha como objetivo fazer calar, isso as companhias não conseguiram. É a partir da morte de Pedrinho Barbeiro que vai se tomando cada vez mais forte na consciência de todos que eram contra as companhias de terra de que alguma medida deveria ser tomada. A resistência passa a ser feita dentro da lógica dos colonos. É o momento das tocaias, da tentativa de fechar à força os escritórios das companhias, em que o colono vai mostrar que ele também tem força. Se não em armas, pelo menos em número e em disposição para lutar pelo que é seu. É o momento de medir forças. É uma luta de vida ou de morte. E nessa luta, a força dos colonos fica evidente, porque “o jagunço pode matar um colono aqui, dois ali, mas não pode matar todos ao mesmo tempo”.

Primeiro momento do levante

O primeiro confronto entre jagunços e colonos aconteceu em 02 de agosto de 1957, no distrito de Verê. Um grupo significativo de colonos se armou e marchou em direção aos escritórios das companhias. Um colono que estava na frente, enrolado na bandeira do Brasil, foi morto, atravessado de balas. Depois deste acontecimento, as companhias aumentaram ainda mais a violência contra os colonos em toda a região. Os delegados locais tentaram proceder ao desarmamento dos colonos e houve um reforço do contingente policial de Francisco Beltrão. A polícia se excedeu praticando uma série de arbitrariedades, inclusive espancando vários colonos.

Mas, o aumento da violência das companhias não foi consequência apenas da reação dos colonos, manifestada nos incidentes do Verê. Em **04 de agosto** foi recusado, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso extraordinário impetrado pela CITLA, relativo ao pedido de anulação da escritura de dação em pagamento de 17/10/50. Embora a ação visando à anulação da escritura da CITLA prosseguisse, essa medida repercutiu significativamente na região, com as companhias intensificando a pressão para que os colonos comprassem as terras.

Do lado dos colonos, a disposição para a luta é reforçada. Colabora para isso a ampla divulgação que as rádios de Francisco Beltrão e Pato Branco fazem sobre tal decisão. Isso foi possível porque a CANGO, através de seu administrador, enviou um ofício a todos os prefeitos, juízes de direito e estações de rádio, no qual constava o telex enviado pelo presidente do INIC dando ciência da decisão do Supremo Tribunal Federal e pedindo que fosse dada ampla divulgação de tal fato em toda a região.

Se os prefeitos e juízes de direito não o fizeram, as rádios divulgaram amplamente a notícia. E as companhias, a partir desse fato, demonstraram ter pressa em realizar as transações, intensificando a violência, o que fez com que os colonos respondessem com mais violência. Penso que isso é fundamental para se entender o rumo dos acontecimentos, inclusive a briga político-partidária que se desencadeou, e que a **versão policialesca** dos fatos colocará como causa principal dos problemas da região.

Para os políticos da situação, PSD, toda inquietação reinante na região era decorrente de uma luta político-partidária, na qual os adversários políticos (PTB e UDN), junto com o Núcleo Agrícola “General Osório”, seriam responsáveis pela sublevação dos colonos. Afirmavam que a solução de todos os problemas era extinguir o Núcleo. O que fica evidente é que, em momento algum, em toda a história da luta pela terra no Sudoeste do Paraná, o governo do Estado do Paraná, através de seus representantes, assumiu a defesa das companhias imobiliárias de forma tão explícita e veemente, defendendo a tese de que não eram elas as responsáveis pela inquietação social da região e, sim, alguns políticos e um órgão público, a CANGO, que, munidos de uma força inexplicável e quase mágica, teriam insuflado os colonos contra a ordem vigente.

Essa versão da história a conhecemos e muito bem. É a história oficial, a história dos que, normalmente, são os vencedores. Dos que detêm o poder econômico e, se não o poder político, têm seus interesses defendidos por aqueles que o detêm. Mas, no caso do Sudoeste, a história passou uma rasadeira nos poderosos. Os vencedores não foram os representantes do capital, as companhias imobiliárias e os seus defensores, mas **os colonos, que na sua luta coletiva aprenderam que a união, a força, a aliança com outros elementos que não os de sua classe, mas identificados com seus interesses, era fundamental.**

É por isso que, contradizendo a versão de todos que tinham ligações com as companhias, penso que **o crescimento da resistência** não foi mero resultado

da intervenção da CANGO ou de elementos políticos que faziam oposição ao governo, mas, acima de tudo, **foi consequência do surgimento de uma consciência nos colonos de que eles teriam de lutar se quisessem uma solução para seus problemas. E essa consciência não foi induzida de fora, mas foi se construindo no decorrer dos acontecimentos, junto com outros segmentos da sociedade que também sofriam as consequências da atuação das companhias.** À medida que vai se sedimentando a disposição para a luta, o movimento vai se ampliando. As conversas não se restringem apenas aos colonos, mas entre os colonos e os comerciantes, o médico, o advogado, enfim, entre os colonos e os que se identificam com a sua luta. A aliança com essas categorias faz crescer o movimento.

O momento da união de forças

Como já vimos anteriormente, as características da estrutura produtiva regional implicavam uma separação muito tênue entre o rural e o urbano; havia uma relação bastante estreita entre os colonos e agentes urbanos, principalmente os comerciantes. E se no início da atuação das Companhias a violência atingiu quase que exclusivamente os colonos, e, conseqüentemente os comerciantes, com quem mantinham relações comerciais, com o passar do tempo estendeu-se também aos moradores urbanos. Do ponto de vista regional, a violência contra os colonos repercutia de forma significativa na economia da região, pois os colonos não tinham condições de produzir, o que significava prejuízo não só para o agricultor, mas para o comerciante, que dependia quase que exclusivamente da produção agrícola. Além disso, o expediente dos jagunços das companhias de andar ostensivamente armados, ameaçar, amedrontar à noite, usado no interior, tornou-se rotina também na área urbana. Esse foi também um fato que significou um ponto de união entre o colono e o morador da cidade. A violência se ampliava e com ela a mobilização.

Desde o início dos conflitos entre colonos e companhias, havia uma troca de informações sobre os acontecimentos entre as pessoas que moravam nas áreas urbanas e as da área rural. Com a violência se ampliando também para os moradores urbanos, a ação das companhias deixa de ser um problema apenas dos colonos. Torna-se um problema para todos. Não só as lideranças urbanas passaram a discutir entre si a situação, mas entre elas e as do interior. Cada

localidade tinha seus líderes e eram eles que vinham discutir com os líderes urbanos. O segredo foi um dos pontos fundamentais para se entender como foi possível essa articulação. Discutia-se apenas com as pessoas em quem se confiava. E, embora houvesse o sigilo em relação a este fato, a posição contrária às companhias era evidente, principalmente dos elementos dos partidos de oposição (PTB e UDN). E as companhias tinham consciência disso, o que fez com que, num primeiro momento, tentassem subornar os que detinham maior liderança. Walter Pécoits, liderança de Francisco Beltrão, e Jácomo Trento, o “Porto Alegre”, que em Pato Branco trazia os fatos ocorridos no interior e conseguia que os mesmos fossem denunciados na rádio, foram vítimas de tentativa de suborno.

A recusa ao suborno deixa evidente para as companhias que essas pessoas não concordavam com a sua forma de agir. Por outro lado, a recusa cada vez maior dos colonos de assinar os contratos, e a articulação entre as lideranças da região, acirraram o clima de terror que já havia atingido um limite quase insuportável. É neste momento que as ameaças passam a ser feitas ostensivamente aos que estão à frente de uma possível mobilização. O uso de ameaças por parte das companhias significava que elas tinham consciência de que havia uma organização da população no sentido de enfrentar o problema de outra forma, e mostrava também o desespero das mesmas ao perceber que o controle da situação lhes escapava das mãos. Pato Branco e Francisco Beltrão só conseguiram trazer um número expressivo de colonos para a cidade porque havia um acerto anterior de como isso seria feito. Todas as lideranças dos colonos e da cidade confirmam isso. Como as companhias estavam mais ou menos quietas, esperava-se algum fato mais contundente para desencadear o movimento. Era um momento de saturação e de uma situação limite, quando uma escolha se impõe e todos os riscos são assumidos. No caso dos moradores do Sudoeste, ou eles voltavam para o Rio Grande ou lutavam. Voltar significava recuar, aceitar a expropriação contra a qual a migração para o Sudoeste tinha sido uma forma de lutar, abandonar todas as esperanças de recriar as mesmas condições de vida no Sudoeste, de sobreviver como pequeno produtor familiar. Lutar para que isso não ocorresse significava recuperar a dignidade que os colonos sentiam ter perdido com o processo de violência generalizada e o sentimento de impotência diante da situação.

O recrudescimento de atos de violência nos primeiros dias de outubro, entre os quais o assassinato da família de João Saldanha, e o espancamento do

balseiro do rio Chopim, foram fundamentais para que as lideranças, tanto urbana como dos colonos, entendessem que era o momento do enfrentamento. A decisão de lutar, portanto, foi muito próxima da eclosão do movimento. O espaço entre os dois momentos foi muito pequeno para que houvesse tempo de elaborar um plano maior de ação. Mas a articulação que já havia entre as lideranças urbanas e as do interior possibilitou que, já na iminência do movimento, acontecesse uma articulação entre as lideranças dos municípios, o que fez emergir o movimento regional. Bastava apenas que acontecesse algum “fato importante, para deflagrar o movimento. Um fato que sensibilizasse a população.” Este fato aconteceu no dia 09 de outubro, nas Águas do Verê.

O confronto final

Pato Branco

No dia 9 de outubro, pela manhã, foram trazidas para Pato Branco, vindas das Águas do Verê, três crianças de dez para onze anos, uma delas filha de Otto Zwiker, que havia entrado com um requerimento solicitando abertura de ação possessória contra a Companhia Comercial. Como resposta, passou, junto com seus vizinhos, a ser ameaçado de morte pelos jagunços. Com medo, os homens viviam escondidos no mato. Querendo saber do paradeiro dos pais, as crianças passaram a ser pressionadas, e como não revelaram, foram surradas com **açoiteira**, instrumento que na região se usa para bater em cavalo. E se a situação já era tensa, esse fato transformou-se na gota d’água que fez eclodir a revolta que tomou conta da região.

No início da tarde do mesmo dia 09, Ivo Thomazoni, através do rádio Colmeia de Pato Branco, começou a chamar todos os moradores do município para uma reunião, que teve início às duas horas da tarde na Casa Paroquial, com a presença de representantes de todos os partidos políticos, sob a presidência do prefeito Waldir Harry Graeff, do PSD. Ficou decidido que uma comissão iria até Curitiba falar com as autoridades e trazer uma solução em três dias. Quando a reunião terminou, a comissão viajou imediatamente para a capital. O número de pessoas que tinha atendido ao chamado do rádio já era em torno de 1.000.

Em Curitiba, a comissão tomou conhecimento de que a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Emenda do Senado ao projeto legislativo que aprovou o Ato do Tribunal de Contas e que negava o registro das glebas Missões e Chopim à CITLA, bem como a situação tensa no Sudoeste e a ameaça de intervenção federal, tinham levado o governador a decretar o fechamento dos escritórios das companhias. Essa ordem, porém, não foi suficiente para demover os colonos e as pessoas da cidade do propósito de conseguir uma solução definitiva. Inclusive porque já se havia feito um contato com Francisco Beltrão e acertado com as lideranças um movimento regional, com a tomada de Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste.

Foi na noite do dia 09 que o pessoal de Francisco Beltrão se reuniu e decidiu tomar a cidade no dia seguinte, decisão fundamental para que o movimento de Pato Branco tomasse outro rumo. Nesta última cidade, convocou-se uma reunião na sede do Clube Internacional, quando foi formada uma **Junta Deliberativa** (de 26 pessoas), e uma **Comissão Executiva** (de cinco pessoas): três advogados, um médico e um agrimensor, que tomariam as decisões. Grupos de colonos guarneceram os pontos estratégicos da cidade: as principais vias de acesso, instituições públicas, sede da Rádio Colmeia entre outros locais.

Francisco Beltrão

O espancamento das três crianças, responsável pela revolta em Pato Branco, foi também o motivo da eclosão do movimento em Francisco Beltrão. Como já se fez referência, foi a gota d'água que fez eclodir o movimento. Mostrou que a violência extrapolou as questões meramente econômicas, atingindo tal dimensão que lutar contra as companhias se tornou uma questão moral. Só não assumiram uma posição contra as companhias os que estavam comprometidos com o governo, ou pelo cargo que exerciam ou pela vinculação partidária.

No dia 10, pela manhã, as lideranças da sede do município de Francisco Beltrão, mais ou menos 20 pessoas, reuniram-se e estabeleceram um plano de ação para mobilizar os colonos, chamando-os pela rádio, conforme combinado anteriormente: de que a convocação para tomar a cidade seria feita na última hora, estratégia para evitar a mobilização das companhias. Antes do chamado foram tomadas algumas providências, como avisar o juiz de que iriam tomar a cidade e de que ele ficaria em prisão domiciliar; e, avisar o Comandante do Quartel do Exército do que seria feito.

O medo da comissão era de que o colono não atendesse ao chamado e de que chovesse, o que tornaria as estradas intransitáveis. Realmente, em seguida ao aviso na rádio começou a chover e os jagunços começaram a chegar à sede. De jipes, armados, em número bastante significativo. Foi depois das 15 horas que chegaram os primeiros caminhões de colonos: de São Miguel, Jacutinga, Linha Gaúcha, Rio do Mato, Km 20. Dos lugares onde não havia condução, vieram a pé, a cavalo, de carroça. Com a cidade totalmente tomada pelos colonos, os jagunços, que só eram valentes quando enfrentavam poucas pessoas e normalmente pelas costas, se acovardaram. Num momento em que o Dr. Walter Pécoits foi até o hospital, em torno de trezentos colonos começaram a descer a rua em direção aos escritórios da Comercial. Quando o pessoal da companhia viu os colonos descendo, assustou-se, pegou os carros e fugiu para o campo de aviação que ficava fora da cidade.

A coordenação do movimento solicitou, então, ao Comandante do Quartel, que recolhesse os jagunços. Às 17h30 o comando da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, autorizou o Quartel a receber os presos. Uma patrulha do Exército foi até o campo de aviação buscar os jagunços escondidos no mato. No dia seguinte, escoltados pelo Exército, foram transportados até Clevelândia. A cidade de Francisco Beltrão virou uma festa. Os escritórios das companhias foram invadidos. Os colonos quebraram tudo. Não que quisessem destruir, mas o que queriam mesmo eram as “malditas promissórias e contratos que haviam assinado. A avenida em frente ficou coberta de papéis, branquinha. (...). Precisava ver a alegria daqueles homens rasgando as promissórias.” Da avenida principal foi arrancada a placa que lhe dava o nome, bem como o obelisco comemorativo da fundação da cidade que se encontrava na praça porque nele constava uma homenagem à CITLA.

A cidade estava totalmente sob o controle dos colonos, quando o Chefe de Polícia, Pinheiro Jr., chegou à cidade, procedente de Pato Branco. Viera disposto a acalmar a região. O governador lhe teria dado “a expressa recomendação (...) de atacar em profundidade o sério problema que vem causar as agitações no Sudoeste.” Quando perguntou à comissão o que eles queriam, a resposta foi: substituir o delegado de polícia, exonerar o promotor, transferir o juiz, retirar imediatamente as companhias da região e que aqueles que tivessem participado do movimento não fossem vítimas de perseguição. O governador aceitou todas as condições. No dia seguinte, dia 12, pela manhã, o Chefe de Polícia deu posse ao novo delegado e retornou a Curitiba.

Em Francisco Beltrão, como em Pato Branco, a Chefia de Polícia usou como estratégia concordar com as exigências dos revoltosos dando a impressão de que o Governo estava com eles. Era uma medida inteligente, mas era também uma medida necessária tendo em vista que qualquer confronto naquele momento teria consequências dramáticas. Em seu relatório ao governador, com data de 16/10/57, Pinheiro Jr. assim explicita tal atitude: “A nomeação desse delegado, proposta por nós à Vossa Excelência, teve o exclusivo propósito de demonstrar a isenção do governo do Estado na escolha da autoridade policial. (...) Essa designação ainda, em última análise, teve também a propriedade de possibilitar, sem o emprego da força e de suas consequências, o restabelecimento da tranquilidade no município (...)” Em outro momento do relatório, porém, o Chefe de Polícia afirma que a exigência dos colonos de substituir o delegado de polícia provava que o objetivo do movimento era outro; a terra e sua propriedade seriam simples pretextos. Estava se referindo à luta político-partidária.

Ao fazer esta afirmação, Pinheiro Jr. não levou em conta o descrédito dos colonos na autoridade policial. O objetivo do movimento não era substituir o delegado. Mas este fato dava-lhes a garantia de que a polícia não estaria mais contra eles e, junto com o atendimento das outras exigências, teriam a certeza da posse da terra, da saída das companhias da região e a promessa de, num futuro próximo, ter a questão legal da terra resolvida.

Outro fato que merece um comentário é a participação do Exército nos acontecimentos. A presença do Conselho de Segurança Nacional (CSN) na região é anterior à sua colonização, por ser uma região de fronteira. Foi esse Conselho quem solicitou ao Ministério da Agricultura a elaboração de um projeto de colonização para assentamento de famílias de ex-reservistas naquela área. A criação da CANGO, em 1943, tinha como finalidade assentar essas famílias e ocupar a região de fronteira. Durante todo o período em que as companhias atuaram na região, nos momentos mais tensos, observadores do CSN ali estiveram verificando os fatos. O próprio destacamento do Exército, sediado em Francisco Beltrão, a quem se atribui ter participado diretamente dos acontecimentos, foi ali instalado a pedido da administração da CANGO e dos moradores da região. Além disso, o CSN foi explicitamente contra a atuação das companhias de terra quando, em 1956, baixou um decreto proibindo o registro em cartório de qualquer transação imobiliária sem a autorização, por escrito, do referido Conselho. Neste sentido, pode-se afirmar que os interesses do Exército

coincidiram, naquele momento, com os interesses dos colonos. Mais do que ficar do lado desses, o Exército defendeu seus próprios interesses, que não coincidiam com os interesses das companhias imobiliárias e de seus aliados.

Santo Antonio do Sudoeste

Se a ação inteligente do Chefe de Polícia tinha conseguido acalmar os ânimos dos colonos de Pato Branco e de Francisco Beltrão, o mesmo não aconteceu em Santo Antônio do Sudoeste. Respondendo, em parte, ao pedido de solidariedade que Francisco Beltrão fazia aos municípios de fronteira, começaram a surgir rumores na tarde do dia 12 de que os colonos viriam tomar a cidade. Como em Pato Branco e em Francisco Beltrão, em Santo Antônio também um dos objetivos do movimento era “forçar as autoridades federais a se pronunciar de imediato sobre a questão das terras e a retirada das Companhias.” Embora o Juiz de Direito, o Promotor e o Delegado Especial Licínio Barbosa tentassem demover os colonos de tal intento, às 23 horas do dia 12 de outubro a delegacia estava totalmente cercada.

Na manhã seguinte, dia 13, desde cedo, os colonos ameaçavam depredar as casas de elementos que haviam colaborado com as companhias e invadir o fórum para conseguir armas. Neste município, como nas demais cidades, a preocupação com o rumo que os acontecimentos poderiam tomar fez com que se organizasse uma comissão, da qual faziam parte pessoas da cidade e colonos, “a fim de evitar desatinos e dar uma orientação segura ao movimento.” Como em Pato Branco, a comissão era composta de 26 membros, os quais, em reunião, escolheram uma diretoria composta por elementos de todas as agremiações políticas. Um dos primeiros atos da comissão foi destituir o delegado de polícia e colocar em seu lugar um cidadão que havia assumido a delegacia em setembro, mas exonerado logo depois por ter se recusado a aceitar a imposição dos dirigentes das companhias de colocar soldados da polícia à disposição das mesmas para praticar arbitrariedades contra os colonos. No município próximo a Santo Antônio, Planchita, o vigário foi colocado em prisão domiciliar porque, abertamente em seus sermões, fazia propaganda da “CITLA”.

Foi na tarde do dia 14 que o Chefe de Polícia iniciou os contatos com a comissão de Santo Antonio, através do rádio da polícia local. A troca de rádios prosseguiu até às 23h40, tendo o Chefe de Polícia, no princípio, ameaçado o

movimento com forças policiais. A Comissão, então, transmitiu à Chefatura de Polícia que as condições dos colonos para acabar o movimento eram: “Confirmação do Sr. Adão Vasconcelos Vargas para o cargo de Delegado; anistia geral aos participantes do movimento; não vinda de contingentes policiais; não desarmamento dos colonos.” O Chefe de Polícia, depois de assumir o compromisso de que as companhias não mais atuariam na região, “aceitou as condições exigidas pela Comissão, com exceção da vinda de tropas policiais, mas que ficariam sob a direção do Delegado Regional que foi indicado pelo movimento, Sr. Adão Vasconcelos Vargas.” A comissão resolveu então se comprometer com a retirada dos colonos até às 12h00 do dia 15 de outubro.

Mais uma vez a Chefatura de Polícia foi obrigada a concordar com as exigências dos revoltosos para conseguir acalmá-los. Do ponto de vista de Pinheiro Jr., porém, isso significava ganhar tempo para que os contingentes da Polícia Militar, que haviam se deslocado de Curitiba, chegassem ao município. O que Pinheiro Jr. não explicita é que o uso da força, naquele momento, não interessava ao governo estadual porque significaria intervenção federal. Se isso acontecesse certamente seria aberto inquérito para apurar responsabilidades, o que implicaria trazer a público não só as atrocidades e atos ilegais das companhias de terra, mas o próprio envolvimento pessoal do governador, bem como do aparelho repressivo do Estado com as mesmas.

Um fato, porém, era certo. Serenados os ânimos, o governo faltou com o acordo, enviando imediatamente tropas da Polícia Militar para retomar o controle da região. Em Santo Antônio, no mesmo dia 15, chegou de surpresa um contingente sob o comando do Capitão Ariel Damasceno. Como o envio de tropas não estava descartado no acordo que a comissão dessa cidade havia feito com a Chefatura de Polícia, a retomada da cidade ocorreu sem incidentes.

Considerações finais

Em Francisco Beltrão, a chegada da Polícia Militar também foi uma surpresa. O governo faltara com a palavra e no dia 22 de outubro chega à cidade um contingente de 183 homens sob o comando do Cel. João Luiz Motta, acompanhado do Cel. Paredes. O comércio foi fechado e o destacamento do Exército sediado na cidade colocou-se em prontidão. Os colonos começaram a chegar à sede do município, indignados com a quebra do

acordo e dispostos a enfrentar a polícia se preciso fosse. Mas, nem a polícia, nem as lideranças queriam o confronto. Segundo o Cel. Paredes, comandante do contingente que se deslocou para Francisco Beltrão, a primeira medida tomada pela Polícia Militar foi procurar o Dr. Walter. A Polícia Militar assumiu o controle da cidade, nomeou um Tenente-Coronel para o cargo de delegado, mas, até provar que estava ali para proteger a população, passou por maus momentos. “Os policiais, odiados por tudo o que a polícia anterior havia feito, comeram o pão que o diabo amassou; ninguém os atendia nos armazéns, negavam água, iam pedir para tirar lenha na roça dos colonos, os colonos corriam com eles, não vendiam leite, não vendiam galinha, não vendiam ovos. Boicotavam mesmo.” Aos poucos, porém, a população foi adquirindo confiança e em 31/12/1957, o contingente já havia sido bastante reduzido. A solução policial, porém, resolveu parte do problema da região. As companhias não mais incomodaram os colonos, mas a questão da legalização das terras continuava. E essa havia sido uma das reivindicações dos colonos para acabar com o movimento.

Somente em 1960, com a mudança das forças políticas no Governo Estadual e Federal, começam a tomar corpo as primeiras medidas que dariam aos colonos o título definitivo da terra. Cumprindo promessa de campanha, Jânio Quadros assina, em 27/03/1961, o Decreto Federal de n.º 50.379, através do qual são desapropriadas as terras do Sudoeste. E, em 25 de abril do mesmo ano, novo Decreto determina regime de urgência para desapropriação por utilidade pública. Esses dois atos, no entanto, ainda não resolveram o problema. Só em 19/03/1962, já no governo João Goulart, “três meses depois da União e o Estado firmarem um acordo renunciando aos seus argumentos jurídicos de se tornarem proprietários dessas terras,” pelo Decreto n.º 51.431, foi criado o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), órgão subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República e sob a presidência de um representante do Conselho de Segurança Nacional. Tinha como objetivos programar e executar os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação, bem como executar a colonização das glebas desapropriadas. Os primeiros trabalhos realizados pelo GETSOP foram: medir, demarcar, dividir os lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes.

No relatório final do GETSOP, que encerrou suas atividades em 1973, consta que este órgão enfrentou no início dificuldades de aceitação dos colonos. Por isso, os trabalhos de medição e demarcação foram acompanhados por

elementos do Exército Nacional, tendo em vista a boa aceitação que o Exército tinha na região. Além disso, a demarcação dos lotes começou pelos “locais onde a potencialidade de conflito fosse maior”, adotando-se o critério de respeitar as linhas divisórias entre os posseiros, mesmo que “disso resultassem lotes de formas e dimensões (...) irregulares, sem falar, naturalmente, no minifúndio, que se tornou uma das características da região.”

Segundo Deni Lineu Schwartz, engenheiro-chefe do escritório do GETSOP em Francisco Beltrão, as maiores críticas do INCRA foram ao loteamento não racional e ao desrespeito ao módulo mínimo da região. Quando o GETSOP encerrou suas atividades, em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Somente três ou quatro propriedades não foram tituladas porque os vizinhos não entraram num acordo. O Movimento de 1957 tinha atingido seus objetivos: num primeiro momento, a expulsão das companhias de terra e, num segundo, a conquista do título de propriedade.

Algumas referências

1. Este artigo é um resumo do livro de Iria Zanoni Gomes, *1957: A revolta dos posseiros*, editado pela Criar Edições, Curitiba, Pr. 1ª. ed. 1986; 2ª. ed. 1987; 3ª. ed. 2005; esgotado. É um estudo que teve dificuldades em entrevistar as pessoas diretamente envolvidas no movimento porque na época não havia se passado ainda 30 anos do fato, tempo de prescrição de qualquer crime. As únicas exceções foram Jácomo Trento e Walter Pécoits.

2. *Os dias do demônio*, de Roberto Gomes, também publicado pela Criar Edições, é um romance que tem como referência o movimento de 1957. Roberto Gomes participou das entrevistas feitas com Jácomo Trento e Walter Pécoits, leu vários documentos que usei como fonte de informação, o que nos possibilitou vários diálogos no decorrer da elaboração dos dois trabalhos.

3. Em 2009, foi realizado o documentário, Doctv: *A revolta*, dirigido por João Marcelo Zanoni Gomes e Aly Muritiba. A seguir, o *site* que permite assistir o documentário completo: <https://vimeo.com/70502016>. Senha: revolta.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E A LUTA DO TRANSPORTE COLETIVO

Ana Inês Souza¹
Lafaiete Santos Neves²

Contextualização

Elaborar um artigo sobre os movimentos sociais na transição democrática – da ditadura civil militar para a democracia liberal – é tarefa desafiadora neste momento brasileiro em que estamos vivenciando uma outra transição, ao que parece, de uma frágil democracia liberal para um regime autoritário neoliberal.

Entretanto, revisitar um momento histórico em que as lutas por justiça e liberdade passaram a tensionar um regime autoritário que havia roubado dos brasileiros e brasileiras direitos fundamentais, individuais e coletivos, como o de ir e vir com liberdade, reunir-se para discutir seus problemas, organizar-se politicamente e escolher seus representantes, pode nos ajudar a compreender o momento atual.

A transição de que vamos tratar aqui pode ser situada a partir de meados dos anos 1970, quando o governo civil-militar passou a adotar o que foi chamado de “distensão”, na gestão do General Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, classificado por ele mesmo de um “processo lento, gradual e seguro” de redemocratização.

- 1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1986). Especialização em Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos para o Setor Público (IPARDES, 1989). Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico (UFPR, 2000). Mestrado em Educação (UFPR, 2003). Atualmente é Coordenadora Geral do Centro de Formação Milton Santos – Lorenzo Milani e membro do Conselho Fiscal do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) (Curitiba, PR). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Popular, Movimentos Sociais e Pedagogia Freireana.
- 2 Historiador pela Universidade Federal do Paraná (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2003). Professor Adjunto IV, aposentado da UFPR. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Desenvolvimento Econômico, Economia Política, Economia Brasileira, Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, transporte coletivo, movimento popular, indústria automobilística, desenvolvimento local e poder político. Membro da Plenária Popular do Transporte Coletivo de Curitiba, sendo seu representante na Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Curitiba.

Já havia passado dez anos, desde o golpe civil-militar em 1964, quando um regime ditatorial se instalou, interrompendo eleições diretas em quase todos os níveis da federação, passando a perseguir lideranças dos trabalhadores e suas formas de organização – sindicatos e associações – além do movimento estudantil e partidos de esquerda. “A teoria da ‘distensão’ pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica” (ALVES, 1985, p. 185).

Maria da Glória Gohn classifica como movimentos sociais de resistência os que se mantiveram em luta durante estes primeiros dez anos (1964-1974), período que “corresponde à fase de grande repressão na sociedade brasileira, imposta pelo regime militar. Mas, a despeito do grande controle social e político, das prisões, torturas e perseguições, ocorreram várias lutas de resistência e protesto no país” (GOHN, 1995, p. 103).

Até então, os movimentos sociais tinham um caráter fundamentalmente classista e identificados com as lutas operárias. Um ideário mais centrado no mundo do trabalho, ainda que não exclusivamente.

A partir desse período – meados dos anos 1970 –, outros elementos passaram a integrar as bandeiras de luta, incorporando dimensões culturais e sociais, para além das pautas econômicas ou salariais: questões étnico-raciais, de gênero e geracionais; lutas por melhorias nos bairros, moradia, transporte, saúde, educação, lazer.

As lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e contra a ditadura militar fundiram-se, no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1970, em um grandioso espetáculo de iniciativas populares, de massas em movimento, composto, por um lado, por um processo cotidiano e quase invisível de pequenas ações reivindicatórias localizadas e, por outro lado, por grandes manifestações coletivas concentradas. Estas últimas, muitas vezes sob a aparência de irrupções espontâneas de inconformismos eram, ao contrário, na maior parte dos casos, resultados momentâneos de atividades militantes intensas e persistentes, de milhares de ativistas de todos os tipos, geralmente imperceptíveis aos olhos do observador desatento. Atividades de militantes dedicados ou de participantes ocasionais de iniciativas que se multiplicaram no subsolo da sociedade e resultaram, aos poucos, na elaboração de uma nova consciência política e de uma nova forma de ação na sociedade (GERMER, 2006, p. 15).

Importante é destacar, neste processo de efervescência desses novos movimentos sociais, o papel de militantes cristãos que, inspirados na teologia da libertação, optaram por morar nas periferias das cidades e “junto com o povo”,

retomar processos de organização popular e lutas por melhores condições de vida (SOUZA, 2007). Eram como “fermento na massa”, inventando novas formas de associativismo, que se constituíram em verdadeiros sujeitos coletivos, político-pedagógicos, onde a educação popular impulsionava e, ao mesmo tempo era impulsionada, pelos aprendizados resultantes das lutas e mobilizações.³

Nesse contexto, se organizaram centros de formação política que, através da educação popular, passaram a trabalhar na capacitação de lideranças para atuarem junto aos movimentos populares. Um exemplo concreto dessas organizações é o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA – fundado em 1981.

O CEFURIA teve sua fundação no período que marcou o final da ditadura militar no Brasil e, neste momento que é considerado um dos mais importantes da história brasileira, passou a fazer parte do conjunto de “organizações populares” que, inspiradas na teologia da libertação em diálogo com a literatura marxista, se colocaram como “centros a serviço de” (SOUZA, 2013, p. 248). Quer dizer, tais entidades não se organizaram com fim nelas próprias mas, nas palavras de LANDIM, “surgem quase sempre de forma incorporada, nunca definida”. Não havia uma busca de identidade institucional, ao contrário, esta era uma “anti-questão” para tais organizações, cuja razão de existir era “estarem a serviço de setores dominados da população” (LANDIM, 1998, p. 27-29).

Estar “a serviço de” deu a elas um caráter conjuntural, ou seja, uma vez completada a tarefa para a qual tinham sido criadas, poderiam se extinguir. Mas não foi isso o que aconteceu, pelo menos com uma boa parte dessas entidades, como é o caso do CEFURIA. Na verdade, novos desafios de luta foram surgindo, especialmente porque o sonho acalentado por muitos, nos anos 1980, de construir uma sociedade gerida pelos(as) trabalhadores(as), não se concretizou. Ao contrário, o ano de 1989 encerrou “a primavera dos movimentos sociais” e inaugurou “um longo inverno”, quando se decretou o fim da história e se promoveu “a mão invisível do mercado” como único regulador das relações sociais (SOUZA, 2013, p. 248).

Nos grandes centros urbanos, os movimentos sociais nascidos no período da transição democrática, especialmente o chamado movimento comunitário, organizado nas associações de bairros, além da luta por melhores condições de

3 Importante contribuição à compreensão deste processo é a Série “Memórias das lutas populares do Paraná pós-ditadura militar”, publicada pelo CEFURIA entre os anos de 2004 e 2006.

vida, contribuíram para a organização de oposições sindicais que passaram a disputar os sindicatos operários. Estes movimentos contribuíram também com o autossustento dos operários em greve, especialmente no final dos anos 1970 e início dos 1980.

Contando com condições políticas mais favoráveis, pela maior articulação das forças democráticas, já que se desenvolviam várias frentes de oposição ao regime como os movimentos contra a carestia, pelos direitos humanos, anistia, etc., o movimento grevista pôde expandir-se rapidamente, impulsionando e permitindo aos sindicatos outros níveis de atuação (OLIVEIRA, 1987, p. 29).

Foi um período riquíssimo de avanço da consciência política, onde a solidariedade entre as diversas formas de organização popular foi exercitada na prática. Não apenas entre as organizações urbanas, mas também entre estas e os movimentos sociais que se organizavam no campo, na luta pela terra, por melhores preços dos produtos agrícolas e nos reassentamentos das comunidades atingidas por barragens.

De fato, são os problemas concretos vividos pela população, que estão na origem dos movimentos sociais. Entretanto, embora sentindo na pele as carências, a opressão e a exploração, é preciso um elemento organizador. Daí a importância da militância social. Alguém que seja capaz de problematizar as situações existenciais que causam sofrimento, através de um processo educativo horizontal, democrático. Onde as propostas de ação sejam construídas coletivamente e assumidas por todos os envolvidos (SOUZA, 2003).

Este processo, segundo Conceição Paludo (2001), construiu no Brasil um campo democrático popular que, tendo iniciado em meados dos anos 1970, estendeu-se pelos anos 1980, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a eleição direta para a Presidência da República em 1989, levando à disputa um operário forjado nessas lutas.

Em Curitiba e no Paraná, assim como em todos os estados do Brasil, alguns desses movimentos e lutas sociais, organizados a partir da base da sociedade brasileira, deram origem a um forte movimento de bairro com conquistas importantes nas periferias dos grandes centros: creches, escolas, postos de saúde, transporte coletivo.

Outros movimentos de natureza transversal ajudaram a enfrentar outros problemas coletivos, de caráter social ou cultural, tais como: movimento de luta contra o desemprego, meninos e meninas de rua, mulheres, negros, homossexuais.⁴

De caráter mais abrangente, tivemos a luta pelas eleições diretas em todos os níveis – Diretas Já; o Movimento de Participação Popular na Constituinte – MPPC;⁵ a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST; a Central Única dos Trabalhadores – CUT; a Central de Movimentos Populares – CMP.

Alguns desses movimentos sociais se extinguíram após atingirem seus objetivos, no todo ou em parte. Outros se mantêm até os dias atuais, uma vez que os problemas que os suscitaram não foram resolvidos. É o caso da luta pelo transporte coletivo em Curitiba, que se estende até os dias atuais. É sobre este tema que passamos a tratar a seguir.

As manobras e os enfrentamentos na luta popular do transporte coletivo de Curitiba

Inserindo esta reflexão em uma análise mais ampla sobre as lutas sociais no Paraná desde o final do século XX, o objetivo aqui é traçar uma trajetória histórica dos enfrentamentos do movimento popular pela democratização da política pública do transporte coletivo em Curitiba e Região Metropolitana (RMC), a partir dos anos de 1980, na segunda gestão Lerner (1979-1984) até o início do século XXI, na gestão Luciano Ducci (2010-2012) e Gustavo Fruet (2013-2016).

Objetivamente, pretende-se resgatar a história urdida pelos donos do poder local, gestores públicos e empresários do transporte coletivo na perpetuação da exploração desse serviço público, por vias transversas, através de um conjunto de manobras para manter sob o controle de poucas famílias, o rentável negócio

4 Ver livros da Série “Memórias das lutas populares do Paraná pós-ditadura militar”, já citada anteriormente, cuja referência está disponível na página do CEFURIA (<http://www.cefuria.org.br/livros/>).

5 Dois livros importantes para conhecer e compreender este movimento social estão citados nas referências bibliográficas deste artigo (COMPARATO, 1986 e BAGGIO, 2006). O debate popular nos movimentos sociais, comunidades e locais de trabalho dialogou com o Anteprojeto de Constituição elaborado pelo professor e jurista Fábio Konder Comparato, defensor intransigente dos Direitos Humanos.

do transporte coletivo da capital do Paraná. Uma análise mais ampla das transformações econômicas, sociais, políticas do Paraná e o negócio do transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana já foi produzida (NEVES, 2006).

Para atingir o objetivo proposto serão utilizados fundamentalmente relatórios e estudos sobre o tema produzidos por instituições públicas e da sociedade civil.

A discussão sobre o tema, que foi muito intensa na década de 1980, é retomada no início dos anos de 2009, sob o intenso debate a respeito da licitação do transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana.

O que marca esse novo momento da retomada da questão urbana do transporte coletivo é a reação da sociedade civil organizada em movimentos sociais, tais como entidades sindicais e estudantis, que reagem à forma como o poder público local em 2009 montou e conduziu o processo licitatório do transporte coletivo.

Essa questão da licitação se arrasta desde a segunda gestão de Jaime Lerner, prefeito nomeado na era do regime militar que em 1981 decidiu, como era praxe das gestões autoritárias da ditadura, prorrogar por 10 anos, até 1991, os contratos do transporte coletivo sem licitação, beneficiando um seletivo grupo de famílias que vêm explorando o sistema de transporte coletivo da capital do Paraná desde meados da década de 1950.

Diante da forte pressão popular naquela conjuntura de abertura democrática e crise da ditadura militar (SADER, 1987), o movimento popular em franca ascensão no país e em Curitiba, via associações de bairros, denuncia o prefeito Lerner pela prorrogação ilegal dos contratos. Em resposta a essa pressão, o Ministério Público do Paraná entra em ação e impetra uma ação civil pública que, vitoriosa, torna nula a prorrogação e obriga o poder público nos anos de 1990 a proceder a licitação.

Os prefeitos da época, alinhados a velhas práticas autoritárias, exercem todo tipo de manobras para impedir a determinação do Ministério Público.

No ano de 2009, tais manobras não têm como se perpetuar e o então prefeito Luciano Ducci, vice-prefeito de Beto Richa, eleito então governador do Estado em 2008, o substitui e dá início ao processo de licitação do transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, encaminhando à Câmara Municipal de Curitiba um projeto de lei.

É uma conjuntura nova, em que o país está sob nova legislação de gestão urbana, Estatuto das Cidades e Lei de Mobilidade Urbana, obrigando os

gestores públicos a convocarem a sociedade a discutir as políticas públicas via o instrumento de audiências públicas, para assim terem acesso a recursos públicos federais.

O processo já se inicia com grandes enfrentamentos, onde os sujeitos históricos experientes com as lutas anteriores do transporte coletivo passam a questionar as manobras, o conteúdo e o método desencadeado pelo poder público local na condução do processo licitatório. Sujeitos históricos estes atuando sob uma nova conjuntura política e social, onde as experiências dos anos de 1980, marcadas por grandes mobilizações populares, são substituídas por entidades sindicais que continuam os enfrentamentos com os empresários do transporte coletivo, porém, sem um consistente movimento de massa que, nos anos 1980, teve um grande poder de pressão sobre a administração pública.

O descenso do movimento popular a partir dos anos de 1990 está relacionado, entre outros fatores, à ascensão aos governos municipais, estaduais e federal, de forças políticas que emergiram do movimento popular e sindical dos anos de 1980. As administrações ditas populares exerceram uma forte cooptação do movimento popular e sindical cujas principais lideranças passaram a pertencer à administração pública. Os efeitos sobre os movimentos sociais são imediatos, à medida em que esses atores incorporados à administração pública pela experiência acumulada no movimento social e sindical, conheciam como ninguém sua história e suas fragilidades. Passam a ter uma relação direta com as lideranças comunitárias e sindicais, ignorando suas entidades de representação. Consolida-se, assim, um balcão de negócios que atua no varejo, buscando dividir e fragilizar os movimentos sociais e sindicais.

Quando os mecanismos de participação popular são institucionalizados, como os conselhos, as conferências, ou as audiências públicas, os movimentos sociais encontram-se num processo de crise, o que permite por parte dos gestores públicos um controle sobre esses espaços.

As audiências públicas são conduzidas com extremo autoritarismo, tornando-se espaço de comunicação das ações a serem desencadeadas pela municipalidade para realizar a licitação, não permitindo qualquer forma de participação que venha a alterar os rumos traçados, numa prática nitidamente definida de cumprir a lei a seu modo.

Todo o esforço da sociedade civil para intervir no processo foi nula. O poder público municipal cumpriu a agenda de forma rígida e no momento da votação da lei para regulamentar a licitação surgiu um substitutivo ainda pior,

do Vereador Jair Cezar (PSDB), partido do Governador Beto Richa, beneficiando ainda mais os principais interessados, os empresários do transporte coletivo.

Diante de tantas manobras para a viabilização da licitação, não restou outra alternativa às entidades da sociedade civil, via seus cidadãos, a não ser impetrar uma Ação Popular para impedir a licitação. Foram nove cidadãos que participaram dessa ação. Não logrando êxito na primeira instância judicial, recorreram à segunda instância, o Tribunal de Justiça do Paraná, que, por sua vez, não aceitou entrar no mérito do fato passado, uma vez que a licitação já tinha ocorrido. O Tribunal manteve a sentença condenatória aos impetrantes da Ação Popular, que foram considerados litigantes de má-fé, determinando o pagamento individual de R\$2.000,00, mais 1% do valor da ação. A defesa do ex-prefeito Beto Richa, no julgamento do recurso em segunda instância (TJPR), arguiu que a multa era irrisória, solicitando sua majoração, no que não obteve êxito. Essa ação não terminou ainda, estando em grau de recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O direcionamento da licitação foi tão escancarado que garantiu às empresas operadoras dos serviços de transporte em Curitiba, indenização caso perdessem a licitação. Mais ainda, garantiu que as empresas utilizassem créditos de ações judiciais contra a prefeitura para pagar seus supostos prejuízos. Garantiu ainda que, para se habilitar no processo licitatório, as empresas de ônibus deveriam ter 25 anos de experiências no modal tecnológico de Curitiba, ou seja, ônibus articulados, biarticulados, com plataforma elevada de embarque e experiência em condução desses ônibus em canaletas exclusivas. Essa exigência eliminou todos os possíveis concorrentes, pois somente Curitiba tem esse tipo de modalidade de transporte coletivo.

Essa forma autoritária e direcionada da licitação foi tema da campanha eleitoral de 2012, levando a vitória do candidato Gustavo Fruet do PDT, tendo como candidata a vice-prefeita Miriam Gonçalves do PT. Uma das propostas que levou a sua vitória, contra Luciano Ducci do PSB, foi a abertura da “Caixa Preta” do transporte coletivo.

O movimento popular, sindical e estudantil, exigiu que a nova gestão cumprisse a sua promessa. Assim, o prefeito empossado, em março de 2013, nomeou uma Comissão de Estudos Tarifários e de Auditoria do Transporte Coletivo de Curitiba com a participação de membros da Prefeitura Municipal de Curitiba, URBS, Instituto de Engenharia do Paraná e das entidades que compunham a Plenária Popular do Transporte (Associação dos Professores

da UFPR, Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Sindicato dos Bancários do Paraná, Sindicato dos Urbanitários do Paraná e DIEESE-PR).

Essa Comissão começou a trabalhar na sede da URBS, em sessões semanais abertas, inclusive com uma destacada presença dos empresários do transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, todos os participantes com direito a voz. Concluiu seus trabalhos no final de julho de 2013, quando apresentou seu relatório detalhado ao Prefeito Gustavo Fruet, propondo recomendações para reduzir a tarifa e melhorar a qualidade do transporte coletivo, exigindo do prefeito uma atitude firme no sentido de anular a licitação e os contratos oriundos da mesma, em decorrência das inúmeras irregularidades apontadas no processo licitatório.

Esses relatórios foram um marco histórico, pela profundidade alcançada, pelas conclusões e recomendações feitas ao prefeito municipal Gustavo Fruet e deram base para outros estudos importantes que vieram a corroborá-los. Entre esses estudos, temos o Relatório do Tribunal de Contas do Paraná (TCEPR), o Relatório dos Sindicatos, o Relatório da CPI do Transporte Coletivo da Câmara Municipal de Curitiba e o Relatório da OAB-PR.

Os Resultados dos Relatórios Técnicos

É importante resgatar, desses relatórios, suas principais conclusões, no sentido de demonstrar que, na história da gestão pública de Curitiba, se produziu pela primeira vez um número expressivo de estudos técnicos que nunca foram contestados e que servem de suporte de luta no plano técnico, jurídico e político na questão do transporte coletivo de todo o país.

O primeiro Relatório da Comissão de Análise da Tarifa do Transporte de Passageiros do Município de Curitiba, entregue ao Prefeito Gustavo Fruet em julho de 2013, propôs 111 medidas para a redução da tarifa e melhoria da qualidade do transporte coletivo.

No conjunto das medidas dos encaminhamentos gerais, destacam-se:

- Atualizar a cada quatro anos os parâmetros técnicos, dados os ganhos de produtividade com as novas tecnologias, que devem reverter na redução da tarifa.
- Todos os parâmetros que definem a tarifa devem passar por auditoria periódica.

- Propor ao Ministério Público, via Defesa do Consumidor, análise dos dados de movimentação financeira das empresas e seus sócios, com informações do Ministério da Fazenda.
- Propor aos Executivos e Legislativos dos Municípios da Região Metropolitana debate sobre a constituição de um novo sistema de governança intermunicipal, que faça a gestão do transporte coletivo com controle social de acordo com a nova legislação vigente com o Estatuto das Cidades e a Lei de Mobilidade Urbana.
- Propor a reestruturação do Conselho Municipal de Transportes, visando ampliar a participação e controle social.
- Propor que o Conselho Municipal de Transportes emita parecer sobre o reajuste das tarifas.
- Levantar e divulgar periodicamente os custos indiretos que não aparecem no cálculo tarifário (manutenção de terminais, de pistas de rodagem dos ônibus).
- Avaliar, com a sociedade, a viabilidade de manter as gratuidades mediante outras fontes de financiamento (CIDE, imposto ambiental).
- Propor notificação, via URBS e extrajudicial, às empresas, para entregarem periodicamente os relatórios gerenciais, balancetes e balanços, para o controle efetivo dos gastos das empresas concessionárias, sob o risco de denúncia de quebra de contrato.
- Para a efetiva transparência da gestão dos transportes públicos, aplicar a legislação da Sociedade de Propósito Específico, para evitar que as empresas continuem fazendo movimentação financeira com outras empresas dos mesmos sócios.
- Manter o sistema de integração com a Região Metropolitana com tarifa única.

No Relatório final da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte de Passageiros do Município de Curitiba, os representantes da Plenária Popular de Transporte na Comissão (APUFPR e SINDURBANO) e os representantes do DIEESE inseriram sua manifestação demonstrando, de forma muito clara, as principais distorções nos parâmetros que definem a tarifa do transporte coletivo de Curitiba, onde destacam:

- Os parâmetros que definem a tarifa contêm distorções históricas, já que foram formulados na década de 1980 e não sofreram nenhuma

atualização; o que implica, hoje, um sobrepreço da tarifa se comparada à daquela época, em que os motores eram de primeira geração, logo com maior consumo de combustível e óleos lubrificantes e peças. Hoje temos motores de quarta geração bem mais econômicos.

- A planilha que dá base aos custos da tarifa é uma mera projeção de gastos, à medida em que distribui percentualmente quanto se pode gastar em cada item que compõe o custo operacional do sistema de transporte coletivo. O mais grave é que a própria URBS, gestora do sistema, reconheceu que não tem o controle direto dos comprovantes de gastos das empresas para verificar se cada item do projeto de fato representa o custo real, pois, na época, as empresas não entregavam os relatórios gerenciais. Exatamente aqui é que pode estar o maior lucro das empresas e não apenas no item de remuneração do capital que é de 12% na planilha projetada.

Em relação à licitação de 2009, as entidades da Plenária Popular do Transporte denunciam que a mesma foi direcionada para beneficiar as empresas de poucas famílias, sendo que uma delas, a família Gulin, detém 75% da frota operante e que já operava o sistema de transporte coletivo de Curitiba desde meados dos anos de 1950. A Prefeitura colocou, na licitação, cláusula de barreira a concorrência, já que exigiram que, para se habilitarem no edital de licitação, as empresas deveriam ter 25 anos de experiência no modal tecnológico de Curitiba. Isto eliminou a concorrência, ferindo o objetivo maior de qualquer licitação que busca selecionar quem oferece o menor preço e a melhor qualidade em um serviço. Assim, tornou-se impossível a participação de outras empresas, pois esse modal de Curitiba é uma experiência única, com ônibus articulados, biarticulados, estações tubos e embarque elevado.

Um fator que onerou muito a tarifa foi a aquisição dos ônibus híbridos, movidos a diesel e eletricidade, cujo preço foi de R\$625.000,00, para transportar 70 passageiros em pé e sentados, sendo que um articulado custava R\$588.000,00 e transportava entre 150 e 200 passageiros. Outro agravante é que os ônibus que foram substituídos pelos híbridos permaneciam nas garagens sem operação e mantidos no cálculo da tarifa.

É inadmissível que o pagamento do imposto de renda dos empresários seja incluído no custo da tarifa paga pelos usuários.

As entidades populares destacaram que era necessária a anulação da licitação para resolver todas as distorções da planilha do transporte coletivo. Enfatizaram que era necessária a transparência, e para isto era fundamental o controle social, que é inexistente, dado o não funcionamento e participação no Conselho Municipal de Transportes e da urgente necessidade de implantação de uma governança metropolitana do transporte coletivo através de uma entidade representativa do conjunto dos municípios da Região Metropolitana, que é uma exigência do Estatuto das Cidades e da Lei de Mobilidade Urbana.

Uma segunda Comissão foi criada pelo Prefeito Gustavo Fruet, através do decreto 893/2013, para analisar a licitação que, em seu relatório parcial, chega à seguinte conclusão:

- Os membros da Comissão de Auditoria entenderam que o conjunto das alterações realizadas entre o edital analisado pela Diretoria Jurídica da URBS e o edital publicado para a licitação do Transporte Coletivo Municipal ensejou significativas alterações nas condições do processo concorrencial, sem a devida justificativa técnica e tampouco sem nova manifestação jurídica que aprovasse o prosseguimento do procedimento.
- Ante tais constatações, a Comissão de Auditoria recomenda o encaminhamento do presente relatório ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Gustavo Fruet, para conhecimento e providências que julgar cabíveis.

Diante de tal conclusão, caberia ao prefeito determinar a anulação da licitação pelas inúmeras irregularidades apontadas.

Na sequência desses relatórios, o Tribunal de Contas do Paraná (TCEPR) abriu, em julho de 2013, uma investigação sobre o transporte coletivo de Curitiba.

O Relatório do TCEPR corroborou os relatórios anteriores e avançou no sentido de investigar o processo licitatório, inclusive os bens patrimoniais nominados pelas empresas de transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, constando lançamento de patrimônios inexistentes. Também constatou as distorções da planilha tarifária, determinando seu enxugamento nos seguintes itens, tendo como consequência a determinação liminar de redução da tarifa de R\$2,70 para R\$2,25:

- Retirada dos impostos exclusivos, como o imposto de renda dos empresários que é pago pelos usuários no cálculo da tarifa.
- Retirada da taxa de gerenciamento da URBS que cobra 4% do valor da tarifa dos usuários para gerenciar o serviço de transporte público.

- Readequação do preço mínimo do combustível.
- Retirada do custo do híbrido e da taxa de risco.
- Redução do percentual de consumo do óleo diesel.
- Retirada total dos custos com depreciação e remuneração de investimentos em edificações.
- Retirada da taxa assistencial destinada ao SINDMOC.

O Relatório do TCE condena ex-diretores da URBS que conduziram a licitação a pagarem multas, além de futuras consequências criminais.

Os empresários e a URBS recorreram da liminar que determinou a redução da tarifa e o processo se arrastou por mais de um ano até o julgamento final ocorrido em junho de 2015, quando o pleno do TCEPR manteve em parte o relatório de auditoria dos técnicos do Tribunal no que tange à supressão dos itens que oneravam a tarifa, porém, não concedeu a anulação da licitação.

Os relatórios da auditoria do TCEPR, da Comissão de Estudos da Tarifa e de Auditoria da URBS, tiveram um forte impacto junto à sociedade, permitindo ampliar as mobilizações pela anulação da licitação, inclusive fortalecendo as mobilizações das jornadas de junho de 2013 em Curitiba, onde a questão do transporte coletivo ganhou as ruas com milhares de pessoas protestando contra a corrupção e o aumento das tarifas de ônibus.

As entidades sindicais contrataram um estudo técnico que teve um papel determinante na descoberta de manobras que sustentam a nulidade da licitação do transporte coletivo de Curitiba de 2009, na gestão do prefeito Luciano Ducci.

Desse relatório cabe destacar:

- O parecer jurídico dos advogados da URBS analisando o edital determina que o mesmo não poderia seguir em frente se não fossem sanados alguns problemas.
- Os responsáveis pelo processo licitatório ignoraram o parecer, continuaram com o processo e fizeram alterações, sem devolver ao jurídico da URBS para um novo parecer. É um fato grave que pode levar a anulação da licitação.
- Foram detectadas cartas de fianças de um mesmo banco com número sequencial para os vários lotes em licitação.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo da Câmara Municipal de Curitiba (CPI) concluiu seus trabalhos no final de 2013, tendo chegado a importantes conclusões e propondo indiciamento dos gestores

públicos que participaram daquela licitação. Destacou sinais de cartelização, dado que uma única família (Gulin) detém 75% da frota operante em Curitiba e estava participando de todos os três lotes licitados. Sendo que no lote 1 - região norte da cidade - essa família detém 87%; no lote 2 - região sudoeste - a família detém 58,21%; e no lote 3 - região sudeste - o domínio chega a 40, 96%. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2013, p. 161).

Detectaram uma grande fragilidade no controle da bilhetagem eletrônica, serviço este que a URBS terceirizou para o Instituto Curitiba de Informática (ICI) e este transferiu, sem licitação, para a empresa DATAPROM. O *software* que controla o número de passageiros está fora da URBS, pois esta o repassou ao ICI, que também tem o controle de todos os dados estratégicos dos serviços da prefeitura municipal de Curitiba, tais como IPTU e ISS.

A CPI constatou ainda a sonegação pelo não recolhimento do ISS junto à prefeitura Municipal de Curitiba, por parte das empresas concessionárias, e a cobrança do imposto de renda dos empresários na tarifa do transporte coletivo.

Com base em todas essas irregularidades, a CPI propõe uma redução da tarifa com um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), contendo as seguintes medidas: redução de custos de combustíveis, pessoal, taxa de gerenciamento da URBS que era de 4% no valor da tarifa, redução dos custos de rodagem (pneus), vigilância dos terminais, seguro dos passageiros, taxa assistencial do SINDMOC, retirada dos custos de limpeza nos terminais. Com tais medidas a tarifa poderia ser reduzida de R\$2,70 para R\$2,51 (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2013, p. 181).

Considerações finais

Analisar, em um longo período histórico, os movimentos sociais desde a transição democrática, implica um olhar que leve em consideração os processos de participação popular na ditadura militar, no processo de abertura democrática e no período mais recente, o que implica observar, ao longo do tempo, o comportamento dos movimentos sociais com seus avanços e recuos.

Numa primeira aproximação, é possível detectar as fragilidades dos movimentos sociais, pelas suas próprias características de mobilizações, que têm seu ascenso e declínio na medida em que suas reivindicações são atendidas e incorporadas pelas gestões públicas. Assim, podemos entender os avanços e

declínios do movimento de luta contra a carestia na ditadura militar, o movimento de luta contra o desemprego, movimentos de creche e saúde na democracia recente.

No movimento de saúde e outras áreas de reprodução da vida, criaram-se os Conselhos Municipais, Estaduais e Federal – chamados canais de controle social -, incorporando as principais lideranças em seus espaços, além das Conferências em todos os níveis da federação. Esse processo de institucionalização facilitou o controle do Estado sobre os movimentos sociais, quando deveria ser o contrário.

Entretanto, há áreas que continuam resistindo a tal controle, mesmo mantendo uma relação com o Estado para viabilizar suas demandas, como é o caso da luta pela terra e de determinadas políticas urbanas, como a do transporte coletivo.

No caso específico do transporte coletivo, o governo sempre foi um aliado do empresariado, até por razões de sobrevivência política de suas representações, que se perpetuam no poder pelo financiamento privado de campanhas eleitorais. Razão pela qual, nos Conselhos Municipais de Transporte e nos Conselhos das Entidades Gestoras, a presença dos movimentos sociais é nula.

O transporte coletivo de passageiros, em todo o país, se constitui em verdadeiros oligopólios que dominam há décadas a exploração desse serviço público, tendo construído um poder paralelo, como fortes ramificações em todas as estruturas de poder do Estado, impedindo assim que prospere qualquer ação que vise a desconstruir seu poder. Nesse sentido, tudo o que foi produzido de relatórios técnicos desnudando esse negócio altamente lucrativo, eivado de manobras escusas, serve para desmistificar essa relação de comprometimento dos gestores públicos com os operadores desse serviço, sem um efeito imediato no sentido de, juridicamente, anular os contratos que legitimam suas ações altamente prejudiciais a milhares de usuários do transporte coletivo.

Urge, portanto, a necessidade da retomada das lutas populares, não apenas no que diz respeito ao transporte coletivo, como única forma de garantir dignidade ao povo.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BAGGIO, Fernanda Striker Fernandes. **Movimento de participação popular na constituinte**. Curitiba: Gráfica Popular: CEFURIA, 2006.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito do transporte coletivo**. Curitiba, 2013.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- GERMER, Claus. Prefácio. In: NEVES, Lafaiete Santos. **Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba**. Curitiba: Gráfica Popular: CEFURIA, 2006, p. 15-20.
- LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, L. (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc**. Rio de Janeiro: NAU, 1998, p. 23-87.
- NEVES, Lafaiete Santos. **Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba**. Curitiba: Gráfica Popular: CEFURIA, 2006.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB/PR). **Relatório da comissão de estudos constitucionais**. Curitiba, 2013.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O movimento operário em São Paulo – 1979-1985. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987, p. 24-52.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial; CAMP, 2001.
- PARANÁ. TCE/PR. **Relatório final da auditoria do transporte coletivo na Urbanização de Curitiba S/A**. Curitiba, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Decreto n.º 358/2013**, institui a comissão de análise da tarifa do sistema de transporte coletivo de passageiros do município de Curitiba. Curitiba, 1.º de março de 2013.

SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SOUZA, Ana Inês (Org.). **Irmã Araújo Vida e Obra**. 2 ed. Curitiba: Gráfica Popular: CEFURIA, 2007.

SOUZA, Ana Inês. **Relação entre educação popular e movimentos sociais na perspectiva de militantes-educadores de Curitiba**: um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2003.

SOUZA, Ana Inês. Como a educação popular se reinventa na prática de um centro de educação popular: a experiência do CEFURIA. In: STRECK, Danilo R. e ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 247-259.

URBS. **Relatório da comissão de auditoria da licitação do transporte coletivo de Curitiba**. Curitiba, 2013.

URBS. **Relatório final da comissão de análise da tarifa do transporte coletivo de passageiros do Município de Curitiba**. Curitiba, 2013.

IDENTIDADES COLETIVAS, TERRITÓRIOS E “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS NO PARANÁ

Roberto Martins de Souza¹

Introdução

A pluriétnicidade como componente na formação da sociedade do Sul do Brasil não foi objeto de especial interesse para as ciências sociais até início do século XXI, seja pela pouca aderência de categorias analíticas vinculadas às teorias da etnicidade ou pelo descrédito na “potência” desses casos na teoria dos movimentos sociais, inclinada a pensar a diversidade dos povos tradicionais como objeto residual. Na contracorrente dessas interpretações, “novos” movimentos sociais vêm se mobilizando com mais intensidade no campo de lutas pelo reconhecimento étnico há mais de 20 anos no Paraná e Sul do Brasil, tendo como características centrais dessa nova fase a afirmação identitária e novos padrões de relações políticas.

As identidades coletivas aqui mencionadas conheceram sua maior expressão entre os movimentos sociais do campo na categoria ampliada *povos e comunidades tradicionais*². São observados com mais ênfase no Paraná a partir da década de 1990³ com a gradual objetivação desses grupos sociais em “novos” movimentos sociais que se agregam e se constituem, sobretudo, por fatores

- 1 Doutor em Sociologia (UFPR). Pesquisador do Grupo Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil (CNPq). Atualmente coordena o PROEJA no Campus Paranaguá/IFPR, e atua na área de Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo na formação docente no ensino de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do IFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em CTS no Campus Paranaguá/IFPR.
- 2 O foco da análise no Paraná resulta da proximidade do texto/autor com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, fenômeno político que mais expressou a emergência dessas identidades coletivas que se organizam acionando a categoria social de povos e comunidades tradicionais, sobretudo a partir de 2008 no Paraná. Como resultante desse contexto, pode-se afirmar que os “povos tradicionais no Paraná” não carecem de definição específica por se situarem geograficamente neste Estado ou no “Sul do Brasil”. Essa é uma questão meramente locacional, pois a unidade política é dada pelos conflitos sociais face às formas de ocupação e colonização dos Estados do Sul pela conexão com o meio ambiente e pelos impactos das políticas de desenvolvimento estatal e de mercado.
- 3 No Paraná, um dos marcos do processo de organização dos quilombolas foi a criação, em 1995, da Associação Pró-Reintegração Invernada Paiol de Telha, com apoio da Comissão Pastoral da Terra de Guarapuava. Ver: Buti (2014).

étnicos, culturais, econômicos, religiosos e demais elementos de autodefinição coletiva. Têm nas demandas territoriais, de reconhecimento e de livre acesso aos recursos naturais, suas principais lutas e reivindicações.

Quilombolas, faxinalenses, cipozeiras, pescadores artesanais, caiçaras, benzedeiros, religiões de matriz africana, ilhéus do Rio Paraná, ciganos, entre outros, constituem esses novos sujeitos políticos que emergem no cenário de lutas territoriais protagonizadas pelo Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens, movimentos indígenas e quilombolas no Sul do Brasil. No entanto, ao se referirem como povos tradicionais e se objetivarem em movimentos sociais organizados em identidades coletivas, sinalizam para novos agentes sociais mobilizados no campo de lutas pela terra/território no Paraná, a partir de fatos de natureza política. É por esse viés que os atuais povos tradicionais são colocados como objeto de atenção para os pesquisadores sediados nas universidades da região, que, ao invés de definirem suas práticas por diálogos teóricos, operam mais com sujeitos políticos em emergência no cenário das lutas por reconhecimento identitário e direitos territoriais. Importa ressaltar que a designação de “novos movimentos sociais”, aqui acionada, concerne a uma chave de leitura que designa os sujeitos da ação, denota a politização das denominações locais e viabiliza processos organizativos segundo novas formas de solidariedade baseadas na existência coletiva do grupo (ALMEIDA, 2006).

Sem reservas, a emergência desses movimentos sociais tem consequência, de modo específico, no dualismo e ambiguidade das ações do Estado, que, ao mesmo tempo que promulga políticas de reconhecimento, consente apoio a programas e projetos desenvolvimentistas, estatais e privados, dirigidos a novas estratégias de espacialização e acumulação do capital, ameaçando direitos coletivos e territoriais dos povos tradicionais. Ainda que as políticas de reconhecimento tenham conquistado espaço na agenda política nos últimos 14 anos, sua materialidade ocorreu de forma pontual e só foi possível mediante a pressão dos movimentos sociais. Mesmo que frágil, a luta pelo reconhecimento formal se ampara na noção de pluriétnicidade acionada pela interpretação jurídica do texto constitucional de 1988 e, posteriormente, legislações correlatas⁴, e opera na tentativa de conceber à sociedade brasileira seu caráter plural,

4 A emergência desses movimentos sociais no Brasil, em especial dos indígenas e quilombolas, potencializa-se com o advento das políticas de reconhecimento que resultaram dos debates e lutas travadas desde o processo da constituinte em 1988 – artigo 231 da CF – e que encontram sua ascensão a partir do Decreto Federal 4.887/2003, que determina ao Incra o procedimento de demarcação e titulação das

abrindo espaço para reconhecer distintas visões sobre a utilização do espaço, relações sociais e bases cognitivas. Nesse contexto, deve-se considerar outro diploma fundamental no processo de afirmação das identidades étnicas e coletivas dos povos tradicionais promulgada em 2004 pelo Decreto Federal nº 5.051: a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tal ato jurídico desloca a classificação oficial das diferenças étnicas historicamente praticadas pelos aparatos do Estado para os grupos sociais diferenciados, momento em que a autodeclaração, os direitos territoriais e a autodeterminação dos povos indígenas e “tribais”, aqui interpretados como *povos e comunidades tradicionais*, passam a ser uma possibilidade formal, com base na consciência que cada grupo tem de sua condição e organização social específica.

Interessa neste texto refletir criticamente sobre a emergência desse fenômeno social, suas circunstâncias e o surgimento de um “novo” padrão de relações políticas advindo da mobilização das identidades coletivas no Estado do Paraná. A pretensão está longe de oferecer uma visão sintética da luta por reconhecimento e efetivação de direitos para cada povo ou comunidade tradicional aqui mencionado, mas sim de construí-lo como a introdução a uma problemática, um texto cuja identidade e ação política não “é”, mas sim “está em construção”.

Chamo atenção aqui para a utilização do termo “novo” entre aspas, que está sendo usado como sinônimo de uma retomada ou de um processo de descontinuidade, podendo ser lido como o que ainda não se conseguiu explicar de todo, mas se expressa diferente do que já foi dito.

Identidades coletivas e “novos” movimentos sociais

No âmbito de antagonismos acirrados, temos identificado nos últimos anos, de maneira mais detida, a intensificação de mobilizações pelo reconhecimento, dado um conjunto de condições favoráveis à agregação de interesses específicos

terras quilombolas, fornecendo estímulos aos demais povos tradicionais nas políticas de reconhecimento materializadas na assinatura pelo governo brasileiro, em 2004, da Convenção 169 da OIT. O documento da convenção reconhece a autodeclaração como direito dos povos tradicionais e indígenas, e a criação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2004, resultou mais tarde na promulgação do Decreto Federal 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

de grupos sociais diferenciados e suas formas organizativas intrínsecas que se projetam no campo político através de sua identidade coletiva, evidenciando novas formas de associação e luta pelo reconhecimento de sua existência coletiva e social e a defesa de recursos considerados básicos à sua reprodução social e física, na maioria das vezes referidos a territórios tradicionalmente ocupados⁵.

Não obstante, verificamos *in loco*, e muitas vezes no calor dos conflitos territoriais ou em espaços de formação e debates, definidos como fóruns, oficinas, encontros e reuniões de coordenação dos movimentos, a autodeclaração identitária atrelada à expressão de diversas estratégias de resistência e enfrentamento, entre elas: elaboração de estimativas próprias sobre sua população, confecção de croquis e mapas de suas formas de uso e ocupação dos recursos naturais, autodemarcação de territórios tradicionalmente ocupados, denúncias formais judicializadas, registro de formas de violência contra seus modos de vida e, sobretudo, abaixo-assinados de autodeclaração coletiva como povos tradicionais⁶.

Nessa esteira de acontecimentos, observamos um acréscimo nas formas de mobilização política das novas identidades coletivas ocorridas no Paraná com mais ênfase entre 2005 e 2011, no que definimos como “tempo dos primeiros encontros”⁷, momento em que se concretiza a passagem desses grupos sociais da existência atomizada para a existência coletiva, indicando não mais ações políticas derivadas da contingência e tendentes ao apagamento político ao cessar a causa motivadora que o provocou, mas sim novas forças sociais com disposição de permanência em luta pela efetivação de políticas públicas de recorte étnico amparadas por direitos já conquistados. O desdobramento dessas

5 As demandas não são homogêneas, conforme podemos observar no texto intitulado “Processo de Construção da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais”, elaborado pela Rede Puxirão em 2009 e concluído em 2010. Não publicado.

6 Apesar de se reconhecerem como povos tradicionais, os guaranis, caingangues e xetás requerem a denominação de povos indígenas como forma de distinção social, bem como para garantir direitos contemplados no Art. 231 e 232 da Constituição Federal e nos tratados internacionais (Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas – ONU).

7 Período em que diversos movimentos sociais realizam encontros com objetivo de compor formas organizativas mais abrangentes e de caráter político, a fim de dar unidade, organizar, planejar e fortalecer as pautas que articulam os membros ou comunidades pertencentes à coletividade específica. Para fins de análise, consideramos encontros organizados pelas comunidades, com ou sem apoiadores: ONGs, universidades, Poder Público, etc. Com certeza ocorreram outros encontros organizados por grupos sociais diferenciados consoante identidades coletivas específicas. Só foi possível, porém, registrarmos encontros dessa natureza a partir de 2005, com a realização do 1º Encontro de Faxinais, realizado em Irati-PR.

iniciativas repercute nas estratégias de mobilização em curso, na forma de marchas, ocupações de terra, ocupações de prédios públicos, acampamentos, “ventos da meia-noite”⁸, mapeamentos dos territórios, aprovação de leis, enfrentamentos abertos aos antagonistas, judicialização coletiva e “mesas de negociações com o Estado”.

Não se pode pensar a dimensão desse processo de reorganização político-organizativo sem compreender antes as dinâmicas de construção social das identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais aqui mencionados, pois a “descoberta” dela é um fenômeno muito novo na sociedade brasileira e mais ainda no Sul do país. Nas circunstâncias que envolvem as lutas de resignificação, os grupos culturalmente diferenciados que antes “desconheciam” ou “evitavam” anunciar suas identidades coletivas hoje têm orgulho de “dizer o que são”, contraditando as tendências deterministas que indicavam o desaparecimento de “características culturais” como critério central do Estado para classificar, segundo critérios exógenos, os grupos diferenciados. Essa universalização de caráter racista e hegemônica sempre buscou construir a igualdade a partir da referência etnocêntrica do grupo dominante, desclassificando as diferenças. A reafirmação de que todo mundo é igual, como se fossem todos de uma mesma cultura, passa pela posterior desqualificação social, ao “dizer” que “índio” é diferente porque é “primitivo”, ou que o negro é diferente em razão da “cor”, acionando adjetivos de inferiorização e, portanto, de desqualificação dos sujeitos, discurso criado para usurpar-lhes a existência social e negar-lhes reconhecimento e o direito ao território.

Questionando a ordem social prevalente, a atuação dos referidos movimentos no cenário das lutas políticas é reinterpretada no confronto com explicações e preceitos predominantes nas produções discursivas acerca dos processos de ocupação e formação histórica e suas tendências. Nesse debate, questionam-se interpretações alusivas ao desenvolvimento agrário no Paraná e Sul do Brasil (WAIBEL, 1955; WHESTPHALEN; MACHADO & BALHANA, 1969; PADIS, 1981; WACHOWICZ, 2002), consideradas ainda hoje, com menor força, explicações factuais baseadas em uma transitória existência de grupos sociais diferenciados na sociedade paranaense e do Sul do Brasil. Tais análises recorrem à noção dos “ciclos econômicos” a fim de

8 O denominado “vento da meia-noite” é uma estratégia de mobilização e enfrentamento silenciosa, que oculta os participantes da ação, dirigida aos antagonistas que os ameaçam no domínio de seus territórios tradicionais.

demonstrar os argumentos de sua tese. Nelas os autores explicam o desenvolvimento da agricultura no Estado a partir desse conjunto de atividades econômicas, que se desenvolvem linear e sucessivamente. É como se a agricultura transitasse por determinadas fases, encaminhando-se das situações consideradas mais atrasadas para as mais modernas.

Vale salientar que esse esquema de análise tem como foco as “grandes” questões econômicas, garantindo-se, portanto, à medida que se sobrepõem a outras histórias que coexistem a essa narrativa. Entre as principais ausências analíticas, listamos a compreensão de um rural homogêneo e discreto, a simplificação e desqualificação das diferenças culturais e o ocultamento de processos de resistência, de (re)organização social e enfrentamentos como estratégia de negação da ordem social dominante em diferentes tempos, evidenciando a permanente luta pela existência social, que ainda se sucede na atualidade, via senso comum presente na sociedade e nas instituições do Estado. Noções que associavam terras indígenas, terras de faxinais e territórios quilombolas como “vazios demográficos” ou “terras improdutivas”, passíveis de mercantilização prevalecem como explicações de fundamento evolucionista. De outro modo, territórios de uso de pescadores artesanais, ilhéus, caiçaras e cipozeiras são transformados em unidades de conservação de proteção integral, alienando os sujeitos locais do acesso aos recursos naturais básicos à sua reprodução física e social. Nesse prumo, ignora-se a diversidade de formas de organização social e concepções sobre o significado do trabalho e da cultura desses povos, sua relação material e imaterial com as práticas tradicionais que prezam pela dependência e não pela exploração da natureza.

Nesse ritmo, para compreender o processo de construção social das referidas identidades coletivas aqui informadas, é necessário salientar a centralidade do critério étnico, conquanto a composição das identidades coletivas se organize por mais de um critério diferenciado: fator ocupacional (pescador artesanal), gênero (benzedeiros e cipozeiras), fatores geográficos (ilhéus), grandes obras (ilhéus), unidades de conservação (pescador artesanal), agrogênesis (faxinalenses), fator religioso (religiões de matriz africana e benzedeiros), entre outros fatores.

Requer mencionar que a noção de “étnico” acionado neste texto não se atém costumeiramente a critérios raciais e culturais: língua, laços de sangue ou origem comum. Tal critério é construído a partir de mobilizações que expressam formas de agrupamento político em torno de elementos comuns, ou

seja, está atrelado preferencialmente a um fator político-organizativo. Esse é o critério de composição que faz com que os membros de determinado grupo ou comunidade se sintam pertencentes a uma pauta de reivindicações que as aproxima de maneira profunda, uma vez que se refere ao seu modo de existir e fazer.

Concorrem da mesma forma para encetar os processos de mobilização que derivam para a construção identitária, as políticas públicas de recorte desenvolvimentista e preservacionista conduzidas pela parceria entre Estado e o mercado, que faz avançar a privatização do estoque das terras de uso dessas comunidades para expansão das *commodities*, grandes obras de infraestrutura, unidades de conservação e da especulação imobiliária. São esses confrontos imediatos e atualizados que têm provocado a formação de composições mobilizadas de povos e comunidades, embora não haja homogeneidade absoluta na sua forma. Desse modo, estimulam a uniformização das ações políticas das diversas identidades em questão, objetivadas em movimentos sociais, que, ameaçados pela perda de direitos às pastagens, aos recursos da floresta, aos rios e faixas marítimas piscosas, à coleta, à caça e à agricultura, ao direito de passagem e acampamento e pela violação das manifestações religiosas, vivem a ruptura da estabilidade na combinação dos recursos e no exercício da reprodução social e física de cada grupo étnico.

Anterior a esse contexto, é importante lembrar que, diferentemente dos povos indígenas, os povos tradicionais autodeclarados nas últimas décadas se distinguem dos povos autóctones não só por uma questão temporal, uma vez que constituem suas formas de organização social e territorial em diferentes períodos históricos mediante situações de fricção interétnica⁹ (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964) e processos diferenciados de territorialização (ALMEIDA, 2006). O que também limita pensar esses grupos como isolados ou povos originários, ainda que sejam influenciados por suas matizes, são processos diferenciados de expropriação territorial e das formas de imobilização da força de trabalho. Aliás, foi no ambiente de interações sociais, crises econômicas e fluxos culturais que, desde o período colonial até mais recentemente, alguns desses grupos foram se organizando socialmente (faxinalenses, quilombolas, cipozeiras, ilhéus, etc.), alcançando significativo grau de incorporação na economia

9 No entendimento do senso comum, fricção interétnica seria o "atrito" entre etnias diferentes, culturas diferentes, ocasionando a apropriação de práticas, junções e conflitos ora negativos, ora positivos, e até mesmo a ocorrência de conflitos identitários, sendo assim, traços culturais que passam de uma sociedade para outra (CARDOSO de OLIVEIRA, 1964).

e na sociedade regional. Essa perspectiva contraria a tendência de discursos de inspiração evolucionista e indaga criticamente sobre a veracidade de explicações teóricas e oficiais indicativas do “desaparecimento” ou “assimilação cultural” de tais grupos étnicos.

Esse questionamento acrescenta elementos novos à clássica análise de Barth¹⁰ (1969) sobre os grupos étnicos e suas fronteiras, análise que define um grupo étnico como um tipo organizacional e o afasta das posturas culturalistas. Ou seja, os povos tradicionais deixam de ser pensados pelas diferenças culturais como tentativa de fabricar sua individualidade diante de outras, de modo que ela está em um processo de interação social, pois seus limites são construídos situacionalmente pelos próprios membros do grupo. Isso nos leva a propor o deslocamento do foco de atenção das culturas para os processos identitários, que devem ser estudados em contextos precisos e percebidos como atos políticos.

Essa reflexão teórica lança mão do conceito de etnicidade, tal como definido por Barth (1969), para informar que os grupos aqui analisados orientam suas ações pelo reconhecimento de demandas que julgam prioritárias à sua existência coletiva para reivindicarem os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro.

Para reforçar essa posição, são iniciadas variadas formas de investigação articuladas pelos movimentos sociais, em alguns casos apoiados por instituições públicas, grupos de pesquisa acadêmicas¹¹ e ONGs, cujo objetivo maior foi a produção de levantamentos, estimativas e mapeamentos populacionais e territoriais, capazes de informar suas condições de existência social e demandas prioritárias, a fim de confrontar informações oficiais e revelar a materialidade dos novos critérios de etnicidade engendrados pelos movimentos sociais (Barth, 1998).

10 Em “Grupos Étnicos e suas Fronteiras”, Barth utiliza as fronteiras para compreender as dinâmicas do grupo. Ele dinamiza a identidade étnica afirmando que ela não é estática, se transforma a partir das relações e como qualquer outra identidade, coletiva ou individual, dependendo do interesse ou contexto. A interação entre os sujeitos e grupos permite transformações contínuas que modelam a identidade em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está inserido no grupo e quem não está. Compartilham diversas características, ainda que esses grupos se organizem principalmente com o intuito de definir o “eu” e o “outro”. Manifestam-se de maneira a categorizar e interagir com os outros (BARTH, 1969).

11 Refiro-me ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, que, a partir de 2006, iniciou suas atividades de pesquisa no Paraná em apoio ao movimento social faxinalense (APF). Na ocasião, coordenei, juntamente com Mayra Lafoz Bertussi e José Carlos Vandresen, a realização das oficinas de mapas, resultando na elaboração do Fascículo 1 (faxinalenses) da Coleção Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

Tabela 1: Síntese das identidades coletivas informadas pelos movimentos sociais

Categoria de Autodeclaração	Movimento Social (sigla)	Fundação	Estimativa Populacional	Demandas Coletivas prioritárias (2016)	Estimativa de Área (ha) Reivindicada ¹¹⁸
Indígenas (guarani, caingangue e xetá)	ARPINSUL	2006	26.000*	Território Tradicional	150.000
Faxinalenses	APF	2005	40.000**	Território Tradicional	80.000
Quilombolas	FECOQUI	2010	20.000***	Território Tradicional	70.000
Ilhéus do Rio Paraná	MOIRPA/APIG	APIG – 1997 MOIRPA – 2010	10.000***	Território Tradicional, reassentamento e regularização fundiária	80.000
Cipozeiros e cipozeiras	MICI	2010	2.000****	Livre acesso aos recursos naturais básicos	5.000
Pescadores artesanais	MOPEAR	2008	10.000***	Território Tradicional	70.000 ¹¹⁹
Ciganos	APRECI	2006	30.000*****	Locais de acampamento e direito à passagem	-
Benzedeiras	MASA	2009	8.000***	Livre acesso aos recursos naturais básicos e sua conservação (plantas medicinais e fontes d'água)	-
Religiões de matriz africana	FPRMA	2009	70.000***	Políticas públicas contra a intolerância religiosa e ações afirmativas	-

Fontes: *IBGE(2010); **Mapeamento Social dos Faxinalenses (2008); ***Rede Puxirão (2010); ****Mapeamento Social das Cipozeiras (2010) ***** Disponível em: <<http://ciganologia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2016. Elaboração do autor.

No Paraná, para além dos grupos indígenas (recenseados e mapeados pela FUNAI), um dos primeiros grupos “mapeados” foram as comunidades quilombolas, enquanto ação do governo estadual¹⁴. Sem uma clara definição

12 As estimativas de demandas territoriais não podem ser resumidas às acima mencionadas, visto que se trata de demandas indicadas pelos movimentos sociais a partir de conflitos registrados até 2010.

13 A área demandada pelos pescadores artesanais e caiçaras do litoral se refere a RESEX em Guaraqueçaba-PR e agrupa áreas de terra e mar. Todavia, há outras áreas em disputa no litoral de Matinhos e Pontal do Paraná.

14 Segundo relatório 2005-2008 organizado pelo GT Clóvis Moura, o levantamento das denominadas “Comunidades Negras Tradicionais” e “Comunidades Remanescentes de Quilombos” foi iniciada pela SEED.

da forma como movimento social, as comunidades quilombolas participaram dessa pesquisa. Com apoio da SEED e do Grupo de Trabalho Clovis Moura, iniciaram em 2005 o “levantamento” das denominadas “Comunidades Negras Tradicionais” e “Comunidades Remanescentes de Quilombos”, identificando 86 situações de existência social desse grupo (GTCM, 2010). Em paralelo à Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, iniciou-se a certificação, alcançando 37 dessas comunidades, sendo a última cadastrada em 2013¹⁵. De repente, a sociedade paranaense, que acreditava não ter mais que cinco comunidades quilombolas, se deparou com a existência de 86 “quilombos” em seu território. Naquele tempo, o governo estadual estimou a população em 2.766 quilombolas. Posteriormente, durante o 2º Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, em 2009, o movimento quilombola apresentou estimativas da existência de cerca de 20 mil quilombolas, usando como argumento metodológico de seu levantamento a estimativa de descendentes de quilombolas que vivem nas cidades há muitas gerações sem perder os vínculos de parentesco e comunitários (REDE PUXIRÃO, 2010).

Em 2005, no 1º Encontro dos Faxinais, realizado em Irati, as discussões acadêmicas e levantamentos cadastrais oficiais indicavam a tendência de desaparecimento dos faxinais. O Estado do Paraná, por meio do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), apontava em seu levantamento de campo que havia cadastrado 44 faxinais no Paraná (MARQUES, 2004). Em 2007, iniciou-se o mapeamento social dos faxinalenses organizado pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), que percorreu mais de 12 mil quilômetros em cerca de 8 meses. Tendo a participação de mais de 12 lideranças faxinalenses na condição de agentes de pesquisa, identificou 227 faxinais e um contingente de aproximadamente 40 mil faxinalenses (SOUZA, 2010).

Em 2009, os Ilhéus do Rio Paraná, objetivados na Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional das Ilhas do Rio Paraná (APIG) e com o nascente Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná (MOIRPA), realizaram diversas assembleias locais¹⁶ para cadastrar os autodefinidos “atingidos” pelo Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental das Ilhas do Rio Paraná, chegando à estimativa de aproximadamente 10 mil ilhéus deslocados

15 Ver: www.palmares.gov.br/wp-content/.../crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.

16 Assembleias foram realizadas nas cidades de Guaíra, Porto Rico, Querência do Norte e Umuarama entre os meses de maio a setembro de 2009 (Relatório Reunião Rede Puxirão, 2010).

compulsoriamente pela construção de hidrelétricas e pela sobreposição territorial daquelas Unidades de Conservação¹⁷ (REDE PUXIRÃO, 2010).

Na Região Centro-Sul do Paraná, as benzedeadas e detentores de ofícios correlatos, organizadas no Movimento Aprendizizes da Sabedoria (MASA), contraditavam o discurso dominante de que os seus ofícios tradicionais estavam em “extinção”. Em diversos encontros locais nos municípios de Rebouças e São João do Triunfo, entre 2009 e 2011, trocam experiências de cura e denunciam as principais ameaças às suas práticas tradicionais: “preconceito e críticas”, “uso de venenos”, “repressão de médicos”, entre outros. Em 2012, publicam o mapeamento social de suas formas de existência social, contendo as primeiras estimativas populacionais, que indicam existirem nos municípios de Rebouças e São João do Triunfo cerca de 300 detentoras(es) de diversos ofícios tradicionais de cura: rezadores, parteiras, cozideiras de rendidura e benzedeadas (MASA, 2011).

No litoral do Paraná, em 2008, comunidades de pescadores artesanais de dezenas de comunidades situadas nos municípios de Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Antonina mobilizaram-se contra o lançamento de recifes artificiais antiarrasto em áreas de pesca artesanal situadas entre 500m e 5km da costa. Nesse mesmo período, registrou-se aumento de apreensão de apetrechos de pesca e prisão de pescadores artesanais, além de denúncias de violentas e autoritárias práticas de abordagem pela Polícia Ambiental do Paraná. Após várias denúncias protocoladas no Ministério Público Federal de Paranaguá e encontros organizados e realizados nas comunidades por lideranças de pescadores de Superagui, no município de Guaraqueçaba, organizou-se o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR). Suas estimativas iniciais apontavam para aproximados 10 mil pescadores artesanais em 32 comunidades¹⁸ pesqueiras “afetadas” pelo projeto de recifes artificiais e pela violência policial (REDE PUXIRÃO, 2010).

17 Outra fonte de pressão contra os povos tradicionais tem origem nas políticas ambientalistas, notadamente as relacionadas à criação de unidades de conservação de proteção integral, engendrando coalizões formadas por grandes ONGs ambientalistas e setores das agências públicas ambientais que se aliam em projetos de criação dessas unidades de conservação. Dois movimentos sociais se constituem no cenário provocado por este conflito social: os pescadores artesanais de Guaraqueçaba atingidos pelo Parque Nacional de Superagui, criado em 1989, atualmente com 34.000 ha sobrepostos a territórios tradicionais de dez comunidades; e os Ilhéus do Rio Paraná, atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental das Ilhas do Rio Paraná, ambos criados em 1997, com 78.875 ha sobrepondo-se aos territórios tradicionais de mais de 10 mil ilhéus do Rio Paraná.

18 Dados mencionados por lideranças do MOPEAR durante a realização do 1º Encontro dos Pescadores Artesanais do Sul do Brasil, em Guaraqueçaba-PR, no mês de dezembro de 2010.

Outros grupos étnicos no mesmo período se apresentaram objetivados em movimentos sociais e se autodenominaram caiçaras, ciganos, cipozeiras¹⁹, Atingidos pelo Deserto Verde e religiões de matriz africana²⁰. Apesar dos diferentes níveis de organização, práticas sociais e antagonistas, tais grupos foram interpretados como novas forças sociais questionadoras da ordem social dominante, pois não representaram apenas simples respostas a problemas localizados, como no caso das religiões de matriz africana. Essa religiões articulavam suas denúncias e demandas por direitos em nível estadual e nacional, através de representantes em diversas cidades do Paraná que compunham o Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana (FPRMA). Além disso, colaboraram na formação e ocupam atualmente assentos nos diversos espaços públicos de formulação e avaliação de políticas públicas, como o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana. No plano nacional, tal grupo tem participação efetiva em vários fóruns de discussões, sobretudo junto à SEPPIR e à Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Nesse mesmo rumo, ao que julga boa parte da opinião pública, os povos indígenas não vivem apenas em lugares de acesso remoto da Amazônia e do Brasil Central. Habitam também antigas áreas de colonização no Sul do país. Não só inspiram estudos como têm sido importantes atores políticos no estabelecimento de políticas públicas, como no caso da aqui referida Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil (ARPINSUL), que congrega centenas de formas organizativas locais de indígenas caingangues, guaranis, xoklengs e xetás.

Tomamos o caso da luta dos indígenas pelo reconhecimento identitário. No censo de 1991, pela primeira vez esses grupos foram recenseados considerando a categoria indígena. Antes apareciam nos formulários do IBGE como pertencentes à categoria “caboclo”. Isso significa que a sociedade nacional e o Estado

19 Em 2008, as cipozeiras e cipozeiros elaboraram, com apoio do PNCSA/UEDESC, o Fascículo n° 9 da Coleção Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Seu processo de mapeamento social, mais abrangente ao incluir a situação territorial e os conflitos sociais em 5 municípios (Guaratuba, no Paraná; e Garuva, Itapoá, Joinville e Araquari em Santa Catarina), ocorreu entre 2009 e 2010, sob a coordenação do Movimento Interestadual dos Cipozeiros e Cipozeiras (MICI). As estimativas da pesquisa apontaram para cerca de 2 mil cipozeiros/cipozeiras nas referidas regiões (ANTUNES, 2014).

20 Segundo estimativas do Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana (FPRMA), em 2010 eram aproximadamente 70 mil os praticantes da Umbanda e Candomblé no Paraná (Relatório Reunião Rede Puxirão, 2010).

tinham dificuldade em reconhecer os indígenas, e a surpresa do censo demográfico de 2000 foi que a população indígena mais que duplicou. Enquanto a população brasileira cresceu 3,6% no ano, a população indígena tinha crescido 10% (IBGE, 2000).

O Censo Demográfico 2010 aprimorou a pesquisa da população indígena investigando o pertencimento étnico e as línguas indígenas faladas, além de identificar a população residente nas Terras Indígenas e fora delas. Para aquelas pessoas que não se declararam indígenas no quesito cor ou raça, foi introduzido o quesito de autodeclaração, de acordo com seus costumes, tradições, cultura, antepassados, etc. A observação desses dados nos leva a indagar sobre qual o significado desse aumento populacional, para inicialmente criticar posições conservadoras que anunciam que essa progressão das estatísticas estaria indicando que a política de reconhecimento estaria induzindo a invenção de identidade pelos sujeitos sociais, com o nítido interesse de buscar vantagens materiais, como acesso a terras e benefícios públicos. Essa versão de matriz racista e de fundamento colonial considera exclusivamente os restritos critérios classificatórios do Estado, por meio dos quais o sujeito é definido por características cromáticas, utilizado para identificação de grupos sociais em uma sociedade que se constituiu tendo a pluriétnicidade como expressão maior, assim como determina a Constituição Federal de 1988.

No Paraná, ainda que os indígenas não tenham apresentado suas estimativas publicamente, os dados oficiais fornecidos pela FUNASA em 2010 apontaram para cerca de 13 mil índios caingangues, guaranis e xetás atendidos pelo órgão. Por outro lado, os dados do IBGE de 2010 informaram que 25.915 pessoas se autodeclararam indígenas no Estado (IBGE, 2010). Essa significativa diferença pode estar sinalizando a situação de parcela da população indígena que vive fora dos territórios demarcados, possivelmente em áreas urbanas, uma vez que nesse período somente 17 das 37 terras indígenas em disputa estavam regularizadas.

Nesse cenário de intensas mobilizações pelo reconhecimento, ficam evidenciados os esforços, estratégias e as dificuldades encontradas pelos povos tradicionais para conquistarem a visibilidade social e efetivação de políticas públicas específicas. Os movimentos sociais contestam a suposta “residualidade” de sua existência social e respondem com estimativas populacionais e territoriais que permitem informar seu processo de construção identitária. Abrem, pois, espaço para sua *episteme* trazendo incisivas indagações acerca

dos processos de formação social e ocupação territorial do Paraná²¹, distinguindo das formulações baseadas em critérios culturalistas e análises economicistas, que desde o período colonial impuseram critérios de classificação a esses povos, para justificar as formas violentas de expropriação da terra e a imobilização da força de trabalho.

Ao observar as estimativas apresentadas pelos movimentos sociais e examinar seus mapeamentos sociais ou a síntese parcial deles coligidas no Mapa intitulado “Terras e Territórios Quilombolas, Indígenas, Faxinais, Ilhéus e Cipozeiras no Estado do Paraná”²² (ITCG, 2013), compreende-se cartograficamente o significado e abrangência da frente de lutas simbólicas erigidas pelos movimentos sociais, como alavanca para inserir o debate sobre a pluri-étnica. Afinal, a luta pelo reconhecimento retraduz os processos sociais de formação e ocupação territorial da sociedade paranaense, questionando as injustiças sociais promovidas pela visão etnocêntrica, indutora do padrão de desenvolvimento excludente e geradora de desigualdades sociais, culturais, ambientais e econômicas.

“Novos” padrões de relações políticas

Os novos critérios de organização social, consoante à passagem da objetivação da cultura em mobilização política por reconhecimento e direitos, produziu novos padrões de relações políticas face antigos e novos antagonistas. Tais mobilizações têm características diversas e são organizadas conforme a prática social de cada grupo. Expressam consenso comunitário (base) e prescindem de tradicionais mediadores, uma vez que a autoridade é inalienável dos conhecimentos e demandas pertencentes ao grupo étnico de pertencimento, e sua representação é condição básica de afirmação identitária. Todavia, com o intuito de potencializar seus argumentos, as lideranças políticas desses movimentos não dispensam o papel das instituições apoiadoras descritas pelo critério de confiança, mas as reposicionam, evitando possíveis tentativas de tutela.

21 Segundo as estimativas territoriais dos movimentos sociais, estariam em disputa 2,3% do território paranaense ou o equivalente a 450.000 ha.

22 Ver anexo.

Distintos dos padrões tradicionais de relação política, os movimentos sociais referidos neste texto vêm se consolidando, de modo variável, fora dos marcos tradicionais de controle clientelístico dos sindicatos, de ONGs e das organizações do Estado (ALMEIDA, 2006). Conflitos localizados motivados por instituições de caráter econômico, religioso e ambiental, notadamente identificados pela expansão de *commodities* agrícolas e plantações industriais arbóreas, criação de unidades de conservação, grandes obras de infraestrutura – hidrelétricas – expansão urbana²³, intolerância religiosa, implantam seus projetos e ações agravando as tensões com as formas tradicionais de existência coletiva. Embora não haja homogeneidade nas suas condições materiais de existência, os grupos afetados pelo antagonismo tendem a se agregar em mobilizações que se iniciam localizadas e se expandem de acordo com a compreensão e capacidade do grupo em estabelecer composições e alianças que fortalecem vínculos solidários de afiliação de membros de determinada localidade ou região em torno de ações políticas de resistência e defesa de territórios tradicionalmente ocupados, práticas tradicionais ou pela efetivação de direitos étnicos específicos que se encontram usurpados ou na eminência de afetação.

Sem representar categorias profissionais ou segmentos de classe, tais grupos têm se organizado em consistentes unidades de mobilização²⁴ (ALMEIDA, 2006), momento em que sinalizam práticas distintas que alteram padrões tradicionais de relação política com o centro do poder e com instâncias de intermediação, possibilitando a emergência de novas lideranças fora da influência direta dos grupos políticos aliados com o poder. Destaca-se que mesmo distante da pretensão de serem movimentos para tomada do poder político, logram generalizar o localismo das reivindicações, o que eleva o grau de coesão em suas práticas, como no caso dos faxinalenses vinculados à APF, no município do Turvo-PR, fato ocorrido em 2006. Esse caso bem ilustra o processo descrito:

23 Trata-se especificamente do caso das Comunidades Quilombolas de Maria Adelaide Trindade e Castorina, localizadas no município de Palmas-PR. Desde a década de 1990, a área urbana da cidade, movida pela especulação imobiliária, faz crescer a cidade para dentro do território da comunidade, que, apesar de ter sua delimitação realizada pelo Incra em 2012, não consegue avançar na demarcação e regularização das terras devido ao impasse provocado pela intrusão territorial há mais de duas décadas de centenas de lotes urbanos consoante a estímulos oriundos pelo planejamento urbano municipal.

24 Conforme Almeida (2006), as unidades de mobilização de alguns grupos sociais agem com um repertório próprio de práticas e com níveis específicos de organização, podendo se constituir em forças sociais. Assim, não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas formas de ação podem transcender as realidades localizadas e gerar movimentos de maior abrangência, capazes de agrupar as diferentes unidades de mobilização.

com a clara intenção de desagregar as áreas de uso comum, os que eram contra o faxinal, notadamente fazendeiros produtores de soja, derrubaram e destruíram a porteira de entrada e o “mata-burro” – objetos que delimitam a fronteira física que separa a área de criador comum da área de lavoura. Os faxinalenses da comunidade procederam a uma intervenção imediata, realizando reunião na casa de liderança local. Decidiram sem formalidades, em espaço assemelhado a uma assembleia, e sem a necessidade de um presidente de associação, sindicato ou mediação de agente público, organizar um mutirão para doar materiais e reconstruir essas estruturas fundamentais ao funcionamento das pastagens e aguadas de uso comum. Imediatamente se juntaram 15 faxinalenses, que em apenas um dia reergueram as estruturas que haviam sido destruídas, retomando a área de uso comum.

Outra situação ocorreu com os pescadores artesanais participantes do MOPEAR no litoral do Paraná. O episódio envolveu denúncia pública, em 2013, acerca da eminência de aprovação do Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui. Na ocasião, as lideranças de seis comunidades diretamente afetadas pelo plano organizaram no prazo de um mês seminário intitulado Violação de Direitos Humanos e o Plano de Manejo de Superagui²⁵. Participaram do evento cerca de 300 pescadores artesanais organizados pelo MOPEAR, que coordenou a programação com denúncias recorrentes sobre violações praticadas pelo ICMBio contra os pescadores artesanais, dentre elas o descumprimento do direito à consulta assinalada no art. 6º da Convenção 169 da OIT. Na ocasião, o movimento dos pescadores garantiu pela primeira vez, depois de 24 anos da criação do parque, que sua interpretação sobre as mencionadas violações viesse a público e a conhecimento da Defensoria Pública da União e do Estado do Paraná. Fato que mais adiante colaborou para suspender a aprovação do Plano de Manejo, conforme prazo estabelecido pelo ICMBio mediante Ação Civil Pública que resultou em decisão judicial de caráter liminar emitido pela Vara Justiça Federal de Paranaguá.

Num breve comparativo da mudança no padrão de relações políticas tradicionais, pode-se asseverar que essa mobilização contrastou com o descaso das associações de moradores, entidades sindicais e representantes das colônias de pescadores que se omitiram nessas contendas. Em ambos os casos, evidenciou-se a composição de unidades de mobilização definidas pela identidade coletiva

25 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=XHHN0e6SHCl>. Acesso em: 18 jul. 2016.

face às ameaças e tensões provocadas por antagonistas em torno da defesa da territorialidade específica, sejam pastagens de uso comum ou áreas de roçado e pesca interditados pelos interesses do mercado ou do Estado.

Nos dois casos em questão, mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem essas unidades sociais, ambas se mobilizaram pela manutenção das condições de vida preexistentes aos mencionados projetos, considerados ameaçadores às suas práticas tradicionais e, por conseguinte, à sua existência coletiva. Compuseram-se objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e afirmação étnica. O caráter consensual que leva à mobilização tem demonstrado superar desconfiças internas e permite potencializar convergências entre os membros da comunidade e seus assemelhados afetados pelo conflito que os ameaça, acionando especificidades históricas, de uso comum, do trabalho e da economia como expressão de sua identidade coletiva.

Essa nova estratégia de ação coletiva, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política própria de definições oficiais: assalariado rural, pequeno proprietário, agricultor familiar, pescador profissional, posseiro, arrendatário, meeiro, assentado, etc. Ao politizar os termos de uso local e tendo se referido a realidades localizadas, afasta-se das definições acionadas pelo Estado e pelos movimentos sociais classistas – camponeses ou trabalhadores rurais –, sem se opor a tais formas de classificação e sem destituir seus atributos políticos (ALMEIDA, 2011).

Para fins analíticos, consideramos que tais experiências não estão “fora” do capitalismo, mas surgem historicamente, em contestação e em diferença a ele. Essa visão alternativa vai buscar no marxismo a ideia da importância das ligações internacionais das lutas no quadro do capitalismo como sistema global. Essas lutas, contudo, travam-se em um contexto histórico em que, por um lado, deixou de ser possível atribuir a um sujeito coletivo por excelência, como o proletariado global, o protagonismo central de lutas dirigidas contra formas diferentes de opressão e de dominação, envolvendo a emergência de uma correspondente diversidade de sujeitos coletivos. Por outro lado, torna-se necessário ressignificar a escala espacial dessas lutas, que se travam nos espaços nacionais, regionais e locais em que opera o capitalismo. É fundamental, por isso, uma compreensão mais diferenciada do que são processos e atividades políticas, incluindo o desafio à ideia de que o antagonismo de classe seria o lugar privilegiado das contradições do sistema. Ou seja, são os próprios processos característicos das dinâmicas

diferenciadas e desiguais do capitalismo que geram contradições e lutas de diferentes tipos, que não são todas simplesmente integráveis ou subordináveis à luta de classes como conceito totalizador e que não têm necessariamente o espaço nacional como espaço privilegiado. As lutas pelo reconhecimento de identidades étnicas e coletivas nos induzem a refletir que tanto a dominação como a resistência se fazem ao longo de diversos eixos, e que estes não estão subordinados, de maneira definitiva, a uma contradição principal. Em diferentes situações irão emergir lutas diversas e sujeitos coletivos distintos, em um processo de equivalências entre dinâmicas, lutas e posições de sujeitos diferentes, a partir das quais se torna possível a articulação de novas configurações contra-hegemônicas, sem se perder de vista a perspectiva marxista.

Desde esse quadro de referência para os estudos dos conflitos sociais, considera-se que as determinações “macro” da sociedade – políticas de expansão do agronegócio, políticas ambientalistas – também induzem a emergência das novas identidades étnicas, e suas ações coletivas podem ser interpretadas como estratégias de mobilização e luta dos agentes sociais em resposta à nova fase de acumulação flexível e mercantilização espoliativa sobre os recursos naturais e a força de trabalho. Nessa perspectiva, a autodefinição coletiva e as “novas” práticas organizativas traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização desses grupos sociais face ao poder do Estado e do mercado.

No Paraná, a criação da Rede Puxirão, em 2008, como resultado da articulação inicial dos movimentos faxinalenses, quilombolas, ilhéus do Rio Paraná (VANDRESEN, 2014) possibilitou o surgimento de um espaço político onde participam grupos socialmente diferenciados que se autodefinem de maneiras distintas. Nesse sentido, os referidos movimentos sociais mobilizam-se em novas formas organizativas de caráter representativo denominadas de comissões locais, núcleos e coordenações locais, distinguindo-se da hierarquia e verticalização das formas sindicais, partidos políticos e ONGs. O novo desenho organizacional permite coesão e força social em mobilizações antes impensadas, como as ocorridas na ocupação do Instituto Ambiental do Paraná, em 2008, e no acampamento dos Povos Tradicionais em 2010, em frente ao palácio do governo do Estado do Paraná, quando da reivindicação da instituição da Política Estadual de Povos Tradicionais.

No plano local, surgem diversas novas práticas de enfrentamento, como o denominado “vento da meia-noite”, mutirões de cerca e portão, seminários de direitos étnicos, dossiê de denúncias, cursos de formação, colocação de placas sinalizadoras de pertencimento territorial em áreas de conflito, autodemarcação

territorial, impedimento de desembarque e embates com a polícia ambiental, além da formalização das práticas jurídicas locais nas câmaras de vereadores, com a aprovação das leis municipais das benzedadeiras em Rebouças e São João do Triunfo e dos faxinalenses em mais cinco municípios (Pinhão, Rebouças, Rio Azul, São Mateus do Sul e Antonio Olinto), além de dezenas de outras estratégias específicas a cada grupo étnico.

Assim, as manifestações políticas que antes se revestiam da bandeira sindical dos trabalhadores rurais, de movimentos de luta pela terra – MST – ou ONGs anunciam na última década a diversidade dos “novos” agentes da ação política entrando no campo de disputas pelo reconhecimento e reconhecimento através da luta por direitos étnicos e coletivos.

Questão importante ainda por analisar acerca da ação política dos respectivos movimentos sociais trata da capacidade de constituírem alianças políticas, fato observado pelo esforço de articulação da Rede Puxirão²⁶ de Povos e Comunidades Tradicionais ao organizar o 1º, 2º e 3º Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais em 2008, 2009 e 2015, momentos em que se criaram possibilidades para construção da unidade política entre as distintas identidades coletivas emergentes no Paraná, articuladas pela categoria *povos e comunidades tradicionais*. Essa afirmação fez consonância com a tônica dos relatos e manifestações agora empreendidas em razão da realização do 3º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais em maio de 2015, ao reunir cerca de 100 representantes dos movimentos sociais quilombolas, faxinalenses, ilhéus, cipozeiros, praticantes de religiões de matriz africana, benzedadeiras, guarani, xokleng, capoeiristas da ilha e pescadores artesanais. Invariavelmente, as falas desses grupos explicitam a violação de seu direito à diferença, oriunda de preconceitos, racismos e violência aberta contra seus bens, tradições e aos próprios agentes sociais articulados por uma identidade étnica e coletiva. Os relatos referidos a conflitos territoriais são constantes e dinâmicos, visto que essas

26 Rede Puxirão não representa a totalidade de identidades étnicas e coletivas que se organizam politicamente dentro da categoria ampliada de povos e comunidades tradicionais no Paraná e Sul do Brasil. A princípio, eles correspondem a uma parcela de novos movimentos sociais que, na esteira da luta pelos direitos étnicos e coletivos conquistados com a expansão das políticas de reconhecimento a partir do governo Lula (2003), se organizaram nesse fórum específico de lutas políticas em diferentes tempos: Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), grupos das comunidades quilombolas da Região Centro e Sul do Paraná, Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná (MOIRPA), Movimento Aprendizes da Saboria (MASA), Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana (FPRMA), Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros (MICI) e Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR).

comunidades sabem que assegurar o acesso ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso tudo sem contar a dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, agindo como um veículo de reprodução social e cultural.

Ainda que uma tarefa política complexa, dada por situações que podem ser assemelhadas, mas não homogeneizadas, em razão de circunstâncias peculiares locais e momentos históricos distintos, os participantes relatam pontos exitosos de sua articulação, como a que resultou na ação coletiva da Rede Puxirão em 2009, quando pressionaram o governo estadual pela elaboração da Política Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, em audiência pública realizada no dia 29 de abril, de forma simultânea ao lançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais, subscrita por 14 deputados estaduais. Para sua produção, foi então acordada a necessidade de constituir um Grupo de Trabalho (GT) com representantes de comunidades tradicionais (FECOQUI, APF, MOPEAR, MOIRPA, MICI, FPRMA e ARPIN SUL) e órgãos do governo estadual (SEAE, SETI, IAP e ITCG), cuja finalidade foi preparar a Minuta de Decreto Estadual que dispusesse sobre a criação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, tendo com um dos seus principais objetivos elaborar a Política Estadual para atender às demandas dos respectivos grupos sociais diferenciados. Com um prazo de 3 meses, o GT organizou, de maio até agosto de 2009, três encontros, que resultaram na proposta de decreto estadual, ação que no entanto foi posteriormente desarticulada pelo próprio governo, não sendo promulgada²⁷.

Contexto das lutas e desafios

Nesse lastro político-organizativo, colecionam-se conquistas e perdas para fins práticos. Considera-se que suas histórias, seus conflitos e demandas são semelhantes entre si, ou seja, oportunizam-se condições para superação de estigmas e preconceitos que os fizeram acreditar ser verdadeiros e os separaram ao longo da história por razões intencionais. Concretamente, tais agentes sociais tiveram como

27 Somente em 2012, o Decreto Estadual nº 17.425 criou o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Todavia, seu efeito coaduna com tentativas de institucionalização das representações dos povos tradicionais de maneira a permitir que a ação oficial dirija o ritmo e as pautas dos movimentos.

antagonistas historicamente a elite agrária e o Estado, que usurpava a terra de todos de maneira igual e reprimia sua mão de obra mediante a escravidão ou peonagem da dívida, imobilizando esses grupos de igual forma e colocando sempre aos serviços de seus interesses. Atualmente, o papel do Estado como promotor de um modelo de desenvolvimento econômico associado aos interesses do capital concorre de maneira desigual com a efetivação de direitos étnicos e coletivos desses povos, não fazendo avançar a pauta de reivindicações desses movimentos sociais. Da mesma forma, a transformação semântica e tecnológica do latifúndio agroexportador em “agronegócio” não mudou substancialmente essas relações de poder, mas somente sua forma ao criar toda ordem de obstáculos para os povos e as comunidades tradicionais, que buscavam efetivar seu direito ao território e a manifestações de suas tradições, ou seja, o direito de se reproduzirem cultural, social e fisicamente.

Não obstante, os desafios para os movimentos sociais que se organizaram pela identidade coletiva exigiram novas estratégias de reconhecimento marcadamente simbólicas, relacionadas à superação de sua invisibilidade social. Essa preocupação tem sido acionada para alavancar o capital político dos mencionados agrupamentos como condição para investir nas lutas de reconhecimento²⁸ atreladas efetivamente à justiça distributiva de recursos simbólicos e materiais (FRASER, 2006), como pretensão de acesso às políticas públicas face ao aparelho do Estado²⁹ – prefeituras municipais, Incra, IAP, Sema/PR, ICMBIO, Ibama, Poder Judiciário, Polícia Ambiental, entre outros.

28 Uma rápida constatação descrita nos próximos parágrafos dessas estratégias permite observar que as políticas de reconhecimento, iniciadas em 1988 e potencializadas em 2003, denotam a dificuldade da sociedade brasileira e das instituições públicas na ressemantização sobre as respectivas identidades coletivas, visto que a existência das políticas públicas de reconhecimento aos povos tradicionais não garantiu efetivamente às emergentes identidades coletivas que o aparelho do Estado, em sua maioria, as executasse, uma vez que seu reconhecimento formal não foi seguido de mudanças significativas nos padrões de valoração institucional e na adequação das estruturas organizacionais operativas.

29 Registram-se os esforços da Defensoria Pública do Estado do Paraná, que criou em 2014 a Defensoria Itinerante em Paranaguá para atender Povos Tradicionais, e do Ministério Público do Estado do Paraná, que, dentro da estrutura do Centro de Apoio Operacional em Direitos Humanos, criou uma instância para receber demandas de povos e comunidades tradicionais. Considera-se também a atuação da 6ª Câmara do Ministério Público Federal através do importante papel na defesa de direitos de Povos e Comunidades Tradicionais. O Incra, por força do Decreto 4.887/2003, criou em 2004 uma área administrativa específica para o atendimento do processo de titulação de territórios quilombolas. Na estrutura do governo do Paraná, pouco se avançou. Mesmo depois da promulgação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, nenhuma nova estrutura foi criada para atender a tais demandas. O que se constatou foi o sucateamento do Departamento Socioambiental, órgão ligado ao IAP/Sema e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG/Sema). Depois de 2010, quando o PSDB assumiu o governo do Paraná, esses órgãos de atuação executiva viram reduzidos seu papel junto aos PCTs ou acabaram perdendo definitivamente essa função.

Essa dificuldade tem comprovado a evidência de que as políticas de reconhecimento alcançariam sua fase de “exaustão” ao não avançarem para a concreta efetivação de direitos étnicos e coletivos dos povos tradicionais, em especial no que se refere aos direitos territoriais, conforme denunciou a liderança indígena: “Ainda estamos no começo desse processo de reconhecimento e já vemos o Estado brasileiro restringir conquistas de direitos aos nossos povos”³⁰. Para exemplificar, alguns casos explicitam bem esse contexto: após serem efetivamente reconhecidos por Lei Estadual (15.673/2007), os faxinalenses pouco avançaram em seus pedidos de criação de Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR³¹), responsabilidade do IAP/Sema, e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), ICMBio. Dos 86 quilombos identificados, somente o território quilombola “Paíol de Telha” teve assegurada sua titulação definitiva, considerando a permanente judicialização dos representantes do agronegócio. O MOPEAR não obtém respostas do ICMBio sobre pedido de criação de Reserva Extrativista Marinha, protocolada desde 2011, bem como os pescadores artesanais, ilhéus e cipozeiras permanecem tendo suas práticas tradicionais criminalizadas pelos órgãos de fiscalização ambientais.

Outras demandas essenciais em saúde, educação, energia elétrica e saneamento básico permanecem com atendimento precário em desacordo com as políticas públicas de recorte étnico, que preveem prioridade de atendimento a esse público. De outro lado, as demandas territoriais permanecem em compasso de espera: a dificuldade em se intitular uma terra de quilombo e homologar uma terra indígena é imensa em razão das forças políticas e jurídicas. Não se consegue garantir para o cigano o direito de passagem, espaço de acampamento e condições sanitárias, além de persistirem históricos preconceitos que rotineiramente levam seus “barracos” a serem revistados pela polícia sem autorização judicial.

Sem dúvidas, vive-se com mais intensidade desde 2011 no país, e no Paraná, um contexto de paralização e retrocesso de direitos das demandas dos povos tradicionais pelo judiciário, legislativo e executivo com revisão e

30 Fala de liderança guarani durante Curso de Operadores de Direitos Étnicos e Coletivos, março de 2016.

31 Segundo informações de lideranças faxinalenses do Núcleo da Região Metropolitana, em 2013 dois faxinais de Mandirituba tiveram suas resoluções de criação revogadas pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente. Os pedidos de criação de RDS do Faxinal do Marcondes, em Prudentópolis, e dos Faxinais Bom Retiro e São Roquinho, em Pinhão, foram solicitados em 2008, e os estudos foram realizados em 2011. Até o momento não foram realizadas audiências públicas pelo ICMBIO, condição para autorizar o procedimento de demarcação e titulação.

paralisação de demarcações de terras Indígenas e Reservas de Uso Sustentável (RESEX, RDS e ARESURs), ameaças de proposições legislativas contra direitos de povos tradicionais e aumento do conservadorismo do judiciário³². A abertura no Congresso Nacional da CPI Inkra e Funai e ataques à OIT 169, na tentativa de inviabilizá-la, são claros sinais do recrudescimento na ação do campo conservador, que não permite a ampliação de direitos aos povos tradicionais. No amparo a esses ataques, explicitam-se a crítica e a ação, em especial dos ruralistas, ao afirmarem que as identidades coletivas estariam “eticizando”³³ o Brasil. Nos últimos anos, a grande mídia, apoiada pela CNA e Federações Estaduais de Agricultura, tem lançado campanhas³⁴ sistemáticas contra a identidade coletiva, negando a identidade de quilombolas³⁵, de faxinalenses e indígenas³⁶. Antes, a campanha dos ruralistas e os grupos da “grande mídia” eram exclusivamente contra os “sem-terra” e a reforma agrária, e agora a campanha é também contra a identidade coletiva dos povos.

Diferente do argumento de comoção e fácil adesão social, utilizado insistentemente e de forma deturpada pelos ruralistas contra o MST, de que estes estariam “invadindo” a propriedade privada, nota-se nessa nova investida a preocupação dos ruralistas de que as pesquisas antropológicas e estudos de cadeia dominial confirmem que os povos tradicionais demandantes estão referidos aos seus territórios. Ou seja, estão sem o domínio da terra, mas estão com o “pé dentro” do direito. Ignoram que esses grupos foram retirados compulsoriamente dos seus territórios e que esses povos foram impedidos de tirar

32 Em 2015, a Terra Indígena Limão Verde (Mato Grosso do Sul) dos indígenas terena foi homologada e registrada em cartório. Os índios receberam a posse e os fazendeiros foram indenizados. Dos 27 fazendeiros, somente um entrou com ação questionando a decisão. Para além do pedido da ação, o STF revogou a homologação de toda a área sem ouvir os indígenas e arguiu que a terra não é tradicional no todo. Disponível em: <www.cimi.org.br/Noticias>. Acesso em: 12 mai. 2016.

33 A Audiência Especial foi realizada na Câmara dos Deputados em 03/06/2014, conforme vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JNOUXXQf9Ms>>.

34 Em 2010, a CNA lançou em nível nacional a campanha “Contra Invasões e pela Paz no Campo”. O objetivo da ação tinha como alvo combater as ações do MST, quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais voltadas a garantir seu direito à terra. Disponível em: <<https://www.paznocampo.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

35 Ver: FAEP orienta produtores ameaçados por avanço dos quilombolas no PR. Disponível em: <<http://www.faep.com.br/boletim/bi992/bi992pag04.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

36 Em 2013, a Rede Globo produziu várias notícias para a mídia local e nacional “denunciando” que indígenas guaranis que lutam por terras na Região Oeste do Paraná não eram indígenas, mas sim imigrantes paraguaios “disfarçados de indígenas” e com a intenção de receber apoio da Funai para obter terras. Ver: PARKER, I, 2014.

cipó, de pescar, de coletar palmito, de criar animais em áreas de pastagens comuns. Manifestam-se dessa maneira duas questões que comprovam que esses movimentos sociais estão provocando abalos nos pilares conservadores da sociedade brasileira. Isso porque a libertação dos índios pelo Diretório Pombalino, em 1755, e a libertação dos escravos pela Lei Áurea, em 1888, não abalou esses fundamentos, pelos quais todos passaram a ser iguais perante a lei, mas simbólica e materialmente desiguais na prática. Quando se tenta construir a igualdade pela diferença, a elite brasileira reage com tentativa de deslegitimação e violência. Não é por menos que atualmente tentam atacar os povos tradicionais por via judicial, pois as identidades coletivas estão consolidando seu lugar de direito.

Uma dessas pressões se deu contra o Decreto Federal nº 4.887, que demarca os territórios quilombolas e está sendo questionado desde 2003 no Supremo Tribunal Federal (STF) via uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) representada pelo Partido dos Democratas (DEM). Os quilombolas da Comunidade Paiol de Telha passaram mais de 10 anos em litígio judicial após a abertura do processo de demarcação de suas terras pelo Incra, em 2005, tendo obtido a titulação definitiva somente em 2015. Para conter os direitos dos povos tradicionais, foram utilizadas, como em tempos pretéritos, milícias armadas, disfarçadas de empresas de segurança privada, demonstrando que o monopólio da violência não é praticado exclusivamente pelo Estado. Nos últimos dez anos, registrou-se³⁷ aumento das ameaças de morte e assassinatos, incêndios em terras indígenas e comunidades quilombolas, confinamento de indígenas e faxinalenses em terras superlotadas e prisão de lideranças de povos tradicionais.

No Paraná, em 2007, registrou-se o primeiro assassinato na categoria liderança faxinalense (Antônio Novakoski, no Faxinal do Emboque, em São Mateus do Sul). Além disso, segundo a APF, em 2015 mais dez lideranças faxinalenses estavam ameaçadas de morte. Os cipozeiros em Guaratuba registraram quatro assassinatos desde 2010³⁸. Lideranças quilombolas, indígenas e faxinalenses no Paraná vêm sofrendo constantes ameaças de morte³⁹ nos últimos anos por estarem reivindicando direitos constitucionalmente garantidos. Tais informações nos permitem interpretar que o exercício da violência

37 Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, CIMI (2014).

38 Dados do Mapeamento Social dos Cipozeiros, 2010.

39 Entre os indígenas, os dados do CIMI apontam que 390 lideranças foram assassinadas no país nos últimos dez anos. Ver Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, CIMI (2014).

passou a ser praticado com mais intensidade contra as comunidades tradicionais após sua afirmação identitária apoiada nas políticas de reconhecimento. Esses casos são atualmente catalogados e classificados pelo Caderno de Conflitos do Campo publicado pela CPT Nacional como pertencentes a povos tradicionais e categorias específicas em disputa pelo acesso aos recursos naturais e territórios tradicionais. Esse entendimento também vale para as situações de violência e intolerância praticada contra membros de religiões de matriz africana, registrado em ataques⁴⁰ a terreiros de candomblé e umbanda e ameaças aos praticantes da religião quando do uso da indumentária ritualística em locais públicos.

À frente das estratégias de expansão das áreas destinadas ao agronegócio, logrou êxito a aprovação, em 2012, do Novo Código Florestal (Lei 12.651), cujo objetivo é diminuir as áreas de reservas legais dentro dos imóveis rurais como uma forma legal de aumentar o desmatamento. Nessa direção, a expansão dos monocultivos agrícolas e arbóreos encontra nas comunidades tradicionais obstáculo para suas pretensões acumulativas, prevendo acréscimos que já alcançam em proporção com a área total do Estado do Paraná, segundo a SEAB/DERAL (2016), as seguintes percentagens: área de pinus e eucaliptos (11%), na pecuária (20%), soja (27%) e cana-de-açúcar (3,5%). Ou seja, no mínimo 61,5% ou 12,3 milhões de hectares do território paranaense estão sob controle do agronegócio, com previsões de expansão nos próximos anos, setor em grande medida estimulado pelas políticas de incentivos e créditos dos governos estadual e federal.

Dentre as iniciativas legislativas vigentes no Congresso Nacional, destacamos a PEC 215 e a CPI da Funai/Incra, que ilustram bem essa tentativa de retroceder nos direitos dos povos tradicionais, especialmente no que se refere aos direitos indígenas e quilombolas. A PEC 215/2000 tem como principal finalidade transferir para o Legislativo federal a prerrogativa de aprovar a titulação das terras indígenas, quilombolas e de povos tradicionais. Em 2014, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da Comissão Especial da PEC 215, apresentou

40 Estudo de campo sobre as religiões de matrizes africanas, realizado em 840 terreiros, organizado pela historiadora Denisi Pini Fonseca e pela antropóloga Sonia Giacomini, no Rio de Janeiro, revela dados assustadores sobre a violência contra os terreiros e os praticantes das suas religiões. A metade dos espaços visitados, 430, confirmaram já ter sofrido agressões, das mais variadas, desde físicas contra os seus frequentadores, passando por apedrejamento dos espaços e até mesmo som alto para atrapalhar as sessões. Ver: *A Presença do Axé — Mapeando Terreiros no Rio de Janeiro*, Editora Pallas, 2014.

um Substitutivo à PEC 215/2000 com novas emendas, onde fica explícito o fim das novas demarcações de terras indígenas e, o que é pior, propõe reabrir procedimentos administrativos já finalizados e legaliza a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas demarcadas. Ainda que a Comissão Especial tenha sido derrotada pela força da mobilização do movimento indígena, novamente em 2015, a pedido do deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) foi reaberta a Comissão Especial da PEC 215 para analisar a constitucionalidade dessa emenda.

Criada em 2015 pela bancada ruralista, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai/Incra tem o propósito de investigar a atuação dos procedimentos antropológicos de demarcação realizados pelos respectivos órgãos com o claro intuito de inviabilizar técnica e politicamente os processos de demarcação de terras indígenas e de titulação de territórios quilombolas. Ficam nítidas nessas investidas contra direitos conquistados aos povos tradicionais as iniciativas do Legislativo Federal de perfil conservador, a lentidão das ações de regularização do Executivo, a judicialização da política enquanto força paralisadora das demarcações e a omissão do Judiciário como estratégias do setor ruralista em não querer permitir que se reconheçam os territórios tradicionais.

Para avançar nos debates: retomar a inspiração mobilizadora

O exame panorâmico dos “novos” movimentos sociais aqui mencionados compõe parcela de outras manifestações de resistência que emergiram no Paraná nas últimas duas décadas. Certamente, dezenas de outros grupos sociais se articularam na defesa de seus direitos em processos sociais similares, seja no campo ou na cidade. No entanto, a análise não teve a intenção de recobrir todas as expressões de mobilização política, concentrando-se com mais atenção nas identidades coletivas vinculadas ou aproximadas à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, em razão de ela ter congregado de modo mais visível e atuante as identidades coletivas e seus movimentos sociais representativos sem, no entanto, os substituir. Chama a atenção, também, a capacidade desse fórum em se instrumentalizar das políticas públicas e diversos outros recursos estratégicos, transformando-os em alvo de sua ação mobilizadora nos enfrentamentos localizados, na luta pela efetivação de seus direitos étnicos e coletivos e concretamente no que se refere às lutas por reconhecimento e ao exercício da pressão política junto aos aparelhos do Estado.

Tendo como característica principal de sua existência a invisibilidade social, pode-se asseverar que, na persistência das lutas simbólicas e materiais, criam-se e articulam-se “novas” formas de organização política que irrompem em estratégias diferenciadas de mobilização, conformando as características do que denominamos de “novo” padrão de relações políticas, característica dos movimentos sociais que se organizam pela identidade coletiva e que os faz emergir como força social, possibilitando desde sua reinterpretação na formação da sociedade regional até os meandros das disputas territoriais, que somente no movimento de distinção e mobilização social permitem condições de possibilidades para serem compreendidas e sociologicamente interpretadas.

As características mais marcantes desse período de emergência das identidades coletivas concernem pelo menos três fatores: a consolidação das formas organizativas existentes em torno de categorias de autodefinição; o intenso processo de mobilização e de organização política dos mencionados povos tradicionais, principalmente em torno de direitos territoriais; e sua resposta à conjuntura política de ampliação da democracia e de direitos, seja de 1988 como também a partir de 2003. Podem ser destacados nesse processo a afirmação identitária coletiva e a autonomia organizativa militantemente construída pelos seus povos. Suas conquistas podem ser traduzidas, de modo resumido, pelo atendimento de reivindicações convertidas no avanço do reconhecimento formal de sua condição social pelo aparelho do Estado e na lenta e gradual conquista de territórios tradicionais. São elas e as interações sociais derivadas que têm inspirado trabalhos de pesquisa, mapeamentos, estimativas, cadastros e alianças entre os povos e comunidades tradicionais que publicizam as tensões sociais e os conflitos e permitem distinguir e caracterizar os povos tradicionais nessa reflexão. Em outras palavras, é o limite dessas relações sociais que tem definido esses povos e não o conteúdo da sua condição cultural. À medida que os agentes sociais vivem, trabalham, lutam por seus territórios e acionam a identidade correspondente para se autodefinir ou para se categorizar a si mesmos e a outros com fins de interação, eles formam movimentos no sentido político-organizativo. Em outras palavras, a emergência desses “novos” sujeitos coletivos no contexto contemporâneo se deve à politização de sua tradição.

Os mecanismos de controle social que tradicionalmente ignoravam diferenças culturais, desigualdades e especificidades econômicas defrontam-se agora com uma diversidade de “novos” movimentos sociais mobilizados em torno de “novas” identidades coletivas e suas respectivas organizações representativas

em múltiplas ocorrências de conflito, as quais constituem uma forma de afirmação da pluralidade sociológica de situações particulares e localizadas.

A despeito de conquistas pontuais⁴¹, na relação com o governo estadual, ainda se está longe de resolver os direitos territoriais e conflitos relacionados à efetivação de uma política de identidades no Paraná. Percebe-se, nos últimos anos, o retorno aos mesmos pressupostos da ação autoritária de tempos passados, quando sequer se pensava nas políticas de reconhecimento, não permitindo que se vislumbrasse quaisquer medidas permanentes capazes de solucionar democraticamente os conflitos e tensões sociais hoje registrados no Estado. Ainda que as demarcações de terras indígenas e quilombolas seja responsabilidade do governo federal (Funai e Incra), no plano estadual a ausência de uma política de identidades é notória após 2011, momento em que os povos tradicionais sofreram reveses em diversas áreas, como educação, saúde, regularização territorial e segurança pública. Nesse período, a burocracia estatal arrefeceu suas relações com os movimentos sociais, optando por uma política desenvolvimentista agressiva, que só fez paralisar qualquer iniciativa de diálogo, ao mesmo tempo que apagou as diferenças e investiu contra os territórios tradicionais, menosprezando as pautas dos movimentos sociais, considerando que as agências do Estado, sobretudo as do governo estadual, operam cada vez menos com as categorias de autodeclaração, sendo que tampouco manifestam interesse em reconhecer a aplicação da OIT 169. Fechou-se todo um governo para se abrir o monólogo via Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, que, sem poder operacional e deliberativo, nasceu muito mais como uma ação do Estado do que como uma pauta dos movimentos.

O engodo dessa forma de reconhecimento é que o discurso da dominação se apropriou de categorias que até então eram de uso dos movimentos sociais, criando uma dupla ilusão: primeiramente, de que reconhecer teria o mesmo

41 O governo do Paraná, entre 2003 e 2010, somou importantes avanços aos direitos dos povos e comunidades tradicionais ao criar a Diretoria de Diversidade no âmbito da SEED. Na mesma direção, a SETI, por meio da Coordenação de Ensino Superior, logrou êxito em especial no projeto Universidade Sem Fronteiras (USF), onde se expandiu a noção de conhecimento aos saberes tradicionalmente produzidos pelos povos, e as comunidades tradicionais podem impulsionar o reconhecimento social desses grupos no interior da sociedade paranaense. Têm papel destacado nesse processo social e identitário as ações promovidas pela SEAE, sobretudo as dirigidas às comunidades quilombolas e realizadas em parceria com a Sema por meio do ITCG, com a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Também no âmbito da SEJU, a elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos (PEDH), revisado e atualizado em 2008, pela Conferência Estadual de Direitos Humanos.

sentido atribuído à reconhecimento⁴²; e, em segundo lugar, crer na participação oferecida pelo discurso do consenso e da resolução dos conflitos em um espaço comandado pela ação oficial. Pode-se dizer que essa forma de intervenção governamental (conselhos, comissões e grupos de trabalho) estrutura-se atualmente de modo a desarticular a inspiração mobilizadora que os fez emergir como movimentos sociais, em um cenário em que as pautas neoliberais avançam sobre seus direitos e territórios.

Pesa contra esses movimentos certo esgotamento das políticas de reconhecimento, e o fato de estarem à margem do campo político legítimo, em uma quadra em que o padrão de relações políticas está sendo alterado de modo desfavorável às suas agendas, com o recrudescimento da ação e das pautas de setores conservadores, notadamente com a guinada das políticas neoliberais conduzidas pelo governo Dilma e recentemente pelo golpe parlamentar midiático em curso. Tem-se acompanhado nesse período o aumento dos ataques, ameaças e violência contra os povos tradicionais que acompanham a crescente criminalização a que estão sendo alvo no ambiente de lutas por direitos. O que sinaliza no âmbito da Região Sul, especialmente no Paraná, é que a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Direitos Humanos, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros diplomas constitucionais e infraconstitucionais, considerados marcos históricos do processo de redemocratização política do Brasil e primordiais na solidificação dos direitos individuais e coletivos, ainda não operam abertamente para o reconhecimento de formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos grupos formadores da sociedade brasileira.

Em contrapartida, os “novos” movimentos sociais percebem cada vez mais a necessidade de retomar estratégias de ação política de caráter autonomista face às agências do Estado, uma vez que desde sua criação as políticas de reconhecimento colocam-se como teto das ações governamentais, inviabilizando direitos e ignorando conflitos sociais, tensões e antagonismos, sobretudo quando relacionados à demarcação de seus territórios. Esse princípio operativo de reconhecer identidades e não efetivar direitos territoriais tem sido a tônica da

42 Esse é o caso, por exemplo, dos direitos diferenciados reconhecidos aos povos e comunidades tradicionais, que mesmo reconhecidos não tiveram assimilados suas lógicas simbólicas e materiais pela burocracia do Estado (governos estaduais e municipais, em especial) ao permanecerem operando com adaptações às políticas universalistas, evitando com isso instituir uma “política de identidades” específica ao conjunto dos povos tradicionais.

ação governamental, ao instituir instâncias mediadoras capazes de propiciar uma interlocução mais direta com os aparatos de poder, em uma cada vez mais evidente institucionalização dos mediadores em um campo construído pela ação oficial, onde operam mecanismos de controle social, cujo efeito tende a desmobilizar e enfraquecer a representação política dos movimentos sociais em situações similares às que outrora reduziram, cooptaram ou esvaziaram a ação política dos sindicatos, pastorais e partidos ligados aos movimentos populares.

Nesse contexto os movimentos sociais encontram-se em uma encruzilhada sem opções: ou qualificam e intensificam suas formas de resistência e mobilização política contra a “onda” conservadora que se alastra e assola o Estado brasileiro, em especial o Estado do Paraná, ou serão cada qual, de modo diferenciado, drenados para dentro desse conflito, com capacidades reduzidas de reação.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. *Quilombolas e novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.
- _____. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. Manaus: UFAM, 2006.
- ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, v. 4. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2009. 184 p.
- ANTUNES, D. L.; SOUZA, R.M. Tempo, território e conflitos sociais: práticas tradicionais e desterritorialização de cipozeiros. In: SOUZA, R. M. et al. *Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil*. Manaus, AM: UEA Edições, 2014. 250 p.
- ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. *Dossiê: Conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na floresta com araucária*. Roberto Martins de Souza (Org.) Irati-PR: APF, jun. 2007.
- _____. Cartilha do 1º Encontro dos Povos de Faxinais. Roberto Martins de Souza & Mayra Lafoz Bertussi (Orgs.), Irati-PR, ago. 2005.
- _____. Cartilha do 2º Encontro dos Povos Faxinalenses. Roberto Martins de Souza (Org.), Irati-PR, ago. 2007.
- _____. Cartilha do 3º Encontro dos Povos Faxinalenses. Roberto Martins de Souza (Org.), Irati-PR, ago. 2009.
- _____. Faxinalenses na região centro do Paraná. Guarapuava-PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 2 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).
- _____. Faxinalenses na região centro-sul do Paraná. Rebouças-PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 3 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).
- _____. Faxinalenses na região metropolitana de Curitiba. Quitandinha-PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 4 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).
- _____. Povos de Faxinais. Brasília, DF: PNCSA, 2007. (Fascículo 1 - Série povos e comunidades tradicionais do Brasil).

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *Campos gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1968.

_____. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, v. 1.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streifd-Fenard. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigos 215 e 216, Parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, dispõem sobre as expressões culturais e sua proteção. Brasília, 20 de outubro de 1988.

_____. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 fev. 2007. _____. Lei n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 abr. 2004.

BUTI, R. P. Nas Margens do Fundão: Política, Expropriação, Direito e História da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha/PR. In: SOUZA, R. M. et al. *Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil*. Manaus: UEA Edições, 2014. 250 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O Índio no Mundo dos Brancos: a Situação dos Tikuna do Alto Solimões*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*. Dados de 2014. Brasília, DF.

ENCONTROREGIONAL DOS POVOSE COMUNIDADES TRADICIONAIS, 1º, Guarapuava, 2008. Elaborado por Projeto Nova Cartografia Social, Instituto Equipe de Educadores Populares, Centro Missionário de Apoio ao Campesinato. Guarapuava, 2008.

ENCONTROREGIONAL DOS POVOSE COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2º, Guarapuava, 2009. Elaborado por Instituto Equipe de Educadores Populares, Centro Missionário de Apoio ao Campesinato. Guarapuava, 2009.

FAEP. Boletim Informativo n. 992. FAEP orienta produtores ameaçados por avanço dos quilombolas no PR. Disponível em: <<http://www.faep.com.br/boletim/bi992/bi992pag04.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

FONSECA, D. P. R. & GIACOMINI, S. M. A Presença do Axé: Mapeando Terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.

FRASER, N. *Da redistribuição ao reconhecimento?* Dilemas da justiça numa era “Pós-Socialista”. Cadernos de Campo. Trad. Julio Assis Simões. São Paulo, 2006, n. 14-15, p. 1-382.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010. Curitiba: GTCM, 2010, 269 p.

IBGE. Censo Demográfico. 2010. Populações Indígenas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

IBGE. Censo Demográfico. 2000. Populações Indígenas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

ITCG. Terras e Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais 2013. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

JOCOSKI, V. *Estudos sobre a organização política e a representatividade social da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão* – Município de Pinhão-PR. Guarapuava: Faculdades Guarapuava. Contrato Social Revista Eletrônica do Curso de Ciências Sociais, n. 1, ano 1, 2011. Disponível em: <http://faculdadegarapuava.edu.br/arquivos/biblioteca/contato_social_01.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MARQUES, C. L. G. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná*. Relatório Técnico – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004. 192 p.

MOVIMENTO APRENDIZES DA SABEDORIA. Da invisibilidade social, para o reconhecimento formal: o Direito de afirmação da Identidade de Benzedoras e Benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. Boletim Informativo Nova Cartografia Social, n. 5, ago. 2011.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS CIPOZEIRAS E CIPOZEIROS. Mapeamento Social das Cipozeiros e Cipozeiras, 2010. Garuva-SC: PNCSA, 2010.

MOVIMENTO DOS ILHÉUS DO RIO PARANÁ – MOIRPA. Ilhéus do Rio Paraná Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande a APA Federal. Fascículo 15. Rio de Janeiro: design (casa8), 2010.

MOVIMENTO DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ – MOPEAR. Pescadores Artesanais da Vila de Superagui. Fascículo 16. Rio de Janeiro: design (casa8), 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais em países e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. 2 ed. Brasília: OIT, 2005.

PACKER, I. Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídio para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista, outubro de 2013. Disponível em: <www.trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em: 1 jul. 2014.

PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo/Curitiba: Hucitec/Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ. Lei Estadual nº 15.673, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre a Lei Estadual dos Faxinalenses no Estado do Paraná e seus Acordos Comunitários. Curitiba: ALEP, 2007.

_____. Decreto Estadual nº 17.425, de 1 de maio de 2012. Cria o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná/ CPICT/ PR. Disponível em: <www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=90/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 21.11.2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 3 jun. 2016.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Memória da Reunião do Setor de Povos Tradicionais realizada em 12 a 14 de abril de 2010. Guarapuava.

REDE PUXIRÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Construção da Política Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Guarapuava, 2010.

SEED/PR. Secretária da Educação do Paraná recebe visita de representantes da associação de preservação da cultura cigana. Disponível em: <<http://ciganologia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2016).

SEAB/DERAL. Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná. Disponível em: <www.seab.pr.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SOUZA, R. M. “*Na luta pela terra, nascemos faxinalenses*”: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Curitiba, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, DECISO, Universidade Federal do Paraná, 335 f.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WAIBEL, L. As Zonas Pioneiras do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n. 4, 1955, p. 389-417.

VANDRESEN, J. C.; BUTI, R. P; SOUZA, R. M. Nas tramas da construção de uma Rede de Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná e Santa Catarina: Histórias de sempre, histórias de hoje. In: SOUZA, R. M. et al. *Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil*. Manaus: UEA Edições, 2014. 250 p.

LUTAS POPULARES NO PARANÁ

Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva, Ricardo Prestes Pazello
(organizadores)

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

Éder da Silva Novak

LUTAS, RESISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DA TERRITORIALIZAÇÃO
NEGRA NO PARANÁ

Cassius Marcelus Cruz e Jefferson de Oliveira Salles

DA COLÔNIA CECÍLIA À GREVE GERAL DE 1917

Ricardo Prestes Pazello

CONTESTADO, A GUERRA QUE MANCHOU DE SANGUE OS SERTÕES DO PARANÁ
E DE SANTA CATARINA – 100 ANOS DEPOIS, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE
SOBRE A LUTA CAMPONESA AINDA IMPERAM NO BRASIL

Nilson Cesar Fraga

GUERRILHA DE PORECATU: O EVENTO FUNDADOR DO PARTIDO COMUNISTA

Oswaldo Heller da Silva

1957: A REVOLTA DOS POSSEIROS

Iria Zanoni Gomes

MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
E A LUTA DO TRANSPORTE COLETIVO

Ana Inês Souza e Lafaiete Santos Neves

IDENTIDADES COLETIVAS, TERRITÓRIOS E “NOVOS”
MOVIMENTOS SOCIAIS NO PARANÁ

Roberto Martins de Souza



ISBN 978-856755110-4



9 788567 551104